

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

**Discursividades da/sobre a ditadura militar em uma
hemeroteca digital**

Francis Lampoglia

São Carlos – SP
2012

FRANCIS LAMPOGLIA

**Discursividades da/sobre a ditadura militar em uma
hemeroteca digital**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Valdemir Miotello
Coorientadora: Profa. Dra. Lucília Maria Sousa Romão

São Carlos – SP
2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

L238dd

Lampoglia, Francis.

Discursividades da/sobre a ditadura militar em uma
hemeroteca digital / Francis Lampoglia. -- São Carlos :
UFSCar, 2012.
202 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2012.

1. Análise do discurso. 2. Hemeroteca. 3. Ditadura militar.
I. Título.

CDD: 401.41 (20^a)



**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
FRANCIS LAMPOGLIA**

Prof. Dr. Valdemir Miotello
Orientador e Presidente
UFSCar

Profa. Dra. Lucília Maria Sousa Romão
Coorientadora
UFSCar

Profa. Dra. Soraya Maria Romano Pacífico
Membro externo
FFCLRP/USP - Ribeirão Preto

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas
Membro interno
UFSCar

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 29/02/2012.
Homologada na 55ª reunião da CPG do PPGCTS, realizada em
16/03/2012.

Profa. Dra. Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi
Coordenadora do PPGCTS

Fomento: FAPESP

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Valdemir Miotello, pela orientação e apoio para a confecção deste trabalho.

À Profa. Dra. Lucília Maria Sousa Romão, pelo apoio e incentivo em toda a minha jornada, da graduação, iniciação científica ao mestrado. Obrigada por acreditar em mim mais uma vez.

Aos meus pais, Orlando e Helena, pela compreensão e apoio na elaboração desta dissertação e nas idas e vindas dos Congressos Científicos.

Ao meu noivo André, pelo carinho, apoio e por salvar minha dissertação do *boot* do Windows.

Ao meu colega Jonathan Raphael Bertassi da Silva, pelo apoio e incentivo durante o curso de graduação e pós-graduação.

Ao Arquivo Público do Estado de São Paulo que cedeu o material para esta pesquisa.

Ao jornal Última Hora que lutou pelo que acreditava, mesmo que isso acarretasse em seu fechamento.

À Folha de S. Paulo e ao O Estado de S. Paulo que forneceram material para este estudo.

Ao Grupo de Estudos do Gênero do Discurso (GEGE) que instigou reflexões que muito contribuíram para a constituição deste trabalho.

Ao Laboratório Discursivo – Sujeito, Rede Eletrônica e Sentidos em Movimentos (E-L@DIS) pelo suporte para elaboração desta pesquisa.

Ao Grupo do E-L@DIS pela amizade, apoio e troca de materiais de leitura que enriqueceram este estudo.

À CAPES que me financiou nos meses iniciais de pesquisa.

À FAPESP que financiou a maior parte de meus estudos acadêmicos, da Iniciação Científica ao mestrado. Sem esse auxílio, este trabalho não seria possível.

RESUMO

O presente trabalho estuda o funcionamento do discurso sobre a ditadura militar brasileira, nas manchetes e reportagens do jornal Última Hora, tendo como referencial teórico a Análise do Discurso de matriz francesa, especialmente inscrita em torno de Michel Pêcheux, e os estudos de Mikhail Bakhtin. O modo como o sujeito se posiciona em relação à ditadura militar e como esse posicionamento se reflete nas hemerotecas digitais que abrigam os jornais constitui o problema deste estudo, que possui como pilares teóricos as condições sócio-históricas de produção dos sentidos e a memória discursiva que fundamenta todo dizer. Para tanto, este trabalho terá como *corpus* de análise as manchetes e reportagens do acervo digitalizado do periódico Última Hora, entre 1964 e 1969, cujos exemplares encontram-se disponibilizados no site do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Para realizar um contraponto, também agregamos ao *corpus* manchetes e reportagens dos jornais Folha de S. Paulo (de 1965), Jornal do Brasil (de 1964) e O Estado de S. Paulo (de 1973 a 1974), disponíveis em seus respectivos acervos eletrônicos. Pela análise dos recortes selecionados, é possível perceber como a memória e o arquivo discursivo, inseridos em dado contexto sócio-histórico, se inscrevem nessa discursividade e influenciam na produção de sentidos. Notamos que esses movimentos de sentidos nos recortes compreendem uma forma de refletir sobre como a linguagem é atingida permanentemente pela historicidade, como os sentidos migram de acordo com a posição que o sujeito ocupa, enfim, como a circulação de dizeres nas manchetes e nas reportagens dos jornais dialoga com os sentidos em diferentes contextos sócio-históricos.

Palavras-chave: Hemeroteca digital, discurso, ditadura militar.

ABSTRACT

This work aims to study the discourse functioning of the Brazilian military dictatorship in the headlines and the *Última Hora's* journal reports, using the French discourse analysis theory, specially inscribed around Michel Pêcheux and the studies of Mikhail Bakhtin. The way the subject is positioned in relation to the military dictatorship and how this positioning is reflected in the digital newspaper libraries that store the papers constitutes the problem of this study, which has as its theoretical pillars of the socio-historical conditions of production of meanings and discursive memory underlying all sayings. Therefore, this work will analyze the corpus of headlines and reports from the collection of digitized periodic *Última Hora* from 1964 to 1969, copies of which are available on the website of the Public Archives of the State of São Paulo. To make a counterpoint, also have added to the corpus of newspaper headlines and reports *Folha de S. Paulo* (1965), *Jornal do Brasil* (1964), and *O Estado de S. Paulo* (1973 to 1974), available in their electronic holdings. Analysing the selected clippings, we can assume how memory and archive discursive, which are inserted in a certain socio-historical context, inscribes itself in this discursivity and influences the production of meaning. Note that these movements of meanings in clippings includes a way to think about how language is constantly struck by history, how the senses migrate according to the position the subject occupies as the circulation of words in the headlines and reports newspapers dialogues with the senses in the different socio-historical contexts.

Keywords: Digital newspaper library, discourse, military dictatorship.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AD	= Análise do Discurso
AI	= Ato Institucional
AIE	= Aparelhos Ideológicos de Estado
APESP	= Arquivo Público do Estado de São Paulo
ARE	= Aparelhos Repressivos de Estado
CACO	= Centro Acadêmico Cândido de Oliveira
CEGT	= Central Geral dos Trabalhadores
CIEx	= Centro de Informações do Exército
CONCLAP	= Conselho Superior das Classes Produtoras
DCDP	= Divisão de Censura de Diversões Públicas
DEOPS	= Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DEOPS/SP Paulo	= Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DOPS	= Departamento de Ordem Política e Social
FD	= Formação Discursiva
FSP	= Jornal Folha de S. Paulo
GB	= Estado da Guanabara
IBAD	= Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	= Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JB	= Jornal do Brasil
MDB	= Movimento Democrático Brasileiro
OESP	= Jornal O Estado de S. Paulo
PC	= Partido Comunista
SNI	= Serviço Nacional de Informações
SUPRA	= Superintendência da Reforma Agrária
TJDFT	= Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
UBES	= União Brasileira de Estudantes Secundários
UH	= Jornal Última Hora

SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO.....</u>	12
1.1 MIKHAIL BAKHTIN E MICHEL PÊCHEUX: TEÓRICOS QUE NORTEIAM NOSSA PESQUISA	15
1.2 NOSSO PERCURSO.....	21
<u>2 IDEOLOGIA E DITADURA MILITAR</u>	25
2.1 A QUESTÃO DA IDEOLOGIA, DO SUJEITO E DO SENTIDO PARA BAKHTIN E PÊCHEUX: ACORDOS E DESALINHOS	28
2.2 ANÁLISES DE “MANIFESTOS À NAÇÃO”: O IDEOLÓGICO EM DISCURSO... 	40
<u>3 AS MUITAS VOZES DO DISCURSO JORNALÍSTICO SOB O OLHAR DE PÊCHEUX E BAKHTIN.....</u>	60
3.1 O DIALOGISMO E SUAS RAMIFICAÇÕES.....	64
3.1.1 IMPRENSA POPULAR.....	73
3.1.2 O JORNAL ÚLTIMA HORA	75
3.2 ANÁLISES DAS CAPAS DOS ATOS INSTITUCIONAIS.....	77
<u>4 AS FACES DO SILÊNCIO</u>	94
4.1 O SILÊNCIO E O CALAR SEGUNDO BAKHTIN	94
4.2 O SILÊNCIO NA AD FRANCESA	97
4.2.1 ANÁLISE DO SILÊNCIO NA AD DE PÊCHEUX.....	98
4.3 CENSURA	105
4.3.1 A CENSURA NA DITADURA MILITAR.....	107
4.3.1.1 CENSURA À IMPRENSA E ANÁLISES	110
<u>5 A HEMEROTECA E O DISCURSO</u>	125
5.1 O QUE É UMA HEMEROTECA	125
5.2 A IMPORTÂNCIA DA HEMEROTECA.....	126
5.3 HEMEROTECA: A TÉCNICA DE PRESERVAR	128
5.4 ALÉM DA TÉCNICA: A LINGUAGEM E O(S) SENTIDO(S)	132

5.4.1 SENTIDOS DE TEMPO E ESPAÇO NA HEMEROTECA DIGITAL	132
5.4.2 HEMEROTECA DIGITAL E INTERAÇÃO	136
5.5 ANÁLISES DOS SITES	138
<u>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	155
<u>7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	159
<u>8 ANEXOS</u>	174
ANEXO A	174
ANEXO B.....	176
ANEXO C.....	177
ANEXO D	178
ANEXO E.....	179
ANEXO F	180
ANEXO G	181
ANEXO H	182
ANEXO I.....	183
ANEXO J.....	184
ANEXO K	185
ANEXO L.....	187
ANEXO M.....	191
ANEXO N	195
ANEXO O	196
ANEXO P	198
ANEXO Q	200
ANEXO R.....	201
ANEXO S	202

Introdução



Fernando Botero. Série Abu Ghraib. 2005. Óleo sobre tela.

“Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.”

Ato Institucional (nº 1)

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, utilizamos os estudos de Mikhail Bakhtin (2006) e as bases teóricas da Análise de Discurso de matriz francesa (PÊCHEUX, 1997), para estudar o funcionamento discursivo de notícias do jornal Última Hora sobre a ditadura militar brasileira entre 1964 e 1969, jornal cujos exemplares desse período encontram-se disponíveis no site do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Interessa-nos compreender o modo como são produzidos efeitos de sentido e a forma com que o sujeito se posiciona diante da repressão e do silêncio. Enfocamos a importância da hemeroteca, impressa e digital, como uma fonte histórica passível de interpretação, observando a entrada desse acervo na rede eletrônica como um avanço que auxilia a pesquisa e aproxima os já-ditos ao presente.

Cientes de que o estudo da linguagem se inscreve nas práticas sociais, assim como o estudo do discurso não existe fora da linguagem, já que história e língua se afetam mutuamente, entendemos a relevância de estudar as manchetes dos jornais como materialidades discursivas que são atravessadas ideologicamente, marcando o contexto sócio-histórico em que foram produzidas e os efeitos de sentido que emanam das palavras.

Os veículos de comunicação de massa, mais precisamente a mídia impressa, como jornais e revistas, possuem um papel mediador entre seu público leitor e a realidade. Contudo, ao relatar um fato, o sujeito-jornalista o faz de determinada posição discursiva, modulando a narração dos acontecimentos de forma a enquadrar-se nos interesses do jornal, o que rompe com a falácia de que o jornal retrata a realidade tal qual ela é. O discurso jornalístico acrescido do fator tempo produz um material rico para os estudos bakhtinianos e da Análise do Discurso de matriz francesa, permitindo o acesso aos sentidos que circulavam na época da repressão e que se refletem até hoje na sociedade brasileira.

O problema investigado nesta dissertação originou-se do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação em Ciências da Informação e da Documentação, em que foram pesquisados documentos da/sobre a ditadura militar brasileira, sob o olhar da Análise do Discurso de linha francesa pechetiana. Nesse trabalho, houve o contato com diversos sites, dentre eles o do Arquivo Público do Estado de São Paulo, em que se encontrava o acervo digitalizado do jornal Última Hora. Esse jornal foi escolhido para compor o *corpus* deste trabalho por ser um veículo de comunicação de grande

circulação nas camadas populares, o que permite formar uma imagem do perfil de seus leitores. A disponibilidade do acervo digitalizado no meio eletrônico e a abordagem diferenciada de Última Hora em relação aos outros jornais contribuíram para a escolha dessa mídia impressa como material para esta pesquisa.

Considerando-se os jornais como um material rico para ser estudado sob a ótica discursiva, marcado pela historicidade e pelo contexto social, questionamos, então, qual o posicionamento da imprensa, em especial a posição do jornal Última Hora, durante a ditadura militar no Brasil e como esse posicionamento se reflete nos sites que abrigam os acervos digitalizados dos respectivos jornais analisados. Os sites também foram escolhidos como objeto de análise porque eles e as páginas da internet constituem, hoje, num material amplamente difundido e acessado por um público abrangente e diversificado, com destaque para o público jovem. Sendo assim, ao analisar o posicionamento dos sites, em detrimento da posição dos jornais impressos, podemos enxergar qual a imagem que os jornais (e seus sites) projetam de si e que imagem visam transmitir ao seu interlocutor, construindo assim um discurso atrelado a uma determinada região de sentidos, direcionando o sujeito-leitor a penetrar em uma dada arena discursiva da qual o jornal (e/ou site) faz parte.

O enfoque à ditadura militar deve-se à importância desse período na história brasileira, cujas vozes reverberam até os dias atuais, seja em forma de leis, de comportamento, de política ou mesmo na conversa informal do dia a dia. Os 21 anos de governo militar influenciaram e influenciam a vida de todos os brasileiros, seja de forma direta – como no caso dos órfãos de desaparecidos políticos –, seja de forma indireta, como, por exemplo, nas leis que, para evitar que arbitrariedades como as que ocorriam na época voltem a acontecer, acabam por favorecer o contraventor em alguns casos, restando à vítima apenas a autodefesa e o enclausuramento.

No que concerne ao material selecionado, o jornal foi uma das materialidades escolhidas porque possui um papel mediador entre o público leitor e a realidade. Entretanto, ao relatar um acontecimento, o sujeito-jornalista o faz de determinado posicionamento, construindo a narração dos acontecimentos de maneira a enquadrar-se nos interesses do jornal, rompendo com o mito de que o jornal é um espelho da realidade. Já os sites que comportam os acervos digitalizados dos jornais foram selecionados porque os sites são a porta de entrada aos jornais impressos, são eles que apresentam e direcionam o olhar do leitor para a forma com que se deve tomar o jornal. Com isso, analisar o modo como se constrói o discurso sobre a ditadura militar nos sites

é relevante a partir do momento que eles refletem gestos de leitura sobre um período histórico do qual a partir dele resultam nossa legislação e nossa política.

Quanto à escolha da terminologia empregada, embora a hemeroteca seja uma secção de biblioteca onde se encontram as coleções de periódicos, utilizamos este termo para nos referirmos a qualquer local onde se encontra o acervo de jornais, revistas e/ou recortes deles, mesmo se a coleção de jornais estiver em um site de empresa jornalística privada ou no poder do Arquivo Público do Estado. Por isso, apesar de a denominação “fundo” Última Hora ser mais apropriada para o acervo de jornais - já que o fundo constitui “a unidade intelectual de ordenação estrutural dos arquivos permanentes” (LAMPOGLIA, 2009) e pertence a um arquivo e não a uma biblioteca -, utilizaremos neste trabalho o termo hemeroteca e, no limite, concebemos os termos “fundo” e “hemeroteca” em referência ao acervo de jornais e revistas. A preferência pelo termo “hemeroteca” em detrimento de “fundo” se dá porque o primeiro remete a um espaço exclusivo de periódicos, ao contrário do segundo que é mais abrangente em que, conforme o *Bureau Canadien des Archivistes* (1990), o fundo de arquivo é o “conjunto de documentos de qualquer natureza reunidos automática e organicamente, criados e/ou acumulados e utilizados por uma pessoa física ou moral, ou por uma família no exercício das suas atividades ou das suas funções” (BUREAU CANADIEN ARCHIVISTES, op.cit., p. D-4 apud ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 91).

Em respeito às teorias discursivas, utilizamos os postulados de Mikhail Bakhtin e de Michel Pêcheux, no decorrer de todo o trabalho, pontuando as semelhanças e diferenças entre as teorias propostas por ambos os autores. A utilização dos estudos dos dois autores (diferentes, mas com algumas intersecções entre si) contribuiu na construção deste trabalho, permitindo olhares diferenciados sobre o mesmo objeto de pesquisa, qual seja, o discurso de jornais e de seus respectivos sites concernentes à ditadura militar brasileira, de maneira a obter uma discussão ao modo bakhtiniano, ou seja, na construção do saber, do dizer e do viver pelo diálogo com o outro.

A escolha dos estudos de Bakhtin para embasar este trabalho deveu-se à forma com que o teórico concebe a linguagem, não como isolada, idealizada ou externa ao indivíduo, mas na interação com ele e em relação ao contexto social e histórico no qual está inserido. Além disso, a linguagem implica uma concepção de valores a respeito do objeto do qual se fala, num posicionamento, já que Bakhtin afirma que “viver significa ocupar uma posição axiológica em cada momento da vida, significa firmar-se axiologicamente” (BAKHTIN, 2003, p. 174). Já a escolha por Pêcheux recaiu sobre a

questão dos sentidos que não estão aprisionados nas palavras, mas se movem de acordo com o contexto sócio-histórico e ideológico. A Análise do Discurso de linha francesa marca também a questão do posicionamento discursivo, noção esta que norteará nossa pesquisa. Veremos, a seguir, um olhar mais detalhado sobre esses autores, com enfoque especial em seus estudos.

1.1 Mikhail Bakhtin e Michel Pêcheux: teóricos que norteiam nossa pesquisa

Os trabalhos de Mikhail Mikhailóvitch Bakhtin (1895-1975) podem ser concebidos por fases, conforme a evolução vivida por esse pensador durante sua carreira. Com isso, a fase filosófica abrange o período entre 1918 e 1924, aproximadamente, época em que se forma o Círculo de Bakhtin (1918) em Nevel – tendo como membros, entre outros, Pumpiânski, Kagan, Volochinov e Iudina – e em que ocorre a mudança de Bakhtin e de alguns membros do Círculo para Vitebski (1920), onde se achegaram novos pensadores como Solertínski e Miedvedev. Nessa fase, Bakhtin, sob influência do neokantismo e da fenomenologia, tentou refletir sobre uma filosofia própria (CLARK, HOLQUIST, 1998). Entre 1921 e 1924, período em que sua saúde mais se debilitara, debruçou-se sobre as questões referentes à “natureza ética das ações na vida cotidiana e a natureza estética do autor como resposta do sujeito ao mundo” (MIOTELLO, 2002, p. 2).

Entre 1925 e 1929, época de intensa produção intelectual que culminou com a prisão de Bakhtin em 1929, devido ao expurgo de intelectuais da União Soviética, esse pensador começa a afastar-se da metafísica e entra em diálogo com movimentos intelectuais em voga, como o marxismo soviético, o freudismo, o formalismo, a linguística e até mesmo a fisiologia. Essa segunda fase é marcada pelas obras sobre o Freudismo, os Formalistas Russos, a Filosofia da Linguagem e o Romance de Dostoiévski, além de alguns artigos.

O terceiro período de Bakhtin envolve os anos de 1930, década marcada por seis anos de exílio vivido por Bakhtin em Kustanai, Cazaquistão. Nesses anos, Bakhtin “procurou uma poética histórica na evolução do romance”(CLARK; HOLQUIST, op. cit., p. 31). Já na quarta fase que abrange os anos de 1960 a 1970, época que envolve a redescoberta de seus escritos e a deterioração da saúde física que o acompanha até a morte, esse pensador retorna à metafísica sob uma nova perspectiva da teoria social e da filosofia da linguagem.

Por não se deter em apenas um assunto, Bakhtin abriu caminhos para várias pesquisas, sendo seus trabalhos procurados por pesquisadores de linhas diversas. Enquanto alguns críticos literários o reverenciam por ser autor do livro sobre Dostoievski, em que apresentou a teoria da polifonia, outros críticos literários, como também folcloristas e antropólogos, o concebem sob a perspectiva de seu livro sobre Rabelais, como o teórico da carnavalização e da ruptura das hierarquias sociais. Outro grupo de críticos de literatura, teóricos sociais e historiadores o percebem sob a ótica da doutrina marxista, sendo o texto referencial a obra “*O marxismo e a filosofia da linguagem*”, de 1929. Em relação aos intérpretes anglófonos, Bakhtin emerge como o teórico do romance em “*The dialogic imagination*” (A imaginação dialógica). Embora todas essas visões sejam legítimas, nenhuma consegue abarcar todas as categorias importantes ao seu pensamento, pois “pretender que alguma versão de sua pessoa seja a correta significaria estreitar numa camisa-de-força o filósofo da variedade, ‘monologizar’ o cantor da polifonia” (CLARK; HOLQUIST, 1998, p. 32).

A chegada dos primeiros trabalhos de Bakhtin a terras brasileiras efetuou-se com algumas dificuldades, assim como em outros países ocidentais, dados os problemas de tradução e publicação sem ordem cronológica. O pensamento do Círculo de Bakhtin foi associado com frequência e durante muito tempo, quase exclusivamente, ao livro “*Marxismo e filosofia da linguagem*”, o primeiro a ser publicado em português em 1979 (FARACO, 2006, p. 17). Essa obra, inclusive, juntamente com os livros “*Freudismo*” e “*O método formal nos estudos literários*”, dentre outros, é uma obra cuja autoria configura-se em um mistério. Segundo Faraco (op. cit.), a polêmica teve início quando o linguista Viatcheslav V. Ivanov afirmou que “*Marxismo e filosofia da linguagem*” fora escrito não por Valentin N. Voloshinov, mas por Bakhtin. Da mesma forma, a celeuma se estendeu aos outros textos sob assinatura de Voloshinov e de Pavel N. Medvedev. Para Clark e Holquist (op. cit.), “o resultado é que nenhum relato de como e por quem tais textos foram escritos pode jamais ser considerado como incontestável” (p. 172). Diante do mistério da autoria, Faraco (op. cit.) divide a recepção desses escritos em três direções, sendo a primeira daqueles que respeitam a autoria das edições originais, reconhecendo como obra de Bakhtin somente as obras publicadas em seu nome ou constante em seus arquivos, como é o caso de Faraco (op. cit.). A segunda direção diz respeito àqueles que atribuem a autoria dos textos disputados à Bakhtin, como é o caso de Clark e Holquist (1998), dentre outros. Já a terceira vertente abarca os dois nomes na autoria, atribuindo a Bakhtin/Voloshinov os livros “*Freudismo*” e “*Marxismo e filosofia*

da linguagem”, assim como “O método formal nos estudos literários à Bakhtin/Medvedev, caso das edições francesa e brasileira em que aparecem as duas assinaturas. Este trabalho atribui a autoria majoritária dos textos disputados à Bakhtin, sem descartar a relação dialógica entre os membros do grupo que contribuíram para a construção dos textos.

Na mesma época em que os escritos do Círculo de Bakhtin chegaram ao Brasil – final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 – a Análise do Discurso de orientação pechetiana adentra no país por meio de Eni P. Orlandi que foi responsável pela tradução das obras de Pêcheux e deu início aos estudos dessa teoria em terras brasileiras, além de desenvolver alguns conceitos, tais como os tipos de discurso (autoritário, polêmico e lúdico) e a noção de silêncio (silêncio fundador e silêncio local) (LAMPOGLIA, MIOTELLO, ROMÃO, 2010). É importante ressaltar aqui que, nesse período, o Brasil vivia o momento de abertura política, depois de 15 anos de ditadura militar. O ano de 1979, em especial, foi marcado pela lei da anistia sancionada pelo então presidente João Batista Figueiredo e pelo retorno dos exilados políticos ao país. Com isso, entende-se que houve possibilidade de circulação dessas obras, dado o relaxamento da repressão quanto à circulação de dizeres que envolviam o marxismo.

A Análise do Discurso (AD) de matriz francesa, fundada por Michel Pêcheux (1938-1983) em fins da década de 1960, teve como marco inicial a revista *Langages* de número 13, intitulado “L’analyse du discours”, publicado por Jean Dubois e da obra “Análise Automática do Discurso” de Pêcheux, ambos lançados no ano de 1969. A AD caminha no entremeio de três campos do saber, quais sejam, a linguística (com os postulados de Ferdinand de Saussure), o marxismo (estudos de Karl Marx) e a psicanálise (influência de Sigmund Freud e Jacques Lacan). De Saussure, Pêcheux recebeu a influência da noção de língua como sistema (PÊCHEUX, 1969). Do marxismo, foi resgatada a influência do materialismo histórico que, estudado por Louis Althusser (1985), desdobrou-se em conceituações sobre o trabalho de interpelação da ideologia em relação ao sujeito. Já no que concerne à psicanálise, a contribuição do estudo do inconsciente aplicado à abordagem discursiva constituiu uma inovação na área dos estudos do discurso. Para Maldidier (2003), Pêcheux trabalha a analogia da ideologia e do inconsciente. “Ideologia e inconsciente têm em comum a capacidade de ‘dissimular sua própria existência no interior de seu funcionamento produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’ [PÊCHEUX, 1997]” (MALDIDIER, 2003, p. 50).

Estudando a inscrição histórica dos sentidos, bem como os modos de construção, elaboração e circulação dos discursos, a teoria discursiva atua no espaço da interpretação e considera a relação da linguagem com a história. Tendo como objeto de estudo o discurso, entendido como efeito de sentido entre interlocutores (PÊCHEUX, 1969), a AD se desloca da noção de texto como portador de sentido único e literal e penetra no campo em que se consideram as posições-sujeito, as formações imaginárias, imagem que o sujeito constrói de si, do outro e do objeto de seu discurso¹, o contexto sócio-histórico e a ideologia. Dessa forma, os sentidos não se encontram preestabelecidos no discurso, mas são construídos no processo discursivo, conforme o contexto e o posicionamento em que o sujeito encontra-se inserido.

A AD pode ser compreendida em três fases, cujas mudanças Pêcheux as denominaram de *conversão filosófica do olhar*. A primeira fase da AD, também conhecida por AD-1, é voltada à exploração metodológica da noção de maquinaria estrutural-discursiva automática, partindo do pressuposto de que a produção dos traços discursivos era “dominada por uma, e apenas uma, máquina discursiva (por exemplo, um mito, uma ideologia, uma episteme)” (PÊCHEUX, 1983, p. 311). Inaugurada com o lançamento do livro “Análise Automática do Discurso” (1969) de Michel Pêcheux, a AD-1 propunha a apresentação de algoritmos para a análise automática de discursos baseada no método de Harris² (*Discourse Analysis*, 1952). Gadet et al. (1993) notam essa proximidade com Harris através de marcas tais como a “redução do texto a enunciados elementares que lembram a frase ‘núcleo’ de Harris, recurso às transformações (...), busca, através dessas operações, de uma regularização ótima do discurso, com vistas à constituição dos domínios semânticos” (p. 44). O ponto de partida de uma AD-1 era constituído por um *corpus* fechado de sequências discursivas, tendo como pressuposto que as condições de produção eram estáveis e homogêneas.

A segunda fase da AD (AD-2) inicia-se com o livro “Semântica e Discurso” de 1975 escrita por Pêcheux, em que algumas noções são aprimoradas e outras,

¹ No que concerne à formação imaginária, Pêcheux (1969) afirma que “(...) o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” (PÊCHEUX, 1969, p. 82). Sobre o assunto, ver também a esquematização feita pelo autor nesta mesma obra, na página 83.

²HARRIS: *Discourse Analysis*. Language, 1952 apud GADET et al. Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In.: GADET, F., HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1993.

descartadas. A ideia de maquinaria estrutural fechada é abandonada em face da noção de *formação discursiva* (FD) heterogênea tomada de empréstimo a Michel Foucault, dado que uma “FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (...)” (PÊCHEUX, 1983, p. 314).

Mas é na terceira fase da AD (AD-3) que o discurso é entendido como o encontro da estrutura e do acontecimento. Nessa fase, o método harrisiano, adotado na primeira e na segunda fase da AD, é abandonado e substituído pelo chamado “gesto de leitura”. O procedimento da AD por etapas, com ordem fixa, é descartado dada a “desestabilização das garantias sócio-históricas que se supunham assegurar *a priori* a pertinência teórica e de procedimentos de uma construção empírica do corpus refletindo essas garantias” (PÊCHEUX, 1983, p. 315). Além disso, a desestabilização discursiva do conjunto das regras sintáticas (deslocamentos léxicos-sintáticos e equívocos gramaticais) e das formas “evidentes” de sequencialidade (PÊCHEUX, op. cit.) contribuiu para o abandono do método de Harris. O conceito de heterogeneidade discursiva (o qual será discutido em momento oportuno) é também arrolado à AD nessa fase.

Embora Pêcheux não possa ser considerado um “estruturalista” (HENRY, 1969), este autor aproximou-se dessa corrente de pensamento, principalmente na AD-1, interessado em “aspectos que supunham uma atitude não-reducionista no que se refere à linguagem” (HENRY, op. cit., p. 14). Contudo, com o aprimoramento da AD e a contribuição de estudos de diferentes pensadores (tais como Michel Foucault e Mikhail Bakhtin), a AD pechetiana se afasta gradativamente do estruturalismo, tal como afirma Pêcheux (1983):

Essa tomada de posição “estruturalista” que se esfuma depois da AD-1 produz uma recusa (que, esta, não vai variar da AD-1 à AD-3) de qualquer metalíngua universal supostamente inscrita no inatismo do espírito humano, e de toda suposição de um sujeito intencional como origem enunciativa de seu discurso (Ibid., p. 311).

Essa aproximação da AD francesa pechetiana com o estruturalismo, embora gradativamente desfeita com o decorrer do tempo, provoca um distanciamento em relação aos estudos bakhtinianos, já que este e seu Círculo refutam a corrente estruturalista. Com isso, é possível notar diferenças significantes entre as duas teorias,

como as noções de ideologia e sujeito. Mas à medida que Pêcheux se afasta dessa corrente e se acerca dos pensamentos de outros filósofos, tais como Bakhtin³, observam-se semelhanças notáveis entre os dois estudos que muito contribuem para o nosso estudo.

Entendendo-se que o analista não se encontra fora da linguagem, estando sujeito a ela e ao seu funcionamento, ele constrói sentidos a partir de uma dada posição, influenciado pela ideologia e pelo contexto sócio-histórico. Com isso, o trabalho de escolher seu objeto, determinar o *corpus*, eger determinados recortes em detrimento de outros, compor a análise e indicar as regularidades discursivas já constituem parte da análise.

Partindo desse pressuposto, o *corpus* deste trabalho abrange 22 recortes do jornal Última Hora, publicados no Rio de Janeiro entre o período de 1964 e 1969, sendo 03 manifestos e 03 páginas de seu contexto, 8 manchetes de capas (primeiras página), 2 fotografias, 2 títulos de notícias e 04 registros de tela capturados a partir do site do Arquivo Público do Estado de São Paulo. A fim de fazermos uma contraposição, também recorremos a recortes dos jornais Folha de S. Paulo (cuja autorização de uso dos recortes encontra-se em ANEXO A), Jornal do Brasil e O Estado de S. Paulo, sendo 02 manifestos do Jornal do Brasil e 2 páginas de seu contexto, 1 fotografia de capa do jornal Folha de S. Paulo, 07 recortes de O Estado de S. Paulo (dentre capas, notícias e manchetes), 09 registros de tela capturados a partir do portal Estadão, dentre eles a página inicial da seção especial “1968: mordaza no Estadão” e 05 cabeçalhos que introduziam as notícias censuradas. Os recortes desses três últimos jornais foram coletados a partir de seus respectivos acervos digitalizados – já que esta pesquisa tem seu *corpus* restrito ao ambiente eletrônico. Dessa forma, os recortes do Jornal do Brasil foram coletados a partir do acervo digital disponível no site do Google News⁴, os da Folha de S. Paulo retirados do site Acervo Folha⁵ disponível por tempo limitado, e os

³ Malidier destaca a relutância de Pêcheux, num primeiro momento, em relação às ideias de Volochinov (Bakhtin) em “O marxismo e a filosofia da linguagem”, considerado pelo primeiro como de proximidade teórica com a psicologia social de Plekhov, o que representava “um retorno a um estado pré-teórico” (MALDIDIER, 2003, p. 60). Entretanto, a importância do encontro de Pêcheux com a ideia de heterogeneidade constitutiva trabalhada por Jacqueline Authier-Revuz, citada na mesma obra de Malidier (op. cit., p. 84), indica uma aproximação aos postulados bakhtinianos de dialogismo que a autora não citou, já que Authier-Revuz baseou-se nos estudos do Círculo de Bakhtin para formular o conceito de heterogeneidade discursiva englobada nos estudos pechetianos.

⁴GOOGLE NEWS (2011). Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19920614&b_mode=2>. Acesso em: 08 dez. 2011.

⁵ACERVO FOLHA (2011). Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 08 dez. 2011.

recortes de O Estado de S. Paulo foram resgatados do site Estadão.com.br, Seção Especiais⁶. Embora inicialmente a proposta deste trabalho versasse somente sobre o *corpus* do jornal Última Hora, a contraposição com outros jornais digitalizados da época mostrou-se enriquecedora, viabilizando a observação de como se desenvolvia a construção de dizeres sobre um mesmo acontecimento, discursivizados a partir de diferentes posicionamentos.

1.2 Nosso percurso

Partindo das concepções divergentes sobre ideologia e sujeito em Bakhtin e Pêcheux, no primeiro capítulo, focaremos a relevância que tais conceitos constituem para os estudos do discurso. Para isso, coletamos manifestos que tratam sobre o golpe militar publicados no jornal Última Hora e no Jornal do Brasil, buscando flagrar como são materializados sentidos, observando-se o contexto sócio-histórico-ideológico e o posicionamento dos sujeitos em relação aos acontecimentos. São analisados, no total, 4 manifestos, sendo 2 do jornal UH e um do Jornal do Brasil, tendo mais um que fora publicado nos dois jornais. Como o objetivo nesse capítulo era analisar os manifestos de apoio ou rechaço ao golpe militar, efetuamos um recorte que abrangia as publicações efetuadas no dia 1º de abril de 1964, já que nos dias anteriores e/ou posteriores não houve publicações de manifestos no jornal UH. Optamos por colocar os manifestos publicados no Jornal do Brasil para termos uma contraposição em relação ao UH, a fim de enriquecermos este trabalho. Os 4 recortes constituem a totalidade dos manifestos publicados nas referidas edições dos jornais naquela data e foram escolhidos por enfatizarem seus posicionamentos em relação aos acontecimentos da época.

Depois de discutirmos a importância da ideologia e sua influência nos discursos, partiremos para a materialidade que compõe nosso objeto de estudo. O segundo capítulo versa sobre a importância da materialidade jornal enquanto discurso influenciado sócio-histórico e ideologicamente, discutindo a ilusão de imparcialidade da imprensa. Expondo brevemente a história do jornal Última Hora, veremos que, desde seu início, o jornal assume um determinado posicionamento político, visando a um certo público-alvo. Como embasamento teórico, utilizamos os estudos bakhtinianos de dialogismo, bem como pontuamos alguns conceitos da AD de Pêcheux, buscando flagrar os

⁶ESTADÃO.COM.BR/Infográficos (2011). Nas páginas do Estadão, a luta contra a censura. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contr-a-censura,20408.htm>> Acesso em: 08 dez. 2011.

posicionamentos e as vozes que compõem o discurso jornalístico. E para entendermos como os conceitos se aplicam na prática, coletamos como recorte de análise 7 capas do jornal Última Hora que tratam dos cinco primeiros Atos Institucionais promulgados pelo governo militar entre 1964 e 1968, a fim de observar o modo como esse jornal se posiciona frente ao recrudescimento do regime.

Ao falar sobre o jornal na ditadura militar, torna-se necessário discutir sobre a censura que inflige os dizeres da época. Com isso, o terceiro capítulo enfoca a questão do silêncio no governo ditatorial sob o enfoque de nossos dois teóricos do discurso. Primeiramente, exporemos o que é o silêncio e o calar em Bakhtin e como tal conceito se manifesta em uma capa de UH, quando do aniversário de dois anos da instauração da ditadura. A seguir, discutiremos o sentido de silêncio para Orlandi (2007), da corrente da AD pechetiana, tendo como recorte 3 fotos e suas respectivas legendas, a respeito do aniversário de um ano do golpe militar, sendo 2 do jornal Última Hora e 1 do jornal Folha de S. Paulo, como forma de comparar os discursos e seus posicionamentos. Mais adiante, no mesmo capítulo, focaremos a questão da censura na ditadura militar e suas categorias, observando a questão da censura sob o olhar da AD pechetiana. Como recorte, foram selecionadas seis notícias censuradas do jornal O Estado de S. Paulo (OESP), do período entre maio de 1973 e julho de 1974. Como nosso *corpus* delimita-se ao material disponível na internet, utilizamos apenas o OESP neste capítulo porque somente esse jornal disponibiliza on-line as edições censuradas pelo regime militar. As notícias selecionadas versam sobre temas variados, cuja divulgação poderia afetar a formação imaginária tanto do governo quanto do país e de seu povo. Observaremos, então, como o silêncio atua em favor desse ou daquele posicionamento, fazendo falar determinados sentidos e apagando outros.

Depois de discutirmos os posicionamentos dos jornais pesquisados, observaremos como esses posicionamentos se refletem nos sites que abrigam os acervos digitais dos jornais Última Hora e do jornal O Estado de S. Paulo que trata sobre a censura na época da ditadura militar. Como recorte, foram selecionados a página inicial do site do Arquivo Público do Estado de São Paulo, as páginas “inicial”, “jornais” e “pesquisar edições” do fundo Última Hora, a página “especiais” do Portal do Estadão, a primeira página de “edição apreendida” e 5 cabeçalhos que apresentam as notícias censuradas dos dias 30 de março de 1973, 17 de abril de 1973, 10 de maio de 1973, 17 de outubro de 1973 e 03 julho de 1973. Também utilizamos a página “Especial: 1 ano sob censura” que se refere a uma censura recente infligida ao jornal. A partir desses

recortes, poderemos observar qual a imagem que os sites formam de si, de seus interlocutores e da ditadura militar, marcando, assim, seu posicionamento.

Ideologia e ditadura militar



Fernando Botero. Série Abu Ghraib. 2005. Óleo sobre tela.

“A revolução foi um perfeito trabalho de equipe, da qual fui apenas uma peça na engrenagem.”

General Castelo Branco

2 IDEOLOGIA E DITADURA MILITAR

Iniciou-se no dia 31 de março de 1964, em Juiz de Fora, Minas Gerais, a movimentação de tropas comandada pelo general Olympio Mourão Filho com a finalidade de depor João Goulart da Presidência da República. Aos poucos, regimentos militares de diferentes pontos do país também se rebelam e aderem ao movimento para derrubar o presidente civil. No dia seguinte, Goulart segue do Rio de Janeiro a Brasília e Costa e Silva proclama-se “comandante do exército nacional”. Em 2 de abril, Goulart segue de Brasília a Porto Alegre e de lá, mais tarde, saíria do Brasil. Nesse mesmo dia, o Congresso Nacional, representado por Auro de Moura Andrade - senador do PSD pelo Estado de São Paulo e presidente do Senado - declara vacância do cargo de presidente da República e empossa Ranieri Mazilli, presidente da Câmara dos Deputados no cargo em questão. Dias mais tarde, baixa-se o primeiro Ato Institucional - que viabiliza a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos – e toma posse o general Castelo Branco, dando início ao período da ditadura militar que perdura por 21 anos no Brasil.

Entretanto, as origens ou causas da ditadura militar não se resumem na ação de apenas uma pessoa isolada (no caso Mourão Filho) ou de um acaso imediato dos acontecimentos. Mas pode-se dizer que foi fruto da estrutura político-econômica e social que antecedeu e atravessou todo o período, sendo seus resquícios encontrados até hoje, da política à fala do cotidiano.

Os anos que antecederam o golpe em abril de 1964 foram marcados pela queda do populismo e pela falta de representatividade do capital multinacional na economia brasileira. Com o intuito de alcançar uma liderança política, o capital multinacional e associado organizou grupos de pressão que envolviam a classe média, empresários, industriais, políticos, banqueiros, comerciantes, etc. contrapondo-se à política populista, à burguesia tradicional e aos setores oligárquicos, visando à substituição do populismo pelo controle de massa coercitivo que lhe garantisse representatividade no governo. Segundo Dreifuss (1981),

Os empreendimentos transnacionais e nacionais de grande escala, agindo como um bloco de poder, tentaram flanquear as restrições político-econômicas do populismo enquanto minavam o sistema político e o regime tradicional. Ao assumir a liderança dos principais setores da economia, o bloco multinacional e associado organizou

grupos de pressão e federações profissionais de classe, escritórios técnicos e anéis burocrático-empresariais, com o objetivo de conseguir que seus interesses tivessem expressão a nível de governo. Contudo, a liderança do bloco de poder multinacional e associado era obviamente incompatível com o domínio político da burguesia tradicional e setores oligárquicos (DREIFUSS, 1981, p. 104).

Com isso, notamos que o período foi permeado pela luta de vozes entre classes que disputavam a sua representatividade no governo e sua consequente hegemonia no poder. Nesse embate, a burguesia multinacional associada, capitaneada pelo complexo IPES/IBAD, disseminou uma longa campanha ideológica a fim de fragilizar a esquerda política e o trabalhismo através, e principalmente, dos meios de comunicação como rádio, televisão e jornais. A ação ideológica promovida pelo IPES/IBAD, doutrinando contra o comunismo e o populismo através da mídia com a finalidade de minar o apoio ao governo e reunir a classe média contra ele, não seria o suficiente, sendo preciso construir uma rede de apoio dentro das Forças Armadas. Tanto o foi que alguns dos mais destacados associados ao IPES/IBAD foram oficiais influentes da época. Mas o que foram os grupos IPES/IBAD?

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD era um grupo de ação política e ideológica, criado em fins da década de 1950 e instituído com o propósito de “defender a democracia”, tendo como participantes das atividades do IBAD os membros do Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP), da *American Chambers of Commerce* e de outras associações de classe importantes (DREIFUSS, 1981). O IBAD operava de modo reservado, procurando apoio de diferentes fontes para alcançar seus objetivos e preparando a infraestrutura de manobras futuras.

Através do IBAD, os intelectuais orgânicos das classes empresariais se mostraram dinâmicos em estabelecer ligações com empresários, militares e detentores de altos cargos públicos, bem como em mobilizar o público em geral. O IBAD influenciou e penetrou no legislativo e nos governos estaduais, interveio em assuntos eleitorais nacionais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular. Ele ajudou a promover ainda alguns líderes camponeses e sindicais, movimentos estudantis e organizações de pressão dentro das classes médias (DREIFUSS, op. cit., p. 102-103)

Já o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES reunia militantes de diferentes correntes de pensamento que se uniam pelas relações econômicas multinacionais e associadas, pelo posicionamento anticomunista e pela ambição de remodelar o Estado. Fundado oficialmente em 29 de novembro de 1961, o IPES tinha

uma dupla vida política. Para seus simpatizantes e defensores, o IPES era uma organização de homens de negócios e intelectuais, uma agremiação apartidária que, segundo o documento básico “A responsabilidade democrática do empresário”, citado por Dreifuss (1981), tinha como objetivo

(...) ‘promover a educação cultural, moral e cívica dos indivíduos’, ‘desenvolver e coordenar estudos e atividades de caráter social’ e, ‘por meio de pesquisa objetiva e discussão livre, tirar conclusões e fazer recomendações que irão contribuir para o progresso econômico, o bem-estar social e fortificar o regime democrático do Brasil’ (IPES⁷ apud DREIFUSS, 1981, p. 164).

Já o lado oculto do IPES coordenava uma campanha política, ideológica e militar, manipulando opiniões e promovendo operações secretas da burguesia, executadas por forças-tarefas especializadas, unidades de ação e grupos com codinomes e subsidiários (DREIFUSS, op.cit., p. 164). Embora alguns de seus fundadores considerassem importante que o IPES deveria ser uma organização clandestina, optou-se por operar também com o conhecimento do público, tendo, assim, uma dupla função.

Dessa forma, o complexo IPES/IBAD atuava em conjunto, sendo que o IPES estruturava-se como centro estratégico e o IBAD configurava-se como uma unidade tática, assumindo a maior parte das glórias e fracassos das atividades secretas, expondo-se, assim, mais ao público que o IPES. Esse complexo, com isso, “(...) se tornava o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar” (Ibid., p. 164).

Em decorrência disso, para Dreifuss (op. cit.), o que aconteceu entre 31 de março e 1º de abril de 1964 não foi um golpe militar, mas a culminância de um movimento civil-militar, em que cargos importantes do governo Castelo Branco foram dados a empresários industriais multinacionais realizando, assim, os anseios da burguesia multinacional e associada. Mas se a preparação do golpe foi resultado de uma conspiração civil-militar, o golpe foi essencialmente militar. Embora no primeiro governo militar sobressaíssem os interesses do capital internacional, houve nos anos seguintes a crescente militarização do governo, com a ocupação de cargos importantes pela ala militar, além do abandono da cartilha liberal, representado pelo intervencionismo e pela estatização realizados pelo regime. Fico (2004, p. 38) reflete que

⁷ IPES. A responsabilidade democrática do empresário. Rio de Janeiro. P. 4. Apud DREIFUSS, 1981.

As sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo, que pela primeira vez na história brasileira envolveria diretamente os militares na atividade de polícia política, também demonstra a feição militar do regime. Do mesmo modo, sucessivas levadas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais. Além disso, o silêncio com que empresários, em outras fases da ditadura, assistiram ao abandono da cartilha liberal, sobretudo com o incremento do intervencionismo e da estatização, também indica que, se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar – em duas palavras: de uma ditadura militar. (FICO, 2004, p. 38).

Com isso, podemos perceber a ação da ideologia tanto antes do golpe - favorável à conspiração civil-militar - quanto depois, predominantemente voltada aos interesses militares. Essa ação da ideologia pode ser detectada no/pelo discurso, já que qualquer transformação ou mudança na sociedade se reflete na palavra (BAKHTIN, 2006). A partir disso, veremos a seguir a concepção de ideologia pela vertente bakhtiniana e também pela corrente pechetiana, com a finalidade de termos dois olhares diferenciados sobre a ação da ideologia e o papel do sujeito na construção do discurso.

2.1 A questão da ideologia, do sujeito e do sentido para Bakhtin e Pêcheux: acordos e desalinhos

A noção de ideologia trabalhada pelo Círculo de Bakhtin tem suas raízes em Karl Marx. Esse filósofo entende a estrutura da sociedade como constituída em dois níveis, quais sejam, a infraestrutura e a superestrutura. Enquanto a primeira refere-se às forças produtivas e às relações de produção, a segunda remete às instâncias jurídico-políticas (Direito e o Estado) e ideológicas (religião, moral, distintas ideologias, entre outras). Para Marx, a ideologia é concebida como um disfarce e um ocultamento da realidade social que obscurece a percepção das contradições e da existência das classes sociais, promovida pela classe dominante com a finalidade de manter e legitimar o seu poder. Marx e Engels afirmam que as ideias dominantes são, em todas as épocas, as ideias das classes dominantes, isso porque a classe que tem à sua disposição “os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para produção espiritual” (MARX; ENGELS, 2009, p. 67). Para Marx e Engels, a ideologia surge no momento em que a divisão social do

trabalho separa trabalho manual e trabalho intelectual (MIOTELLO, 2005). Tomando por base os estudos de Marx e Engels, Bakhtin e seu Círculo reformulam alguns aspectos da teoria de Marx e criticaram a forma direta e mecânica em que os teóricos marxistas concebiam a relação entre a infra e superestrutura.

Bakhtin e o Círculo postulam que essa relação entre a base econômica e superestrutura se concretiza na linguagem, afirmando que o “problema da relação recíproca entre a infra-estrutura e as superestruturas (...), pode justamente ser esclarecido, em larga escala, pelo estudo do material verbal”(BAKHTIN, 2006, p. 40). Apoiado nessa relação entre as duas estruturas através da linguagem, Bakhtin introduz a noção de ideologia do cotidiano, ao lado da ideologia da moral, das ciências e do direito, acreditando que é por meio da palavra – mesmo aquela dos encontros casuais – que se contribui para a consolidação da ideologia oficial.

A ideologia oficial pode ser entendida como a relativamente dominante e estável, que tenta semear uma concepção única de produção de mundo (MIOTELLO, 2005). É aquela que se dissemina através da moral, do direito, da religião, da arte, da ciência, dentre outras instituições socialmente legitimadas. Já a ideologia do cotidiano está presente nos encontros fortuitos, nas conversas do dia a dia. Ela é a totalidade da atividade mental centrada na vida cotidiana e “constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência” (BAKHTIN, 2006, p. 121). É relativamente instável e pode ser entendida como acontecimento. A ideologia do cotidiano pode ainda ser subdividida em vários níveis, dentre eles Bakhtin destaca as de nível superior e inferior. O estrato inferior da ideologia do cotidiano é o nível dos encontros casuais e por período limitado de tempo, em que as atividades mentais não possuem uma forma ideológica clara. Nesse estrato inferior, encontram-se os pensamentos confusos, as palavras fortuitas e inúteis. Bakhtin reflete que é muito “difícil perceber nesses farrapos ideológicos leis sociológicas. (...) [Neste nível] só se apreendem regras estatísticas: é apenas a partir de uma grande massa de produtos dessa ordem que se pode descobrir as grandes linhas de uma ordem sócio-econômica” (BAKHTIN, op.cit., p. 122-123). Já os estratos superiores da ideologia do cotidiano estão em contato direto e próximo aos sistemas ideológicos. É o nível em que se repercutem as mudanças das infraestruturas socioeconômicas mais rapidamente, e é aqui que se “acumulam as energias criadoras com cujo auxílio se efetuam as revisões

parciais ou totais dos sistemas ideológicos” (Ibid., p. 123). A ideologia é materializada aqui em organizações sociais determinadas.

A ideologia do cotidiano e a oficial influenciam-se mutuamente, dado que é a partir da primeira que a oficial corrobora-se e afirma-se como tal, ao mesmo tempo em que esta última confere uma orientação, um direcionamento à primeira. Nas palavras de Bakhtin,

Os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia. Mas, ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano; alimentam-se de sua seiva, pois fora dela, morrem (...) (BAKHTIN, 2006, p. 121).

Em outras palavras, é no cotidiano, na psicologia do corpo social que nasce a ideologia, e que esta vai tomando forma e consistência conforme as ideias evoluem e se consolidam, construindo assim a ideologia oficial. Mas tal consolidação só é possível através da interação verbal. Diferentemente da relação mecânica da teoria marxista, em que qualquer alteração em uma estrutura implica mudanças imediatas na outra, as relações entre a ideologia oficial e a do cotidiano se desenvolvem gradualmente, através da materialidade verbal. O fato de a palavra estar presente em todas as relações entre os indivíduos, desde uma conversa informal na rua até numa palestra científica na universidade, a torna o indicador mais sensível de transformações sociais, “mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados” (BAKHTIN, 2006, p. 40). A palavra do cotidiano pode consolidar a ideologia oficial, assim como pode também refutá-la, apontando para uma nova construção ideológica.

Além dessas relações entre ideologia oficial e a do cotidiano, Bakhtin também discute a concepção marxista de ideologia como falsa consciência, como ocultamento das contradições sociais, entendendo-a como a expressão de uma tomada de posição determinada (MIOTELLO, 2005). Com isso, o sujeito ativamente se posiciona e, dessa forma, expressa e dá vida à ideologia, rompendo com os pressupostos defendidos por estudiosos marxistas e teóricos em geral das Ciências Humanas quanto ao modo de analisar a ideologia como subjetiva ou interiorizada, como se esta tivesse um lugar permanente na consciência do homem. Para Bakhtin e o Círculo, a ideologia necessita da interação regeneradora para sobreviver, caso contrário, se estiver isolada e imóvel na

consciência, a ideologia degenera e morre. O filósofo russo e seu grupo ainda refutam a concepção idealista ou psicologizada, em que a ideologia é uma ideia pronta e acabada e que se desenvolve no interior do indivíduo. Eles discordam desse entendimento, pois a concebem como produto da interação social, fruto desse em constante modelação, construída e reconstruída continuamente pelo meio dialógico-social. Em vista disso, pode-se dizer que “a ideologia é o sistema sempre atual de representação de sociedade e de mundo construído a partir das referências construídas nas interações e nas trocas simbólicas desenvolvidas por determinados grupos sociais organizados” (MIOTELLO, *op. cit.*, p. 176).

Sendo assim, sob a ótica bakhtiniana, a ideologia oficial era passada pela classe dominante (empresários, banqueiros, alto escalão militar, etc.) para a classe dominada, se infiltrando na ideologia do cotidiano através da palavra, ou seja, de propagandas a favor do governo militar, filmes e jornais que reforçavam os valores capitalistas, dentre outros meios de disseminar as “vantagens” do governo ditatorial militar e rechaçar tudo o que se configurava como oposição ao regime. A partir disso, a ideologia oficial influencia a do cotidiano de forma a se garantir no poder, enquanto esta última retroalimenta a oficial, dando-lhe legitimação. Entretanto, embora a palavra do cotidiano colaborasse para a consolidação da ideologia oficial, existiam discursos de resistência que visavam a romper com tal ideologia, o que se desdobrou na repressão e censura, fatores que discutiremos mais adiante.

Enquanto Bakhtin e o Círculo buscam diretamente de Marx a matéria-prima para construir sua concepção de ideologia, Pêcheux resgata a noção de ideologia e sujeito dos estudos de Louis Althusser que, por sua vez, apoia-se nos pressupostos de Marx para formular tais conceitos. Na teoria marxista, o governo, a administração, o exército, as prisões, etc. formam o que Marx denomina de Aparelho de Estado (AE). Althusser resgata a noção de AE e passa a chamá-la de Aparelhos Repressivos de Estado (ARE) e ao lado deste, cria o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) (ALTHUSSER, 1992, p. 67). Enquanto os AREs têm por função preservar e resguardar a ideologia dominante, combatendo e punindo através da violência quem se opuser ou desviar-se dela, os AIEs, constituídos pela família, escola, Igreja, etc. encarregam-se de reproduzir a ideologia dominante através das práticas sociais. Para Althusser, o Aparelho do Estado é formado pelo conjunto dos AREs e dos AIEs e é esse conjunto que assegura a reprodução das condições de produção.

Os Aparelhos Repressivos de Estado pertencem ao domínio público, e sua unidade é garantida por meio de sua organização centralizada, unificada sob o comando dos representantes do/no poder. Funcionam predominantemente através da repressão, e secundariamente pela ideologia. O papel dos AREs consiste em

(...) garantir pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção, que são em última instância relações de exploração. Não apenas o aparelho de Estado contribui para sua própria reprodução (...) mas também, e sobretudo o Aparelho de Estado assegura pela repressão (da força física mais brutal às simples ordens e proibições administrativas, à censura explícita ou implícita, etc.) as condições políticas do exercício dos Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, op. cit., p. 74).

Já os AIEs têm sua unidade assegurada pela ideologia dominante, e a maioria desses aparelhos (como a escola, a família, a Igreja, grande parte dos jornais, os partidos, os sindicatos, entre outros) pertence ao domínio privado. Os AIEs funcionam principalmente pela ideologia e secundariamente pela repressão atenuada ou simbólica. São esses aparelhos que asseguram, em grande parte, a reprodução das relações de produção, sob a proteção dos aparelhos repressivos de Estado. É nos AIEs que se desenvolve o papel da ideologia dominante (da classe dominante que detém o poder do Estado), e é essa ideologia que proporciona certa harmonia (muitas vezes tensa) entre os AIEs e os AREs.

Observando esses dois tipos que compõem o aparelho de Estado, Althusser intenta construir uma teoria sobre a ideologia em geral e enuncia duas teses, quais sejam, a de que só existe prática através de/e sob uma ideologia, e a de que só há ideologia pelo e para o sujeito. A primeira tese trata de que não há como fugir da ideologia, pois ela sempre interpela o sujeito. Se o sujeito tenta escapar de uma, ele certamente será ou já está sendo influenciado por outra. E é essa constante interpelação da ideologia no sujeito que produz efeitos de obviedade, “a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – (...) – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar” (ALTHUSSER, 1992, p. 94). Já a segunda tese reflete que o sujeito constitui a ideologia e esta o constitui. Nas palavras de Althusser, “a ideologia existe para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela categoria de sujeito e de seu funcionamento” (Ibid., p. 93).

Ao resgatar os pressupostos de Althusser, Pêcheux (1996) afirma que as ideologias não se compõem de ideias, mas de práticas. Ou seja, a ideologia não é um

bloco de pensamentos homogêneo e regular, da mesma forma que não se pode atribuir a cada classe sua própria ideologia. Ela é heterogênea e constitui espaço de conflitos e de lutas ideológicas. Afirma também que os AIEs não são a expressão da dominação da ideologia da classe dominante (que é a ideologia dominante), “mas o local e o meio de realização dessa dominação” (PÊCHEUX, 1996, p. 144). Isso não quer dizer que os AIEs são puramente instrumentos da classe dominante, como máquinas ideológicas que apenas reproduzem as relações de produção, mas ao contrário, o AIE é o que aciona uma luta de classes muito acirrada e constante (PÊCHEUX, op. cit.). Diferentemente de Althusser, Pêcheux concebe os AIEs como um conjunto complexo de relações de contradição-desigualdade-subordinação e não como puros instrumentos da classe dominante, de tal forma que a contradição de interesses que se processam no interior da luta de classes pode contribuir tanto para a reprodução quanto a transformação das práticas e dos saberes ideológicos dominantes (ZANDWAIS, 2009, p. 33-34).

Pêcheux recebe contribuições de Althusser, mas dele se afasta à medida que incorpora o conceito de formação discursiva com intuito de conferir à ideologia não apenas “materialidades em termos de ação, ritos, práticas institucionais, inscritas nas formações ideológicas, mas também materialidades discursivas, tomadas na base linguística” (ZANDWAIS, 2009, p. 28). Pêcheux também leva as discussões das relações de ruptura ao campo da prática política, adotando uma postura mais crítica que a de Althusser que restringe o alcance das análises das formações ideológicas à prática da reprodução (ZANDWAIS, op. cit.).

No palco da luta de classes, a ação ideológica se configura como efeito de naturalização de sentidos, ilusão de que os sentidos são transparentes e homogêneos, de maneira a ocultar as contradições e as desigualdades sociais. Isso se deve ao fato de a ideologia e o inconsciente “operarem ocultando sua própria existência, produzindo uma rede de verdades ‘subjettivas’ evidentes, com o ‘subjettivas’ significando, aqui, não ‘que afetam o sujeito’, mas ‘em que o sujeito se constitui’” (PÊCHEUX, 1996, p. 148).

Assim, segundo a linha pechetiana, os aparelhos ideológicos do Estado tratavam de reproduzir as relações de produção, ou seja, disseminar a formação ideológica da classe dominante através dos meios de comunicação de forma que os valores capitalistas fossem reiterados e entendidos como naturais e/ou óbvios. Se a reprodução dessas relações capitalistas, por algum motivo, ficar comprometida – caso em que as formações ideológicas de esquerda começaram a se manifestar no cenário político da época, confrontando-se com os valores burgueses – entra em ação os aparelhos repressivos do

Estado, como a polícia que duramente reprimia os opositores ao regime militar. Nesse ínterim, a ideologia capitalista oriunda da classe dominante dos idos de 1964 produzia o efeito de evidência de que o comunismo era um malefício à sociedade, assim como o dizer que entende como óbvio que o brasileiro não sabe votar, dizeres esses que ainda ressoam em nossos dias.

A ideologia, portanto, é uma palavra que nos remete a diferentes sentidos, embora tenhamos a ilusão de que os sentidos já nascem com as palavras. Sobre o sentido, Pêcheux o concebe como não imanente às palavras e dependentes do contexto sócio-histórico-ideológico. Isso quer dizer que nenhuma palavra está presa a um único sentido em toda ou em qualquer ocasião ou espaço, mas é passível de refletir diferentes sentidos dependendo do lugar, do tempo e do posicionamento ideológico que o sujeito se encontra imerso no momento que profere o dizer. Pêcheux (1997) reflete que as palavras, expressões, proposições, entre outros, “mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (...) nas quais essas posições se inscrevem.” (p. 160). A palavra “ditadura”, por exemplo, proferida por um general em abril de 1964 a favor do golpe, em Brasília, reflete um sentido diferente se dita por um jovem estudante da mesma época, no Rio de Janeiro. Assim como, se a mesma palavra fosse falada hoje, pode remeter às diferentes sentidos de “ditadura”, não só ao regime de 1964, mas também à ditadura da beleza, da boa forma, da fala gramaticalmente correta, entre outros. Mesmo se nos referirmos especificamente à ditadura militar de 1964, poderemos captar diferentes sentidos ao longo dos seus 21 anos de duração, dependendo da posição que o sujeito ocupa e do período de tempo em que se encontra. Para um estudante universitário hoje, a ditadura militar pode significar tortura e violência. Para um soldado, hoje aposentado, que viveu o período do “milagre econômico” (em que a economia brasileira crescia ao custo da elevação da dívida externa), pode significar tempos de fartura e riqueza. Dessa maneira, os sentidos são passíveis de mudança conforme a posição, o tempo e o espaço ocupado pelo sujeito do discurso.

Para Bakhtin, sentido e significado são conceitos distintos. Mas para discutir sobre isso, é necessário estabelecer uma distinção entre sinal e signo. O sinal tem uma função prefixada, unidirecional, possui forma unívoca, não é capaz de gerar equívocos ou diferentes interpretações (MIOTELLO, 2002). Imutável, o sinal não pertence ao domínio da ideologia. Bakhtin (2006) afirma que o “sinal é uma entidade de conteúdo

imutável; ele não pode substituir, nem refletir, nem refratar nada; constitui apenas um instrumento técnico para designar este ou aquele objeto(...) ou este ou aquele acontecimento (...)" (BAKHTIN, 2006, p. 94). O significado possui a capacidade potencial de construir sentido, própria das formas gramaticais da língua e dos signos linguísticos. É o sentido sedimentado historicamente, em razão dos usos reiterados (CEREJA, 2005).

Já o signo traz consigo a plurivocidade, a indeterminação semântica e a adaptação a diferentes situações. O signo, que ocupa o território da consciência e da ideologia, é criado no meio social e resultado de um consenso entre indivíduos em um processo de interação socialmente organizado, sendo que qualquer mudança que ocorra na sociedade é refletida nele. Constitutivo do signo, o tema é indissociável da enunciação, já que só pode ser observado no momento concreto da enunciação. Para identificá-lo, é necessário saber não somente o sentido potencial do signo, mas o sentido que esse assume no contexto histórico em que se encontra, assim como a situação específica da enunciação, conforme os elementos extraverbais que participam da constituição do sentido (CEREJA, 2005). Com isso, o tema possui um caráter valorativo, reclama sempre uma compreensão responsiva. É determinado por fatores verbais e extraverbais, sígnicos e não sígnicos que constituem parte da interação verbal. É além de dependente da situação sócio-histórica, é ancorado na interação dialógica, o que mostra seu aspecto instável, não reiterável e irrepetível.

Enquanto o significado pode ser considerado um estágio inferior da capacidade de significar, o tema é um estágio superior da mesma capacidade. Enquanto o primeiro é estável, repetível, possuindo uma capacidade potencial de construção de sentido, o último é instável, mutável e dependente da situação histórica da enunciação. O tema, portanto, pode ser considerado como o(s) sentido(s) do signo, levando em conta o enunciado concreto, a situação sócio-histórica que envolve o momento do dizer. Já a significação é da ordem dicionarizada da língua, que diz respeito ao sentido estabilizado pelo uso reiterado e que não depende da situação social e histórica que envolve o signo (linguístico) a ser analisado. Embora diferentes, ambos não podem ser dissociados na realidade linguística, apenas podem ser separados por processos de abstração, por análise, em nível teórico. Nas palavras de Bakhtin (2006, p. 132),

O tema é um sistema de signos dinâmico e complexo, que procura adaptar-se adequadamente às condições de um dado momento da evolução. O tema é uma reação da consciência em devir ao ser em

devir. A significação é um aparato técnico para a realização do tema. Bem entendido, é impossível traçar uma fronteira mecânica absoluta entre a significação e o tema. Não há tema sem significação e vice-versa.

Retomando o exemplo sobre os sentidos da palavra “ditadura”, no caso de Bakhtin, as acepções apontadas pelo dicionário como “1. Forma de governo em que todos os poderes se enfeixam nas mãos dum indivíduo, grupo, partido ou classe. 2. Tirania” (FERREIRA, 1993, p. 191) referem-se à significação do signo, remetendo aos sentidos que ele potencialmente pode refletir ou historicamente já assumiu. Entretanto, o tema do signo só pode ser observado na situação concreta que envolve o enunciado, exigindo a situação sócio-histórica específica da enunciação.

Em se tratando de signos e sentidos, para ambos os autores percebemos que há a necessidade de vincular os sentidos ao contexto social, histórico e ideológico, sem deixar de considerar os sujeitos envolvidos na interlocução. Dessa forma, discutir a noção de sujeito se faz necessária, pois é por/para ele que o discurso deve a sua existência. Além de o sujeito ser interpelado pela ideologia, ele também é afetado pelo inconsciente e pela história, segundo a concepção de Pêcheux. O sujeito é atingido pela historicidade à medida que é marcado espacial e temporalmente, ou seja, ele constrói seu discurso inserido em dado contexto sócio-histórico, não sendo possível dissociá-lo das condições espaço-temporais em que se encontra. Embora o sujeito tenha a impressão de ser homogêneo, uno, centrado, ele não o é, pois o sujeito é atingido pelo inconsciente e pela ideologia que o fazem ter tal ilusão. A noção de sujeito como centro é deslocada para o espaço discursivo criado entre o “eu” e o “tu”. Para Brandão (2006), “o sujeito só constrói sua identidade na interação com o outro” (p. 76). Veremos mais adiante que esta última ideia, a de que o sujeito é construído na relação, também é compartilhada por Bakhtin, embora haja divergências em outros aspectos em relação ao sujeito.

Tendo a ilusão de ser origem de seu dizer, o sujeito pechetiano é afetado pelo mecanismo chamado esquecimento de número 1, ou esquecimento ideológico, em que o sujeito acredita ser a fonte de suas palavras. Orlandi (2005) reflete que esse esquecimento “é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes” (p. 35). Outra ilusão do sujeito é a de que há uma correspondência direta entre palavra e sentido, e que só existe uma maneira de construir uma sequência discursiva, esquecendo-se que ao lado

de suas palavras vão se formando famílias parafrásticas que indicam a existência de outras formas de dizer. Esse tipo de ilusão é denominado de esquecimento de número 2 ou esquecimento enunciativo, dado que é da ordem da enunciação, em que o sujeito escolhe, dentro de uma formação discursiva que o captura, isto é, “(...) no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.” (PÊCHEUX, 1997, p. 173).

O posicionamento discursivo do sujeito recebe influência da formação discursiva (FD) na qual está inserido. Por formação discursiva (FD) entende-se como aquilo que, face a uma formação ideológica determinada, ou seja, “a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, op. cit., p. 160). É em cada FD que o sentido se constitui, nas relações entre palavras, expressões e proposições de uma mesma formação discursiva. E as relações de sentido construídas dentro de uma FD não se limitam a uma época apenas, mas é possível encontrar “(...) elementos que tiveram existência em diferentes espaços sociais, em outros momentos históricos, mas que se fazem presentes sob novas condições de produção, integrando novo contexto histórico, e, conseqüentemente, possibilitando outros efeitos de sentido.” (FERNANDES, 2005, p. 55). A partir disso, o sujeito, inserido em dado conjunto de sentidos fomentados pela FD que o domina, assume uma posição e dela elabora seu dizer. Ao ocupar dada posição, o sujeito constrói seu discurso conforme a orientação da FD em que está inserido, sem, entretanto, esgotar a posição sujeito. Ou seja, o sujeito ocupa uma posição durante certo tempo apenas, sem apropriar-se dela.

Com isso, é possível perceber que o sujeito pode assumir diferentes posições em dada FD, como também pode se desidentificar com uma FD e se identificar com outra, rompendo com o posicionamento anteriormente assumido. Grigoletto (2005) reflete que ao se desidentificar de uma FD e se identificar com outra, não se deve supor o apagamento total dos saberes com os quais o sujeito está se desidentificando. Nas palavras da autora, “o que é anterior, continua ressoando, fazendo eco nessa nova forma-sujeito na qual o sujeito se inscreveu e que também está determinada social, histórica e ideologicamente” (GRIGOLETTO, op. cit., p. 65).

Em resumo, o sujeito pechetiano é construído na/pela história, interpelado pelo inconsciente e assujeitado pela ideologia, que o faz ter a ilusão de ser o centro e origem

do dizer. Entretanto, o sujeito é produto da interação com o Outro, e não polarizado no “eu” ou no “tu”. Bakhtin concorda que a construção do sujeito se desenvolve na relação entre o “eu” e o “outro”, contudo, discorda da submissão, do assujeitamento completo do sujeito a uma ideologia, ao inconsciente, a condições históricas ou a qualquer álibi que o isente de responsabilizar-se por seus atos. Embora considere que muitos fatores possam interferir na atitude do sujeito, existe e resiste dentro dele a vontade própria, a autonomia, o poder de decidir o rumo de sua vida e de suas palavras.

O sujeito bakhtiniano não é apenas biológico, empírico, mas implica também considerar a situação sócio-histórica concreta do sujeito, tanto em termos discursivos quanto não discursivos. É, portanto, um sujeito influenciado pelas condições sócio-históricas, mas não determinado por elas, já que ele é um ser de responsabilidade. Dessa forma, Sobral (2005) afirma que o sujeito do Círculo de Bakhtin é concebido “(...) não como fantoche das relações sociais, mas como um agente, um organizador de discursos, responsável por seus atos e responsivo ao outro.” (SOBRAL, op. cit., p. 24).

Para o Círculo, o sujeito é construído socialmente, na relação verbal com o outro. É através da alteridade, no dialogar com o outro, que os indivíduos se constituem e se alteram constantemente. O outro consegue ver aspectos em mim que me escapam, da mesma forma que vejo o que o outro não consegue ver de si mesmo. Essa ideia é denominada por Bakhtin de *excedente de visão*, e esclarece que, em qualquer situação ou proximidade que o outro possa estar em relação a mim, “(...) sempre verei e saberei algo que ele, de sua posição fora e diante de mim, não pode ver (...)” (BAKHTIN, 2003, p. 21). É a categoria axiológica, valorativa, do outro, somada à relação que tenho com esse outro sujeito, que situado em um lugar singular e fora de meu espaço, me dá acabamento e me completa. Para Bakhtin, “em todas as formas estéticas, a força organizadora é a categoria axiológica de outro, é a relação com o outro enriquecida pelo excedente axiológico da visão para o acabamento transgrediente.” (BAKHTIN, op. cit., p. 175). O indivíduo, então, é constituído na relação dialógica com o outro, tecido por vários fios discursivos que partem de outros indivíduos igualmente constituídos pela rede dialógica discursiva. Eis a heterogeneidade do sujeito esculpido por diferentes vozes, que nem sempre são concordantes entre si ou se deixam ver na superfície discursiva. A voz do outro, muitas vezes, oculta-se e dilui-se no emaranhado de vozes presentes no indivíduo, assim como é o conflito que predominantemente contribui para a formação do “eu”.

Embora influenciado pelo contexto e construído na relação com o outro, o sujeito é responsável por seus atos, não podendo ser essa responsabilidade transferida a outros fatores exteriores a ele, como a ideologia, por exemplo, pois cada sujeito é único, singular na existência, e por isso, não tem como escapar de sua responsabilidade existencial. Para Bakhtin (2010), “separada da responsabilidade, a vida não pode ter uma filosofia; ela seria, por princípio, fortuita e privada de fundamentos” (p.117). Além do não álibi no existir, o sujeito bakhtiniano é um ser de resposta. Ao ouvir o que o outro diz, o sujeito ativamente lhe responde, rompendo com a ideia de ouvinte passivo e estático das teorias de processos comunicacionais de então (como a estruturalista), fundamentadas em um emissor que emite uma mensagem através de um código por meio de um canal a um receptor. O ouvinte, ao compreender o que o outro diz, lhe responde imediatamente através de sua compreensão ativa. Bakhtin (2003) nos diz que

(...) o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc. essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do ouvinte. (BAKHTIN, 2003, p. 271)

O Círculo bakhtiniano entende que o indivíduo não é passivo, ouvindo sem propor uma resposta, uma compreensão. Assim como também refuta a ideia de indivíduo como falante contínuo, sem esperar uma resposta do outro. É o que acontece na dinâmica social, em que o sujeito tanto é passivo como ativo. Bakhtin (2010) reflete que, quando o indivíduo se encontra na existência (passividade), ele participa ativamente dela, da mesma forma que “(...) a minha singularidade é dada, mas ao mesmo tempo ela se dá sempre na ação, no ato, isto é, como o que me é dado para realizar; é, ao mesmo tempo, ser e dever: eu sou real, insubstituível e é por isso que preciso realizar a minha singularidade peculiar.” (BAKHTIN, 2010, p. 98). Portanto, a resposta ao que me é dado é um dos elementos basilares que me torna único e insubstituível.

Para poder exercer a responsividade (responder e exercer a responsabilidade), assim como para relacionar-se com o outro e acabar-se por meio dele, ou seja, para o sujeito existir, é necessária a linguagem, que é dialógica. Sujeito e linguagem se implicam mutuamente, isso porque a consciência do indivíduo é povoada por signos e, sem o conteúdo semiótico e ideológico, a mente se torna vazia, pois a mente do sujeito possui uma natureza socioideológica (BAKHTIN, 2006). Com isso, assim como a

língua é formada por discursos alheios e está em constante formação, o sujeito é edificado pelos dizeres do outro e está em contínuo processo de construção. Mas não é porque o indivíduo é marcado por discursos alheios que ele não seja singular em sua existência. Ao contrário, ele é singular, único, à medida que os enunciados proferidos por ele são marcados pela expressividade do sujeito (MEDEIROS, 2006). A forma como o sujeito seleciona e expressa as palavras e a entonação são elementos que promovem a singularidade dos enunciados e dos sujeitos.

Com isso, podemos entender que o sujeito bakhtiniano é construído de fora para dentro, ou seja, a partir das relações de interação com o(s) outro(s). É influenciado pelo contexto sócio-histórico e ideológico, constituído por uma trama de vozes heterogêneas, mas responsável e responsável aos seus atos. É um ser singular, do diálogo, do convívio e do devir, já que sua identidade e sua completude estão em constante construção.

Tendo em vista as discussões sobre ideologia, sujeito e sentido, conceitos fundamentais para o estudo do discurso, verificaremos agora como a aplicação de tais mecanismos contribui para a compreensão do funcionamento discursivo em manifestos de adesão ou repúdio ao golpe militar publicados nos jornais Última Hora e Jornal do Brasil, ambos disponíveis na rede eletrônica, tendo em vista o contexto em que foram produzidos.

2.2 Análises de “manifestos à nação”: o ideológico em discurso

O apoio e o patrocínio a manifestos eram algumas das formas de ação da campanha ideológica do complexo IPES/IBAD para desestabilizar o governo João Goulart e, depois da deposição do presidente, apoiar a ditadura militar. Produzidos por associações e categorias funcionais e profissionais, os manifestos eram recorrentes na imprensa entre 1962 e 1964. Foram muitos os manifestos em apoio à deposição de Goulart e à ascensão de um governo militar. Dentre eles, Dreifuss (1981) destaca o “Manifesto das Classes Produtoras” que marcava a posição política de empresários brasileiros, e também o “Manifesto das Enfermeiras às Forças Armadas” que pediam a intervenção dos militares no processo político contra João Goulart, ambos publicados no ano de 1963. Tais manifestos eram publicados em jornais como o Jornal do Brasil e O Estado de S. Paulo, dentre outros de influência na época.

Mas também havia manifestos oriundos de outras formações ideológicas que apoiavam João Goulart e suas reformas de base. Esses manifestos eram publicados em

jornais de resistência ao golpe militar, como o jornal Última Hora, e o posicionamento discursivo adotado correspondia à formação discursiva na qual o sujeito filiava-se. Dessa forma, foram selecionados três manifestos publicados no jornal Última Hora, no dia 1º de abril de 1964, sendo o primeiro da Central Geral dos Trabalhadores (CEGT) dirigindo-se aos trabalhadores, como segue:

Do C.E.G.T.

**Aos Trabalhadores
e Trabalhadoras
Seus Filiados**

Fiel ao compromisso de defesa das classes que representa, e diante dos últimos acontecimentos políticos verificados no País em consequência das atitudes assumidas pelo Exmo. Sr. Presidente da República, Doutor JOÃO GOULART, em benefício do povo brasileiro, como sejam: Decreto da SUPRA, tabelamento dos aluguéis, encampação das Refinarias, combate aos especuladores e principalmente a MENSAGEM PRESIDENCIAL ao Congresso para a votação imediata das Reformas de Base necessárias ao progresso do País, o CEGT, defendendo a autoridade e o mandato do Presidente da República em face de seus atos positivos, que vieram atender às aspirações de nosso povo, e de acordo com resolução do CGT, alerta os trabalhadores a permanecerem vigilantes e mobilizados em condições de atenderem a qualquer momento a palavra de ordem de seus respectivos Sindicatos, caso seja necessário a deflagração de GREVE GERAL.

Estado da Guanabara, 30 de março de 1964.

EPIPHANIO DE OLIVEIRA BRAGA — Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos, Trolley-Bus e Cabos Aéreos do Rio de Janeiro.

JOSÉ MARTINS DA ROCHA — Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica e na Produção do Gás do Rio de Janeiro.

JUANDIR MENEZES GONZAGA — Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas do Estado da Guanabara.

Figura 1: Manifesto CEGT

Esse recorte diz respeito ao chamamento por parte do CEGT aos trabalhadores, alertando-os para uma iminente greve geral, em apoio a João Goulart. Sob a perspectiva pechetiana, observa-se o posicionamento conferido à Goulart pelo CEGT, qual seja, a de doutor, indicando sentidos de submissão das classes trabalhadoras ao governo de Jango. As enumerações das atitudes tomadas pelo presidente, tais como o Decreto da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), tabelamento dos aluguéis, encampação das refinarias, combate aos especuladores e a mensagem presidencial ao Congresso quando da votação imediata das reformas de base, apontam para as medidas que beneficiam a classe trabalhadora, operando como razões que embasam o apoio a Jango e, com isso, formar uma imagem do governo Goulart como aliado das classes menos favorecidas.

Sob o olhar bakhtiniano, é possível observar a ação dos estratos superiores da ideologia do cotidiano pela palavra, visando a consolidar a orientação reformista do governo de Jango e romper com o discurso estabilizado da concentração de riqueza capitalista. Entretanto, como afirma Bakhtin (2006, p. 123)

(...) no decorrer da luta, no curso do processo de infiltração progressiva nas instituições ideológicas (a imprensa, a literatura, a ciência), essas novas correntes da ideologia do cotidiano, por mais revolucionárias que sejam, submetem-se à influência dos sistemas ideológicos estabelecidos, e assimilam parcialmente as formas, práticas e abordagens ideológicas neles acumulados. (BAKHTIN, 2006, p. 123).

Como tal orientação afrontava a ideologia oficial historicamente estabelecida no Brasil, qual seja, a de favorecimento das classes abastadas em prejuízo das classes de baixa renda, o apoio da CEGT, que é voltado ao discurso de ruptura à ideologia dominante, em favor dos trabalhadores, submete-se à influência da forma com que a ideologia oficial aborda os sujeitos, conclamando os sujeitos através de manifestos publicados em jornais a assumirem uma posição e manifestar-se, nesse caso, em apoio ao governo de Jango.

Podemos, então, verificar aqui as diferenças entre os estudos de Bakhtin e Pêcheux, pois enquanto o primeiro postula que o sujeito pode modificar a ideologia pela palavra, Pêcheux propõe o contrário, que é a ideologia que transforma o sujeito e que, se ele modifica seu posicionamento, inserindo-se em outra FD, é porque ele está sendo

dominado por outra ideologia, já que o sujeito não existe fora dela. Como afirma Orlandi (2005) “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (p.17). Com isso, enquanto a AD pechetiana observa o manifesto como um discurso que se filia a uma dada ideologia de classe, para Bakhtin, o mesmo manifesto é um ato de ruptura da ideologia oficial que prega a submissão da classe trabalhadora, em favorecimento da elite. Considerando-se o recorte juntamente com os elementos que constituem a página em que se encontra, temos a seguinte composição:

PÓRTO, CENTRAL E LEOPOLDINA, PARALISADOS APÓS INVASÃO DE SINDICATOS PELA POLÍCIA

NA HORA H

João Mauro

San Helder Despede-se Dos Amigos Carícos

Depois de uma estadia de mais de um mês em São Paulo, o deputado federal eleito em 1962, San Helder, despede-se dos amigos carícos. O deputado, que se encontra em São Paulo desde o dia 15 de março, para tratar de assuntos pessoais, deixou ontem a cidade de São Paulo, para voltar ao Rio de Janeiro, onde se encontra desde o dia 15 de março. San Helder, que se encontra em São Paulo desde o dia 15 de março, para tratar de assuntos pessoais, deixou ontem a cidade de São Paulo, para voltar ao Rio de Janeiro, onde se encontra desde o dia 15 de março.

San Helder, que se encontra em São Paulo desde o dia 15 de março, para tratar de assuntos pessoais, deixou ontem a cidade de São Paulo, para voltar ao Rio de Janeiro, onde se encontra desde o dia 15 de março.

Joguar e o Hamor do Governador



Um dos assuntos mais interessantes da atualidade é o jogo de joguar e o hamor do governador. O jogo de joguar é um jogo de cartas muito popular no Rio de Janeiro. O hamor do governador é um jogo de cartas muito popular no Rio de Janeiro.

Timentos o Chapéu

Um dos assuntos mais interessantes da atualidade é o jogo de joguar e o hamor do governador. O jogo de joguar é um jogo de cartas muito popular no Rio de Janeiro. O hamor do governador é um jogo de cartas muito popular no Rio de Janeiro.

Por intervenção do Exército foram desalojados os sindicatos de trabalhadores de Leopoldina e Porto Alegre. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Porto Alegre
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Leopoldina
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Porto Alegre
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Leopoldina
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Porto Alegre
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Leopoldina
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Porto Alegre
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Leopoldina
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Estados
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Porto Alegre
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Leopoldina
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Porto Alegre
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Leopoldina
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Porto Alegre
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Leopoldina
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Porto Alegre
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Leopoldina
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Porto Alegre
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

GUANABARA DIA A DIA

Maria Castro

TRÊS HORAS DE TENSÃO E PÂNICO NO PALÁCIO

Três horas de tensão e pânico no Palácio Guanabara. A polícia invadiu o Palácio e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu o Palácio e os trabalhadores foram desalojados.

LEOPOLDINA
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Porto Alegre
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Leopoldina
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Porto Alegre
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Leopoldina
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Porto Alegre
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Leopoldina
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Porto Alegre
A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Elói Dutra: — Todo Apoio a Jango Contra o Golpe

Elói Dutra declarou que todo o apoio é dado a Jango contra o golpe. Elói Dutra declarou que todo o apoio é dado a Jango contra o golpe.

Elói Dutra declarou que todo o apoio é dado a Jango contra o golpe. Elói Dutra declarou que todo o apoio é dado a Jango contra o golpe.

Elói Dutra declarou que todo o apoio é dado a Jango contra o golpe. Elói Dutra declarou que todo o apoio é dado a Jango contra o golpe.

Elói Dutra declarou que todo o apoio é dado a Jango contra o golpe. Elói Dutra declarou que todo o apoio é dado a Jango contra o golpe.

Elói Dutra declarou que todo o apoio é dado a Jango contra o golpe. Elói Dutra declarou que todo o apoio é dado a Jango contra o golpe.

Ronda Das Secretarias

Ronda das secretarias. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Ronda das secretarias. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Ronda das secretarias. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Ronda das secretarias. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Ronda das secretarias. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados. A polícia invadiu os sindicatos e os trabalhadores foram desalojados.

Churrascaria GALETO
KORSA BRASA EM BARRIL DO PUNHEIRO
Apresenta: Orquestra e Cantor Trio Osório com Orquestra de Violinos
ORQUESTRAS DE VIOLINOS OSÓRIO DA LIMA
COM TÍPICO TRIO OSÓRIO, COM VIOLINO E PIANO, APRESENTANDO
HILDO MARINHOVI e os **TRES COLETTES**
"MUSICIANTES DE VIOLINOS" (TRIO OSÓRIO)
"MUSICIANTES DE VIOLINOS" (TRIO OSÓRIO)
"MUSICIANTES DE VIOLINOS" (TRIO OSÓRIO)

RESTAURANTE
Aqui você encontra o melhor da culinária brasileira. Restaura-se aqui o melhor da culinária brasileira.

RESTAURANTE
Aqui você encontra o melhor da culinária brasileira. Restaura-se aqui o melhor da culinária brasileira.

RESTAURANTE
Aqui você encontra o melhor da culinária brasileira. Restaura-se aqui o melhor da culinária brasileira.

Do C.E.G.T.
Aos Trabalhadores e Trabalhadoras Seus Filhos
Este é o momento de oferecer aos seus filhos uma educação de qualidade. Este é o momento de oferecer aos seus filhos uma educação de qualidade.

Do C.E.G.T.
Aos Trabalhadores e Trabalhadoras Seus Filhos
Este é o momento de oferecer aos seus filhos uma educação de qualidade. Este é o momento de oferecer aos seus filhos uma educação de qualidade.

Do C.E.G.T.
Aos Trabalhadores e Trabalhadoras Seus Filhos
Este é o momento de oferecer aos seus filhos uma educação de qualidade. Este é o momento de oferecer aos seus filhos uma educação de qualidade.

Resposta do Deputado Elói Dutra ao Senhor Herbert Levy
Elói Dutra respondeu ao Senhor Herbert Levy. Elói Dutra respondeu ao Senhor Herbert Levy.

Resposta do Deputado Elói Dutra ao Senhor Herbert Levy
Elói Dutra respondeu ao Senhor Herbert Levy. Elói Dutra respondeu ao Senhor Herbert Levy.

Resposta do Deputado Elói Dutra ao Senhor Herbert Levy
Elói Dutra respondeu ao Senhor Herbert Levy. Elói Dutra respondeu ao Senhor Herbert Levy.

Figura 2: Manifesto em seu contexto, UH edição vespertina.

Entendendo-se que a questão do sentido em Pêcheux e a concepção de tema em Bakhtin são noções que se assemelham, pode-se observar, no alto, o título: “Pôrto, Central e Leopoldina paralisados após invasão de sindicatos pela polícia”, produzindo efeitos de justificativa para a incitação da Greve Geral presente no manifesto da CEGT, já que os sindicatos estão reagindo à invasão da polícia. Também na parte de cima do jornal, há a referência a outros manifestos que condenam o golpe (ANEXO B), tais como o dos bancários, da União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES), Sindicatos Paulistas, Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) – que distribuiu manifesto dos estudantes da Faculdade Nacional de Direito, a Liga Feminina e o Sindicato dos Têxteis, instigando o sentido de homogeneidade de discursos, como se houvesse um consenso contra o arbítrio, já que os manifestos a favor do golpe não aparecem na composição analisada. Entretanto, embora não apareçam na página, as vozes a favor do golpe existem, já que os manifestos constituem, por assim dizer, uma resposta a tais discursos.

Abaixo das enumerações de manifestos, há o título: “Elói Dutra: - Todo apoio a Jango contra o golpe”, reforçando o sentido de rechaçar os que queriam depor o presidente João Goulart. No alto do lado direito da página, há o título “Três horas de tensão e pânico no palácio”, seguido abaixo pelos subtítulos “Metralhadora”, “Brucutu” (carro-choque de polícia) e “Lacerda”, marcando sentidos de violência, além de apontar quem está nos bastidores do golpe, no caso o governador da Guanabara Carlos Lacerda (ANEXO C). Todos esses dizeres marcando um discurso de violência e instabilidade, em que em meio ao caos, promovido pelo golpe de Estado, há os combatentes que se posicionam como leais a Jango. Observa-se que os discursos contra o golpe partem de estudantes, sindicalistas, trabalhadores e portuários, pertencentes às classes de baixa renda, posicionados numa região discursiva historicamente marcada pela luta de vozes entre dominantes e dominados.

No rodapé do canto esquerdo da página encontramos a seção “Tiremos o chapéu”, homenageando o general Jair Dutra Ribeiro que, mesmo enfermo, assumiu o comando das forças legalistas, isto é, leais a Jango (ANEXO D). Com isso, na perspectiva da AD de Pêcheux, percebe-se que o jornal filia-se a uma formação discursiva de apoio a João Goulart na Presidência, posicionando-se discursivamente contra o golpe militar. Já para Bakhtin, o jornal rompe com o discurso oficial, da elite, e

fomenta o discurso a favor de uma melhor distribuição de renda, assumindo um ponto de vista que se aproxima da ideologia do cotidiano.

No jornal do mesmo dia, situado na parte de baixo da página 6, encontra-se outro manifesto, desta vez da parte dos portuários:

11

PROCLAMAÇÃO

AOS MARÍTIMOS E AO POVO!

As FEDERAÇÕES NACIONAIS DE MARÍTIMOS, apoladas em restrições pelos Sindicatos filiados à Marinha Mercante a partir deste momento, resolvem decretar a GREVE GERAL NACIONAL em franco e decidido apoio ao GOVERNO FEDERAL, e libertação dos líderes nacionais dos trabalhadores, presos hoje pelo Governo facista e golpista da Guanabara.

Ao jornal tal deliberação, recomendamos toda a cooperação as ações das forças leais ao Governo do PRESIDENTE JOAO GOULART, e, para isso, devemos nos manter em nossos postos a bordo com os navios em condições de serem movimentados, se assim o exigir a causa NACIONALISTA que defendemos, representada pelas REFORMAS DE BASE, nos termos da mensagem Presidencial ao Congresso Nacional. Outrossim, comunicamos que as nossas Organizações Sindicais, acham-se em ASSEMBLEIA PERMANENTE defendidas pelos trabalhadores e pela VALOROSA CORPORAÇÃO DOS FUZILEIROS NAVAIS DO BRASIL.

TUDO PELAS LIBERDADES SINDICAIS E DEMOCRATAS;
TUDO PELA DEFESA DO MANDATO DO PRESIDENTE JOAO GOULART;
TUDO PELO BRASIL NACIONALISTA E DEMOCRATICO.

Rio de Janeiro, GR, 31 de março de 1964

VICENTE ALVAREZ
Presidente em Exercício da
F.N.T.T.M.F.

JOSÉ DE MELO FARIAS
Presidente da
F.N.O.M.M.O.E.T.M.F.

Figura 3: Manifesto das Federações Nacionais dos Marítimos

Nesse manifesto, as Federações Nacionais de Marítimos se posicionam favoravelmente ao governo de Jango e repudiam o “govêrno facista e golpista da Guanabara”(sic). Observamos que “fascista” remete à memória discursiva do fascismo combatido pelas tropas brasileiras quando da Segunda Guerra Mundial, na Itália, associando sentidos de um inimigo histórico ao governo golpista. Notamos também que o governo golpista tratado é da Guanabara que, além de abrigar provisoriamente o governo federal até sua transferência definitiva a Brasília, era sede do governo estadual carioca dirigido pelo então governador Carlos Lacerda, favorável à derrubada de Jango. Embora Brasília já tivesse sido inaugurada (21 de abril de 1960), o governo não foi transferido total e imediatamente para essa área, ficando o estado da Guanabara como o território provisório da capital brasileira. Nessa época de transição de capital, as forças golpistas se instalaram na Guanabara e, embora Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados, tenha sido empossado como presidente da República em Brasília, quem comandava de fato era a ala militar golpista que se instalara na Guanabara.

Percebemos nesse manifesto, também, a recorrência aos dizeres “trabalhadores” e “povo”, marcando o posicionamento (e o ponto de vista) da classe de baixa renda em defesa do governo de Jango. As “reformas de base”, mais uma vez, aparecem como uma das razões que instigam a lealdade dos populares ao governo de Goulart, já que constituem dizeres que corroboram o discurso da classe dominada. Vemos também que, inserido nessa formação discursiva, os dizeres “democratas”, “democrático” e “nacionalista” visam a englobar sentidos de igualdade entre classes, respeitando a voz da classe trabalhadora brasileira. O nacionalismo aqui empregado refere-se ao repúdio às forças norte-americanas, aliadas aos golpistas. Veremos adiante que as mesmas palavras, empregadas a partir de outro contexto, podem adquirir sentidos diferentes.

Observando o manifesto na página em que fora publicado, temos a seguinte composição:

Guevara: — Estamos Dispostos ao Diálogo Com os Estados Unidos

TELETIPO

(Continuação de p. 2)

Flórida

Dois mil e quinhentos e sessenta e sete estudantes de 17 mil e 500 alunos da Universidade de Flórida, em Gainesville, manifestaram apoio ao presidente eleito, Richard Nixon, em uma reunião realizada no sábado passado. O presidente eleito, Richard Nixon, foi aplaudido por 50 por cento dos estudantes presentes. O governador da Flórida, Lawton Chiles, também foi aplaudido. O governador da Flórida, Lawton Chiles, também foi aplaudido.

Paris

Um milhão de estudantes de 17 mil e 500 alunos da Universidade de Flórida, em Gainesville, manifestaram apoio ao presidente eleito, Richard Nixon, em uma reunião realizada no sábado passado. O presidente eleito, Richard Nixon, foi aplaudido por 50 por cento dos estudantes presentes. O governador da Flórida, Lawton Chiles, também foi aplaudido.

Guatemala

Um milhão de estudantes de 17 mil e 500 alunos da Universidade de Flórida, em Gainesville, manifestaram apoio ao presidente eleito, Richard Nixon, em uma reunião realizada no sábado passado. O presidente eleito, Richard Nixon, foi aplaudido por 50 por cento dos estudantes presentes. O governador da Flórida, Lawton Chiles, também foi aplaudido.

Sanao

Um milhão de estudantes de 17 mil e 500 alunos da Universidade de Flórida, em Gainesville, manifestaram apoio ao presidente eleito, Richard Nixon, em uma reunião realizada no sábado passado. O presidente eleito, Richard Nixon, foi aplaudido por 50 por cento dos estudantes presentes. O governador da Flórida, Lawton Chiles, também foi aplaudido.

Pequim

Um milhão de estudantes de 17 mil e 500 alunos da Universidade de Flórida, em Gainesville, manifestaram apoio ao presidente eleito, Richard Nixon, em uma reunião realizada no sábado passado. O presidente eleito, Richard Nixon, foi aplaudido por 50 por cento dos estudantes presentes. O governador da Flórida, Lawton Chiles, também foi aplaudido.

Washington

Um milhão de estudantes de 17 mil e 500 alunos da Universidade de Flórida, em Gainesville, manifestaram apoio ao presidente eleito, Richard Nixon, em uma reunião realizada no sábado passado. O presidente eleito, Richard Nixon, foi aplaudido por 50 por cento dos estudantes presentes. O governador da Flórida, Lawton Chiles, também foi aplaudido.

Roma

Um milhão de estudantes de 17 mil e 500 alunos da Universidade de Flórida, em Gainesville, manifestaram apoio ao presidente eleito, Richard Nixon, em uma reunião realizada no sábado passado. O presidente eleito, Richard Nixon, foi aplaudido por 50 por cento dos estudantes presentes. O governador da Flórida, Lawton Chiles, também foi aplaudido.

INTENSIFICA-SE A LUTA ENTRE SOMÁLIA E ETIÓPIA COM UMA BATALHA QUE DURAU TRÊS DIAS

ADIS ABABA, 1 (AP) — Uma batalha feroz travada entre a Somália e a Etiópia resultou na morte de milhares de pessoas e na destruição de milhares de hectares de terra fértil. A luta continua a se intensificar, com ambos os lados alegando vitórias parciais. O conflito começou no início de março e se tornou cada vez mais sangrento.

Terremoto de Alaska Atingiu Cidades Distantes Como Washington e Boston

WASHINGTON, 1 (AP) — Um terremoto de magnitude 6,5 atingiu a costa oeste dos Estados Unidos, causando danos em áreas tão distantes quanto Washington e Boston. O epicentro do terremoto estava localizado no Alasca, mas as ondas sísmicas foram sentidas em todo o país.

Apelo

WASHINGTON, 1 (AP) — O presidente Richard Nixon pediu aos cidadãos americanos que contribuíssem com dinheiro para ajudar os países em desenvolvimento. Ele fez um apelo durante um discurso na televisão, destacando a importância da cooperação internacional.

Pequim

PEQUIM, 1 (AP) — O governo chinês anunciou que estava disposto a negociar com os Estados Unidos sobre questões de segurança e comércio. A declaração foi feita durante uma reunião com líderes estrangeiros em Pequim.

Washington

WASHINGTON, 1 (AP) — O presidente Nixon anunciou que estava considerando a possibilidade de visitar a China. A notícia foi recebida com entusiasmo em todo o mundo, pois representaria um passo significativo na melhoria das relações entre os dois países.

Roma

ROMA, 1 (AP) — O governo italiano anunciou que estava considerando a possibilidade de negociar com os Estados Unidos sobre questões de segurança e comércio. A declaração foi feita durante uma reunião com líderes estrangeiros em Roma.

GUEVARA, 1 (AP) — "Estamos sempre dispostos, como já declaramos em uma ocasião, a abrir o diálogo com os Estados Unidos, desde que o diálogo seja baseado em princípios de igualdade e respeito mútuo."

GUATEMALA, 1 (AP) — O presidente da Guatemala, Francisco Javier Arana, anunciou que estava disposto a negociar com os Estados Unidos sobre questões de segurança e comércio. A declaração foi feita durante uma reunião com líderes estrangeiros em Guatemala.

Sanao

SANAUA, 1 (AP) — O governo da Somália anunciou que estava disposto a negociar com os Estados Unidos sobre questões de segurança e comércio. A declaração foi feita durante uma reunião com líderes estrangeiros em Sanaua.

Pequim

PEQUIM, 1 (AP) — O governo chinês anunciou que estava disposto a negociar com os Estados Unidos sobre questões de segurança e comércio. A declaração foi feita durante uma reunião com líderes estrangeiros em Pequim.

Washington

WASHINGTON, 1 (AP) — O presidente Nixon anunciou que estava considerando a possibilidade de visitar a China. A notícia foi recebida com entusiasmo em todo o mundo, pois representaria um passo significativo na melhoria das relações entre os dois países.

Roma

ROMA, 1 (AP) — O governo italiano anunciou que estava considerando a possibilidade de negociar com os Estados Unidos sobre questões de segurança e comércio. A declaração foi feita durante uma reunião com líderes estrangeiros em Roma.

EUA NEGAM SEU APOIO AO PLANO DE GROMIKO, APESAR DO APELO FEITO PELA ÍNDIA

WASHINGTON, 1 (AP) — O plano de Gromiko para o desarmamento nuclear não recebeu o apoio das autoridades americanas, apesar de um apelo feito pela Índia. O plano de Gromiko previa a redução das armas nucleares em todo o mundo.

Declaração

WASHINGTON, 1 (AP) — O presidente Nixon anunciou que estava considerando a possibilidade de visitar a China. A notícia foi recebida com entusiasmo em todo o mundo, pois representaria um passo significativo na melhoria das relações entre os dois países.

PC CHINÊS DA SUA OITAVA RESPONDA AO COMITÊ CENTRAL DO PC SOVIÉTICO

PEQUIM, 1 (AP) — O Comitê Central do Partido Comunista da China respondeu ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. A resposta abordou questões de cooperação internacional e desenvolvimento econômico.

Proclamação

PROCLAMAÇÃO AOS MARÍTIMOS E AO POVO!
A Federação Nacional dos Marinheiros, apelando aos marinheiros e ao povo brasileiro, pede a criação de um Conselho Nacional dos Marinheiros, para defender os interesses dos marinheiros e do povo brasileiro.

Proclamação

PROCLAMAÇÃO AOS MARÍTIMOS E AO POVO!
A Federação Nacional dos Marinheiros, apelando aos marinheiros e ao povo brasileiro, pede a criação de um Conselho Nacional dos Marinheiros, para defender os interesses dos marinheiros e do povo brasileiro.

Proclamação

PROCLAMAÇÃO AOS MARÍTIMOS E AO POVO!
A Federação Nacional dos Marinheiros, apelando aos marinheiros e ao povo brasileiro, pede a criação de um Conselho Nacional dos Marinheiros, para defender os interesses dos marinheiros e do povo brasileiro.

COMANDANTE JOÃO LUIZ NOVO DE NIEMEYER
7.º DIA

Élito do Rio Novo Niemeyer e Filhos, Carlos Niemeyer, condutor e sócio. Atende em: Rua do Comércio, 100, no Centro de São Paulo, SP. Tel. 333.3333.

COMANDANTE JOÃO LUIZ NOVO DE NIEMEYER
7.º DIA

Os funcionários de Produções Carlos Niemeyer Filhos Ltda. — CANAL 100 — convidam para a missa que, em intenção a alma do COMANDANTE JOÃO LUIZ NOVO DE NIEMEYER, irmão do seu diretor-geral, será celebrada amanhã, dia 2 de abril, às 10:30 horas, no altar-mor de Igreja de Candelária.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Escola Brasileira de Administração Pública oferece um curso de especialização em Administração Pública, com duração de 18 meses, em São Paulo, SP. Inscrições abertas.

Distribuidora de Anúncios S. A. — "DISTRAN"
ASSOCIAÇÃO DE EMPRESÁRIOS GIGANTES

Associação de empresários gigantes para a defesa dos interesses dos empresários brasileiros. Sede em São Paulo, SP.

COMANDANTE JOÃO LUIZ NOVO DE NIEMEYER
7.º DIA

Os funcionários de Produções Carlos Niemeyer Filhos Ltda. — CANAL 100 — convidam para a missa que, em intenção a alma do COMANDANTE JOÃO LUIZ NOVO DE NIEMEYER, irmão do seu diretor-geral, será celebrada amanhã, dia 2 de abril, às 10:30 horas, no altar-mor de Igreja de Candelária.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Escola Brasileira de Administração Pública oferece um curso de especialização em Administração Pública, com duração de 18 meses, em São Paulo, SP. Inscrições abertas.

Distribuidora de Anúncios S. A. — "DISTRAN"
ASSOCIAÇÃO DE EMPRESÁRIOS GIGANTES

Associação de empresários gigantes para a defesa dos interesses dos empresários brasileiros. Sede em São Paulo, SP.

Figura 4: Manifesto dos marítimos em seu contexto

O manifesto encontra-se numa página que trata de notícias internacionais, em que as matérias de destaque referem-se à luta de vozes entre países socialistas e capitalistas. Os títulos: "Guevara: - Estamos dispostos ao diálogo com os Estados Unidos"

Unidos”, “Krushev chega à Hungria e reúne-se com Janos Kadar” e “PC chinês dá sua oitava resposta ao comitê central do PC soviético” produzem efeitos de sentido favoráveis ao bloco socialista, indicando que tal sistema posiciona-se aberto ao diálogo, ao acordo, contrariamente à posição do sistema capitalista, representado pelos Estados Unidos (EUA) que se fecham ao diálogo e negam apoio ao Plano Gromyko, plano que previa a destruição das armas nucleares existentes e a criação de um organismo internacional que evitaria a proliferação das mesmas⁸. Os EUA, então, são posicionados discursivamente como avessos ao diálogo e fomentadores da guerra, já que não aceitam um acordo de desarmamento. Embora haja controvérsias a respeito da abertura ao diálogo em países socialistas, o discurso construído pelo jornal aponta para sentidos que indicam uma possibilidade de diálogo – princípio que diferencia a “civilização” da forma violenta e brutal dos tidos como “povos primitivos” – maior nos países socialistas do que nos EUA, país líder do sistema capitalista.

Na página 9 do mesmo jornal, encontramos também o seguinte recorte:

⁸ Sobre o Plano Gromyko ver ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. Conflitos políticos no caminho da autonomia nuclear brasileira. Associação Nacional de História (ANPUH). XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Ana%20Maria%20Ribeiro%20de%20Andrade.pdf>>. Acesso em 24 mai. 2011.

AMAI-VOS UNS AOS OUTROS

Os católicos repudiam a exploração do sentimento religioso do povo brasileiro e a utilização política da religião.

MANIFESTO DA AÇÃO CATÓLICA DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO

*A Ação Católica Brasileira da Arquidiocese de São Paulo através das federações das congregações marianas e dos movimentos de ação católica especializadas na educação de adultos e jovens, cumpre com o dever cristão de, num momento de dificuldade e agitações, vir a público para manifestar o seguinte: 1 — sentindo que a Ação Católica é autêntica na medida em que estiver unida ao arcebispo disposta a servi-lo, faremos questão de expressar nossa absoluta filiação ao Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, a quem declaramos nossa obediência total; 2 — expressamos mais uma vez a nossa disposição de lutar com todas as nossas forças pelas reformulações estruturais do País em conformidade com o lúcido e oportuno manifesto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil datado de 30 de abril de 1963;

Nestes termos, os católicos de Belo Horizonte devem obediência a Dom Resende, assim como aqueles que, em São Paulo, alegam ser católicos e proclamam esta sua condição. O que serão de fato na medida em que estiverem unidos ao Bispo de São Paulo, o Cardeal Mota.

a) — Pedro Kalll — Presidente da Ação Católica de São Paulo.

Assinam também: Padre Dario Bevilacqua e Padre Luis Cargilloni, Vice-Diretor das Congregações Marianas de S. Paulo.

OS BISPOS E A REFORMA AGRÁRIA

Ninguém pode desconhecer a situação de milhões de nossos irmãos que vivem nos campos, sem poder participar dos benefícios do nosso de-

3 — expressamos nosso profundo constrangimento ante as explorações da fé e do sentimento religioso do povo brasileiro e a utilização política da religião criando um clima de divisão na Igreja a partir das diferenças de opção existentes no plano temporal. Constatamos que estas atitudes são contrárias ao espírito de unidade vivido pelos cristãos neste tempo da Igreja em concílio; 4 — expressamos nosso integral apoio à Ação Católica de Belo Horizonte e ao seu excelentíssimo Arcebispo, Dom João Resende Costa, pelo manifesto corajoso que lançaram e expressamos nosso desgosto aos mesmos pelas ofensas e calúnias que vêm sofrendo; 5 — cremos e proclamamos que só se está integrado à Igreja, na medida exata em que se estiver aderido ao Bispo reconhecendo em sua pessoa o pastor escolhido por Deus para conduzir o rebanho.

envolvimento, em condições de miséria que constituem uma afronta à dignidade humana. Sabemos que o simples acesso à terra não é solução cabal para o problema. Mas o julgamos inadiável para a realização do direito natural do homem à propriedade ("Pacem in Terris"), medida a ser concomitantemente tomada seguindo as condições peculiares das diversas regiões do País, com outras de ordem educacional, técnica, assistencial e creditícia. Para a realização deste imperativo, a desapropriação não só não contraria em nada a doutrina da Igreja, mas é uma das formas viáveis de realizar, na atual conjuntura brasileira, a função social da propriedade rural. Evidentemente, esta desapropria-

ção, que visa a garantir o exercício do direito de propriedade ao maior número, não pode desrespeitar e destruir esse mesmo direito. Daí a necessidade de prestar indenização, que deverá ser feita dentro dos critérios da justiça, atendendo às possibilidades do País e às exigências do bem comum. Não cremos constituir um atentado contra o direito de propriedade uma indenização total ou parcialmente em dinheiro ou em títulos, dando-se a estes últimos garantia de revalorização, de vencimentos e de poder liberatório pelos quais constituem uma adequada compensação pelos bens desapropriados". (Mensagem da comissão central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 30 de abril de 1963).

Esse manifesto, ao contrário dos anteriores, não possui em seu título seus destinatários, mas possui um dizer de origem bíblica, remontando à memória discursiva

do discurso cristão. Assemelhando-se mais a uma nota de esclarecimento, esse manifesto não faz convocações, mas repudia o uso da religião para fins políticos, configurando-se numa voz que rompe com as manifestações tais como a “Marcha da família com Deus pela liberdade”, dentre outros, que utilizam a religião para defender posições políticas. Sob o olhar pechetano, percebe-se o funcionamento discursivo em que certos sentidos são apagados quando se diz “Os católicos repudiam a exploração do sentimento religioso do povo brasileiro e a utilização política da religião”, pois faz falar, historicamente, o apagamento da recorrência da religião na política desde a Antiguidade. Não se trata, portanto, de um fato que se iniciou naquele momento do dizer, mas que possui raízes históricas remotas. Notamos, também, que esse manifesto pertence ao discurso dos AIEs religiosos (ALTHUSSER, 1992), que como outros AIEs, funcionam prioritariamente através da ideologia.

Já na perspectiva bakhtiniana, o manifesto da ação católica da arquidiocese de São Paulo utiliza-se de um discurso da ideologia oficial da esfera católica que prega a fraternidade e a paz entre os povos, em detrimento para confrontar-se com o uso que a ideologia do cotidiano faz da religião para promover pontos de vista políticos. Observando-se que, na época, havia correntes católicas contra e a favor à reforma agrária, nota-se que o sujeito-católico tanto podia escolher um caminho quanto outro, cabendo a ele decidir, responsivamente, o discurso ao qual prefere filiar-se. A escolha para Bakhtin, portanto, deriva da vontade do sujeito, e não da ideologia que o domina. Isso porque,

Esta participação assumida como minha inaugura um dever concreto: realizar a singularidade absolutamente não substituível do existir, em relação a cada momento deste existir. E isso significa que esta participação transforma cada manifestação minha – sentimentos, desejos, estado de ânimo, pensamentos – em um ato meu ativamente responsável (BAKHTIN, 2010, p. 118)

Tratando a questão dos sentidos, observemos o manifesto, na página do jornal UH, que segue:

ULTIMA PÁGINA

Quarta-feira, 1 de Abril de 1944

PÁGINA 9

Reviravolta no Crime do Coronel LADRÃO PRÊSO CONFESSA: — VILNA ME DEU CR\$ 50 MIL PARA MATÁ-LO

LEI DOS HOMENS

Mário Augusto
Fleiser, e Boaz Juiz III

O crime do Coronel Vilna, conhecido como o crime da Vila Caraca, foi revirado e o ladrão preso confessou que foi ele quem matou o Coronel Vilna. Vilna, conhecido como o Coronel Vilna, foi assassinado em Vila Caraca, em 1941. O crime foi revirado e o ladrão preso confessou que foi ele quem matou o Coronel Vilna.



O crime do qual Vilna, em fevereiro, a se...
Vilna, conhecido como o Coronel Vilna, foi assassinado em Vila Caraca, em 1941. O crime foi revirado e o ladrão preso confessou que foi ele quem matou o Coronel Vilna.



Sinal e Tapa

Comissão e comissão...
O crime do qual Vilna, em fevereiro, a se...
Vilna, conhecido como o Coronel Vilna, foi assassinado em Vila Caraca, em 1941. O crime foi revirado e o ladrão preso confessou que foi ele quem matou o Coronel Vilna.

Atualidade

Inveniências

Chama-se, nos países...
O crime do qual Vilna, em fevereiro, a se...
Vilna, conhecido como o Coronel Vilna, foi assassinado em Vila Caraca, em 1941. O crime foi revirado e o ladrão preso confessou que foi ele quem matou o Coronel Vilna.

Crime e Fuga

Em crime, o crime...
O crime do qual Vilna, em fevereiro, a se...
Vilna, conhecido como o Coronel Vilna, foi assassinado em Vila Caraca, em 1941. O crime foi revirado e o ladrão preso confessou que foi ele quem matou o Coronel Vilna.

Julgamento Das Pass

Entra Pela Moderação

O crime do qual Vilna, em fevereiro, a se...
Vilna, conhecido como o Coronel Vilna, foi assassinado em Vila Caraca, em 1941. O crime foi revirado e o ladrão preso confessou que foi ele quem matou o Coronel Vilna.

RP UH

Bomdides Incendieram

2 Barracos no Moor

O crime do qual Vilna, em fevereiro, a se...
Vilna, conhecido como o Coronel Vilna, foi assassinado em Vila Caraca, em 1941. O crime foi revirado e o ladrão preso confessou que foi ele quem matou o Coronel Vilna.

ARREDO E SOCO

O crime do qual Vilna, em fevereiro, a se...
Vilna, conhecido como o Coronel Vilna, foi assassinado em Vila Caraca, em 1941. O crime foi revirado e o ladrão preso confessou que foi ele quem matou o Coronel Vilna.

TESTATIVA DE SANGUE

O crime do qual Vilna, em fevereiro, a se...
Vilna, conhecido como o Coronel Vilna, foi assassinado em Vila Caraca, em 1941. O crime foi revirado e o ladrão preso confessou que foi ele quem matou o Coronel Vilna.

ACCIDENTE NO TRAFEGO

O crime do qual Vilna, em fevereiro, a se...
Vilna, conhecido como o Coronel Vilna, foi assassinado em Vila Caraca, em 1941. O crime foi revirado e o ladrão preso confessou que foi ele quem matou o Coronel Vilna.

CARLINHOS EXPLORAVA LUCI

O crime do qual Vilna, em fevereiro, a se...
Vilna, conhecido como o Coronel Vilna, foi assassinado em Vila Caraca, em 1941. O crime foi revirado e o ladrão preso confessou que foi ele quem matou o Coronel Vilna.



Carlinhos, sempre gelado de Luz...

CARTA ABERTA

As Escolas do Senhor Doutor
JOÃO MARQUES REIDOR GONÇALVES
DO Presidente da República

A leitura do livro...
O crime do qual Vilna, em fevereiro, a se...
Vilna, conhecido como o Coronel Vilna, foi assassinado em Vila Caraca, em 1941. O crime foi revirado e o ladrão preso confessou que foi ele quem matou o Coronel Vilna.

O crime do qual Vilna, em fevereiro, a se...
Vilna, conhecido como o Coronel Vilna, foi assassinado em Vila Caraca, em 1941. O crime foi revirado e o ladrão preso confessou que foi ele quem matou o Coronel Vilna.

FESTIVAL DO LIVRO-LER
DESCONTO GERAL ATÉ 30%
Atas de livros essenciais, sem custo
primeira edição de 10 dias sob a guarda
LIVRARIA LER
RUA MEXICO, 51-A TEL. 21-0892

PRONTO SOCORRO DA TIJUCA
Médicos Especialistas
Tratamento Ambulatorial
OPERAÇÕES — PRÓTESIS
RUA CORDE DE BOMFIM, 140

PROLIXA, 20 ANOS, FORTE E AMIGO.
NO RIO DIA 7
BANCO BRASILEIRO DE SÃO PAULO S.A.
LUCIA ARRUDA que vale muito
Rua - Praça Faria Lima, 11 - Rio, São e Buenos Aires

AMAI-VOS UNS AOS OUTROS
O crime do qual Vilna, em fevereiro, a se...
Vilna, conhecido como o Coronel Vilna, foi assassinado em Vila Caraca, em 1941. O crime foi revirado e o ladrão preso confessou que foi ele quem matou o Coronel Vilna.

Figura 6: Manifesto da Ação Católica em seu contexto

O manifesto encontra-se numa página de uma secção policial que relata crimes violentos como roubos e assassinatos. Notamos que o manifesto, localizado nesse contexto, aponta para outra forma de violência, o da apropriação e distorção do discurso religioso em favorecimento de uma dada posição política. O mesmo manifesto também é publicado no Jornal do Brasil do mesmo dia:



Figura 7: Manifesto da Ação Católica no contexto do Jornal do Brasil

Entretanto, o mesmo manifesto aqui é colocado na secção de assuntos políticos, mais especificamente na página em que predomina a discussão de afastar João Goulart do poder. Em meio a dizeres como “Exército monta esquema de segurança em frente ao ministério da guerra”, “Tropas deixam a Vila para ocuparem lugares estratégicos”, “Jair reassume e afirma a comandos que ordem será mantida a qualquer preço”, “Araujo Susano assume esquadra-maior da Armada” e “General Mourão diz que Goulart deve ser afastado do Poder” (ANEXO E), o manifesto encontra-se como um discurso pacifista apagado, isolado entre os dizeres que apontam para a guerra que se forma. Identificamos que o manifesto constitui um discurso pacifista minoritário na página, em detrimento do discurso de guerra majoritariamente encontrado em seu arredor. Além disso, no canto esquerdo há uma notícia intitulada “Natércia solidária com Sandra”, referindo-se a um caso de agressão que a última sofrera na igreja dos Santos Anjos, instigando sentimentos de que a igreja é local de conflitos, inclusive físicos, alertando para o perigo que há dentro delas (ANEXO F). Abafado entre discursos de guerra, o apelo de paz do manifesto se enfraquece em meio à luta de vozes que constroem a página, colocado numa posição de receio, apreensão e dúvida em relação ao que prega, dado que a violência já se adentra na igreja.

Continuando a fazer uma contraposição entre o jornal Última Hora e Jornal do Brasil, neste último encontramos o seguinte manifesto, publicado em 1º de abril de 1964:

BRASILEIROS DEMOCRATAS PATRIOTAS HOMENS E MULHERES MÔÇAS E RAPAZES

Irmãos de tôdas as condições sociais e de todos os credos: venham para as ruas repudiar o comunismo totalitário e antihumano. Marchemos lado a lado, com Deus e com o espírito dos nossos heróis da liberdade! Compareçam AMANHÃ, AS 16 HORAS, na Candelária, à

MARCHA DA FAMÍLIA

com Deus pela Liberdade

Apostolado da Oração
Assembleia de Deus
Associação Cristã de Moços
Associação das Antigas Alunas do Sacre-Coeur de Jesus
Associação das Donas de Casa
Associação das Senhoras Brasileiras
Associação de Pais de Família
Associação de Pais e Mestres
Campanha da Mulher Pela Democracia (CAMDE)
Círculos Operários Católicos
Clube da Liberdade
Clube do Otimismo
Confederação Católica Arquidiocesana do Rio de Janeiro
(Com tôdas as suas Associações e Obras (1973))
Congregação de Belém
Cruz Vermelha Brasileira
Cruzada do Rosário em Família
Falange Patriótica
Federação de Associações Católicas
Federação de Assistência dos Lázaros e Defesa Contra a Lepre
Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino
Federação dos Servidores do Estado da Guanabara
Frente da Juventude Democrática
Frente Democrática dos Bancários
Frente de Renovação Política Feminina
Grupo de Ex-Combatentes da F.E.B.
Grupo de Desagravo ao Rosário
Instituto Social
Liga da Defesa Nacional
Liga Democrática das Mães Fluminenses
Marítimos Democratas Fluminenses
Movimento Cristão Brasileiro
Movimento de Reafirmação Democrática Brasileira
Movimento Sindical Democrático Fluminense
Ride das Entidades Democráticas
Serviço Social Católico de Niterói
Sociedade Cristo Redentor
Sociedade Sabara
União Cívica de São Paulo
União Nacional de Associações Familiares

AMANHÃ AS 16 HORAS, saindo da Praça da Igreja da Candelária para a Esplanada do Castelo.

Figura 8: Manifesto da Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Nesse recorte, observamos o discurso da classe média conservadora da época, formada majoritariamente por associações religiosas (notadamente cristãs) e familiares, abarcando movimentos de senhoras e donas de casa. A Igreja, assim como a família, constituem-se em dois Aparelhos Ideológicos de Estado, tal como propõe Althusser (1992), funcionando mais pela ideologia que por força repressora. O manifesto, então, é a expressão de dois AIEs, constituídos para disseminar a ideologia.

Já para o olhar bakhtiniano, o recorte põe em circulação a ideologia, marcando o confronto entre as ideologias capitalista e socialista/comunista em questão. Tanto nesse manifesto quanto nos anteriores ocorre o chamamento do sujeito para o ato responsável, para assumir uma posição ativa frente aos acontecimentos, ou para apoiar o golpe ou rechaçá-lo.

Em relação aos sentidos, notamos que no título há uma gradação do geral ao específico partindo de “brasileiros” até chegar às “moças e rapazes”, apontando para sentidos de completude já que proporciona a impressão de abarcar todos e ao mesmo tempo dirigir-se a um público específico. A quantidade de associações que subscrevem o manifesto também remonta à ilusão de completude, já que o volume numérico aponta para sentidos de legitimidade do discurso em questão. Observam-se também as marcas da heterogeneidade, em que o dizer “Irmãos de todas as condições sociais e de todos os credos” destaca a multiplicidade de vozes existentes na sociedade. O “todos” e “todas” marca uma sociedade não homogênea, com diferentes classes sociais e múltiplas religiões, marcando os distintos discursos possíveis. Percebemos aqui, que o dizer “democrático” indica um sentido diverso das manifestações analisadas anteriormente, já que eles apontam para uma democracia que abranja as classes trabalhadoras, enquanto nesse recorte a democracia mencionada refere-se a do liberalismo, em que a classe dominante assume os poderes de decisão para si, pois as classes subalternas são incapacitadas para tal ofício (AQUINO, 1999).

Em relação à sua localização no jornal, destacamos a seguinte página:



Figura 9: Manifesto em seu contexto

O manifesto encontra-se localizado no centro da página 12, secção composta, dentre outros, por notas de falecimento, de agradecimentos religiosos por graças alcançadas, uma notícia de censura de cinema por não exibir filmes nacionais, segundo

a frequência que determina a lei, e uma pequena nota convocando os jovens ao alistamento militar. Notamos que a construção da página aponta para dizeres religiosos e nacionalistas, compondo um discurso conservador e patriótico, reforçando os sentidos (e os apelos) do manifesto. Com isso, podemos verificar a importância do contexto para a constituição dos sentidos, considerando-se os dizeres em conjunto com outros ditos, compondo, dessa forma, um discurso heterogêneo e parcial, já que as outras vozes que compõem a página influenciam no direcionamento de sentidos dos manifestos.

Portanto, podemos verificar a influência da ideologia nos dizeres dos sujeitos, ou de forma total (como no caso de Pêcheux, que entende o sujeito interpelado pela ideologia e pelo inconsciente) ou parcial (como no caso de Bakhtin, que concebe o sujeito como influenciado pela ideologia e pelo contexto, mas ativo, responsável e consciente de seus atos). Verificamos, também, que o posicionamento tomado pelo sujeito é também uma das condições elementares no direcionamento dos sentidos, ao lado do contexto social, histórico e ideológico que envolve as condições de produção dos discursos. Embora as correntes de estudo bakhtinianas e pechetianas diverjam quanto ao conceito dos termos ideologia e sujeito, ambas apontam a influência da ação ideológica nos dizeres, assim como a existência de um posicionamento (ou ponto de vista) que o sujeito assume ao manifestar-se verbal e/ou imageticamente. E é a partir desse ponto que desenvolveremos este trabalho.

A partir das discussões sobre a ação da ideologia e do posicionamento do sujeito sobre os dizeres influenciando na construção de sentidos, discutiremos no próximo capítulo o jornal que constitui a materialidade que compõe este trabalho, observando sua importância no contexto do governo militar e apurando mais alguns conceitos bakhtinianos e pechetianos constitutivos de todo discurso, em especial a do discurso jornalístico.

As muitas vozes do discurso jornalístico sob o olhar de Pêcheux e Bakhtin



Fernando Botero. Série Abu Ghraib. 2005. Óleo sobre tela.

“Eleição agora só de Miss”

Última Hora, 09/02/1966, no contexto do AI-3

3 AS MUITAS VOZES DO DISCURSO JORNALÍSTICO SOB O OLHAR DE PÊCHEUX E BAKHTIN

O jornal é uma publicação periódica, diária, que divulga notícias políticas, literárias, esportivas, dentre outros assuntos. Outras acepções para o termo “jornal” remetem ao noticiário, impresso ou transmitido por rádio, televisão, cinema, internet, etc., além de indicar o sentido de salário diário (FERREIRA, 1993). Já o termo “jornalismo” remete à profissão do jornalista, cujo ofício é escrever, publicar ou mesmo dirigir um jornal, um departamento de notícia de emissora de rádio, televisão ou, atualmente, sites da internet, ou mesmo uma assessoria de comunicação social. O jornalismo, dado o seu grande alcance de público e a sua imagem de transmissora da realidade, possui grande influência junto à população e na derrubada ou ascensão de governos. Por isso, nos é de grande interesse entender como se constrói o discurso do jornal e, com isso, recorreremos às teorias discursivas de Bakhtin e Pêcheux, dentre outros teóricos, para desenvolver nosso estudo.

Para Althusser (1992), o jornal é um aparelho ideológico de Estado de Informação que tem como finalidade reproduzir as relações de produção, ou seja, reproduzir as relações de exploração capitalistas. Lembrando o que dissemos no capítulo anterior, os aparelhos ideológicos de Estado (AIE) referem-se a “um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, op. cit., p. 68). A função do jornal, sob essa perspectiva, é fornecer, através da imprensa, rádio, televisão, entre outros meios, “doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc.” (ALTHUSSER, op. cit., p. 78).

Já para Bakhtin, o jornal pertence ao gênero secundário, já que ele abarca o gênero primário e advém da ideologia oficial. Mas para compreendermos do que tratam os gêneros primários e secundários para Bakhtin, precisamos entender qual a sua concepção de gênero, resgatando sua noção de ideologia, que envolve as ideologias do cotidiano e a oficial (exposta no capítulo anterior). Em cada uma das instâncias ideológicas (ideologia do cotidiano e ideologia oficial), desenvolve-se, em cada momento histórico e grupo social, um conjunto de gêneros da comunicação socioideológica denominada por Bakhtin de gêneros do discurso, em que os gêneros primários são da ideologia do cotidiano e os gêneros secundários advindos da ideologia

oficial (FARACO, 2006). Bakhtin (2003) nos diz que “(...) cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos de gêneros do discurso.” (p. 262). Isso quer dizer que, em toda esfera de comunicação humana, existem tipos de enunciados que já adquiriram uma determinada estabilidade, dado seu uso reiterado. Esses tipos de enunciados são denominados de gêneros. Cada gênero impõe um determinado ponto de vista, conforme a esfera da atividade humana a qual ele se associa. Com isso, toda enunciação é vinculada a um determinado gênero do discurso, dado que não temos como dissociar as marcas do ponto de vista de um indivíduo, vinculado a uma determinada esfera, de um dado discurso, assim como não podemos entender a língua dissociada do sujeito. Sendo assim, os gêneros, que influenciam a língua e o sujeito, têm sua origem embrionária nas ideologias do cotidiano e oficial, constituindo, assim, uma das formas com que se desenvolvem as relações entre as duas ideologias. Para o autor russo,

Os gêneros discursivos secundários (complexos – romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes gêneros publicísticos, etc.) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente mais desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc. No processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples) que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata. (BAKHTIN, 2003, p. 263)

Com isso, ao incorporar os gêneros primários, os secundários abarcam também os sentidos, as formas de pensar do primeiro, contribuindo para modificações da ideologia oficial a qual o gênero secundário está vinculado. E ao ter contato com o gênero secundário, o primário também receberá influências e, conseqüentemente, sofrerá alterações. Dessa forma, os jornais recuperam o discurso imediato, desde o depoimento de um general até uma conversa informal com a população, e a partir disso formula sua textualidade. Simultaneamente, os dizeres publicados nos jornais influenciam na conversa cotidiana, alterando ou acrescentando dizeres do gênero primário.

Há autores, entretanto, que consideram o jornal não como gênero, mas como hipergênero que, em sua função, agrega um conjunto de padrões textuais, os gêneros jornalísticos. Para Bonini (2001 apud KINDERMANN, 2003, p. 36), o gênero em um jornal refere-se a um “conjunto de parâmetros de textualização que, em função do hiper-

gênero (o jornal), estruturam um propósito comunicativo (noticiar, opinar, criticar, localizar), linearizando uma unidade textual identificável como totalidade”.

Já Marques Melo (2003⁹ apud TRESKA, 2007) agrega os gêneros jornalísticos em duas categorias, quais sejam, o jornalismo opinativo e o jornalismo informativo, com base nas circunstâncias que determinam o relato que a instituição jornalística difunde ao seu público. O jornalismo informativo refere-se ao relato dos fatos objetivamente, sem a interferência subjetiva ou valoração do sujeito-jornalista que produz o texto, abarcando os gêneros nota, notícia, reportagem e entrevista. Já o jornalismo opinativo possui a valoração do sujeito-jornalista, a fim de se saber o que se pensa a respeito de um fato. Segundo o Novo Manual de Redação da Folha (1996, p. 1), “A opinião é subjetiva e arbitrária e não precisa necessariamente comprovar o seu ponto de vista” Na categoria do jornalismo opinativo estão os gêneros editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, charge, cartum e carta.

Para o Círculo de Bakhtin e para a AD francesa pechetiana, não é possível que um ou qualquer discurso seja produzido dissociado de uma opinião, ponto de vista ou de um posicionamento valorativo em relação ao seu objeto. Ou seja, os dois teóricos concordam, cada um sob diferente aparato teórico, que não há como desvencilhar o sujeito de sua valoração axiológica sobre o objeto que retrata. Veremos, então, como os teóricos russo e francês lidam com essa questão.

Para a AD de Pêcheux, todo sujeito é interpelado pela ideologia, filia-se a uma formação discursiva (FD) e assume um posicionamento discursivo, e a partir deste produz o seu dizer. Retomando os ditos do capítulo passado, a ideologia, na teoria pechetiana, captura o indivíduo em sujeito, instigando-o a posicionar-se para efetuar seu discurso. Com isso, não existe sujeito que se encontre fora da ideologia, porque ela nos afeta a todos. Da mesma forma, não há como produzir um discurso sem assumir um posicionamento, já que os sentidos são dependentes da posição tomada pelo sujeito. Pêcheux nos diz que os sentidos não existem em si mesmos, mas são determinados “pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (PÊCHEUX, 1997, p. 160). Além disso, o sujeito é atingido pelo inconsciente e, mesmo que tente ser objetivo, apagar seu posicionamento valorativo em relação ao objeto ou fato, a escolha das palavras, a posição das notícias no jornal, a seleção de uma matéria a ser publicada e

⁹ MARQUES DE MELO, José. Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

não outra, entre outras atitudes, expressam o posicionamento do sujeito, sua valoração em relação ao acontecimento que retrata. Ao dar preferência a um fato e não a outro, escolher uma forma de dizer, mobilizar determinados sentidos em detrimento de outros, o sujeito-jornalista já está se posicionando ideologicamente, imprimindo sua valoração frente aos acontecimentos. Percebemos que, ao selecionar determinadas palavras ou expressões, o sujeito-jornalista faz circular certos sentidos e apaga outros, de acordo com os interesses do jornal. Para tanto, Mariani (1998, p. 82) observa que no discurso jornalístico, noticiar é tornar os acontecimentos visíveis de forma a “impedir a circulação de sentidos indesejáveis, ou seja, determinar um sentido, cujo modo de produção pode ser variável conforme cada jornal, mas que estará sempre submetido às injunções das relações de poder vigentes e predominantes.” (p. 82).

Embora o discurso jornalístico esteja impregnado de opiniões e pontos de vista, o jornal tenta vender a imagem de imparcialidade, tentando manter um pretense distanciamento, e marca uma distinção com relação ao que é dito, dando vazão, desta maneira, a “formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão.” (MARIANI, op. cit., p. 60). A “objetividade” em relatar os fatos, portanto, é uma ilusão construída pela ideologia e uma imagem sedimentada socialmente. Mariani (op. cit.) complementa que “a ‘objetividade’ dos fatos, ie, sua evidência de visibilidade, resulta inevitavelmente de um gesto interpretativo que se dá a partir de um imaginário já constituído. Sendo assim, ao relatar os acontecimentos os jornais já estão exercendo uma determinação nos sentidos.” (p. 63).

Para o autor russo, todo enunciado está necessariamente associado a um contexto cultural, social e histórico, e é sempre fruto de uma tomada de posição semântico-axiológica. Ou seja, não existem e nem podem existir enunciados neutros (BAKHTIN, 2002, p. 46). Isso porque os signos refletem e refratam o mundo, isto é, com os signos podemos descrever o mundo (reflexão) e também construir diferentes interpretações desse mundo (refração). Com isso, para produzir uma matéria jornalística, o jornalista precisa antes mobilizar seu conjunto de signos para compreender o objeto de sua notícia. Para isso, o jornalista precisa acionar seu conjunto de valores, para interpretar o fato e colocá-lo em palavras. Essa interpretação é dada a partir de um posicionamento axiológico, ou seja, de um ponto de vista valorativo em relação ao objeto. Dessa forma, o jornalista produz o texto conforme sua interpretação da realidade, seu conjunto de valores, e tal ato não é isento de responsabilidade e responsividade.

Compreender um objeto significa compreender meu dever em relação a ele (a orientação que preciso assumir em relação a ele), compreendê-lo em relação a mim na singularidade do existir-evento: o que pressupõe a minha participação responsável, e não a minha abstração. Somente do interior de minha participação posso compreender o existir como evento, mas este momento de participação singular não existe no interior do conteúdo visível, na abstração do ato enquanto ato responsável. (BAKHTIN, 2010, p. 66)

Vale lembrar aqui que os valores não brotam espontaneamente do sujeito e nem nascem dele, mas são construídos na relação com o outro. É na/pela interação, no confronto do meu ponto de vista com o do outro que os valores são produzidos. Além disso, o outro, que se encontra posicionado espacialmente e axiologicamente diferente de mim, pode corrigir, completar ou transformar meu ponto de vista, enriquecendo-o. Sobre isso, Bakhtin nos diz que “a unilateralidade e as limitações do ponto de vista (da posição do observados) sempre podem ser corrigidas, completadas e transformadas (enumeradas) com o auxílio das mesmas observações levadas a cabo de outros pontos de vista.”(BAKHTIN, 2003, p. 330).

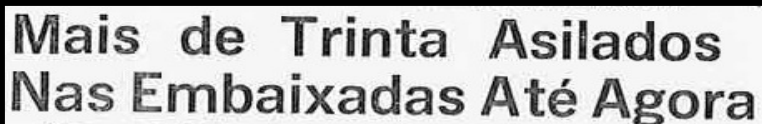
Além do valor, a relação com o outro nos dá subsídios para produzirmos nosso discurso. Da mesma forma, o texto jornalístico não brota do profissional, mas é constituído por uma rede de dizeres que nem sempre se deixa ver, pois se encontra diluída no discurso do jornalista, que promove o apagamento dos discursos alheios em favor do seu. Um exemplo de como isso acontece encontra-se na utilização das fontes de informação, em que é relativamente comum o jornalista se apropriar da visão sobre um acontecimento fornecida pelas fontes, como também usar as expressões das mesmas, assumindo, muitas vezes, a perspectiva do outro imaginando ser a sua (MACHADO; JACKS, 2001). Tal reflexão tem base na noção de dialogismo estudada e debatida pelo Círculo de Bakhtin, um dos conceitos que atravessa toda a teoria bakhtiniana e que veremos a seguir.

3.1 O dialogismo e suas ramificações

O objeto de estudo do dialogismo não se restringe ao diálogo face a face, mas é constituído pelas relações dialógicas que abrangem significações mais amplas e complexas. As relações dialógicas são relações semânticas entre enunciados na comunicação discursiva (BAKHTIN, 2003). Para que essas relações se concretizem,

faz-se necessário que as relações lógicas e concreto-semânticas se materializem em discurso, tornem-se enunciados e ganhem autor (MIOTELLO, 2002). A noção de dialogismo, portanto, está ligada ao conceito de enunciado que possui relações com o contexto e com os sujeitos envolvidos. Para entendermos as relações dialógicas, temos de compreender o que é o enunciado na acepção bakhtiniana.

O enunciado é a real unidade da comunicação discursiva. Diferentemente da oração, que é a unidade da língua, o enunciado é indissociável ao contexto, sendo seu sentido dependente do momento histórico em que foi produzido e do autor que o produziu. Cada enunciado remete a outro(s), formando um “elo na cadeia da comunicação discursiva de um determinado campo” (BAKHTIN, 2003, p. 296). Para este último (Ibid., p. 297), “cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva”, ou seja, todo enunciado reclama sentidos já postos em circulação, ao mesmo tempo em que aponta para novas possibilidades de sentido. Embora recupere o “já-dito”, o enunciado sempre cria algo novo e irreprodutível, já que ele está ligado ao contexto histórico e ao autor que o produziu. Com isso, o seguinte título publicado no início da ditadura militar de 1964 aciona determinadas regiões de sentido,



**Mais de Trinta Asilados
Nas Embaixadas Até Agora**

Figura 10: Título de notícia

fazendo falar, dessa forma, sentidos de perseguição política, de descontentamento com o regime nacional, etc. Se esses mesmos dizeres estivessem em outro contexto, tratando de um país pobre africano, por exemplo, os sentidos seriam outros, como fuga da fome, dos horrores da guerra civil, entre outros, surgindo, assim, um novo enunciado. Mesmo se for dito na mesma época, mas por sujeitos diferentes, o enunciado não seria igual, pois haveria diferenças entre os instantes, as circunstâncias, as entonações e os sujeitos que o proferiu. Esses dizeres, oriundos de uma notícia do jornal Última Hora, não teriam a mesma carga de sentidos se fossem ditos por um embaixador a um general, ou de um militante esquerdista para seu grupo. Isso porque o enunciado “sempre cria algo que não existia antes dele, absolutamente novo e singular, e que ainda por cima tem relação com o valor (com a verdade, com a bondade, com a beleza, etc.)” (BAKHTIN,

2003, p. 326). Entretanto, esse “algo novo” possui relação com o que já existia antes, pois a “coisa criada é sempre criada a partir de algo dado (a linguagem, o fenômeno observado da realidade, um sentimento vivenciado, o próprio sujeito falante, o acabado em sua visão de mundo, etc.). Todo o dado se transforma em criado.” (Ibid., p. 326). Ou seja, para se criar o novo, é necessário que haja um embasamento, um dito que fundamente outro enunciado. Dessa forma, nenhum enunciado surge solitário e isolado, mas nasce de outro(s) enunciado(s). E quando dois ou mais enunciados são confrontados em um plano de sentido, resultam em relação dialógica. Essas relações se estabelecem não apenas entre enunciados inteiros, mas também são possíveis em qualquer parte do enunciado, até mesmo em uma palavra, desde que nela se possa ouvir a voz do outro. Igualmente possíveis são as relações dialógicas entre estilos de linguagem, dialetos, entre outros, desde que entendidos como determinadas posições semânticas (MIOTELLO, 2002). Entretanto, para que existam efetivamente, tais relações não podem ser dissociadas do campo discursivo, considerando-se que as relações dialógicas são extralinguísticas e que

o acontecimento na vida do discurso se dá sempre na fronteira de duas consciências, de dois sujeitos, de dois autores, e envolve sempre uma complexa interdependência entre o texto e o contexto, não se consegue eliminar nem neutralizar no texto discursivo a consciência do Outro, daquele que dele toma conhecimento (MIOTELLO, 2002, p. 15).

Com isso, o dialogismo pode ser concebido como constitutivo da linguagem, dado que todo dizer possui relações com outros dizeres, resgatando os já-ditos e, ao mesmo tempo, embasando o que ainda está por ser dito. Bakhtin afirma que ao “se constituir na atmosfera do “já-dito”, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado. Assim, é todo diálogo vivo” (BAKHTIN, 2002, p. 89). Dessa forma, no mesmo instante em que constitui o dizer, o caráter dialógico do discurso provoca uma compreensão ativa e responsiva do interlocutor. Aqui, Bakhtin rompe com o conceito de comunicação de apenas uma via de direção, baseado em um emissor (um jornalista, por exemplo) que transmite uma mensagem (notícia) ao receptor através de um código linguístico (texto verbal e não verbal), o que torna o interlocutor (o leitor) um sujeito passivo no processo comunicacional. Esse conceito estrutural de comunicação se rompe porque, para Bakhtin, toda a atividade mental daquele que apreende a enunciação de outrem “é mediatizado para ele pelo discurso interior e é por

aí que se opera a junção com o discurso apreendido do exterior” (BAKHTIN, 2006, p. 151). Para Bakhtin, os sujeitos em comunicação interagem entre si, e o interlocutor, assim como o locutor, são agentes responsivos no processo. Isso se deve porque, para compreender, o interlocutor aciona um conjunto de signos (discurso interior) que corresponde e se relaciona com o grupo sógnico do locutor (discurso exterior), provocando uma resposta, seja por uma negação, uma confirmação, uma rejeição, entre outras. Nas palavras do autor, é “no quadro do discurso interior que se efetua a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua apreciação, isto é, a orientação ativa do falante” (BAKHTIN, 2006, p. 151). Esse processo efetua-se nos planos de comentário efetivo e no de réplica interior, havendo, em geral, dominância de um desses dois na materialidade discursiva. Com isso, os dizeres verbais e não verbais, materializados em um artigo de jornal, num texto na internet, entre outros, possuem dentro de si, em menor ou maior grau, o comentário efetivo (que se assemelha em parte com o chamado fundo perceptivo da palavra) e a réplica interior, não podendo ser separados, a não ser de forma abstrata. Conforme afirma Bakhtin, “essas duas operações, a réplica interior e o comentário efetivo são, naturalmente, organicamente fundidos na unidade da apreensão ativa e não são isoláveis senão de maneira abstrata” (Id., 2006, p. 151).

Com isso, vimos que o dialogismo envolve, além do caráter constitutivo da linguagem, a compreensão ativa que aciona os signos do interlocutor que vão ao/de encontro aos signos do locutor, instigando uma atitude responsiva (de resposta e responsável por seus dizeres) de ambas as partes. Ao produzir um enunciado visando a uma resposta, uma réplica, o locutor constrói uma imagem de seu interlocutor, moldando seu dizer conforme a ideia que o primeiro tem em relação ao segundo. O locutor, ao prever e antecipar a resposta do Outro, permite que o enunciado receba influências, modelando a forma do enunciado de acordo com seu interlocutor. Sobre isso, Bakhtin discorre que, ao “construir o meu enunciado, procuro defini-lo de maneira ativa; por outro lado, procuro antecipá-lo, e essa resposta antecipável exerce, por sua vez, uma ativa influência sobre o meu enunciado (dou resposta pronta às objeções que prevejo, apelo para toda sorte de subterfúgios, etc.)” (Id., 2003, p. 302). Portanto, o enunciado é orientado por uma suposta reação do destinatário, contendo comentários e réplicas, conforme a imagem que o locutor tem da resposta de seu interlocutor. Além desse destinatário, entretanto, há uma terceira pessoa, um “supradestinatário superior”, “a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações citadas” (Id., 2006, p. 149),

ou mesmo aquele destinatário que se encontra afastado no tempo e no espaço de produção do enunciado. Por exemplo, na manchete a seguir, produzida no contexto da ditadura militar, em pleno governo do marechal Castelo Branco e publicada no jornal Última Hora em 19 de agosto de 1964,

**Castelo Aos Novos Generais:
– “Linha Dura” Não é só Punir**

Figura 11: Título de notícia

quem enuncia (1ª pessoa – o jornalista) recupera um dizer de uma segunda pessoa (_ “ “Linha Dura” não é só punir” – Dizer do marechal Castelo Branco), com destino a uma terceira pessoa, no caso o leitor. Mesmo se não houvesse uma citação no texto, ainda haveria uma terceira pessoa, pois o jornalista (1ª pessoa) escreve com vistas ao seu público-alvo, um provável morador do Rio de Janeiro no contexto de 1964 (2ª pessoa), mas também propõe, com mais ou menos consciência, uma terceira pessoa, sabendo que seus escritos serão arquivados e posteriormente lidos por um supradestinatário, distante no tempo e no espaço, como a leitura que ora fazemos, 37 anos depois e com 633 km de distância aproximadamente do tempo e local produzido, respectivamente. Bakhtin diz que em “diferentes épocas e sob diferentes concepções de mundo, esse supradestinatário e sua compreensão responsiva idealmente verdadeira ganham diferentes expressões ideológicas concretas” (BAKHTIN, 2003, p. 333). Com isso, é possível que, fora do contexto, outros sentidos, influenciados por diferentes ideologias, possam surgir a partir de um mesmo conjunto de dizeres.

Sobre o dialogismo, Faraco (2006) afirma que Bakhtin expõe a dialogicidade em três dimensões diferentes, sendo a primeira referente a que todo dizer é orientado pelo “já-dito”, a segunda é a que todo dizer é orientado à resposta e a terceira dimensão propõe que todo dizer é internamente dialogizado, ou seja, é heterogêneo, articulado por múltiplas vozes sociais. Faraco (op. cit.) acrescenta, também, que o sentido da palavra “diálogo”, embora remeta a significados de “entendimento” e “geração de consenso”, não ocorre estritamente como tal, como “solução de conflitos”, mas ao contrário, “tentam dar conta da dinâmica das relações dialógicas num contexto social dado e observam que essas relações não apontam apenas na direção das concordâncias, mas também das multissonâncias e dissonâncias”(FARACO, op. cit., p. 66). Ou seja, o

diálogo bakhtiniano não se restringe às consonâncias, mas abrange também uma arena de conflitos, de disputas, indo de/ao encontro de múltiplas vozes, compondo novos dizeres.

Geraldo Tadeu Souza (2002), refletindo sobre o enunciado concreto, discute a existência de três dimensões para se pensar as relações dialógicas, quais sejam, a do microdiálogo, a do diálogo e a do grande diálogo. O microdiálogo se refere ao diálogo interior, não sendo acessível ao pesquisador, embora ele saiba de sua existência. O diálogo compreende o diálogo de resposta, geralmente, imediata, de duas ou mais pessoas, em que existe a alternância de sujeitos. Já o grande diálogo refere-se ao “diálogo infinito em que não há nem a primeira nem a última palavra” (SOUZA, 2002, p. 81).

Tais autores, até o momento citados, estudam o dialogismo caminhando pela linha bakhtiniana de estudos da linguagem. Dessa forma, a reflexão e a interpretação do dialogismo tendem a ser amplas e profundas, já que este conceito constitui a base de toda a teoria do Círculo de Bakhtin, orientada à interação entre os sujeitos, à relação dialógica com o outro, rompendo com a concepção estruturalista de Ferdinand Saussure (2006) e com a crítica ao estudo da linguagem dissociado do sujeito. Entretanto, outros autores, que não seguem a linha do Círculo de Bakhtin, absorveram alguns aspectos do dialogismo bakhtiniano e os incorporaram em teorias de outras linhas de estudo da linguagem, fazendo com que os estudos do autor russo viessem a contribuir com o desenvolvimento das mesmas. Pêcheux foi um desses autores que resgatou algumas características do dialogismo e as trouxe para seus estudos.

A partir do dialogismo, foi concebida a noção de interdiscursividade que se refere ao conjunto de já-ditos que compõe todo discurso. Para Orlandi (2005), o “interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” (p. 33-34). A interdiscursividade é detectada pela recorrência de temas que permeiam os textos e possibilitam a interpretar outros discursos que são acessíveis pela memória discursiva. Essa memória, noção que se refere à inscrição histórica do enunciado e dos sentidos, viabiliza o acesso ao interdiscurso na medida em que o sustenta, atuando como um material que dá coerência ao conjunto de já-ditos. O sujeito resgata o interdiscurso através da memória discursiva, dado que esta é ampla e constitutiva do dizer, enquanto o interdiscurso é restrito aos sujeitos que a ele têm acesso. Conforme Romão e Pacífico (2006, p. 1), sob a ação da memória “ocorre a

interpretação dos signos, possibilitando ao leitor o acesso ao interdiscurso. No entanto, o interdiscurso só será significado por um leitor que tenha a acesso à memória, (...) conceito que supõe a inscrição histórica do enunciado”. Portanto, o interdiscurso não é de domínio geral, mas de um grupo de sujeitos que tiveram acesso ao que já foi dito.

Authier-Revuz, ao entrar em contato com a noção bakhtiniana de dialogismo, formula a noção de heterogeneidade discursiva, conceito este incorporado aos estudos da AD pechetiana. Partindo do pressuposto de que todo dizer é constituído por uma rede de dizeres heterogêneos, a autora (1982) distingue dois tipos de heterogeneidade discursiva, quais sejam, a heterogeneidade mostrada e a constitutiva. A heterogeneidade mostrada, “aquela de outras palavras, sob as palavras, nas palavras” (AUTHIER-REVUZ, 1982, p. 5), indica a presença explícita do outro no dizer através de discurso direto sinalizado por dois pontos e travessão, aspas, itálico, e também pode ser identificada pelo discurso indireto, pela ironia, pastiche, entre outros. Já a heterogeneidade constitutiva remete à presença do outro que não está indicada explicitamente na materialidade discursiva, ou seja, dizeres do outro que não se deixam ver na superfície do texto, mas nem por isso estão ausentes. Os discursos são habitados por múltiplos dizeres e constituídos “no meio dos já-ditos dos outros discursos” (AUTHIER-REVUZ, 1999, p. 10). A heterogeneidade constitutiva cunhada por Authier-Revuz também recupera de Bakhtin o aspecto de “moldagem” do discurso conforme o destinatário, em que o locutor prepara seu dizer de acordo com seu interlocutor. Esse aspecto é considerado como constitutivo do dizer, já que “o discurso não existe independentemente daquele a quem é endereçado, ou seja, os propósitos do destinatário são incorporados e determinam o processo de produção do discurso (...)” (AUTHIER-REVUZ, 1999, p. 10). Portanto, a heterogeneidade constitutiva abarca tanto o aspecto dialógico que se refere ao conjunto de dizeres que compõe o discurso, como a forma dialógica de modelar seu discurso conforme o interlocutor. No dizer de Authier-Revuz (op. cit., p. 10), “esse duplo dialogismo (...) escapa larga e inevitavelmente ao enunciador e não se manifesta no fio do discurso por marcas linguísticas”. Em suma, o tipo constitutivo caracteriza-se por estar diluído no discurso, não podendo ser identificado linguisticamente na materialidade discursiva.

Para compreender o discurso jornalístico, é necessária essa discussão sobre o dizer do outro que permeia todo discurso, já que delimitar o que o outro diz, assim como incorporá-lo, permite conhecer qual a imagem que o jornal, enquanto discurso, constrói de si mesmo. Authier-Revuz (op. cit.) reflete que estudar as formas pelas quais um

discurso imprime um exterior a si mesmo, e conseqüentemente delimita um interior, significa ter acesso à imagem que um discurso edifica de si próprio. Nas palavras de Authier-Revuz (op. cit., p. 11),

Concretamente, é especificar de qual(is) outro(s) um discurso escolheu distanciar-se, dando-lhe(s) lugar, mostrado, em si mesmo; e sobre que modo funciona a relação a este(s) outro(s) mostrado(s): tanto quantitativamente – desde discursos “saturados” de heterogeneidade mostrada até discursos tendencialmente monológicos, não dando lugar ao outro -, quanto qualitativamente – desde o jogo das “pequenas diferenças narcísicas” até os afrontamentos visando destruir o outro discurso.

Esse pensamento, aplicado ao discurso jornalístico, mostra-se pertinente, já que a escolha de aproximação do jornal a dado discurso, assim como seu distanciamento, viabiliza o acesso não só da imagem que o jornal projeta de si e de seus leitores, mas também pode mostrar à qual formação discursiva e ideológica o jornal se filia. A sinalização da fala do outro em seu discurso, dependendo do contexto e da formação discursiva ao qual se associa, tanto pode apontar que aquele dizer não faz parte do dizer do jornal, ou seja, que o sujeito-jornalista não compactua com aquele dizer, já que não o incorpora como seu, como também pode indicar uma forma de legitimar seu discurso e afirmar seu ponto de vista ou posicionamento em relação ao objeto do dizer fazendo uso do dizer de uma autoridade atrelada ao relato de um acontecimento, assim como o uso de determinadas imagens. Nesse jogo de construção e desconstrução do discurso alheio, visando a legitimar o posicionamento do jornal, são empregados gráficos, desenhos, ilustrações, citações de autoridade, entrevistas e depoimentos, fotos, dentre outros, constituindo assim numa trama de discursos heterogêneos que são recuperados com a finalidade de firmar o ponto de vista do discurso do jornal. Com isso, o estudo dos dizeres que circulam no discurso, atrelado ao contexto sócio-histórico e ideológico, é necessário para conhecer o processo de construção do discurso jornalístico.

Tecido por diversos fios discursivos, o discurso jornalístico é modelado de acordo com seu público. Bakhtin enxerga essa relação entre discurso e destinatário como um dos aspectos do dialogismo, e Authier-Revuz, recuperando tal estudo, o emprega como uma das faces da heterogeneidade constitutiva. Pêcheux também constrói um estudo a respeito e o denomina de mecanismo da antecipação, baseado em que “cada um sabe de antemão o que o “outro” vai pensar e dizer...” (PÊCHEUX, 1997, p. 172). Esse mecanismo permite que o sujeito falante experimente o lugar de seu

interlocutor e preveja sua reação de modo a antecipar o efeito de sentido que suas palavras terão no entendimento do outro. Através dele, o sujeito pode regular sua argumentação de uma determinada forma para produzir um dado efeito em seu interlocutor. Tal espectro pode variar “desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto” (ORLANDI, 2005, p. 39). Com isso, prevendo a reação de seu ouvinte, ao receber suas palavras, o sujeito-locutor pode tomar decisões que envolvem desde o encaminhamento do discurso a uma ou outra direção, no que tange, por exemplo, à escolha do tema a ser abordado numa notícia, até a seleção das palavras a serem utilizadas, numa tentativa de prever e antecipar a resposta de seu interlocutor. Esse mecanismo de antecipação encontra-se atrelado ao conceito de formação imaginária, que também é discutida na AD francesa da vertente pechetiana.

Essa noção labora na projeção de imagens do objeto do discurso e dos sujeitos, e são tais imagens que constituem as diferentes posições ideológicas e discursivas. “E isto se faz de tal modo que o que funciona no discurso não é o operário visto empiricamente mas o operário enquanto posição discursiva produzida pelas formações imaginárias.” (ORLANDI, op. cit., p. 40-41). Agregada ao mecanismo de antecipação, a formação imaginária possibilita ao sujeito-locutor construir uma imagem do objeto do discurso e de seu interlocutor, podendo, dessa forma, moldar seu discurso conforme a reação que espera de seu interlocutor. Essa projeção imaginária, contudo, não se restringe à apenas a imagem que o sujeito locutor projeta sobre seu interlocutor, mas também inclui a “imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante.” (ORLANDI, 2005, p. 40).

Se todo discurso é orientado a um destinatário, o discurso jornalístico não é diferente. O discurso do jornal, entretanto, não somente necessita do leitor para direcionar seu discurso, como também depende dele para sobreviver, já que um jornal, impresso ou digital, só existe porque há uma demanda de público que o consome. Por isso, estudar seu leitor, construir uma imagem aproximada de seu posicionamento ideológico, conhecer a qual formação discursiva e ideológica ele se filia, bem como a rede de fios ideológicos e discursivos nos quais seu interlocutor se encontra imerso são necessários para constituir um discurso que compartilhe da mesma filiação ideológica de seu público-alvo e dessa forma, atraí-lo. As pesquisas mercadológicas, assim como

normas preestabelecidas em manuais, ajudam a esboçar o perfil do leitor e, dessa forma, orientam os editores e jornalistas a direcionar seu discurso.

Amaral (2006) afirma que o jornal sempre projeta “um leitor e estabelece suas estratégias com base nele. O leitor também imagina o que a publicação deve dizer e como deve dizer. Os jornais propõem um contrato ao leitor pelas inúmeras estratégias, como o vínculo com o universo social e cultural do público” (AMARAL, 2006, p. 60). Os jornais podem se especializar de acordo com o público que se quer atingir, visando a atender a uma demanda de determinado segmento de mercado. Esses segmentos podem ser de ordem científica, cultural, econômica, esportiva, popular, etc. Dentre eles, destacamos o popular, dado que o jornal que utilizamos como *corpus* desta pesquisa pertence a esse segmento.

3.1.1 Imprensa popular

Os jornais populares geralmente são identificados por terem baixa paginação, por serem vendidos em bancas por preço baixo e terem publicidade de produtos voltados ao público de baixa renda. Mais que proporcionar um saber ou uma crença, o jornal popular tem a função de “fazer sentir”, não no sentido apenas de (re)produzir sensações, mas também de provocar no leitor o sentimento de pertencimento social. Várias são as características que o diferenciam dos jornais de referência, desde os recursos temáticos, estéticos e estilísticos até o público-alvo e a linguagem que se dirigem a ele. Enquanto os jornais de referência procuram debater a notícia, projetando seus leitores como “sujeitos políticos que merecem conhecer o mundo para poderem atuar sobre ele” (AMARAL, op. cit., p. 62), a imprensa popular visa a sintetizar e singularizar os fatos, de modo a privilegiar os sintomas de uma situação e não as suas causas.

O leitor da imprensa popular, em geral, pertencente às classes B, C e D, são pessoas que sentem no cotidiano a deficiência da segurança pública e do sistema de saúde, a precariedade do ensino público e do sistema de transportes, bem como a busca pelo mercado de trabalho (AMARAL, 2006). Em resposta a essa demanda, o jornal popular direciona desde a pauta do dia até a seleção da linguagem para esse público, abarcando informações ligadas ao cotidiano popular, à prestação de serviços, ao entretenimento, até mesmo a elementos do âmbito da ficção, da religiosidade e da superstição. Para conquistar o povo, cuja cultura é heterogênea e está atrelado à

concretude da vida, o jornal popular, utilizando fontes populares e misturando gêneros, valoriza o cotidiano, a fruição individual, o sentimento e a subjetividade, singularizando os fatos de modo a torná-lo uma leitura rápida e prática.

Para se tornar notícia em um jornal popular, é necessário que o fato possua uma capacidade de entretenimento, seja cultural ou geograficamente próximo ao leitor, possa ser simplificado e/ou narrado dramaticamente, um acontecimento em que possa haver identificação dos personagens com os leitores e/ou que seja útil. Muitas vezes, a imagem que a mídia popular tem de seu público é a de que este apenas quer diversão, entreter-se, tirar proveito ou vantagem. Com isso, manchetes e fotos que atraiam o olhar, como uma cena inusitada e/ou ridícula, possuem grandes possibilidades de serem publicadas. Amaral (2006) classifica quatro categorias que compõem a capacidade de entretenimento de uma notícia, quais sejam, histórias de gente comum que se encontra em situações inusitadas ou histórias da vida privada de pessoas públicas; histórias em que há inversão de papéis, de interesse humano e de feitos heroicos e excepcionais.

A proximidade com o leitor também é um fator que influencia na publicação de uma notícia, podendo essa proximidade ser de conteúdo – com reportagens sobre a segurança pública, mercado de trabalho, atendimento à saúde, futebol, televisão, etc. e a preferência pelo local em detrimento do nacional, ou seja, notícias sobre o lugar em que se vive atraem o público – proximidade pelos personagens que o jornal envolve (com histórias populares e colunas em que o povo participa com opiniões, reclamações, relatos, etc.) e a proximidade pela linguagem (AMARAL, op. cit.). Esta última se caracteriza pela tentativa de acercar-se da linguagem do leitor, como no uso do discurso direto em que, ao dar a palavra ao leitor, o jornal tenta eximir-se de qualquer responsabilidade ao mesmo tempo em que reconstitui a fala “tal qual ela ocorreu”, como forma de marcar a seriedade e a autenticidade do jornal.¹⁰

Alguns jornais preferem não utilizar as aspas, como tentativa de apagar o distanciamento entre o jornal e seu leitor. Outros, entretanto, preferem utilizar as aspas marcando um sentido de superioridade dos jornalistas em relação ao mundo do seu público, demarcando expressões populares do vocabulário utilizado no jornal. Falar

¹⁰Vimos no capítulo anterior, entretanto, que, para Bakhtin o sujeito é um ser responsável e responsivo, com isso, não há alibi para eximir-se de sua responsabilidade, embora o jornal (e o leitor, por vezes) acredite que expor um discurso direto seja reproduzir a realidade. Já para Pêcheux, a ideologia produz um efeito de transparência no discurso direto, fazendo com que o sujeito-jornalista imagine que reproduz a realidade tal qual ela é. Contudo, a própria escolha do discurso direto implica influências ideológicas e de posicionamentos discursivos.

diretamente com o leitor e utilizar seu vocabulário são também artifícios para seduzi-lo e formar um elo de confiança e proximidade entre o jornal e o seu público.

Embora o jornal popular oriente seu dizer conforme seu leitor, isso não significa que seu discurso seja homogêneo aos interesses exclusivos da camada popular. Ao contrário, como em todo jornal, a imprensa popular é construída pelos conflitos de interesse de jornalistas, empresários, proprietários do jornal, anunciantes, fontes e também dos leitores. Com isso, percebe-se que, mesmo que um veículo midiático construa seu discurso com vistas a um público específico, seu dizer não é homogêneo, mas é permeado pelo outro e produto de um conflito de vozes. Devido à heterogeneidade de vozes e interesses que concorrem para a construção do discurso jornalístico, a imprensa popular, muitas vezes, ultrapassa o horizonte mercadológico, que visa apenas ao lucro, passando a agir em favor de causas políticas e/ou sociais, como é o caso do jornal Última Hora.

3.1.2 O jornal Última Hora

Dada a frieza com que os jornais noticiavam a campanha eleitoral e posterior vitória de Getúlio Vargas, bem como a indisposição da grande imprensa em publicar os atos do então presidente, Getúlio pensa em um jornal que, sem ser do governo, defenda suas iniciativas e com isso, rompa a “conspiração do silêncio” promovida pelos jornais da época. Para tanto, Getúlio Vargas incentivou Samuel Wainer a fundar o jornal Última Hora, inaugurado em 12 de junho de 1951, na cidade do Rio de Janeiro.

Com os financiamentos do banqueiro Valter Moreira Sales, de Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria e do industrial Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil, Samuel Wainer adquiriu o parque gráfico da empresa Érica e o prédio em que ela estava instalada. Oferecendo esses bens como garantia ao Banco do Brasil, Wainer conseguiu um empréstimo para formar a Empresa Editora Última Hora S.A. (CPDOC, s.d., p. 1). Em menos de um ano, o jornal Última Hora (UH) vendeu mais de 100 mil exemplares, tornando-se um jornal populista de sucesso. UH mostrava-se um elo entre Vargas e a população, “uma tribuna de Getúlio Vargas, que se definia como “do povo para o governo”” (AMARAL, 2006, p. 25). Wainer (1988) chegou a admitir que conversava com Getúlio sobre o conteúdo do jornal. “Eu costumava consultar Getúlio sempre que surgiam fatos e assuntos diretamente ligados aos interesses do presidente. Ele também me fazia sugestões e transmitia opiniões,

regularmente, de viva voz ou através de intermediários. Às vezes mandava bilhetes” (WAINER, 1988, p. 150).

UH era organizado de forma empresarial e promovia concursos e diversas promoções com o intuito de aproximar e reforçar o vínculo com o leitor. Foram instaladas urnas pela cidade para receber reclamações, sugestões e denúncias dos leitores para serem publicadas no jornal, bem como foram organizados júris populares para julgar os crimes contra a “economia do povo” (AMARAL, op. cit.). Além da defesa do nacionalismo, do trabalhismo, da política de Getúlio Vargas e dos interesses do povo em seu conteúdo, UH expunha um inovador projeto gráfico criado pelo argentino Andrés Guevara, propondo um novo padrão visual para a imprensa brasileira da época (RIBEIRO, 2001).

A apresentação gráfica de UH apostava no uso de setas, grise e na abundante distribuição de vinhetas e fios de diferentes espessuras pelas páginas, além da valorização da fotografia. Enquanto a maioria dos jornais publicava fotos estáticas, à semelhança de um álbum, UH fazia uso de retratos mais dinâmicos e de sequências fotográficas, além de ser pioneiro na utilização da cor, do alto contraste, da granulação e dos meios tons (RIBEIRO, op. cit.). Além da estética visualmente atrativa, UH possuía uma equipe qualificada de jornalistas que eram atraídos pelos altos salários pagos pelo jornal. Em decorrência de seu sucesso, UH abre filiais em outros estados do Brasil e em março de 1952 inaugurou-se o UH paulista.

Após a morte de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954, UH se posicionou na oposição ao novo presidente João Café Filho (CPDOC, s.d.), só voltando a apoiar o governo na gestão de Juscelino Kubitschek que ajudou a liquidar as dívidas do jornal. A partir disso, em dezembro de 1958, o UH passou a publicar sua edição matutina e em 1959, dois tabloides diários. “Wainer ampliaria, então, sua cadeia, constituindo uma rede nacional, com onze edições regionais” (RIBEIRO, op. cit., p. 4). Durante o governo de Jânio Quadros, UH defendeu a aproximação do Brasil com os países socialistas, além de defender a posse de Jango quando da renúncia daquele. Além disso, UH apoiou João Goulart em suas propostas de reformas de base (CPDOC, s.d.).

Após o golpe militar, UH começa a debilitar-se. Samuel Wainer, com seus direitos políticos suspensos, asila-se na França e a partir de então a rede de jornais UH é paulatinamente esfacelada. Em 1965, a UH paulista é vendida para a empresa Folha da Manhã (atual grupo Folha) de Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira e fecha em 1969. Os jornais UH dos demais Estados foram transferidos para outros donos ou

fechados, com exceção do UH carioca, que resistiu por mais um tempo. Em 1967, Wainer volta ao Brasil e retoma a direção de UH do Rio de Janeiro, mas como teve de sacrificar pouco a pouco a parte editorial – reduzindo o número de páginas e de colunistas – foi perdendo leitores. Em abril de 1971, a UH do Rio é vendida ao empreiteiro Maurício Nunes de Alencar, da Cia. Metropolitana (grupo que controlava desde 1969 o Correio da Manhã). Dois anos depois, UH Rio é passado para um consórcio dirigido por Ary de Carvalho e encerra suas atividades em 1982 (RIBEIRO, 2001).

3.2 Análises das capas dos atos institucionais

A primeira página constitui a vitrine do jornal, expondo os principais assuntos da edição (NOVO MANUAL FOLHA, 1996). Organizadora dos assuntos internos e responsável por atrair o leitor/consumidor, a primeira página constitui-se num espaço discursivo de interesse para nosso trabalho, pois o acesso a ela não se restringe ao sujeito-leitor que efetivamente comprou o jornal, mas abrange também aqueles que se detêm na primeira página, que passam pela banca de jornal e somente conferem as notícias do dia, sendo, portanto, espaço de acesso a um público amplo. A primeira página confere a ilusão de completude do discurso (ROMÃO, 2008), como se todos os acontecimentos relevantes do dia ou do dia anterior estivessem narrados ali, sendo os fatos não narrados concebidos como de menor importância. Com isso, o olhar do leitor sobre os fatos já é guiado desde a primeira página, tendo acesso apenas ao relato dos fatos selecionados pelo sujeito na posição de editor.

Por essa perspectiva, entendemos que a primeira página não só constitui um discurso como também remete a outros discursos que se encontram no interior do jornal, tecendo um diálogo entre as notícias e os dizeres, de maneira a construir um discurso coerente com o posicionamento dos sujeitos envolvidos na elaboração e edição do periódico. Em vista disso, este capítulo tem como recorte as primeiras páginas do jornal Última Hora publicadas no dia (ou no dia seguinte) da baixa dos cinco primeiros Atos Institucionais decretados pelo governo ditatorial. Tais Atos, em especial os cinco primeiros, constituíram-se em instrumentos legais que limitavam as garantias políticas e individuais, reduzindo a participação política do povo e da oposição ao governo, fortalecendo, dessa forma, os mandatários militares que estavam no poder (SIKORSKI,

2010). A escolha das manchetes sobre os atos institucionais recai sobre a importância dos mesmos no recrudescimento do regime militar no poder.

O primeiro Ato Institucional foi assinado em 9 de abril de 1964 pelo Comando Supremo Revolucionário, composto pelo general Arthur da Costa e Silva, o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia e Melo e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, nomeados como ministros pelo presidente da câmara Ranieri Mazilli e que constituíam a liderança que detinha o poder de fato no país naquele momento.

Da redação do Ato Institucional 1 (AI-1) constava, dentre outros, a suspensão por dez anos dos direitos políticos de opositores ao regime, decorrendo daí as ameaças às cassações, prisões, e mesmo expulsão do país aos que se enquadrassem como subversivos, a eleição indireta do presidente foi imposta, e a Constituição da República foi suspensa por seis meses. Em vista disso, o jornal Última Hora publicou a seguinte capa no dia 10 de abril de 1964:

MINISTRO DO EXTERIOR.—BRASIL NÃO ADMITE AÇÃO COMUNISTA EM SUA ÁREA

- Quem Matou Meu Noivo em Ipanema? BOVICIANO POLICIAL NA PRISMA 7

Última Hora ANO 20 Nº 100 de Junho, sexta-feira, 25 de Junho de 1964 Nº 1007 1.400

Bocayuva Prêso e Salto em Brasília FOTOGRAFIA COLHEIDA NA PAULA

COMANDO SUPREMO DA REVOLUÇÃO ANUNCIA "NOVA REPÚBLICA"

ATO INSTITUCIONAL FOI DECRETADO

MARECHAL DUTRA PARA "UH": — SE ELEITO, EVITAREI O ÓDIO




- 1- O Comando Supremo Revolucionário, em substituição aos poderes militares, decretou, ontem, o Ato Institucional, primeiro de sua natureza e primeira forma.
- 2- O Ato, de número 171, e assinado pelo chefe-mor dos poderes constitucionais, se refere às atribuições e estabilidade, as funções e atribuições do presidente provisório eleito.
- 3- "A duração do ato e de sua natureza" estende-se até 180 dias, com a possibilidade de prorrogação de 90 dias, em caso de necessidade, pelo presidente eleito.
- 4- O Ato, em seu artigo 1º, estabelece a criação de tribunais legislativos federais, estaduais e municipais, "exceto a respeito judicial sobre leis", sendo que o mesmo artigo prevê a criação de tribunais de segurança nacional e de 100 dias após sua promulgação.
- 5- A justificativa do ato institucional está no Artigo 1º, inciso III, do Ato, que estabelece a criação de tribunais legislativos federais, estaduais e municipais, "exceto a respeito judicial sobre leis", sendo que o mesmo artigo prevê a criação de tribunais de segurança nacional e de 100 dias após sua promulgação.
- 6- O Ato, em seu artigo 1º, inciso III, estabelece a criação de tribunais legislativos federais, estaduais e municipais, "exceto a respeito judicial sobre leis", sendo que o mesmo artigo prevê a criação de tribunais de segurança nacional e de 100 dias após sua promulgação.

CLASSES PRODUTORAS LANÇARÃO MANIFESTO DE AJUDA AO GOVERNO

BÊNÇÃO DO PAPA PARA OS PRESOS

UH Revista

CATHERINE VAN AL

GRIFE AMEAÇA TURFE: TREINADORES QUEREM PARALISAR CORRIDAS

Thomas Mann Pede Nos EUA Mais Ajuda Para o Brasil

Figura 12: Primeira página sobre o AI-1

Sob o título "Ato institucional foi decretado" há uma enumeração, constando os pontos que o sujeito-editor/jornalista destaca como importantes a respeito do ato, remontando a sentidos de ordenamento e gradação, iniciando-se por quem é responsável pelo decreto, seguido pelo que se estabelece, sua justificativa e no fim, a reação dos

parlamentares (ANEXO G). Começando por indicar a alteração de itens fundamentais da Constituição Federal, o jornal dá ênfase à suspensão dos direitos políticos e à cassação de mandatos de parlamentares, embora o AI-1 estabelecesse outras normatizações, indicando o arbítrio do novo governo. Percebemos que as justificativas para o AI-1 são apresentadas através do discurso direto, pelo recurso das aspas, ou pelo discurso indireto, remontando à heterogeneidade discursiva mostrada, marcando o distanciamento entre o sujeito-jornalista e o Comando que decretou o golpe e indicando um dizer que o jornal não toma para si, não compartilha com o comando. No item 6, o dizer “No Congresso, ao abrir a sessão noturna “sob a proteção de Deus”” remonta a sentidos de abandono que, diante da suspensão de seus direitos, os parlamentares somente possuem a proteção divina e ninguém mais para proteger seus direitos.

Na mesma página, verificam-se também os dizeres “Classes produtoras lançarão manifesto de ajuda ao governo” indicando a posição discursiva das classes que se solidarizam com o golpe militar. Nota-se que são as mesmas classes produtoras que participam do IPES (como visto no capítulo anterior), um dos responsáveis pela disseminação ideológica favorável à derrubada de João Goulart da Presidência.

No ano seguinte ao AI-1, é decretado o Ato Institucional 2 (AI-2), em resposta à derrota governista nas eleições e no Congresso Nacional e à elevação das críticas da oposição. O AI-2, assinado pelo general Castelo Branco em 27 de outubro de 1965, previu, dentre outros, a dissolução de todos os partidos políticos, a reabertura dos processos de punição aos opositores do regime e concede ao presidente o poder de decretar o estado de sítio até 180 dias sem consultar o Congresso, além de permitir ao presidente intervir nos Estados e decretar recesso ao Congresso (BRASIL, 1965). A partir disso, o jornal UH publica a seguinte capa no dia seguinte ao Ato:

ÍTEGRA DO NOVO ATO INSTITUCIONAL NA PÁG. 10

1964 em Paris 1

Danton Jobim:
Mau Horóscopo

Última Hora

Da RIO
Para o
BRASIL

1964 em Paris 1

Lacerda Não Diz
Nada à Imprensa

Está em Vigor o "Ato Institucional N.º 2"

JURACI:-SÍTIO PRONTO PARA JÁ, SE PRECISO

BRASÍLIA ÀS 11 HORAS E 15 MINUTOS



1 O Senado não pode mais funcionar sobre o Ato Institucional N.º 2, pois a Constituição prevê que o Poder Judiciário não pode ser submetido a qualquer restrição de liberdade de expressão, de imprensa ou de comunicação de fato. O Ato N.º 2, ao impor tais restrições, viola a Constituição.

2 O Congresso Nacional não se reúne, o fato, por si mesmo, já caracteriza a situação de fato. O Ato N.º 2, ao impedir a reunião do Congresso, viola a Constituição.

3 O povo brasileiro não pode ser submetido a qualquer restrição de liberdade de expressão, de imprensa ou de comunicação de fato. O Ato N.º 2, ao impor tais restrições, viola a Constituição.

NEGRÃO DIPLOMADO GOVERNADOR DA GB



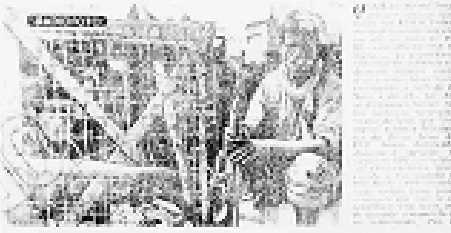
SUSSEKIND:—"ATO" NÃO FERIRIA DIREITOS DOS TRABALHADORES

LONDRES: AVIÃO MATA 36



3 "BOMBAS" NO FUTURO

VIETCONGS MAIS AUDACIOSOS



UNB: Reinício Das Aulas Fracassa e DOPS Prende Mais Três

Figura 13: Primeira página sobre o AI-2

Nesse recorte, a manchete principal destaca o dizer do outro marcado pelo discurso direto, configurando-se na heterogeneidade discursiva mostrada presente no discurso do jornal. Percebemos que, dentre outros aspectos do AI-2, o sujeito-jornalista destaca o estado de sítio, estado que confere plenos poderes ao Executivo, apontando, mais uma vez, para a arbitrariedade do governo. Assim como na capa anteriormente analisada, há uma enumeração, desta vez destacando a resposta ao ato sob o ponto de vista dos três posicionamentos envolvidos, quais sejam, da base governista, da oposição e do povo (ANEXO H). Enquanto a base governista, representada pelo ministro Juraci Magalhães, posiciona-se favorável ao ato, indicando que seu uso não será discricionário, a oposição, marcada pelo jornal como prejudicada pelo ato, se posiciona contrária a ele, indicando que a própria medida é discricionária. Notamos, aqui, uma luta de vozes entre o governo que afirma não usar tais poderes arbitrariamente, e a oposição que concebe o próprio AI-2 como arbitrário. Em meio a esse conflito de vozes, o povo recebe a notícia do ato com tranquilidade, remontando a sentidos de alienação quanto à situação política do país. A ação de acatar o ato por parte dos governadores Magalhães Pinto e Ademar de Barros, aliada à tranquilidade do povo, marca o apagamento de vozes de resistência que até poderiam existir, mas que não se manifestaram no discurso. Por fim, ao afirmar que a polícia militar confraternizou com o Exército em Minas Gerais, durante uma feijoada, remonta a sentidos de impunidade, em que as arbitrariedades são cometidas e não há uma reação contra o ato, acabando tudo em uma grande “feijoada”.

Outro dizer de destaque se refere a “Sussekind: “ato” não fere direito dos trabalhadores”. Nota-se aqui que o destaque dado ao direito dos trabalhadores refere-se ao exercício de antecipação e de formação imaginária postulado por Bakhtin e trabalhado por Pêcheux na Análise do Discurso francesa. Por ser um jornal popular, o UH projeta a imagem de seu interlocutor, qual seja, a da classe de baixa renda, dos trabalhadores. Com isso, ao formar a imagem de seu interlocutor, o sujeito-jornalista antecipa-se à reação deste, expondo o que interessa ao trabalhador, que é a repercussão do ato em seus direitos, pois o mecanismo de antecipação, conforme afirma Orlandi (2005) “regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte” (p. 39).

Já o Ato Institucional 3 (AI-3) percebe uma reação de UH diferente dos Atos anteriores. O AI-3, assinado em 5 de fevereiro de 1966 por Castelo Branco, estabelecia a eleição indireta para os governadores e vice-governadores dos Estados, e que os prefeitos das capitais seriam indicados pelos governadores, com apoio das assembleias

legislativas. Diante do AI-3, o UH publica a seguinte capa na edição matutina do dia 7 de fevereiro de 1966:

Moscou Recebe a Última Imagem do Lunik

ADEMAR FOI A CABO FRIO FALAR COM MAGALHÃES

Reação Contra o Ato - 3

ERRO OU MALÍCIA?

Biquinis Reforçaram a Cadência do Samba

Ultima Hora

1966 - Rio, Segunda-feira, 7 de fevereiro de 1966 - Nº 1.071 - R\$ 100

MENGO VENCE E URSS É CAMPEÃ

Djanira Supera o Terror

AVISO AOS PAIS

Indústria Volta a Atacar Importações Livres

Figura14: Primeira página sobre o AI-3

Ao contrário das capas anteriormente analisadas, em que anuncia o decreto ou mesmo seu conteúdo, a manchete desta edição enfoca a resposta ao AI-3, destacando o posicionamento contrário a tal instrumento legal. Ao conceder espaço para a reação da opinião pública e da oposição, apagando os dizeres de apoio ao Ato bem como da base governista, o sujeito-jornalista constrói seu dizer coerentemente com seu posicionamento contrário ao golpe. A coluna de Danton Jobim, intitulada “Êrro ou malícia”, dialoga com o posicionamento de resistência ao AI-3, remontando, pela memória discursiva, sentidos de autoritarismo oriundos de governos passados como o fascismo e o nazismo na Europa e a ditadura de 1937 no Brasil (ANEXO I). Notamos que ao se referir à ditadura de 1937, o sujeito-jornalista apresenta-se complacente e favorável, já que obedecia a uma filosofia e a um sistema, da qual o sujeito-jornalista compartilhava. Esse dizer é coerente com o posicionamento favorável a Getúlio Vargas, que instaurou o Estado Novo e foi o ditador em 1937. Vemos, também, que os sentidos de “ditadura” mudam conforme o contexto, assim como os posicionamentos do sujeito em relação à palavra modificam-se de acordo com a situação, já que o sujeito-jornalista posiciona-se favoravelmente à ditadura quando em “razão histórica” ou de um “princípio respeitável”, mas contra quando não se segue nenhum princípio, em nome de uma “revolução democrática” que visa a impedir o povo de eleger seus representantes. A partir disso, emerge o sentido de que o problema não é a ditadura em si, mas as razões que levaram a ela. Na edição vespertina do mesmo dia, o UH publica a seguinte capa:

Ultima Hora Lunik Encerra Sua Missão na Lua

Terminou sua missão lunar o satélite do norte russo...
A missão lunar que o Presidente da República...

Título de Eleitor Não Vale Mais Nada Eleição Agora é "Ação Entre Amigos"

Cassado o Povo

Brasil Volta ao Tempo da República Velha Congresso já Ensaia a Prorrogação Geral

Erro ou Malícia?

É que está sucedendo o Brasil não tem...
A situação nacional não é...
A situação nacional não é...

Deu Biquíni no Samba



Alguns dos integrantes do 'Grande Rio', grupo de dança carioca...

Levanta o biquíni e vai...
Levanta o biquíni e vai...
Levanta o biquíni e vai...

O novo Rio de Janeiro...
O novo Rio de Janeiro...
O novo Rio de Janeiro...

Brasil não é mais...
Brasil não é mais...
Brasil não é mais...

Estabilidade não...
Estabilidade não...
Estabilidade não...

Com a mesma...
Com a mesma...
Com a mesma...

Pelé Prova em Lima Que é Bom Também no Braço

Conquistou o título...
Conquistou o título...
Conquistou o título...

Até Bói de Segunda Já Enfrenta SUNAB

AVISO AOS PAIS...
AVISO AOS PAIS...
AVISO AOS PAIS...

Sindicatos Convocados Para Salvar Estabilidade

Figura 15: Primeira página sobre o AI-3, edição da tarde

Tocando outra região de sentidos, ainda não materializada no dizer de capas anteriores, UH expõe a manchete “Cassado o povo”, referente ao fim das eleições diretas. A palavra “cassado” remonta à memória discursiva das cassações de mandatos políticos, anteriormente decretados. Num movimento de atualização da memória, agora quem é cassado não são mais os representantes do povo, mas o próprio povo, ferindo diretamente seu direito. Notamos que a cassação não se refere ao povo enquanto indivíduo, mas ao povo enquanto posição discursiva e, mais precisamente, sua voz, que é calada frente ao fim das eleições diretas.

No dizer “Título de eleitor não vale mais nada”, o “título de eleitor” não se refere apenas ao documento propriamente dito, mas ao efeito de sentido de poder de voto do povo, constituindo-se, assim, num signo linguístico que remonta a algo exterior a si próprio, convertendo-se, dessa forma, “em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade” (BAKHTIN, 2006, p. 29). O dizer “Eleição agora é ‘ação entre amigos’” remete tanto a sentidos de eleição fechada, quanto de camaradagem e corrupção, em que somente quem faz parte do grupo de “amigos” é que pode ser eleito.

No subtítulo que diz “Brasil volta ao tempo da República Velha” recupera-se a memória da Primeira República do Brasil, que abrange o período da história do Brasil entre a Proclamação da República, em 1889, e a Revolução de 1930, em que as eleições eram passíveis de fraudes que asseguravam a vitória de candidatos da oligarquia. Observa-se que, ao comparar a política da época com a da República Velha, o sujeito-jornalista coloca as duas políticas na mesma posição, remetendo a sentidos de retrocesso político. Ao posicionar os dois períodos numa mesma região de sentidos, o sujeito-jornalista eleva a posição dos governos existentes entre esses dois períodos, como se os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart representassem um avanço, um progresso político, e o AI-3 seria a marca da regressão.

Em 7 de dezembro de 1966, no mesmo ano em que foi decretado o AI-3, foi editado por Castelo Branco o Ato Institucional (AI-4) que convocava o Congresso Nacional para votar e promulgar a Constituição de 1967. Em vista disso, o UH publicou a seguinte capa, na edição matutina do mesmo dia:

Castelo Mostra Sua Obra Saiu o "Atão" de Fôrça

CONGRESSO OBRIGADO A APROVAR A CARTA DE 67 A TOQUE DE CAIXA

PRESIDENTE COM PODÊRES DE DITADOR

O Marechal Castelo Branco deu à publicação, ontem, através da Agência Nacional, a seguinte declaração que faz uma crítica muito atrevida, até sua época, aos poderes políticos e que deve ser cuidadosamente apreciada pelo Congresso para votar no dia 15 de março de 1964, as emendas ao Ato Institucional nº 1 e ao Ato Institucional nº 2.

O fato que antes se discutia à luz da Constituição, em termos jurídicos, agora é apresentado ao Congresso Nacional, sob o aspecto da segurança nacional e economia e finanças públicas. Ao contrário dos Estados Unidos, que sempre tiveram um sistema presidencialista, o Brasil tem um sistema parlamentarista. Isso que preside os poderes do Estado, em qualquer momento, não é o presidente, mas sim o Congresso Nacional, que sempre se encontra em sessão ordinária, sob a presidência do presidente do Congresso Nacional.

Executivo é Que Manda

A "Carta Nova" do Marechal Castelo Branco reconhece finalmente a independência dos poderes, que sempre existiram praticamente abstratamente no Poder Legislativo. O Presidente da República sempre indicou e sempre designou em nome do Congresso Nacional e economia e finanças públicas. Ao contrário dos Estados Unidos, que sempre tiveram um sistema presidencialista, o Brasil tem um sistema parlamentarista. Isso que preside os poderes do Estado, em qualquer momento, não é o presidente, mas sim o Congresso Nacional, que sempre se encontra em sessão ordinária, sob a presidência do presidente do Congresso Nacional.

Ato Institucional Nº 4

Foi a Constituição de 1958 "já não estava a respeito nacional" e "semelhante a uma Assembleia Constituinte" a Constituição de 1961, o Ato Institucional nº 1, o Ato Institucional nº 2 e o Ato Institucional nº 3, que foram aprovados pelo Congresso Nacional, em 17 de dezembro de 1961 e 24 de janeiro de 1964, para aprovar o Ato Institucional nº 4.

Castelo dá ao Congresso e ao povo de hoje a seguinte declaração: "O Ato Institucional nº 4, aprovado em 24 de janeiro de 1964, para aprovar o Ato Institucional nº 4, foi aprovado pelo Congresso Nacional, em 24 de janeiro de 1964, para aprovar o Ato Institucional nº 4."

Chovem Decretos-Leis

O Marechal Castelo Branco declara ao Congresso Nacional, em 17 de dezembro de 1961, que "o Ato Institucional nº 4, aprovado em 24 de janeiro de 1964, para aprovar o Ato Institucional nº 4, foi aprovado pelo Congresso Nacional, em 24 de janeiro de 1964, para aprovar o Ato Institucional nº 4."

MDB Examina Situação

A situação está melhorando, desde ontem, e não deve mudar até o dia 15 de março de 1964, quando o Congresso Nacional vai votar no Ato Institucional nº 4. O Congresso Nacional, em 17 de dezembro de 1961, aprovou o Ato Institucional nº 4, para aprovar o Ato Institucional nº 4.

DESA, BRASÍLIA, 14 DE MARÇO DE 1964. (1)

Ultima Hora

PV Nega Crime na Noite de Nupcias

Até 20 — Rio, Santa Fé, 7 de Dezembro de 1964 — R\$ 1,50 — CEE 300

Fla x Veneno Continua e Pelé x Tostão é Hoje



Até 20 — Rio, Santa Fé, 7 de Dezembro de 1964 — R\$ 1,50 — CEE 300

**FIM DA ESTABILIDADE
REVOLTA SERVIDORES**

CASA DE SAÚDE
SANTA
THEREZINHA
CIRURGIA
HOSPITALIZAÇÃO

A. HENRIques, 10
Cidade de São Paulo, SP

Segurança da ONU Vai Debater Crise: Rodésia

Figura 16: Primeira página sobre o AI-4

Observa-se que as manchetes “Castelo mostra sua obra” e “Saiu o “Atão” de Fôrça” remetem a uma linguagem voltada às classes populares, público-alvo do jornal. O dizer “Castelo mostra sua obra” remonta pela memória discursiva o dizer “mostra sua cara”, apontando para sentidos de traição e falsidade, indicando a exposição de sua face oculta. A palavra “Atão”, entre aspas, aponta para o coloquialismo recorrente nas classes populares, além de marcar o caráter impositivo do decreto. O dizer “Atão de Fôrça” remete a sentidos de imposição, violência e arbitrariedade, marcando, dessa forma, o posicionamento do jornal em relação a mais um ato promulgado pelo governo.

Na manchete “Congresso obrigado a aprovar a carta de 67 a toque de caixa”, verifica-se novamente o uso do coloquialismo em “toque de caixa”, que remete ao sentido de algo feito às pressas, imediatamente (PRATA, 2003), numa forma de aproximar-se do dizer popular e falar-lhe diretamente. Ao dizer que o Congresso foi obrigado a aprovar a Carta de 67, o Congresso é colocado em um posicionamento subalterno a uma força maior que lhe impunha obrigações e sobrepõe a sua voz sobre a do Congresso. Essa força – cujo nome é silenciado, mas, como veremos no capítulo seguinte, o silêncio significa – aponta para a cúpula que promoveu o golpe militar, em especial o presidente Castelo Branco. No dizer “Presidente com poderes de ditador” observa-se a posição em que o objeto do discurso, o presidente Castelo Branco, ocupa no imaginário do sujeito-jornalista. No mesmo dia, é publicada na edição vespertina de UH a capa:

VESPERTINA
Última Hora
No. 279 — Rio, Quarta-feira, 7 de Dezembro de 1961 — R\$ 1.100 — (21) 200

**"Última Hora" Divulga Hoje na Íntegra
Texto do Anteprojeto da Constituição**

Todo Poder Emanava de Castelo

Carta Muda Até Nome do Brasil

Ditadura Institucionalizada

**Tostão Pode Derrubar
A Coroa do "Rei" Pelé**



Reservando todo o poder ao Marechal Castelo Branco, que pode baixar atos complementares e decretos-leis até 15 de março de 1967, assim, antes, o AI-4 ou Atão, disciplinando a votação da nova Carta constitucional da República. Considerando que "o Governo continuava a deter as potestades que lhe foram confiadas pela revolução", estabelece o novo texto preceito para o pronunciamento do Poder Legislativo, que terá de se manifestar até 27 de janeiro.

Julgamento de Civis Pelos Militares

Através da Agência Nacional, foi também divulgado o texto da Carta de Castelo, em 100 artigos, distribuídas por cinco fitulas principais. Logo ao primeiro artigo, é mudado o nome do País, que de Estados Unidos do Brasil, desde 1888, passa a ser unicamente "Brasil". Confirmando o já antecipado pela imprensa, o anteprojeto consagra a eleição indireta para Presidente e entrega aos Tribunais Militares o julgamento das civis, com recurso ao STF.

Estados Sob Ultimato de Intervenção

Pelo artigo 119, ficam os Estados sob pena de intervenção federal se, em 60 dias, não se adaptarem à nova Carta. O veto ao analfabeto é negado. O Conselho Nacional de Economia é extinto. Desaparece a obrigatoriedade de aplicação de verbas orçamentárias na Educação. Passa o ensino primário a ser admitido em língua estrangeira. Perde o Presidente do Senado a direção do Congresso. Amplia-se o sítio e institucionaliza-se a ditadura. (Págs. 4, 5, 6, 7 e 8.)

**Funcionalismo: Confirmada a
Degola e Fim à Estabilidade**

Está inteiramente confirmada, no novo Constituição: O direito de estabilidade dos servidores, mesmo os antigos para os aposentados. É demitido em cinco, com a morte de 50% dos dependentes. É aposentadoria reduzida 50% de 1954 para 1961.

A redução dos gastos com pessoal terá de ser efetivada, de acordo com o artigo 117 da nova Carta, até 21 de dezembro de 1962, antes do que ocorreria de outra, quando em 1960, nos Estados, pelo "Decreto de Lei", pelo 4 e artigos 5, 6, 7 e 8.)

**CASA DE SAÚDE
SANTA
THEREZINHA**
CIRURGIA
HOSPITALIZADO

**A. Manoel Filho, R. 22
Bela Vista, Rio de Janeiro**

Demitem-se Chefes do Exército Argentino

LEI, PÁG. 11

Figura 17: Primeira página sobre o AI-4, edição da tarde

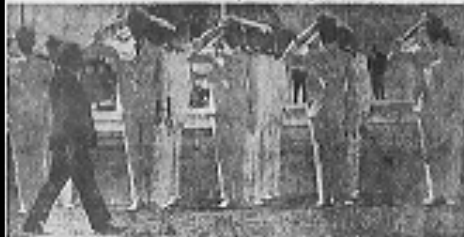
Nessa edição, verifica-se outra forma de dizer que o presidente possui poderes de ditador no título “Todo poder emana de Castelo”. Percebe-se aqui a ocorrência da paráfrase, que não rompe com o sentido, mas promove uma continuação e ratificação do mesmo, em que, segundo Sant’anna (1991) “(...) alguém está abrindo mão de sua voz para deixar falar a voz do outro. Na verdade, essas duas vozes, por identificação, situam-se na área do mesmo” (p. 28-29). Esse sentido é corroborado pelo subtítulo “Ditadura institucionalizada”, indicando o estabelecimento da ditadura. Abaixo das manchetes, os títulos “Julgamento de civis pelos militares”, “Estados sob ultimato de intervenção” e “Funcionalismo: confirmada a degola e fim à estabilidade” reforçam a ideia de ditadura e arbitrariedade. O autoritarismo, o arbítrio e as mudanças em relação à constituição passada, segundo o discurso do sujeito-jornalista, são tamanhos que nem a denominação do país é poupada, pois a “Carta muda até nome do Brasil”, observando-se que a palavra “até” constitui numa marca discursiva que se insere numa escala argumentativa, indicando a gravidade das mudanças instituídas pelo AI-4. Percebemos, também, que o termo utilizado pelo jornal é “carta”, remetendo a sentidos de um emissor (alguém escreve a carta), e não se utiliza o termo “Constituição Federal”, que remete a sentidos democráticos, de uma reunião de parlamentares que a votam e a promulgam.

Já o Ato Institucional 5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968 pelo então presidente Arthur da Costa e Silva, representou o efetivo endurecimento do governo militar no Brasil. Além de proibir qualquer manifestação de origem política, o AI-5 vetava o *habeas-corpus* para crimes contra a segurança nacional, além de conceder ao presidente poderes de colocar em recesso o Congresso Nacional, cassar mandatos, suspender direitos políticos, dentre outros (BRASIL, 1968). Com isso, o UH publica a seguinte capa no dia 14 de dezembro de 1968:

1. CONGRESSO EM RECESSO POR TEMPO INDETERMINADO
2. HABEAS-CORPUS SUSPENSO PARA DELITOS POLÍTICOS
3. PODER PARA CASSAR, DEMITIR, APOSENTAR E REMOVER

ATO-5: OBJETIVO É MANTER REVOLUÇÃO

Ordem-do-dia na Escola Normal - Aqui aprendemos lições de bom servir à Pátria



O Alameda César e sua turma em visita ao Museu Histórico do Exército durante o curso de guerra popular

CRISE NÃO AFETOU FINANÇAS E PRAIA

O presidente do Conselho de Economia, Dr. Teófilo de Azevedo Lima, afirmou ontem à imprensa que as atividades econômicas públicas não sofreram no momento qualquer comprometimento por causa da crise financeira. Segundo ele, o setor público não sofreu qualquer prejuízo por causa da crise financeira, mas o setor privado sofreu um prejuízo de cerca de 10% devido ao fato de que as atividades econômicas públicas não foram afetadas. Segundo ele, o setor público não sofreu qualquer prejuízo por causa da crise financeira, mas o setor privado sofreu um prejuízo de cerca de 10% devido ao fato de que as atividades econômicas públicas não foram afetadas.

DEBERTAMENTOS

A crise não afetou a praia, segundo afirmou ontem o presidente do Conselho de Economia, Dr. Teófilo de Azevedo Lima. Segundo ele, o setor público não sofreu qualquer prejuízo por causa da crise financeira, mas o setor privado sofreu um prejuízo de cerca de 10% devido ao fato de que as atividades econômicas públicas não foram afetadas.



O Ministro Gama e Silva, do Exército, afirmou à imprensa que o Exército não se comprometerá com a revolução. Segundo ele, o Exército não se comprometerá com a revolução, mas o povo se comprometerá com a revolução.

1. São mantidas as Constituições Federal e estaduais

2. Alameda do Exército popular, a Presidência da República tem o poder de declarar a situação de emergência, que se estende a todo o território nacional

3. O Presidente poderá declarar a emergência em estado de guerra

4. Foi revogado a Lei de Responsabilidade de cargos públicos, militares, policiais, etc.

5. O Presidente poderá declarar a situação de emergência em estado de guerra

6. O Presidente poderá declarar a situação de emergência em estado de guerra

7. O Presidente poderá declarar a situação de emergência em estado de guerra

8. O Presidente poderá declarar a situação de emergência em estado de guerra

9. O Presidente poderá declarar a situação de emergência em estado de guerra

10. O Presidente poderá declarar a situação de emergência em estado de guerra

11. O Presidente poderá declarar a situação de emergência em estado de guerra

12. O Presidente poderá declarar a situação de emergência em estado de guerra

13. O Presidente poderá declarar a situação de emergência em estado de guerra

14. O Presidente poderá declarar a situação de emergência em estado de guerra

15. O Presidente poderá declarar a situação de emergência em estado de guerra

16. O Presidente poderá declarar a situação de emergência em estado de guerra

17. O Presidente poderá declarar a situação de emergência em estado de guerra

18. O Presidente poderá declarar a situação de emergência em estado de guerra

19. O Presidente poderá declarar a situação de emergência em estado de guerra

20. O Presidente poderá declarar a situação de emergência em estado de guerra

Ultima Hora

REI NÃO FOI DEPOSTO: PELÉ VAI À FORRA COM VICE-CAMPEÃO MUNDIAL



Do lado de Esquerda, com quem lutou o duelo de pontos de Pelé e de companhia, Pelé não vai mais para a Alemanha. O "Rei" não foi deposto simplesmente porque é o campeão e o maior do mundo de hoje. Contudo, o maior do mundo de ontem, foi o campeão do Pelé. Não compete nenhuma equipe no último jogo.

Ultima Gaiteira 13 do ano não foi abençoada

O dia 13 do ano não foi abençoado, segundo afirmou ontem o presidente do Conselho de Economia, Dr. Teófilo de Azevedo Lima. Segundo ele, o setor público não sofreu qualquer prejuízo por causa da crise financeira, mas o setor privado sofreu um prejuízo de cerca de 10% devido ao fato de que as atividades econômicas públicas não foram afetadas.



MÉXICO: TANQUES CONTRA ESTUDANTES

Observa-se que, nessa edição, o sujeito-jornalista encontra-se mais comedido em suas palavras, anunciando o Ato-5 e resumindo em uma frase o que, a partir do jogo das formações imaginárias, poderia ser do interesse do sujeito-leitor. Nota-se que os dizeres das capas analisadas até o momento destacam a mudança que os Atos promovem em relação à legislação da Constituição de 1946 e aos direitos políticos da sociedade. Nessa capa, entretanto, o dizer aponta para sentidos de continuidade, não em relação à legislação de 1946, mas sim no que concerne à manutenção da mudança que os Atos anteriores promoveram, já que o “objetivo é manter revolução”. Acima da manchete que resume o AI-5, notamos o retorno ao recurso de enumeração dos pontos principais do Ato, destacando-se o recesso do Congresso por tempo indeterminado, a suspensão do *habeas-corpus* para delitos políticos e os poderes para cassar, demitir, aposentar e remover. Ao marcar tais pontos do AI-5, o UH faz falar sentidos de autoritarismo e arbitrariedade, próprios de um governo ditatorial. Entretanto, embora tais palavras não tenham sido ditas, os sentidos fluíram nas dobras das palavras, marcando, assim, o que o silêncio significa, tema este do próximo capítulo.

Com isso, verificamos neste capítulo que o discurso, inclusive e principalmente o jornalístico, não é neutro, mas parcial, já que é construído por sujeitos inseridos em dado contexto sócio-histórico e ideológico, portadores de um posicionamento discursivo. Vimos, também, que os discursos são constantemente atravessados pelo discurso do outro, seja de forma mostrada ou constitutiva. Notamos que o uso da forma mostrada, através do discurso direto ou indireto, remonta ao distanciamento do dizer de um para com o outro, no sentido de não concordar com o dizer de outrem (pois quem diz é o outro, não sou eu), bem como apontar para sentidos de legitimação do que se diz, como se a voz de outrem confirmasse meu dizer. Tal direcionamento de sentidos depende do contexto em que se insere a demarcação do discurso do outro.

Também discorreremos neste capítulo sobre a importância do jornal para a derrubada e manutenção dos governos, conferindo à palavra (matéria-prima do jornal) uma posição de poder. Entretanto, nem só em palavras que o sentido circula, mas também entre as palavras, nos espaços em que o silêncio se faz presente. Diante disso, sabendo que o silenciamento fazia parte do cotidiano dos jornais, durante o governo militar, bem como de sua importância que induziu o surgimento das vozes de resistência, tomaremos o silêncio como tema do próximo capítulo, que veremos a seguir.

As faces do silêncio



Fernando Botero. Série Abu Ghraib. 2005. Óleo sobre tela.

“Quando tomei posse, assumi o compromisso de fazer da censura uma atividade artística e cultural.”

Wilson Aguiar, chefe da Censura Federal

4 AS FACES DO SILÊNCIO

4.1 O silêncio e o calar segundo Bakhtin

Em todos os momentos, o silêncio acompanha o dizer. Seja em forma de censura, ou mesmo como não dizer, o silêncio produz sentidos. Mas foi durante a ditadura militar que uma das formas do silêncio, a censura, mais se destacou. Não somente porque a censura foi um dos desdobramentos da repressão, mas porque foi um período em que sua existência tornava-se visível, denunciando o arbítrio. Com isso, faz-se necessário refletir sobre o silêncio e a censura, mecanismos esses que não só atravessam nosso dizer, mas também produzem (e significam a) história.

Bakhtin (2003), em “Apontamentos de 1970-1971”, discute as questões sobre o silêncio e o mutismo (ou o calar, segundo Ponzio, 2006). O silêncio refere-se às condições para percepção do som (BAKHTIN, 2003) e para a identificação do signo verbal (PONZIO, 2010). O silêncio é necessário para a identificação do som, para reconhecer as palavras e tem a ver com a língua e seu substrato físico, de ordem acústica e fisiológica (PONZIO, op. cit.).

O silêncio é a condição física para enunciar, possibilitando assim que as palavras sejam reconhecidas. Para dizer é necessário que não haja ruídos (intervenções de ordem mecânica e fisiológica) que possam comprometer a identificação das palavras. Com isso, o silêncio encontra-se na ordem da frase, relacionado a questões fonéticas e sintáticas. Para Ponzio (op. cit., p. 53), o silêncio viabiliza “a percepção dos sons e dos traços distintivos da língua (os fonemas) e, portanto, o reconhecimento, a identificação dos elementos reiteráveis do discurso, ou seja, dos elementos que fazem parte da língua, a nível fonológico, sintático e semântico”. O silêncio em Bakhtin também pode ser interpretado como espaço do monologismo, da univocidade, em que os sentidos não ecoam – apenas as palavras, enquanto sons mecânicos se repetem. É a palavra direta que não se importa com a alteridade.

A palavra direta, objetiva, não se preocupa da alteridade do interlocutor a não ser para adiantá-la, englobá-la, assimilá-la; esta palavra atende só a si mesma e por isso, como diz Kierkegaard, não constitui propriamente comunicação nenhuma, ou melhor, podemos dizer, é somente comunicação

do silêncio (PONZIO, 1995¹¹, p. 35-53 apud PONZIO, 2006, p. 474)¹²

Na tradução de “Apontamentos de 1970-1971”, o termo utilizado como contraposição ao silêncio é o mutismo. Entretanto Ponzio entende que o termo “calar” é mais apropriado que “mutismo”, já que o “calar não é só mutismo. O calar não está fora da linguagem, mas também é falar indireto, palavra distanciada, palavra irônica, paródia, alegoria: palavra da escrita literária” (PETRILLI; PONZIO, 2000¹³ apud PONZIO, 2006, p. 473).¹⁴ Com isso, neste trabalho adotaremos o “calar”, por ser mais abrangente que o termo “mutismo”.

O calar é da ordem do enunciado e se refere à compreensão do sentido, não se reduzindo apenas à identificação das palavras. É o espaço da escuta aberta, da polissemia, da alteridade, do diálogo, em que ocorre o encontro de/nas palavras. O calar possibilita apreender a enunciação como evento irrepitível, demandando resposta. Com isso, o calar está vinculado à escuta ativa, configurando-se numa escuta-resposta. Diferentemente do ouvir, que se refere a um processo mecânico em que qualquer ser vivo está propenso ao ato, a escuta relaciona-se à compreensão do sentido da palavra, em que as palavras estão abertas à ambiguidade, sendo que tal exercício só é possível no mundo humano. Nas palavras de Ponzio (2010, p. 54), o calar “é condição da compreensão do sentido da enunciação única na sua repetibilidade e, portanto, a condição da resposta a essa, e que está nesta sua singularidade e irrepitibilidade”.

Enquanto o silêncio está relacionado às condições físicas da comunicação, o calar relaciona-se aos aspectos não físicos como a ação de compreender os sentidos (em que a compreensão demanda resposta). Bakhtin (2003) faz a seguinte distinção entre o silêncio e o mutismo (calar),

A violação do silêncio pelo som mecânico e fisiológico (como condição da percepção); a violação do mutismo [calar] pela palavra de modo pessoal e consciente: esse é o mundo inteiramente outro. No silêncio nada ecoa (ou não ecoa), no mutismo ninguém fala. (ou

¹¹PONZIO, A. El juego del comunicar. Entre literatura y filosofía. Valencia: Episteme, 1995.

¹²La palabra directa, objetiva, no se preocupa de la alteridad del interlocutor si no es para adelantarla, englobarla, asimilarla; esta palabra atiende solo a si misma y por eso, como dice Kierkegaard, no constituye propiamente comunicación ninguna, o bien, podemos decir, es solo comunicación del silencio (cf. Ponzio, 1995, p. 35-53 apud PONZIO, 2006, p. 474). Tradução nossa.

¹³PETRILLI, S.; PONZIO, A. Philosophy of Language, Art and Answerability in Mikhail Bakhtin. Toronto: Legas, 2000.

¹⁴El callar no es solamente mutismo. El callar no ha salido del lenguaje, sino que es también hablar indirecto, palabra distanciada, palabra irônica, paródia, alegoria: palabra de La escritura literaria (cf. PETRILLI; PONZIO, 2000 apud PONZIO, 2006, p. 473).

alguém não fala.) O mutismo [calar] só é possível no mundo humano (e só para o homem) (BAKHTIN, 2003, p. 369).

Dessa forma, segundo a proposta bakhtiniana, é necessário o silêncio para que minhas palavras sejam reconhecidas e identificadas. Mas para que minhas palavras sejam compreendidas e respondidas, faz-se necessário o calar, que se insere no campo da enunciação e do irrepetível. Para ilustrar a noção de calar em Bakhtin, selecionamos a capa abaixo, referente ao aniversário de dois anos do golpe militar, publicada em 1º de abril de 1966:



Figura 19: Primeira página sobre o aniversário de 2 anos do golpe de 1964

A manchete “Comemorada a Revolução”, considerando-se a data de aniversário do golpe, remete a sentidos de que houve uma festa, ou algum evento comemorativo, que celebrou os dois anos de ditadura militar. Entretanto, se calarmos e deixarmos de impor nossos sentidos, penetraremos no espaço da ambiguidade e da polissemia e observaremos, então, que o dizer “comemorada a revolução” não se restringe a esse sentido, mas encontra-se num entrecruzamento de vozes. Ao “escutar” o enunciado, observando-o em seu contexto e abri-lo à polissemia, podemos observar que se trata de uma ironia, já que se encontra abaixo de dizeres como “Recife: bombas no SNI e na casa do general Portugal”, “São Paulo e Minas: luto nas escolas e balões tarjados” e “GB: militar reage contra ataque do MDB ao governo”, que se referem a manifestações de protesto à dita “revolução” em diferentes Estados brasileiros. Notamos, então, que ao escutarmos o enunciado, é possível apreendermos outros sentidos, dentre eles a ironia, que instaura a polifonia¹⁵ (BRAIT, 1996).

4.2 O silêncio na AD francesa

Já para a Análise do Discurso de matriz francesa, de Michel Pêcheux, o silêncio é um conceito que remete a sentidos diferentes dos que propõe Bakhtin. Para a AD pechetiana, o silêncio físico e o calar do enunciado não são enfocados, sendo discutido o silêncio como aquele que “instala o limiar do sentido” (ORLANDI, 2007, p. 68). Elaborado por Eni P. Orlandi e inserido nos estudos da AD de Michel Pêcheux, o silêncio tanto viabiliza como produz sentidos. Em outras palavras, o silêncio não só produz as condições para significar, mas ele próprio produz efeitos de sentido.

O silêncio, assim como a linguagem, é passível de deslocamentos e sentidos múltiplos, permitindo que se veja que “todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa” (ORLANDI, op. cit., p. 24). Com isso, ele pode ser distinguido em silêncio fundador e política do silêncio, sendo que o primeiro refere-se à incompletude da linguagem, e o outro remete à escolha e à interdição do dizer.

O silêncio fundador é o princípio de toda significação. Ele não está apenas entre as palavras, mas também as atravessa. Como condição de significação, do silêncio resulta uma incompletude constitutiva da linguagem, em que a ausência do silêncio

¹⁵Concebemos o conceito de polifonia como conjunto de vozes equipolentes em um dado discurso.

implica a falta de sentido pelo excesso do dizer. A busca pela completude da linguagem, tentando dizer tudo e, com isso, suprimir o silêncio, prejudica o sentido. Dessa forma, um dizer que visasse a abranger tudo, como, por exemplo, “ontem ocorreu um assassinato na casa do rapaz que tinha uma irmã que comprava sapatos na loja que fica em frente à padaria que vende sonhos...”, acabaria por abalar os sentidos. O silêncio, então, se faz necessário, pois fornece condições para o significar. Além disso, nele também se instalam as bases para a polissemia, em que, segundo Orlandi (2007), “mais se diz, mais o silêncio se instala, mais os sentidos se tornam possíveis e mais se tem ainda a dizer” (p. 69).

Já a política do silêncio se refere à tentativa de apagamento de outros dizeres possíveis, mas indesejáveis, em uma dada situação discursiva. A partir disso, a política do silêncio pode ser subdividida em duas formas, a saber, o silêncio constitutivo e o silêncio local. O primeiro é condição para toda produção de linguagem e pertence à ordem de produção de sentido. Ao dizer certas palavras, necessariamente outras palavras são silenciadas, fazendo com que determinadas regiões de sentido sejam mobilizadas em detrimento das demais. Com isso, o silêncio constitutivo opera nas fronteiras das formações discursivas, silenciando dizeres – e conseqüentemente sentidos – que ultrapassem o que pode e deve ser dito. No silêncio constitutivo,

(...) se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer (ORLANDI, 2007, p. 73-74)

Dizer determinadas palavras implica, necessariamente, no silenciamento de outras que possam suscitar sentidos não desejáveis. Outra forma da política do silêncio é o denominado silêncio local, em que se refere à censura, a interdição do dizer, forma essa que discutiremos mais adiante. Tendo em vista as formas do silêncio discutidas até agora, selecionamos como recortes três fotos de capa do jornal Última Hora, nos quais veremos como os silêncios da AD até aqui debatidos operam no discurso.

4.2.1 Análise do silêncio na AD de Pêcheux

Um dos recursos utilizados pelo jornal e que, embora forneça a ilusão de prova inquestionável da realidade, tem o poder de silenciar vozes é a fotografia. Esta, que apenas retrata um traço da realidade, fornece pistas do todo através das partes, “condenando sentidos “inconvenientes” ao apagamento” (SILVA, ROMÃO, 2008, p. 38).

A ilusão de imparcialidade, neutralidade e de realidade que a fotografia sugere é um efeito ideológico, em que o sujeito imagina estar vendo o real e não uma das imagens (leituras) do real, tal é a ilusão de imanência dos sentidos ao material não verbal. Segundo afirma Barthes sobre a fotografia, “Seja o que for o que ela dê a ver e qualquer que seja a maneira, uma foto é sempre invisível: não é ela que vemos. (...) Em suma, o referente adere” (BARTHES, 1984, p. 16).

Embora pareça que a foto seja um material que capture a realidade tal qual ela é, isento de escolhas, a fotografia é fruto das seleções do sujeito-fotógrafo quanto aos elementos que a compõem, desde a posição da câmara até o acontecimento/sujeito a ser fotografado, fazendo falar certos sentidos e apagando outros. Com isso, os sentidos do não verbal, e em especial da fotografia, são construídos através do jogo de cores, iluminação, ângulos, corte, planos e enquadramento (SILVA, ROMÃO, 2008), promovendo o mito de reprodução do real, ao mesmo tempo em que silenciam outros ângulos e enquadramentos que suscitariam outros sentidos. Dessa forma, o sujeito-fotógrafo, ao escolher um ângulo e não outros, produz um corte na realidade, silenciando sentidos que outro ângulo ou enquadramento poderiam reclamar.

A ação ideológica que perpassa o sujeito-fotojornalista também influencia o sujeito-editor que, dentre as muitas fotos tiradas pelo fotógrafo, seleciona apenas uma ou duas fotos que produzam sentidos que se alinhem ao posicionamento do periódico para compor as páginas do jornal (Ibid.). Notamos, então, que a fotografia produz um duplo silenciamento, um no momento de sua produção, pelo sujeito-fotógrafo, ao escolher um enquadramento, silenciam-se outros, e outro no momento da publicação, em que o sujeito-editor seleciona poucas fotos e silencia as demais.

E como forma de direcionar e de dialogar com os sentidos suscitados pela imagem, a legenda emerge como fator importante na condensação de sentidos tidos como naturais e evidentes, “sem buscar atravessá-los em sua opacidade e sem interpretar o litígio que ele trava com a fotografia” (Ibid., p. 38). Dessa forma, ao direcionar o sujeito-leitor para determinados sentidos entendidos como óbvios, a legenda também silencia outros sentidos possíveis que a foto poderia sinalizar, tentando

restringir, “fechar” os sentidos dentro de uma dada formação discursiva que interesse ao sujeito-jornalista/editor. Essa tentativa, entretanto, mostra-se falha, já que os dizeres, assim como os sujeitos, são passíveis ao equívoco e ao deslocamento de sentidos.

A partir dessa breve explanação sobre fotografias e legendas, nos concentraremos nas análises de nosso recorte, que são três fotografias e suas respectivas legendas publicadas no aniversário de um ano do golpe militar. O primeiro recorte foi retirado da capa da edição matutina do jornal Última Hora do dia 1º de abril de 1965, trazendo as seguintes fotografias:



Figura 20: Recorte da primeira página do jornal UH

Na legenda, o dizer “primeiro aniversário do movimento armado que depôs o Sr. João Goulart e levou ao poder o atual governo” faz falar certos sentidos e apaga outros, que poderiam surgir se o dizer utilizado fosse “revolução”, assim como afirma Orlandi (2007), em que “Há, pois, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar dizer outras” (p. 53). Dessa forma, o dizer publicado remete a sentidos de golpe de Estado, de tomada arbitrária e violenta do poder, resgatando, pela memória discursiva, os dizeres sobre os acontecimentos que derrubaram João Goulart do governo. Ao mesmo tempo em que tais sentidos são sinalizados, são silenciados outros sentidos, caso

a palavra utilizada fosse “revolução” que remetaria, por exemplo, a sentidos de uma ação legitimada pelo povo. A ênfase no baixo número de pessoas que comemoraram o golpe, na afirmação “Em contraste com o que ocorreu há um ano, no dia de hoje, não se realizaram nem estão programadas quaisquer manifestações de rua”, remetendo a sentidos de que as expectativas políticas esboçadas há um ano não se cumpriram, deixando a população insatisfeita, frustrada, sem motivos para comemorar. A baixa participação popular é também destacada na sequência “O único ato que se realizou com presença de público (aliás muito reduzido) foi a missa mandada rezar, ontem, na Candelária, por uma organização de senhoras, através o Ministro da Viação, marechal Juarez Távora (ausente)”(sic), marcando sentidos de isolamento e distanciamento do governo em relação ao povo. Notamos que se marcou também a ausência de sujeitos que faziam parte do governo, como o marechal Juarez Távora, sugerindo que nem os próprios “revolucionários” se confraternizavam no aniversário do golpe.

Nas fotos, vê-se a presença majoritária de duas vozes, a dos militares e a de um grupo de senhoras, tendo ao fundo civis masculinos. As fotos dialogam com a legenda à medida que as mulheres e militares aparecem em primeiro plano, sugerindo serem eles os que comandam as comemorações.

Já na edição vespertina do mesmo dia, a foto de capa de Última Hora a respeito do primeiro aniversário do golpe é a seguinte:



Figura 21: Legenda: DESFILES militares e solenidades cívicas, nas quais o Marechal Castelo Branco discursou por três vezes – duas em Brasília, uma em Belo Horizonte - marcaram as comemorações ontem, do 1º aniversário da “revolução”. Na Guanabara, pela manhã, foi rezada missa na Igreja da Candelária, presentes senhoras da sociedade, autoridades e militares de várias patentes. Por todo o dia, nas escolas públicas, as crianças assistiram surpresas e confusas à doutrinação “revolucionária”, muitas vezes contrária ao pensamento de seus pais: assim o exigiu, em circular, o Departamento de Educação Primária. Em São Paulo, o Cardeal D. Agnelo Rossi, em sermão solene, agradeceu a Deus por estar afastado o perigo do comunismo, mas condenou com veemência os que qualificam como subversivos os jovens que se engajam na luta pela redenção dos trabalhadores. Os estudantes paulistas de Direito, num manifesto irônico, parabenizaram a “revolução” por todos os seus crimes e erros. Na maioria das cidades brasileiras, o povo não participou dos festejos programados, preferindo viver normalmente, em silêncio, um dia normal de trabalho: nem mesmo a movimentação dos desfiles conseguiu atrair mais que alguns curiosos. Na foto, feito do pavilhão presidencial, em Brasília, a Banda do Batalhão de Guardas executa dobrados em meio a parada, tendo-se, ao fundo, uma parte da assistência que ocorreu ao desfile. (sic)

Observamos aqui a presença de duas vozes, uma oficial, representada pela Banda de Música dos Guardas Presidenciais, e outra de resistência, marcada na expressão “gorilões”. A voz de resistência atravessa a voz oficial, indicando que o discurso não é homogêneo. A legenda, que não comenta ao dizer “gorilões”, afirma que “(...) Na maioria das cidades brasileiras, o povo não participou dos festejos programados, preferindo viver normalmente, em silêncio, um dia normal de trabalho: nem mesmo a movimentação dos desfiles conseguiu atrair mais que alguns curiosos. (...)” (UH, 01/04/1965, p. 01), pontuando a ausência da participação popular, em especial a classe de baixa renda, nas festividades, já que “(...) Na Guanabara, pela manhã, foi rezada missa na Igreja da Candelária, presentes senhoras da sociedade, autoridades e militares de várias patentes (...)” (Ibid.). O sujeito-jornalista posiciona o povo, associando-o a sentidos de sujeitos pertencentes à classe de baixa renda, como submisso, alienado e indiferente à política, ao afirmar que o povo viveu um dia de trabalho normal, como vive em outros dias: em silêncio. O normal para o povo seria, então, viver e trabalhar em silêncio, instigado a ficar alheio aos acontecimentos políticos que o governam.

A foto, assim como na legenda, apresenta a presença de poucos populares que assistem ao desfile. Entretanto, de acordo com a legenda, o que motiva a observação da banda não é o sentimento cívico ou patriótico, nem para comemorar ou festejar o aniversário do golpe, mas sim por simples curiosidade. Observamos, então, que o povo é mais uma vez colocado na posição de alheio e alienado aos acontecimentos políticos.

Também são detectáveis na legenda as vozes de crianças e de seus pais, da Igreja e de estudantes universitários, marcando a heterogeneidade discursiva no trecho. Notamos que o posicionamento desses sujeitos postos em discurso não se alinha completamente ao governo, já que as crianças encontram-se confusas, e os estudantes manifestam-se ironicamente. É possível observar também que, para instigar o efeito ilusório de sentido de imparcialidade da imprensa, é inserida a voz do cardeal que compactua com a expulsão dos comunistas. Entretanto, o sujeito-jornalista constrói o discurso de maneira a direcionar sentidos de que até mesmo a voz da Igreja, solidária ao governo, não concorda inteiramente com ele, já que condena os que qualificam como subversivos os jovens que lutam pela redenção dos trabalhadores.

Já na capa do jornal Folha de S. Paulo, também publicado no dia 1º de abril de 1965, aparece a seguinte fotografia referente ao mesmo desfile da Banda de música dos Guardas, em Brasília, em comemoração ao aniversário do golpe militar:



Figura 22: Legenda: DESFILE NO EIXO – Como parte das comemorações *volução* (sic), em Brasília, a banda de música do Batalhão de Guardas Presidenciais desfilou no Eixo Monumental.

Nesse recorte, observa-se o silenciamento da voz de resistência em detrimento da voz oficial, pois ao focar o céu e não o chão, onde havia a escrita “gorilões”, o sujeito-fotógrafo produz um recorte do acontecimento, fazendo falar certos dizeres e apagando outros. Ao enfocar os aviões no céu, o sujeito-fotógrafo mobiliza certas

regiões de sentido que, no conjunto com outros elementos da foto, constroem um determinado discurso condizente com o posicionamento do jornal.

Na foto, observamos que os guardas da banda de música encontram-se enfileirados e organizados, fazendo falar sentidos de ordem, ordenação, dialogando com a legenda que a acompanha: “Desfile no eixo – como parte das comemorações da revolução, em Brasília, a banda de música do Batalhão de Guardas Presidenciais desfilou no Eixo Monumental”. Observamos, aqui, que a palavra eixo remete tanto ao sentido de ordenação (o desfile está “nos eixos”, está tudo em ordem), quanto ao sentido do nome do espaço físico, o “Eixo Monumental”. Esse jogo de palavras, entretanto, não é incompatível entre si, isto é, um sentido não necessariamente anula o outro, já que os guardas em fila remetem a sentidos de ordenação.

Ao focar os aviões, a foto faz falar também sentidos de avanço tecnológico, de progresso, dialogando, dessa forma com os dizeres da bandeira brasileira “Ordem e Progresso”. A ordem, representada pelos guardas enfileirados, e o progresso, simbolizado pelos aviões, constituem uma forma imagética da inscrição contida na bandeira do Brasil. Aqui o povo, diferentemente do que consta nos dizeres e na foto publicada por UH, aparece em maior número, mas de longe, a observar a festa como uma plateia.

Ao estudarmos as duas fotografias, percebemos que enquanto a fotografia de UH mobiliza certos sentidos em relação à festa, ao focar o chão e flagrar a luta de vozes, a mesma foto silencia os aviões e outros aspectos da festa. Do mesmo modo, a foto da Folha silencia a luta de vozes ao focar os aviões, acionando, dessa forma, outros sentidos. Verificamos, então, que ao focalizar um determinado ângulo, outros ângulos são silenciados, assim como ao dizer, silenciamos outros dizeres que suscitam determinados sentidos. Vale ressaltar aqui que as escolhas das palavras, assim como dos enquadramentos de uma foto, são influenciados por um dado posicionamento e não são aleatórios ou neutros. Notamos, também, que as fotografias não retratam a realidade tal qual ela é, mas ângulos de um dado posicionamento. Com isso, verificamos que o silêncio sempre acompanha o discurso, seja ele verbal ou não verbal.

4.3 Censura

Outra forma de silêncio é a censura. Esta, sob o âmbito político, refere-se à proibição da divulgação da informação, análise, interpretação e discussão nos meios de

comunicação, restringindo a comunicação e atingindo, inclusive, a formação de identidades e interesses. Segundo Smith (2000), a censura

(...) se destina a servir aos interesses dos que se encontram no poder ao gerar ignorância e distorção, ao enfraquecer ou capacitar um povo submisso. [...] Sob a censura, manipulam-se a compreensão da realidade social e natural, a posição de alguém no mundo, principalmente, com frequência, dos que detém o poder (SMITH, op. cit., p. 136).

Sob o ponto de vista do discurso, a censura é entendida como fato da linguagem que produz efeitos enquanto política pública de fala e silêncio (ORLANDI, 2007, p. 75). Na censura proibem-se certas palavras visando a proibir certos sentidos. Assim, como sujeito e sentido constroem-se mutuamente no discurso, ao cercear a circulação de determinados sentidos, proíbe-se que o sujeito ocupe certos “lugares”, proibindo, dessa forma, que o sujeito assuma determinadas posições. Os sentidos, assim como os posicionamentos dos sujeitos, ficam circunscritos aos que a voz que censura – que em geral trata-se da classe dominante – permite. Devido a isso, Orlandi nos fala que a censura “não é um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação” (ORLANDI, 2007, p. 76). Dessa forma, a censura pode ser entendida como a interdição ao sujeito em inscrever-se em determinadas formações discursivas bem como ocupar certos posicionamentos, afetando a identidade do sujeito, já que a identidade é fruto de processos de identificação do sujeito com uma (e não outra) formação discursiva. Orlandi diz que “a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições. Como a identidade é um movimento, afeta-se assim esse movimento” (ORLANDI, op. cit., p. 104). Além disso, Orlandi (op. cit.) considera o caso da censura em geral como uma nuance entre as duas possibilidades apresentadas por Pêcheux (2010) de fragilidade da inscrição do acontecimento na memória, quais sejam, a. “o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever” e b. “o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido” (PÊCHEUX, 2010, p. 50). Orlandi (2010) entende que a censura não se enquadra inteiramente em nenhuma das possibilidades, mas numa transição entre as duas. “É uma nuance entre elas: é como se não tivesse ocorrido (b), não porque foi absorvido mas, ao contrário, justamente porque escapa à

inscrição na memória (a). É este, penso eu, o caso da censura em geral.” (ORLANDI, 2010, p. 60).

Embora a censura tratada neste trabalho refira-se a uma autoridade visível (Estado autoritário do governo militar), há de se considerar a censura oriunda de uma autoridade sem nome em que, “por processos complexos de nossa relação ao dizível e que tocam diretamente ao como se significa a história, nós não chegamos a formular e nem mesmo a reconhecer” (ORLANDI, 2007, p.106), referindo-se ao processo ideológico discutido por Pêcheux no mecanismo de esquecimento de número um.

Vale ressaltar aqui que a censura não funciona em nível de informação, mas de elaboração e circulação histórica dos sentidos, bem como o processo de identificação do sujeito em relação aos mesmos. A censura, com isso, impede a inscrição histórica dos sentidos, restringindo o registro na história de apenas a voz dominante, calando as demais, embora isso não signifique que as outras vozes nunca existiram.

Na história da censura no Brasil, podemos verificar que, geralmente, a censura obedece aos interesses da classe dominante, atuando contra tudo aquilo que possa vir ameaçar o seu poderio. Isso acontece desde a época da monarquia, em que a censura se instalava contra aqueles que ousavam falar mal do Império, depois contra os que falavam bem destes e eram contra os interesses das oligarquias cafeeiras. A censura também agiu disciplinando o operariado contra a “malandragem” no Estado Novo, bem como beneficiando o empresariado, como no governo militar (BERG, 2002, p. 154).

Entretanto, não podemos generalizar e valorar toda censura como boa ou má, ou como certa ou errada, pois se trata de um fato cuja interpretação depende do posicionamento do sujeito. Dessa forma, determinado veto pode beneficiar uma determinada classe social ou sujeito e prejudicar outros, mas sempre atendendo aos interesses de alguém. Aliada à propaganda, a censura tem a finalidade de manter uma imagem positiva sobre a voz que promove o silenciamento, como forma de inibir e desarticular os movimentos contrários.

4.3.1 A censura na ditadura militar

Observando o governo militar de 1964-1985 sob a perspectiva dos Aparelhos de Estado de Althusser (1992), podemos verificar que os militares tanto atuavam nos Aparelhos Ideológicos de Estado quanto nos Aparelhos Repressivos do Estado. No que se refere aos AIEs, podemos verificar, nos capítulos anteriores, a ação da ideologia

sobre os sujeitos, seja de forma parcial (como em Bakhtin, que postula a responsabilidade do indivíduo) ou total (como em Pêcheux, que prega a captura do sujeito pela ideologia). Verificamos também que, para legitimar-se, a ideologia da classe dominante é difundida por instituições pertencentes ao AIE, tais como a Igreja, a escola, a família, etc. Dentre esses, destacamos a imprensa, que é objeto de nossa pesquisa.

Entretanto, através de determinadas ações, o governo militar paulatinamente vai perdendo o apoio de instituições que outrora o ajudaram a conquistar o poder. A prisão de padres resulta na oposição de setores da Igreja (tal como a oposição de D. Helder Câmara, outrora apoiador do regime); a classe média, que antes marchava pela família com Deus pela liberdade a favor do golpe militar, acabava por se posicionar contrário ao regime que oprimia com violência seus filhos (em geral, estudantes secundaristas e universitários). Até mesmo a grande imprensa, que não somente concordava como também defendia o golpe militar, passou a se opor ao regime devido às restrições dos militares sobre a liberdade de imprensa.

Ao perder apoio de parte dessas instituições, o governo militar recorre à repressão¹⁶. Conforme Althusser (1992), ao falhar o trabalho dos AIEs, entra em ação os AREs, através da força repressora do Estado. O regime militar aciona seu aparato repressivo para conter a ideologia contrária a do governo, através de prisões, torturas, expurgos, censuras, etc. Neste capítulo, nosso foco recai justamente nestes AREs, em especial a censura, que afeta principalmente a imprensa e liga-se à materialidade verbal.

A censura foi uma das formas de repressão adotada pelo regime militar. Os momentos em que mais atuou foram nos primeiros meses logo após o golpe, em 1964, e a partir de 1968 – com o decreto do AI-5 – até o fim do governo Garrastazu Médici (SOARES, 1989). Isso não quer dizer que a censura somente atuou nesses períodos ou que ela terminou em 1978 – o que não ocorreu – mas que foram os momentos em que a censura mais operou, com maior intensidade, durante a ditadura militar.

Os temas censurados, em geral, envolviam questões políticas, econômicas, sociais, educacionais, culturais, política internacional, reconstituições históricas e a própria censura (AQUINO, 1999). Este último era um dos temas mais vetados, já que o

¹⁶Embora haja discussões sobre o que motivou o recrudescimento do regime (FICO, 2001; BERG, 2002), se o governo intensificou a repressão devido às manifestações e movimentos contrários, ou se tais protestos foram resultados do endurecimento do Estado, entendemos que repressão e protestos andaram juntos, no mesmo passo. A oposição pode ter servido como justificativa para endurecer o regime, mas isso não quer dizer que não havia o desejo de endurecê-lo antes mesmo da onda de protestos.

governo tinha a pretensão de promover a imagem de um país livre, em que existe liberdade de expressão. Além disso, também eram vetados temas de ordem da moral e dos bons costumes.

Mas em geral, tais temas eram observados com rigor, já que constituíam assuntos-chave para a sustentação do regime. Críticas e divulgação de aspectos negativos poderiam trazer instabilidade política e econômica, além de agitação popular e rejeição internacional, abalando as estruturas do regime militar. Para tanto, era necessário observar de perto os vários temas em pauta, tentando controlar sentidos que pudessem desestabilizar o governo. Sobre isso, Orlandi nos diz que a censura também pode ser considerada como um fato heterogêneo, já que pode resultar de processos mais ou menos conscientes e que se reportam a ordens política, moral, estética, dentre outras, dependendo da ordem do discurso em que os sentidos proibidos se inscrevem (ORLANDI, 2007).

Na tentativa de controlar o que se diz sobre os mais variados temas, o governo militar pretendia formar uma imagem positiva do país, já que regimes autoritários, assim como os totalitários, também buscam legitimidade e bases de sustentação (BERG, 2002). Utilizando a propaganda, ao promover o enaltecimento de valores como amor à pátria, coesão familiar, dedicação ao trabalho, confiança no governo e vontade de participação, o governo tentava construir uma imagem favorável do país, já que não havia a figura do ditador em quem se espelhar (pois havia rotatividade entre os militares no poder), mas da instituição, que era o Exército. Entretanto, para que a propaganda cumprisse essa missão, era necessário podar os aspectos negativos, críticas ou qualquer discussão que pudesse prejudicar a imagem que a propaganda visava a construir. “Em outras palavras, a eficácia da propaganda depende da atuação da censura e vice-versa” (BERG, 2002, p. 56-57).

O caráter da censura estava ligado à doutrina de segurança nacional que postulava o combate aos comunistas e às forças “subversivas” que, infiltrados na comunidade brasileira, visavam a desestabilizar o governo. Com isso, a censura, além de colaborar na construção de uma representação positiva do país, também pretendia “protegê-lo”, vetando informações ou discussões que pudessem fornecer subsídios aos “subversivos” para desestabilizar o governo e prejudicar o Brasil. Em decorrência disso, o embate entre a “linha dura” (ala dos militares radicais) e a “Sorbonne” (ala dos militares moderados) também fomentou vários casos de censura, já que rompia com a ideia de homogeneidade do governo militar.

A fim de manter uma imagem coesa, arraigada em princípios burgueses e cristãos, foi organizada uma estrutura censorial em que se visava tanto a resguardar a moral quanto a afastar a oposição. Com isso, para que a censura tivesse maior eficácia, foram desenvolvidas duas modalidades de censura, quais sejam, a de diversões públicas e a de imprensa. Ambas visavam a preservar a moral cristão-burguesa, bem como afastar o perigo “comunista”. A censura de diversões públicas era voltada, comumente, ao teatro, cinema, música, telenovelas, dentre outras formas de entretenimento, tendo como base o Decreto nº 20.493 de 1946, em que se estabelecia a criação do Serviço de Censura e Diversões Públicas, subordinado à Divisão de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal (BERG, 2002). Em seu art. 41 estabelecia as bases da censura, em que dizia:

Será negada a autorização sempre que a representação, exibição ou transmissão radiofônica:

- a) contiver qualquer ofensa ao decoro público;
- b) contiver cenas de ferocidade ou for capaz de sugerir a prática de crimes;
- c) divulgar ou induzir aos maus costumes;
- d) for capaz de provocar incitamento contra o regime vigente, a ordem pública, as autoridades constituídas e seus agentes;
- e) puder prejudicar a cordialidade das relações com os outros povos;
- f) for ofensivo às coletividades ou às religiões;
- g) ferir, por qualquer forma, a dignidade ou o interesse nacional;
- h) induzir ao desprestígio das forças armadas.¹⁷

Sobre a censura de diversões públicas, Berg (2002) a classifica em três passos, a saber, a censura preventiva, a coercitiva e a punitiva. Enquanto a primeira tratava da censura prévia, a segunda reprimia invadindo teatros, espancando e ameaçando artistas. Já a censura punitiva tratava de punir através de processos judiciais, bem como com o exílio ou mesmo morte de opositores, “como últimos recursos para calar o que ‘incomoda’” (BERG, op. cit., p. 39).

A outra modalidade de censura era a da imprensa, a qual discutiremos a seguir.

4.3.1.1 Censura à imprensa e análises

A censura da imprensa era subordinada ao Ministério da Justiça que determinava a orientação geral da censura, bem como o conteúdo dos vetos. Entretanto, tal tarefa não

¹⁷ BRASIL: Coleção de Leis e Decretos da República, 1946 apud BERG, 2002, p. 89.

era exclusiva desse ministério, ou seja, outros órgãos como o Centro de Informações do Exército - CIEEx, o II Exército e a polícia militar, por exemplo, também decidiam o conteúdo do veto. Já a execução da tarefa era incumbida à Polícia Federal que enviava bilhetinhos ou censores para supervisionar o trabalho da redação (SMITH, 2000).

A censura à imprensa era pautada, comumente, pelo Decreto-lei nº 1.077 de 1970 que dispunha sobre o registro de jornais e revistas na Polícia Federal e permitia a censura prévia por razões de moral e bons costumes, entendida por muitos como base legal para a censura. Nos termos da lei, “a violação da moral ‘obedece a um plano subversivo e põe em risco a segurança nacional’, expressão que deixa a porta aberta para o argumento inverso de que aquilo que é politicamente subversivo é também moralmente errado” (SMITH, op. cit., p. 237). Entretanto a lei era inconstitucional, já que feria o art. 150 §8º da Constituição Federal de 1967, que dispunha:

É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição à censura, salvo quanto a espetáculos de diversões públicas, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos independe de licença da autoridade. Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe. (BRASIL, 1967, p. 1)

Em último caso, recorria-se ao artigo 9º do AI-5 que permitia, para a defesa da “Revolução”, ao presidente da República adotar as medidas previstas nas alíneas d (suspensão da liberdade de reunião e de associação) e e (censura de correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas) do § 2º do art. 152 da Constituição.

No que se refere às modalidades de censura à imprensa, podemos destacar a censura prévia e a autocensura (SMITH, 2000). A primeira referia-se à determinação de que todo material destinado à publicação em jornais e revistas deveria ser examinado pela polícia antes da publicação. Nesse caso, um censor (ou técnico de censura) da Polícia Federal se instalava no interior da redação do jornal (ou o material era enviado a um Departamento da Polícia Federal) e examinava as matérias a serem publicadas, riscando ou carimbando o veto nas notícias. Tal tipo de censura foi exercido contra alguns jornais e revistas, dentre eles destacando-se os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Movimento*.

Havia, nos periódicos referentes à censura prévia, diversas tentativas de escapar dela, como forma de resistência à arbitrariedade. Com o objetivo de informar e alertar o leitor sobre o silenciamento a qual estavam sendo infringidos, alguns jornais adotaram o esquema de substituir o material vetado por poesias (como as publicadas pelo *O Estado de S. Paulo*), espaços em branco e receitas culinárias (como no *Jornal da Tarde*), além de propaganda do jornal ou a citação da lei de direitos humanos, dentre outros mecanismos inusitados, tudo para chamar a atenção do leitor para a arbitrariedade através do estranhamento (SMITH, 2000). O esforço de se passar pela censura era tanto que, algumas vezes, o jornalista escrevia para o censor, e não para o leitor, já que estes muitas vezes não conseguiam ver as palavras sob as palavras, questionar o estranhamento e atentar para a multiplicidade de sentidos. Um exemplo disso é o caso do leitor que ligou à redação do jornal para reclamar de uma receita culinária (a qual estava no lugar de uma matéria vetada) que não estava dando certo, o que mostra que nem sempre os leitores conseguiam considerar sentidos além daqueles dominantes.

Outra modalidade de silenciamento era a autocensura. Para Aquino (1999), a autocensura era uma capitulação da direção do jornal que, após receber instruções (em geral efetuadas por intermédio da Polícia Federal) sobre as matérias proibidas, acatava-as e censurava internamente a publicação de certas notícias. Nas palavras de Aquino (op. cit.), “a autocensura representa uma capitulação, uma vez que o papel censório é transferido do Estado para a direção do órgão de divulgação, que assume a função de comunicar a seus repórteres o que podem ou não escrever” (AQUINO, 1999, p. 222). Já Soares (1989) classifica a autocensura em dois tipos diferentes, a saber, a institucional e a individual. A censura institucional, que era adotada por algumas empresas de comunicação, referia-se à aceitação das mesmas no que concerne à responsabilidade da divulgação daquilo que publicavam, conforme as orientações expedidas pela censura. Ao fazer isso, as instituições se livravam da presença dos censores na redação bem como do ônus de submeter seus trabalhos à censura prévia, mas ao aceitá-la, entretanto, “transformavam-se em executoras e cúmplices da Censura, das quais as principais vítimas eram elas próprias.” (SOARES, 1989, p. 1). Enquanto a individual trata da censura que todos nós praticamos, em maior ou menor grau. Para ele, muitos de nós “não expressamos, em público, opiniões "perigosas" que pudessem provocar uma violência, uma demissão, uma prisão arbitrária” (SOARES, op. cit., p. 1). Entretanto, para Smith (2000, p. 135), “a autocensura foi imposta pelo regime, e não pelos censurados a si próprios”. Segundo essa autora, essa prática refere-se a expedições por

parte da Polícia Federal de proibições de assuntos noticiosos determinados, bem como à vigilância da mesma para verificar se tais ordens estavam sendo cumpridas.

Embora os dois tipos de censura, no âmbito político, fossem contestados por muitos membros da imprensa e entendidos como inconstitucionais (SMITH, 2000), ela era acatada pelos jornais devido à vulnerabilidade da imprensa sob o ponto de vista financeiro, profissional e também de segurança pessoal de seus membros. Pelo lado financeiro, a publicidade era um dos fatores que mais contribuía com a receita dos periódicos, maior que o valor pago pelos leitores, sendo a publicidade do governo a que mais se destacava. Diante disso, a desobediência à censura poderia resultar no corte da publicidade oficial, assim como o governo poderia pressionar os anunciantes privados a não divulgarem no dado jornal, atacando o capital que mais sustenta o periódico.

Ainda sob o aspecto financeiro, o governo poderia pressionar o periódico a acatar a censura com a negação de empréstimos pelos bancos oficiais, com a recusa de licenças para importação de máquinas, equipamentos e papel para a confecção do jornal, além do confisco de tiragens. Tais ações contribuíram para o fechamento de muitos periódicos e para a submissão à censura dos que permaneceram em circulação. Sob o aspecto profissional, o governo poderia cancelar o registro do jornal, caso não pagasse os impostos, bem como cancelar as credenciais de jornalistas. “Qualquer jornalista que fizesse a cobertura de uma repartição do governo, em qualquer nível ou setor, tinha de ser oficialmente selecionado e receber credenciais apropriadas” (SMITH, 2000, p. 89), com isso, o cancelamento das credenciais configurava em mais um dos instrumentos de intimidação para obter a submissão da imprensa. Por fim, o governo também tinha o poder de pressionar o jornal atingindo a segurança pessoal de seus membros, através de prisões, torturas e morte. Um dos casos mais citados é o do jornalista Vladimir Herzog que, morto sob tortura, foi afirmado como suicida pelos militares, enforcando-se de joelhos.



Figura 23: Morte de Vladimir Herzog

Além disso, o próprio estabelecimento do periódico podia ser considerado vulnerável à ação de represálias, tanto por parte do governo como por parte de grupos radicais, cujos interesses eram ofendidos conforme o posicionamento do jornal. Tal ação visava, dentre outros motivos, a silenciar o periódico, não apenas pela depredação do material, mas também pelo medo de novas represálias. Entretanto, tal estratégia de silenciar através da depredação e do medo nem sempre alcança seus objetivos. Esse foi o caso do jornal Última Hora que, em 1º de abril de 1964, foi atacado por manifestantes pró-golpe militar. Tal posicionamento dos manifestantes pode ser inferido de acordo com a reportagem do Jornal do Brasil publicado em 02 de abril, mostrando que, em meio à depredação, “alguém gritou que a Polícia estava chegando, mas um dos líderes da invasão retrucou: _ Só uma Polícia pode aparecer a do Estado -, e esta é nossa aliada.” (JB, 1964, p. 2 – ANEXO J). Máquinas, mesas, papéis, telefones, vidros e relógios foram destruídos. Automóveis que serviam para uso de reportagem e distribuição foram batidos e incendiados, acarretando em um prejuízo de “vulto

incalculável” ao jornal (UH, 01/04/1964, p.1). Apesar da violência acometida contra o periódico, UH não se mostrou intimidada, declarando: “A fúria dos terroristas foi inútil. ÚLTIMA HORA continua.” (sic) (UH, 01/04/1964, p. 1).



Figura 24: Veículo de UH depredado

Além da depredação do seu estabelecimento, Última Hora foi também alvo de censura prévia e autocensura. Entretanto, as matérias censuradas de UH não se encontram disponíveis on-line, o que restringe o material de nossa pesquisa, pautada nos registros disponíveis em rede eletrônica. Em contrapartida, o jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP), que não possui a totalidade de seu acervo na internet, disponibiliza aos internautas, sob o título “1968: Mordça no Estadão”, o acesso a algumas páginas censuradas pelo regime militar. Ao lado de algumas versões apreendidas, aparecem as versões publicadas, de maneira a viabilizar uma comparação. Com a finalidade de verificar o teor dos materiais censurados sob a perspectiva discursiva, utilizaremos neste capítulo os jornais vetados de OESP que se encontram on-line em detrimento do material censurado de UH, que não está disponível em rede. Para tanto, faz-se necessário conhecer um pouco sobre o jornal OESP.

O jornal OESP é de orientação liberal, se aproximando do modelo teórico proposto pelo filósofo John Locke. Este propõe que, para viver coletivamente, defender os direitos naturais do indivíduo e para que o estado de natureza não se converta em

estado de guerra, os homens livres estabelecem um pacto social, criando uma sociedade civil. Cabe ao governante, entretanto, somente executar as leis naturais de preservação à vida, à liberdade e à propriedade, sendo revogado seu poder pelos membros da sociedade, caso houver abuso de autoridade. Dessa forma, apesar de defender a democracia, OESP foi a favor do golpe militar de 1964 e da destituição de João Goulart, por entender que este interferia demasiadamente e usurpava os direitos naturais dos indivíduos (AQUINO, 1999, p. 39). Entretanto, a legalidade não deve ser ultrapassada além do necessário, de maneira que as regras constitucionais deveriam ser restabelecidas, ao fim do mandato presidencial iniciado por Jânio Quadros em 1961. Como em 1968, a abertura de um novo processo eleitoral assim como a devolução dos poderes nos moldes estabelecidos pela Constituição de 1946 não haviam sido cumpridas pelos militares, o jornal OESP volta-se mais uma vez contra o governo, desta vez contra aquele que o jornal ajudou a alçar ao poder. Aquino (1999) destaca a coerência do jornal em relação à filosofia liberal adotada por ele, demonstrando que as opiniões expressas por OESP em 1964 são coerentes com as de 1968 em diante. Ao analisar fragmentos censurados do jornal OESP, a autora chama a atenção para o fato de que a tonalidade era a mesma de 1964, bem como a preocupação idêntica, já que “as instituições estavam sendo afrontadas na ótica do grupo que representa os interesses dos proprietários do jornal devido às mesmas razões, ou seja, do abuso do poder por parte dos governantes, pecado capital nos parâmetros de uma democracia liberal” (AQUINO, 1999, p. 51).

Dessa forma, analisaremos a seguir alguns exemplares do OESP censurados pelo governo militar:



Figura 25: Edição censurada de OESP de 30/03/1973



Figura 26: Edição publicada de OESP de 30/03/1973

Na edição publicada no dia 30 de março de 1973, a notícia “Sorocaba reza pelo estudante” é censurada pela censura prévia, e em seu lugar é colocada a secção “Dos Leitores”, sob o título “Pecuarista analisa política de carnes”. A notícia censurada refere-se à morte do estudante Alexandre Vanucchi Leme, que, segundo afirma a notícia, “(...) morreu atropelado por um caminhão durante um encontro com outros terroristas em São Paulo, quando tentava fugir das forças policiais, segundo informaram os órgãos de segurança” (ANEXO K). Notamos que mesmo a notícia apresentando a versão dos fatos pelo Estado – silenciando outras vozes como a de familiares ou possíveis testemunhas – ela foi censurada, mostrando que mesmo que a notícia apresente apenas a voz oficial, as palavras podem adquirir sentidos outros que podem ser desfavoráveis ao governo militar. Dessa forma, a comoção gerada pela morte do estudante e o posicionamento da Igreja em relação ao caso foram interditados, impedindo assim que certos sentidos circulassem, como por exemplo, a indignação, a desconfiança, a solidariedade, dentre outros. No lugar dessa notícia, colocou-se a voz de um pecuarista, pertencente à classe dominante.

Observamos, então, que os dizeres parciais sobre a voz de resistência – a notícia da morte de Alexandre – são sobrepostos pela voz da classe dominante. Já o próximo recorte refere-se ao assunto censura e liberdade de imprensa:



Figura 27: Edição censurada de OESP de 04/04/1973



Figura 28: Edição publicada de OESP de 04/04/1973

Nessa edição, publicada no dia 04 de abril de 1973, foi censurado o discurso de Julio de Mesquita Neto sobre a censura à imprensa, proferido durante a reunião da AII (Associação Internacional de Imprensa), na Jamaica. Sob o título “No Brasil, não há liberdade de imprensa”, o sujeito-jornalista critica a censura à imprensa, descrevendo as categorias de censura (autocensura, censura por telefone e censura prévia) e denuncia a opressão e as ameaças sofridas pelos jornalistas (ANEXO L). Com a interdição desse dizer, sentidos de autoritarismo do governo e a própria instituição da censura são silenciados, na tentativa de construir a ilusão de que o Brasil da época era um país democrático. Esse processo, entretanto, era falho, pois como afirma a notícia censurada, outros jornais e revistas publicavam as notícias que para OESP eram vetadas, deixando à mostra os furos do discurso autoritário.

Percebemos que, no lugar do dizer interdito, aparece a secção “Dos leitores”, tendo por manchete “Já é hora de dar mais atenção às flores”, em referência a uma das cartas dos leitores que pedia ao redator do jornal e às autoridades “incutir na mentalidade do povo brasileiro hábitos peculiares a povos desenvolvidos” (ANEXO M), como a divulgação de jardinagem. Observamos que a manchete remete, pela memória discursiva, à canção de Geraldo Vandré “Pra não dizer que não falei das flores”, um hino de resistência ao governo militar, podendo, dessa forma, remeter a certas regiões de sentido, disfarçadas sob o manto de uma carta de leitor.

No recorte seguinte, o assunto censurado é a renúncia de Cirne Lima, ministro da Agricultura, que discordava dos métodos utilizados para redução da inflação no Brasil:



Figura 29: Edição censurada de OESP de 10/05/1973



Figura 30: Edição publicada de OESP de 10/05/1973

Na edição de 10 de maio de 1973, o título sobre a carta de renúncia do ministro da agricultura é censurado, sendo necessário substituí-lo. Notamos que os dizeres “Na carta, as duras críticas à política econômica” indicam o conflito de vozes no poder, apontando para sentidos de divergências dentro do governo. Ao silenciar esses dizeres, visava-se a apagar os sentidos de discórdia no governo e, com isso, fazer circular sentidos de união e coesão na administração do país. No lugar da manchete censurada, fora colocado o título “Cirne Lima explica os motivos de sua renúncia” que apaga os sentidos de discórdia do título anterior e aponta para outros que não destacassem os conflitos internos do governo.

Outra notícia censurada está na edição de 19 de julho de 1973, que vemos a seguir:

Vandré está de volta

De volta ao Brasil

Deputado público
lêvo na França

O deputado federal Vandré, exilado em França, chegou ao Brasil em 1968, após ter sido preso em Paris por causa de sua participação na luta contra a ditadura militar.

Moda italiana às linhas clássicas

Vestido de noite desenhado por Bale...

Juliette Greco só cantou uma noite

Moda italiana às linhas clássicas

Vestido de noite desenhado por Bale...

Soneto
Luís de Camões

Que poderás do mundo já querer,
Que nauzeis em que pus tamanho amor,
Não vi senão desgosto e desamor.
E morto, enfim, — que mais não pode ser!

Juliette Greco só cantou uma noite

Figura 31: Edição censurada de OESP de 19/07/1973

Figura 32: Edição publicada de OESP de 19/07/1973

Intitulada de “Vandré está de volta”, a notícia trata do retorno do cantor e compositor Geraldo Vandré ao Brasil, que estivera exilado desde 1968 em vários países da Europa e da América Latina (ANEXO N). Vandré, que compôs várias músicas contra a ditadura militar, encarnava sentidos de resistência ao regime e publicar a notícia de sua volta, destacando-lhe suas canções de sucesso (a maioria contra o regime), apontava sentidos de reconhecimento da resistência ao governo militar, além de marcar a presença da censura – presença essa que rompia os sentidos de democracia que o governo tentava passar ao povo – no trecho “Pouco depois de receber o segundo prêmio do FIC [Festival Internacional da Canção, de 1968], ‘Pra não dizer que não falei das flores’ foi proibida pela censura”.

No lugar da notícia censurada, fora colocado o “Soneto” de Luís de Camões, como estratégia que o OESP mantinha como forma de preencher o espaço vazio deixado pela notícia censurada e, ao mesmo tempo, denunciar a censura, ao posicionar um dizer estranho ao contexto em que está inserido. O próximo recorte trata da censura de uma coluna que denunciava o silenciamento em torno da epidemia de meningite, dentre outros silêncios que assolavam o país na época:



Figura 33: Edição censurada de OESP de 26/07/1974



Figura 34: Edição publicada de OESP de 26/07/1974

A coluna intitulada “A epidemia do silêncio” (ANEXO), censurada da edição de 26 de julho de 1974, denunciava o silêncio em torno de questões de interesse público, como a epidemia de meningite, a construção da Rodovia dos Imigrantes e da Ponte Rio-Niterói, dentre outros, dando margem a boatos que causam inquietação na população. Interditando esses dizeres, sentidos de ingerência, de autoritarismo e de censura são também silenciados. Ao final da matéria, destacamos os seguintes dizeres “O mais triste de tudo isso é que esse clima de desinformação intensificou-se justamente quando se prometeu jogar o “jogo da verdade”. Hoje, o que se pode ter é apenas um lado da verdade: o lado oficial, asséptico, geralmente otimista, ufanista o mais das vezes. Quem não aceita só esse lado, que leia poesias.” Observa-se que o dizer “jogo da verdade” faz referência à memória discursiva da abertura política iniciada pelo governo Geisel. Além disso, o sujeito-jornalista marca a parcialidade com que as informações sobre o governo são passadas à imprensa, impregnadas com o posicionamento do discurso. Notamos aqui a ilusão de ser possível a imparcialidade do discurso, como se, ao ouvir a outra parte da “verdade”, fosse possível construir um discurso isento de

posicionamentos. Na última frase “quem não aceita só esse lado, que leia poesias”, remete tanto a sentidos de alienação, se o sujeito quer saber o outro lado da “verdade” deve alienar-se, porque não a terá, como ao ato da OESP colocar poesias no lugar das matérias censuradas. Observamos, também, a imagem que o sujeito-jornalista de OESP tem do sujeito-leitor, que “não aceita só esse lado” da história, um sujeito crítico, interessado na política e farto de informações “parciais” que repetem parafrasticamente a exaltação do governo.

A censura, entretanto, não somente atuava em assuntos que pudessem abalar a imagem do governo, mas também agia quando se tratava da imagem do país e do povo. Um exemplo disso é o recorte a seguir, notícia cujo título é “Deus deixou de ser brasileiro?” que diz respeito a uma matéria censurada do dia 09 de julho de 1974:

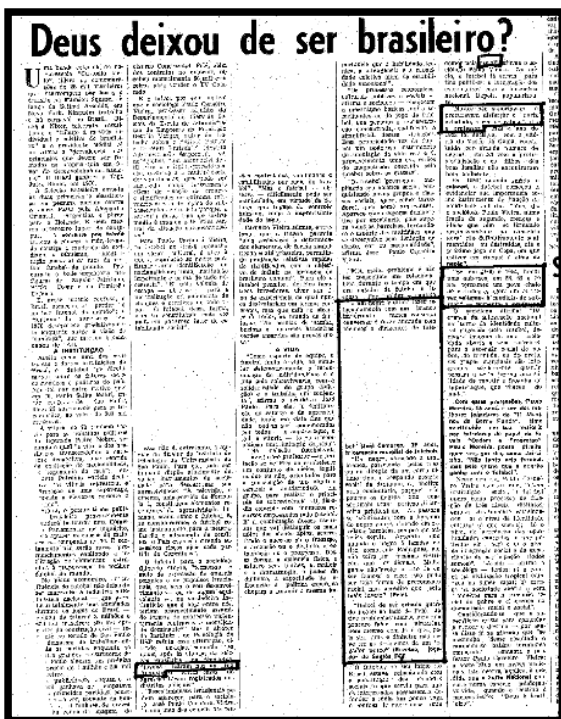


Figura 35: Edição censurada de OESP de 09/07/1974

Figura 36: Edição publicada de OESP de 09/07/1974

Nessa edição, a questão do racismo sofrido por jogadores de futebol negros foi censurada (ANEXO P), apagando-se dessa forma sentidos de que o Brasil era um país preconceituoso em relação à cor da pele. Dentre os jogadores entrevistados estava Pelé, que afirmou que “As pessoas se habituaram com a imagem do negro pobre, vivendo em favelas e barracos, sempre em atitudes servis”. Notamos aqui a formação imaginária que o sujeito-Pelé tinha sobre a imagem que as pessoas construíam dos negros naquela época, imagens essas que apontavam para o preconceito do povo brasileiro a respeito de

uma das etnias que ajudou a construir o país, sentidos esses indesejáveis para um governo que queria abafar os conflitos de vozes e passar a imagem de que tudo ia bem no país “democrático” que era o Brasil.

Com isso, podemos perceber que ao silenciar certos sentidos, a censura visava a manter uma imagem positiva do governo e do país, imagem esta construída pela propaganda e pelos dizeres favoráveis ao governo publicados em jornais e revistas. Já no que concerne aos jornais, podemos perceber que o posicionamento de UH, durante o período estudado, manteve-se como oposição ao governo militar. Entretanto, outros jornais, como o OESP, mudaram seu posicionamento em relação ao regime, sendo tal mudança refletida nas palavras que, como vimos, eram censuradas. A partir disso, veremos no próximo capítulo como esses posicionamentos se refletem hoje nos sites que abrigam os acervos digitalizados dos jornais estudados.

A hemeroteca e o discurso



Fernando Botero. Série Abu Ghraib. 2005. Óleo sobre tela.

“Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado”

1984 - George Orwell

5 A HEMEROTECA E O DISCURSO

Observamos até aqui o posicionamento da imprensa em relação à ditadura militar, considerando-se o contexto sócio-histórico em que o discurso fora construído. Neste capítulo, discutiremos como os posicionamentos dos jornais estudados se refletem nos sites e hemerotecas digitais que abrigam os mesmos. Organizado em um espaço próprio, o jornal na hemeroteca constitui-se numa fonte de pesquisa que resgata os dizeres que já circularam em uma determinada época e os aproxima do presente. Entretanto, essa aproximação, realizada através de sites – quando se trata de um acervo digital – também é marcada ideologicamente, já que a página da web é composta de signos e “(...) onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico” (BAKHHTIN, 2006, p. 30).

Para tanto, iniciaremos por conceituar o que é uma hemeroteca e suas funções. Em seguida, abordaremos brevemente alguns de seus aspectos técnicos em relação a questões de armazenagem e recuperação da informação e na sequência transporemos os limites técnicos e adentraremos no campo da linguagem, observando como o tempo e o espaço podem produzir sentidos.

5.1 O que é uma hemeroteca

O termo hemeroteca¹⁸ origina-se do grego *heméra*¹⁹ que significa “dia”, e *théke* que significa “depósito” ou “caixa” (BUONOCORE, 1976, p. 243), e refere-se ao espaço em que se armazenam jornais, revistas e/ou recortes dos mesmos (os denominados *clippings*), tendo por função conservar “(...) informações publicadas periodicamente sobre um determinado assunto, possibilitando assim, o resgate e acesso ao produto informacional que foi disponibilizado anos atrás” (BUSE, 2008, p. 8). É possível acrescentar, também, as funções de armazenamento e disponibilização do

¹⁸Embora a hemeroteca seja um termo comumente usado para seções de biblioteca que armazenam periódicos, utilizaremos o termo de forma abrangente para designar o espaço em que se abrigam jornais e revistas, independente da instituição em que se encontra (Arquivo Público, empresas privadas, entre outros). Em casos específicos, como no do jornal Última Hora, utilizaremos o termo “fundo” em respeito à designação dada pela instituição que a abriga, entretanto, nesses casos, o sentido será semelhante à hemeroteca.

¹⁹Para PAVANI; JUNQUER; CORTEZ, o termo hemeroteca origina-se do grego Reméra, dia, e Théke, depósito (2007, p. 73)

acervo, já que seu objetivo é “facilitar pesquisas e trabalhos” (PAVANI, JUNQUER, CORTEZ, 2007, p. 73).

Uma hemeroteca não é somente formada pela totalidade das edições de jornais e revistas, mas também é muitas vezes constituída com base em determinado assunto de interesse, dependendo do objetivo a ser atingido. As formas de organização da informação são geralmente feitas por título e/ou assunto, mas dependendo do sistema em que está inserida, pode ser recuperada por data ou mesmo palavras-chave.

5.2 A importância da hemeroteca

Jornais e revistas constituem uma fonte documental afetada pelo ponto de vista dos contemporâneos da época, construída sem as intervenções (ou reflexões) dos acontecimentos subsequentes. Ou seja, diferentes dos livros de história ou dos relatos de sujeitos que viveram a época, os dizeres dos periódicos conservam as condições de produção do momento em que foi escrito, sem a influência dos acontecimentos posteriores e das reflexões oriundas deles. Reunidos em uma hemeroteca, os periódicos recebem um tratamento visando a um determinado objetivo, silenciando dizeres em favor de outros, “(...) de acordo com as prioridades e os critérios definidos por quem utilizará o acervo em empresas, departamentos, órgão públicos, etc.” (PAVANI, JUNQUER, CORTEZ, 2007, p. 75). Sendo assim, a “seleção do material deve ser criteriosa para evitar a poluição do acervo com textos superficiais ou pouco informativos” (Ibid., p.75). Com isso, podemos observar que os processos de seleção bem como os de catalogação e indexação do material implicam silenciamento de certas regiões de dizeres em detrimento de outros, conforme o objetivo a ser alcançado pela unidade de informação. Em vista disso, notamos a necessidade de expor aos leitores e pesquisadores os objetivos, o critério de seleção de material e o posicionamento da unidade para romper com o efeito ideológico de que a hemeroteca reúne toda a história, e não apenas uma parte dela. Caso contrário, a tentativa de eliminar as ambiguidades do discurso e a própria seleção de material implicam o risco de um “policiamento dos enunciados, de uma normalização asséptica da leitura e do pensamento, e de um apagamento seletivo da memória histórica: “quando se quer liquidar os povos” escreve Milan Kundera, “se começa a lhes roubar a memória” (PÊCHEUX, 1994, p. 60).

A hemeroteca permite a socialização dos dizeres do passado, instigando aos sujeitos repensar a história, buscar o contexto em que os escritos foram produzidos,

comparar o passado com o presente e observar o que mudou e o que continua nos discursos da/sobre a história. Com isso, a hemeroteca pode ser considerada como um lugar de poder, pois jornais e revistas não disponibilizados constituem furos que podem silenciar dizeres importantes sobre determinados acontecimentos, havendo possibilidade, então, de se alterar o curso das reflexões sobre a história. Nos acervos do Jornal do Brasil (Google) e do jornal Última Hora (APESP), por exemplo, é possível perceber a ausência de algumas edições, instigando o leitor a questionar se essas lacunas são resultados de problemas físicos (como a má qualidade da impressão do jornal, perda ou dano do material ou mesmo a não existência do mesmo) ou de ordem ideológica (como a censura efetivada por fins políticos na época da produção ou mesmo na digitalização do periódico). Isso porque “o silêncio não fala, ele significa”(ORLANDI, 2007, p.42), marcando que os sentidos não são produzidos apenas nas/pelas palavras, mas também na ausência das mesmas, o que marca que o dizer não é condição necessária para significar. Dessa forma, além do silenciamento promovido no momento da seleção do material visando a um dado objetivo, os recortes que embora selecionados não entram no acervo por algum motivo qualquer (seja por motivos físicos ou ideológicos) são também silenciados. Esse duplo silenciamento influencia o discurso construído pela hemeroteca, já que omite outros posicionamentos e divulga um olhar parcial sobre a história.

Esse relato do acontecimento sob determinado ponto de vista, promovido a partir da orientação tomada pela hemeroteca, influi não só na pesquisa de profissionais, estudantes universitários ou cidadãos adultos interessados em história, mas também contribui para a formação de jovens e crianças, já que a hemeroteca constitui numa fonte em que professores de Ensino Fundamental e Médio buscam material para compor suas aulas²⁰. Com isso, o posicionamento de uma hemeroteca, através da seleção de suas fontes e do periódico que ela acolhe, é capaz de influenciar ideologicamente o ponto de vista desde o professor que prepara sua aula até a criança que inicia ali seu aprendizado. Ao tomar como fonte de pesquisa uma hemeroteca que reúna apenas periódicos que tenham se posicionado favoravelmente ao regime militar, por exemplo, o pesquisador terá acesso a um relato parcial dos fatos, já que os aspectos negativos do governo

²⁰Sobre a utilização da hemeroteca como fonte para composição de aulas ver TREVISANI, M.L.L. et. al. *Jornal na escola: da informação à opinião esclarecida*. Comunicação e educação, São Paulo, n. 12, mai./ago. 1998, pp. 17-23. Disponível em: www.dtp.uem.br/lap/public/01.pdf. Acesso em: 04 dez. 2011 e também BODOLAY, A. N. *Hemeroteca como estratégia de leitura e escrita*. Signum: Est. Ling., Londrina, n. 13/2, pp. 173-192, de. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/6473>>. Acesso em: 07 dez. 2011.

estariam possivelmente silenciados nas notícias publicadas. O sujeito-leitor, entretanto, muitas vezes não percebe a parcialidade com que jornais e hemeroteca são construídos, tendo assim a ilusão de que os dizeres que ali constam retratam o acontecimento tal qual ela ocorreu. Tal ilusão é ratificada pela própria divulgação sobre a hemeroteca, na manchete “Folha põe na internet 90 anos de história em 1,8 milhão de páginas”²¹, publicada no site Folha.com, em que remete ao sentido de que o jornal é a história (tal é a suposta identidade do periódico com a realidade), e não um relato parcial sobre ela.

Outro aspecto da importância da hemeroteca, em especial a digital, pode ser observado também no interesse de empresas privadas em financiar a digitalização de jornais e revistas, hospedando-os em sites específicos, como é o caso do Jornal do Brasil, disponibilizado na rede pelo Google. Outros jornais observam a possibilidade lucrativa da pesquisa, viabilizando o acesso ao acervo digitalizado apenas aos assinantes do periódico, como no caso do jornal Folha de S. Paulo em que "Após um período de degustação aberto a todos, o acesso gratuito será mantido só para assinantes do jornal. É uma ferramenta poderosa para pesquisas e uma vantagem a mais para o leitor fiel da Folha", afirma Antonio Manuel Teixeira Mendes, superintendente do jornal” (RODRIGUES, 2011, p. 1). Dos jornais pesquisados neste trabalho, apenas o Última Hora encontra-se em site de âmbito público, ou seja, subsidiado pelo governo do estado com recursos públicos. A pesquisa, bem como a forma e direcionamento com que ela é construída e disponibilizada, mostra-se, então, como uma área promissora e lucrativa para o setor privado e como uma possibilidade para o setor público de fazer emergir outras vozes que dialoguem, de forma concordante ou discordante, com o(s) posicionamento(s) das hemerotecas de capital privado.

5.3 Hemeroteca: a técnica de preservar

Existem diferentes formas de se preservar periódicos, dentre eles destacamos a armazenagem física, os *clippings*, a microfilmagem e a digitalização. A armazenagem física, que guarda o material original, implica dificuldades a longo prazo, considerando-se os custos de conservação e restauração do material, além do espaço físico que ocupa.

²¹RODRIGUES, F. Folha põe na internet 90 anos de história em 1,8 milhão de páginas. 09 fev. 2011.In.: **Folha.com**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/877730-folha-poe-na-internet-90-anos-de-historia-em-18-milhao-de-paginas.shtml>>. Acesso em: 03 dez. 2011.

A baixa qualidade do papel, que contém impurezas oriundas da madeira da qual foi confeccionada, aliada a fatores como luz excessiva, umidade e poluentes provocam reações ácidas que deterioram o suporte (DAS, 2009, p. 73). Com isso, há a necessidade de preservar os jornais e revistas em ambiente adequado, com pouca luminosidade, temperatura e umidade apropriados, geralmente cobertos por um filme de poliéster e organizados em caixas especiais que não acidificam o material. Geralmente, o armazenamento dos periódicos em seu suporte original demanda um espaço considerável, o que vai de encontro ao que Das (2009, p. 72) diz ser o principal desafio dos arquivistas, que é aumentar o volume de jornais e simultaneamente diminuir o espaço no escritório. A autodestruição do papel, a má qualidade da tinta de impressão e o desgaste resultante da manipulação frequente dos usuários (DELAUNAY, 2006) também constituem em dificuldades a serem enfrentadas, quando se trata de armazenagem de jornais em seu suporte original.

Os *clippings*, que para Das constituem um dos mais importantes serviços de uma hemeroteca, é outra forma de preservação que consiste em cortar e colar determinados artigos e organizá-los de modo a serem facilmente acessados. Existem diferentes procedimentos de organização de *clippings*, como através da Classificação Decimal de Dewey (CDD) ou por meio de digitalização, em que os artigos são selecionados, classificados, escaneados, indexados e então armazenados em um servidor seguro, atentando sempre por realizar o *backup* (processo de salvar os dados em um suporte eletrônico) regularmente e buscar a proteção dos dados digitais (DAS, op. cit., p. 73). Se os *clippings* estiverem em seu suporte original, as dificuldades são as mesmas encontradas na armazenagem física.

Outra forma de preservação de jornais e revistas é a microfilmagem. Também chamada de microfotografia, ela viabiliza a redução de imagem em até 25 vezes, o que representa ganho de espaço físico. A microfilmagem consiste em fotografias reduzidas do documento original, sendo necessários, para sua leitura, uma máquina com luz e um rolo (ou bobina) de microfilme (DAS, op. cit.). Na microfilmagem, o custo de armazenagem é reduzido, não há obsolescência de *hardware* e *software* (DAS, op. cit.), a expectativa de vida de um microfilme em preto e branco é da ordem de 200 a 400 anos ou mais²², e o microfilme pode ser digitalizado (DELAUNAY, op. cit.). Entretanto, os microfilmes geralmente são em preto e branco, já que os coloridos são mais custosos

²²Das (2009) afirma que a expectativa de duração é de 500 anos.

(cerca de 3 a 4 vezes mais que os em preto e branco) e duram menos, não passando de 30 a 40 anos de vida (DELAUNAY, op. cit., p.10). Além disso, somente podem ser utilizados por um usuário a cada vez, e é preciso carregar a bobina do microfilme dentro da máquina leitora. As páginas precisam ser lidas sequencialmente, para “pular” as páginas é preciso que tal tarefa seja feita em sequência (KING, s.d., p.3). A busca de informação no microfilme é facilitada, embora o material digitalizado forneça mais opções de busca. Outra desvantagem é que a experiência de leitura não é tão boa quanto a do digital (DAS, 2009, p. 74).

Observamos, então, que os processos não digitais envolvem um número reduzido de acessos por usuários, geralmente um por vez, além de ser necessário o deslocamento físico dos mesmos até a instituição mantenedora da hemeroteca para realizar sua consulta. Já no ambiente digital, a hemeroteca pode ser consultada por múltiplos usuários simultaneamente²³, além de não requerer o deslocamento físico do usuário até a instituição.

Além de viabilizar o acesso à informação instantaneamente ao mundo inteiro, a digitalização de jornais e revistas permite que as cores do documento original sejam respeitadas, assim como, graças aos programas de computador (*softwares*), a consulta pode ser aperfeiçoada e a imagem, melhorada (DELAUNAY, 2006, p. 11). A digitalização consiste no processo de captar a imagem de um documento (impresso ou microfilme) em um equipamento apropriado (em geral um escâner) e traduzir tal imagem em bits, sob formato eletrônico, como as extensões de arquivo pdf e tiff. Dentre os motivos para se digitalizar jornais, Sangeeta (2006, p. 76) destaca a preservação e conservação da herança cultural e nacional através da digitalização de jornais passados, os quais constituem matérias-primas da história, o fornecimento de uma interface amigável para acesso ao conteúdo do jornal, a busca através de diferentes títulos de jornais e a reunião de materiais relacionados a uma dada faixa de pesquisa, o acesso ao todo ou parte do conteúdo de diferentes jornais da *World Wide Web* além da promoção do amplo acesso à informação para um grande número de usuários.

A digitalização de documentos é possível graças ao desenvolvimento de equipamentos eletrônicos (como *hardware* e *software*) para criar imagens digitais, estocá-las e transmiti-las para outros computadores. Além disso, podemos citar o rápido desenvolvimento de *softwares* para interligar computadores, juntamente com *softwares*

²³A quantidade de acessos simultâneos dependerá da capacidade do servidor que hospeda a hemeroteca.

que fornecem informação ao usuário. A queda dos preços dos computadores pessoais (resultado da produção em massa), o enorme poder da computação e a chegada da WWW também constituíram fatores importantes para a digitalização de documentos (KING, s.d., p. 3).

Embora a digitalização tenha muitas vantagens, ela enfrenta problemas e possui algumas desvantagens. Alguns dos problemas que dificultam a digitalização dos jornais são provenientes da estrutura física do jornal ou revista a ser “escaneada”. Caracteres com muita ou pouca tinta, no momento da impressão, podem prejudicar a captação da imagem. Caracteres gastos podem não imprimir corretamente, o excesso de tinta pode ter vazado para o outro lado da folha, o papel pode estar amassado/rasgado resultando em perda do texto, a dobradura do jornal que dificulta o escaneamento, as variações do tamanho da fonte e do *layout* do texto dentro das colunas são fatores que prejudicam a digitalização do jornal. Além disso, mudanças de frequência da publicação, o tamanho do papel, o título da publicação, a colocação do assunto dentro do jornal também constituem em agravantes no momento da digitalização (KING, s.d., p. 4). King (op. cit., p. 4) chama a atenção para o fato de que oferecer imagens escaneadas só cumpre parcialmente as necessidades do usuário e marca que a maioria dos usuários requer acesso pela data, outros querem acesso por título, lugar de publicação, publicador. Outros ainda querem acessar por nome pessoal ou palavras-chave, como também por casamentos, mortes e nascimentos.

Dependendo do formato do arquivo eletrônico em que o jornal encontra-se digitalizado, a indexação pode ou não ser feita automaticamente. Em alguns formatos, existe a dificuldade do programa em reconhecer os caracteres, não sendo possível a indexação eletrônica, somente a manual, o que demanda tempo, pessoal e dinheiro para tal trabalho.

As formas de acesso ao arquivo, entretanto, marcam a reprodução da leitura oficial e promovem o apagamento do sujeito-leitor que cataloga, “cujos gestos incansavelmente repetidos (...) constituem também uma leitura, mas uma leitura impondo ao sujeito-leitor seu apagamento atrás da instituição que o emprega (...)” (PÊCHEUX, 1994, p. 57), em nome de uma objetividade que se impõe como evidência (PÊCHEUX, op. cit.). Tal trabalho – repetitivo, que sustenta apenas um gesto de leitura e que visa a conter a polissemia, tentando “livrar” o discurso de ambiguidades – se mostra frágil e insuficiente, já que é passível de ser substituído por computador, tal como podemos notar nos programas de indexação automática a que os jornais de

algumas hemerotecas estão submetidos (como acabamos de expor). É o que Pêcheux (op. cit., p. 59) previu no começo dos anos 80, ao dizer que “(...) a tradição dos grandes praticantes do arquivo vai se encontrar numa posição cada vez mais delicada, face à proliferação previsível dos “métodos de tratamentos de textos” induzidos pela desordem informática que se prepara em nossas sociedades. A leitura de arquivo deve, então, levar em conta a relação entre a língua como sistema sintático passível de deslocamentos e a discursividade, como inscrição histórica de sentidos, tendo como objetivo

(...) desenvolver práticas diversificadas de trabalhos sobre arquivo textual, reconhecendo as preocupações do historiador tanto quanto as do linguista ou do matemático-técnico em saber fazer valer, face aos riscos redutores do trabalho com a informática – e, logo, também nele – os interesses históricos, políticos e culturais levados pelas práticas de leitura de arquivo (PÊCHEUX, 1994, p. 63).

Podemos, portanto, notar que existem diferentes maneiras de preservar e conservar periódicos, seja por meio de recortes ou jornais inteiros, em forma impressa, microfilmada ou digital. Entretanto, nossa reflexão é dirigida à hemeroteca digital, cujo espaço (ou “casa”) em que se encontra armazenada não se constitui de concreto e cimento, mas de linguagem (não só de programação, mas também de linguagem natural, de interface entre usuário e máquina). Apesar de estar hospedado em um equipamento físico (computador/servidor) e codificado em linguagem de programação, saindo do estado de átomos para o código de bytes²⁴, o site que hospeda a hemeroteca e a própria hemeroteca digital são constituídos por linguagem, com signos provenientes de dados discursivos que remontam a determinados posicionamentos ou pontos de vista.

5.4 Além da técnica: a linguagem e o(s) sentido(s)

5.4.1 Sentidos de tempo e espaço na hemeroteca digital

O acesso aos jornais digitalizados se realiza, prioritariamente, através da data de publicação do jornal. O dia, mês e ano, e em alguns casos, o período do dia –matutino ou vespertino – se tornam pontos de acesso à matéria jornalística que se quer consultar, marcando, dessa forma, que o tempo é portador de significado(s). Isso porque as datas remetem a indícios de determinados contextos sócio-históricos-ideológicos e culturais, viabilizando à memória discursiva o resgate da inscrição histórica dos acontecimentos.

²⁴A referência da transformação de átomos para bytes fora retirada de Negroponte, 1996.

Ressaltamos aqui, entretanto, que as datas mostram-se como indícios de sentidos, e tal qual as palavras, as datas não estão restritas a apenas um sentido, sendo dependentes, dentre outros fatores, de sua importância frente ao assunto de que se trata. Por exemplo, a data de 1º de abril de 1964, pelo viés da história do Brasil, remete ao golpe militar, mas para a história da química, pode ter sido mais um dia como qualquer outro. Dessa forma, cada pesquisador (seja ele do âmbito público ou privado) guarda uma data que remete a certos sentidos e é através dela que as pesquisas se realizam. Organizados pela cronologia, os jornais disponíveis na hemeroteca digital permitem consultas precisas que remetem a variados assuntos. Entretanto, se a data for perdida, a recuperação da informação fica prejudicada, o que demonstra a importância do tempo no âmbito de uma hemeroteca digital.

E é o tempo que organiza, que forma um fio condutor entre os acontecimentos, construindo uma narrativa histórica do cotidiano da sociedade. Inserida no ambiente digital, a hemeroteca adquire uma nova dimensão espaço-temporal, como se aproximássemos não somente certas instituições (públicas ou privadas) e seus documentos, mas também um dado período do passado; e como se afastássemos outras instituições, documentos e datas que não participam da rede. Isso porque a cada ferramenta criada pelo homem – no caso, a internet – adiciona-se um espaço-tempo. Conforme afirma Lévy,

Cada novo agenciamento, cada “máquina” tecnossocial acrescenta um espaço-tempo, uma cartografia especial, uma música singular a uma espécie de trama elástica e complicada em que as extensões se recobrem, se deformam e se conectam, em que as durações se opõem, interferem e se respondem (LÉVY, 2007, p. 22-23).

Bakhtin também trabalha com a relação tempo-espaço, ao estudar a noção de cronotopia no âmbito literário. Embora a noção de cronotopo tenha sido concebida no campo estrito ao texto literário, verifica-se que tal noção pode contribuir aos estudos do digital, e mais especificamente da hemeroteca digital, já que ambos trabalham com a relação tempo-espaço.

O cronotopo é a interligação fundamental das relações temporais e espaciais, sendo o tempo o seu princípio condutor (BAKHTIN, 2002). O tempo materializa-se no espaço, sendo possível “(...) ler os indícios do curso do tempo em tudo, começando pela natureza e terminando pelas regras e ideias humanas (até conceitos abstratos)” (BAKHTIN, 2003, p. 225). No espaço da hemeroteca digital, é possível identificar

vestígios do tempo passado através dos jornais antigos digitalizados, ao mesmo tempo em que tal acervo encontra-se imerso a marcas da contemporaneidade. É possível, então, notar a emergência de duas temporalidades no espaço da hemeroteca eletrônica, viabilizando a produção de sentidos. Isso porque, para Bakhtin (2002, p. 211) “(...) os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo”.

Entretanto, essa materialização do tempo no espaço não significa que este último encontra-se pronto e acabado, mas é volátil, instável, podendo ser alterado, acrescido de informações ou mesmo retirado do ciberespaço, apontando para seu inacabamento, para um constante “vir a ser”. Em relação a isso, Bakhtin nos fala sobre a capacidade de enxergar o tempo, “de ler o tempo no todo espacial do mundo e, por outro lado, de perceber o preenchimento do espaço não como um fundo imóvel e um dado acabado de uma vez por todas mas como um todo em formação, como acontecimento (...)” (BAKHTIN, 2003, p. 225). Dessa forma, a hemeroteca digital, inserida no espaço da rede eletrônica, mais especificamente da internet, é um dado inacabado, que está sempre em (trans)formação. Vale ressaltar também que, como numa obra literária, os autores das matérias jornalísticas encontram-se distanciados temporal e espacialmente do internauta/leitor, “mas se encontram da mesma forma num mundo uno, real, inacabado e histórico que é separado pela fronteira rigorosa e intransponível do mundo *representado* no texto” (BAKHTIN, 2002, p. 358). Mesmo os autores do site encontram-se nessa situação, pois ao escrever sobre o projeto de digitalização e dos mecanismos de acesso aos jornais, eles já se encontram como narradores, fora do tempo-espaço em que o evento se realizou. Isso porque o “mundo representado, mesmo que seja realista e verídico, nunca pode ser cronotopicamente identificado com o mundo real representante, onde se encontra o autor-criador dessa imagem.”(Ibid., p. 360).

Dessa maneira, é interessante notar que os autores das matérias jornalísticas, assim como o editor do jornal, os leitores da época, os arquivistas, os autores do site e os internautas/leitores de hoje observam, cada um, os acontecimentos representados a partir de sua contemporaneidade inacabada em toda a sua complexidade e completude, sendo que os autores – dos textos e do site – encontram-se eles mesmos “como que numa tangente da realidade representada” (Ibid., p. 360). Cada um insere-se num ponto único de observação, que não se repete no tempo, a partir do qual cada sujeito observa seu objeto (GRANJA, 2006). Ressaltamos, também, que a hemeroteca, assim como os textos literários, trata de um mundo representado no texto, independente se tais textos se

referirem à ficção ou ao mundo real, já que cada autor possui para si uma imagem (uma representação) de sua realidade. Além disso, os leitores/internautas/intérpretes também fazem parte da obra (jornalística e digital), não só por serem considerados (e imaginados como destinatários) no momento da criação do texto, mas por o atualizarem no momento da leitura, trazendo suas experiências e construindo novos sentidos. Para Bakhtin (op. cit., p. 358),

Por isso nós podemos chamar esse mundo [mundo representado] de criador do texto: pois todos os seus elementos - a realidade refletida no texto, os autores que o criam, os intérpretes (se eles existem), e, finalmente, os ouvintes-leitores que o reconstituem e, nessa reconstituição, o renovam - participam em partes iguais da criação do mundo representado. Dos cronotopos reais desse mundo representado, originam-se os cronotopos refletidos e *criados* do mundo representado na obra (no texto).

O espaço da hemeroteca digital é produto da história, pois nele estão presentes técnicas, pensamentos, teorias e palavras que tiveram sua origem em tempos remotos, partindo de diferentes fontes, mas que não são facilmente identificados na superfície do discurso eletrônico. Assim como a obra literária, as novas tecnologias possuem por base o passado, mantendo com ele um vínculo especial.

(...) uma obra não pode viver nos séculos futuros se não reúne em si, de certo modo, os séculos passados. Se ela nascesse toda e integralmente hoje (isto é, em sua atualidade), não desse continuidade ao passado e não mantivesse com ele um vínculo substancial, não poderia viver no futuro. Tudo o que pertence apenas ao presente morre juntamente com ele. (BAKHTIN, 2003, p. 363).

Com isso, uma hemeroteca digital é resultado de um trabalho de diversas fontes de diferentes tempos e não só fruto da era digital. Sem a invenção da escrita, da imprensa, ou mesmo da descoberta da eletricidade, a digitalização dos jornais não seria hoje uma realidade. É preciso, então, observar que a hemeroteca digital não é fruto de um contexto imediato, mas de um longo processo de maturação tecnológica. Da mesma forma, os posicionamentos discursivos identificáveis na linguagem de uma hemeroteca, bem como dos jornais que ela comporta, têm suas origens não no contexto imediato, mas são resultados de um processo histórico. Daí a importância de estudar os posicionamentos discursivos dos jornais na época do regime militar para podermos compreender como tais posicionamentos se refletem hoje na hemeroteca digital.

Entretanto, Bakhtin, observando a temporalidade numa obra literária reflete que “As grandes obras da literatura são preparadas por séculos; na época de sua criação colhem-se apenas os frutos maduros do longo e complexo processo de amadurecimento” (BAKHTIN, 2003, p. 362). Bakhtin refere-se à necessidade de se observar a obra inserida no grande tempo, como fruto de discursos construídos em meio a séculos, impelindo-nos a ir além do contexto imediato das novas tecnologias e do passado considerado recente da ditadura militar.

A partir da perspectiva de uma grande temporalidade, é possível notar que os dizeres que refletem o posicionamento de dada hemeroteca (seja pública ou privada) são remanescentes de uma secular luta de classes entre a elite, detentora do discurso oficial, e a classe dominada, portadora do discurso de resistência. Os posicionamentos refletidos nos jornais, e posteriormente nas hemerotecas digitais, são produto do jogo de interesses forjado por séculos na história do Brasil, além de serem passíveis de deslocamentos conforme seus interesses, marcando o inacabamento dos sujeitos e de suas posições. Com isso, a pequena temporalidade (que abrange desde o golpe militar até os dias de hoje) reflete o grande tempo (desde a colonização do Brasil), em que os posicionamentos discursivos (como observamos nos capítulos anteriores) deslizam conforme os interesses de classe em que os mesmos se inserem.

5.4.2 Hemeroteca digital e interação

Interação é a palavra-chave para o ciberespaço, da mesma forma que o é para os estudos bakhtinianos. Para Bakhtin, os signos são produtos “(...) do processo de interação de uma consciência individual e uma outra. (...) A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (...) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social.”(BAKHTIN, 2006, p. 32). Ou seja, toda comunicação verbal e não verbal é resultante da interação de, no mínimo, dois sujeitos, que falam e respondem ativamente. Confirmando a teoria bakhtiniana, o ciberespaço estrutura-se sob a égide da interatividade. Sendo o ciberespaço o termo que significa “não apenas a infraestrutura material da comunicação digital mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (LÉVY, 2010, p. 17) - a interação, que sustenta a comunicação, torna-se fator elementar para o discurso na rede.

Lévy (op. cit., p. 81) nos diz que “o termo “interatividade” em geral ressalta a participação ativa do beneficiário de uma transação de informação”. Dessa forma, tendo em vista as diferentes mídias existentes hoje, ele classifica três tipos de interatividade, sendo o rádio, a televisão, a imprensa e o cinema o grupo da difusão unilateral, em que, embora o destinatário possa responder ativamente no momento em que assiste ou lê, não é possível modificar o modelo. Outro grupo é o do diálogo, da reciprocidade, no qual se inclui o telefone que permite resposta imediata entre os interlocutores, embora com algumas limitações, como número de interlocutores reduzidos e uso majoritário da audição. Já outro conjunto envolve o diálogo entre vários participantes, e aqui se encontra a comunicação em rede eletrônica, na forma de correio eletrônico, as salas de bate-papo, o MSN, entre outros, que viabilizam a interação entre dois ou mais interlocutores ao mesmo tempo e que instigam outros sentidos além da audição, como a visão, por exemplo.

Diante disso, é possível perceber que a interação viabilizada pela internet é potencializada, permitindo o intercâmbio de informações oriundas e destinadas a múltiplos interlocutores simultaneamente, utilizando-se de materiais verbais e/ou não verbais, numa profusão de imagens e sons. Ao lado do telefone, a internet rompe com o pressuposto de via única de comunicação (emissor – mensagem- receptor) e exige interlocutores/leitores mais ativos que o leitor em papel, dado que “(...) ler em tela é, antes mesmo de interpretar, enviar um comando a um computador para que projete esta ou aquela realização parcial do texto sobre uma pequena superfície luminosa”(LEVY, 2007, p. 40). A mídia interativa mostra, então, que a resposta do destinatário é tão importante quanto a emissão do dizer.

Na rede eletrônica, o leitor/internauta constrói sua própria leitura, escolhendo o que quer pesquisar. Numa hemeroteca digital, embora recursos como *chat on-line*, envio de sons e mural de recados permitam uma resposta mais direta não se façam presentes, o leitor/internauta tem a liberdade de escolher o exemplar do jornal por ele mesmo, sem a necessidade de pedir ajuda a terceiros. Além disso, ele pode manipular o material eletrônico de forma que em uma hemeroteca tradicional seria impossível, como ampliar ou reduzir a imagem, cortar fragmentos do jornal e colá-los onde lhe convém, fazer montagens e em alguns casos, até melhorar a imagem. A hemeroteca em ambiente digital potencializa a interação entre o pesquisador e o jornal histórico, exigindo do leitor uma postura ativa, agente da pesquisa e da leitura, costurada em saltos por *hiperlinks* e *downloads*. É o internauta/leitor que dá acabamento ao texto dos jornais

digitalizados, (re)significando-os e complementando os sentidos com outros textos, digitais ou não, construindo uma leitura só sua, irrepetível no espaço e tempo, transformando fragmentos de textos, jornais velhos, *bits e bytes* em enunciado(s).

Como já dito no capítulo 2, o enunciado é um evento que não se repete, e provém de um sujeito ativo e responsivo, já que “aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado de palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores” (BAKHTIN, 2006, p.151). E a internet reflete esse caráter ativo e responsivo dos interlocutores, que nem sempre se encontra visível em outros meios de comunicação.

Espaço que materializa o tempo, os sites que abrigam as hemerotecas estão abertos à ação do internauta. Entretanto, é preciso ressaltar que tal ação tem restrições, pois o internauta comum somente pode agir sobre determinados campos e executar certas funções, dentro dos limites impostos pelo criador do site. Embora a hemeroteca digital proporcione maior liberdade de ação para o sujeito-pesquisador que a hemeroteca tradicional, há determinadas construções que o limitam, impedindo-o de acionar certos comandos. O sujeito-pesquisador, por exemplo, não pode apagar um ícone ou remover uma propaganda, pois o sujeito-criador do site não lhe concedeu permissão para executar tal função, no momento da construção do site.

Dessa forma, nosso interesse recai justamente sobre os limites, o que o sujeito-internauta comum não pode modificar, que é o conjunto de signos (palavras e imagens) que discursivizam o site e, conseqüentemente, marcam seu posicionamento sobre o material que abrigam. Diante disso, analisaremos a seguir os sites que conservam os acervos digitais do jornal UH e do OESP – pois, das hemerotecas digitais pesquisadas, apenas duas discursivizam a ditadura militar brasileira – e observaremos as marcas discursivas presentes no espaço que não pode ser alterado diretamente pelo sujeito-pesquisador.

5.5 Análises dos sites

O fundo UH, pertencente ao acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, possui 166 mil fotografias, 600 mil negativos, 2.223 ilustrações e uma coleção de edições do jornal UH do Rio de Janeiro que abrangem o período de 1951 a 1970 (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011). Dessa coleção, foram digitalizadas 36.000 páginas que resgatam o período entre 1º de outubro de 1955 e 30 de dezembro de 1969. O tratamento do acervo digitalizado, que ainda está em andamento,

deveu-se a funcionários de uma empresa de processamento de dados (a AMD – Advanced Micro Devices) e do Arquivo Público, “que separaram as edições, limpam, microfilmaram e digitalizaram os arquivos, além de colocá-los na web, e três servidores baseados em processadores AMD Opteron responsáveis pelo armazenamento de dados, hospedagem do site e suporte à infraestrutura de rede” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011). O projeto foi iniciado em 2008 como forma de homenagear os 200 anos da imprensa brasileira. A partir disso, observamos a seguir o site do Arquivo Público do Estado que abriga a hemeroteca digital do jornal Última Hora do Rio de Janeiro:



Figura 37: Página inicial do site do Arquivo Público do Estado de São Paulo

O fundo do jornal Última Hora encontra-se em destaque no rodapé da página do site do Arquivo Público do Estado de São Paulo, somente com o dizer “Última Hora”. Apenas as letras desse dizer encontram-se em cores, tendo por fundo a confluência de duas imagens em preto e branco, em que um exemplar de jornal com um efeito de transparência cobre parcialmente a imagem de um grupo de homens engravatados que remontam à memória de uma reunião de caráter político. A imagem do jornal que recobre parcialmente o grupo remete a vários sentidos, dentre eles a ilusão de que o discurso do jornal é transparente, apontando para uma suposta fusão com a realidade, dado que não é possível delimitar onde começa o jornal e onde termina a fotografia (LAMPOGLIA, MIOTELLO, ROMÃO, 2011). Tendo a foto como objeto de fusão com o jornal, é possível também inferir o sentido de recorte da realidade, em que o jornal

cobre apenas parcial e superficialmente uma parte dos fatos, não sendo possível retratá-la em sua completude, no todo.

Apesar de o jornal Última Hora existir desde 12 de junho de 1951, o fundo possui digitalizado apenas os exemplares de 1955 a 1969, considerando-se que o projeto de digitalização encontra-se em andamento. Observa-se que o ícone que remonta ao fundo UH não está isolado na página, mas encontra-se ao lado de vários ícones, todos tratando da questão da memória, dentre eles destaca-se a do projeto “Memórias Reveladas”, referente à elaboração de um banco de dados sobre as lutas políticas no Brasil, durante o governo militar. Ao passar os ícones, acionando a flecha indicativa, revelam-se mais dois projetos de digitalização, um referente à “Memória da Imprensa”, e outro intitulado “Viver em São Paulo”, com variados tipos de fontes históricas digitalizadas sobre o estado de São Paulo. Dessa forma, observa-se a heterogeneidade de dizeres que constroem o site, vozes oriundas de diferentes regiões de sentido, da história da educação, da imigração até a ditadura militar. Além disso, o fundo Última Hora, posicionado em meio a outros projetos de digitalização e entre arquivos da imprensa e da ditadura militar, é enfocado como documento histórico, encontrando-se lado a lado com projetos que tratam da digitalização de documentos oficiais (LAMPOGLIA, MIOTELLO, ROMÃO, op. cit.). Com isso, o fundo Última Hora mobiliza sentidos que se aproximam de documentos históricos, dado que se encontram no mesmo sítio e numa posição nivelada entre os ícones. O posicionamento de documento histórico, entretanto, remonta a sentidos de realidade dos acontecimentos, esquecendo-se de que a notícia é uma narrativa dos fatos, construída por sujeitos posicionados em determinada formação discursiva e ideológica, e não o acontecimento em si.

Notamos, também, a materialização do tempo no espaço, com a marca de várias temporalidades num mesmo espaço eletrônico. Documentos do século XIX e XX, que foram distanciados entre si pela ação do tempo e do espaço, se encontram num mesmo sítio digital do século XXI. De forma análoga, vozes oriundas do setor de educação, imigração, imprensa, da ditadura militar e até mesmo da vida em São Paulo se encontram num mesmo espaço, formando um coro orquestrado por vozes heterogêneas que compõem o discurso do site do Arquivo Público do Estado. Este site constitui num espaço polifônico, em que se encontra um conjunto de vozes equipolentes, já que não vemos a sobreposição de uma voz sobre as outras, além de percebermos a

independência das mesmas entre si. Tal noção é recuperada dos estudos de Bakhtin acerca dos romances de Dostoiévski, em que

Não é a multiplicidade de caracteres e destinos que, em um mundo objetivo e uno, à luz da consciência uma do autor, se desenvolve nos seus romances; é precisamente a multiplicidade de consciências equipolentes e seus mundos que aqui se combinam numa unidade de acontecimento, mantendo a sua imiscibilidade (BAKHTIN, 2008, p. 4-5)

Em sequência, ao clicar sobre o ícone do jornal Última Hora, a seguinte página surge na tela:



Figura 38: Página inicial do fundo Última Hora

No centro da página inicial do fundo Última Hora há um texto em que se encontra uma breve descrição do fundo UH e da formação imaginária do público-alvo do site, quais sejam, estudantes técnicos sobre *design*, jornalismo, ciências políticas e história (ANEXO Q). Sendo construído visando ao público estudantil, três das seções do menu localizado à esquerda da página (como as seções Jornais, Ilustrações e Fotografias) remetem a páginas de pesquisa, em que o elemento de busca em comum é

o tempo – por período de anos ou por uma data específica. Na secção “Arquivo publicou”, há uma lista de artigos sobre o fundo UH publicados na Revista Histórica – Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, destacando textos de possível interesse para o pesquisador do fundo. Na secção “Galeria”, existe uma coleção de fotos de/sobre o UH, e nos “Temas em UH” remete a um texto sobre Copas do Mundo entre 1954 e 1970, com as respectivas notícias em UH. Já na secção “Tratamento do acervo”, há uma breve descrição dos métodos utilizados para a digitalização do acervo de jornais e fotografias referentes ao jornal Última Hora.

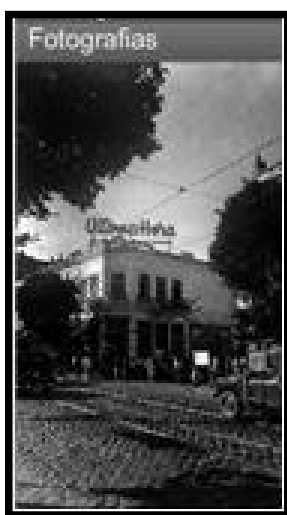


Figura 39:
Fotografias



Figura 40: Jornais



Figura 41:
Ilustrações

No lado direito da página, encontramos três secções que se movimentam, secções estas que remetem às páginas de pesquisa de Jornais, Ilustrações e Fotografias, as mesmas que constam no lado esquerdo do menu. Por sua recorrência, entendemos que tais secções são o enfoque do site, que é voltado à pesquisa. Notamos que, em cada secção do lado direito, há uma ilustração que a representa. Na secção “Ilustrações” encontra-se uma charge em que Mao surge como um dragão e Brejnev como uma fera, e os dois personagens ameaçam-se mutuamente. Na secção “Fotografias”, aparece uma foto do prédio de UH, em que os carros que passam e os trilhos de bonde indicam ser uma foto antiga, aproximadamente da década de 1950. Já na secção “Jornais”, há uma capa da edição matutina do jornal UH de 27 de setembro de 1966, em que consta a manchete “Jovens brasileiros não aceitam ditadura”.

Observamos que a escolha que o sujeito faz para ilustrar a secção é feita de modo ideológico e, com isso, ao escolher esta capa, o sujeito silencia outras capas que

remetem a outros sentidos e, ao mesmo tempo, marca a imagem que o sujeito faz do jornal, como de resistência à ditadura, já que a manchete ressalta a oposição ao regime. Ao marcar a aversão dos jovens ao governo militar, o jornal silencia dizeres a favor dessa ditadura, fazendo circular sentidos de insatisfação popular em relação ao governo e silenciando setores que o apoiam. Entendendo-se que o contexto era de censura, autoritarismo e violência, publicar tal capa remete a sentidos de oposição, resistência e bravura, já que eram poucos que ousavam se opor (ou ressaltar a oposição) ao governo. Dessa forma, o site posiciona o jornal como de enfrentamento ao poder autoritário e de rechaço à ditadura militar.

Ao clicar sobre a secção “Jornais”, temos a seguinte página:



Figura 42: Secção Jornais do acervo Última Hora

Nessa página, há uma breve apresentação do projeto de digitalização e do jornal UH. Nessa explanação, o site destaca momentos históricos noticiados pelo jornal, como a morte de Getúlio Vargas, a primeira vez que o homem pisou na lua e o Golpe de 1964.

Observamos aqui que o termo utilizado foi “Golpe” e não “revolução”, marcando o posicionamento do site como de rechaço a esse período de nossa história, além de marcar a imagem desse período para o sujeito-criador do site. Ao clicar sobre o item “Pesquisar edições”, localizado ao lado da imagem de dois jornais digitalizados, somos remetidos a esta página:

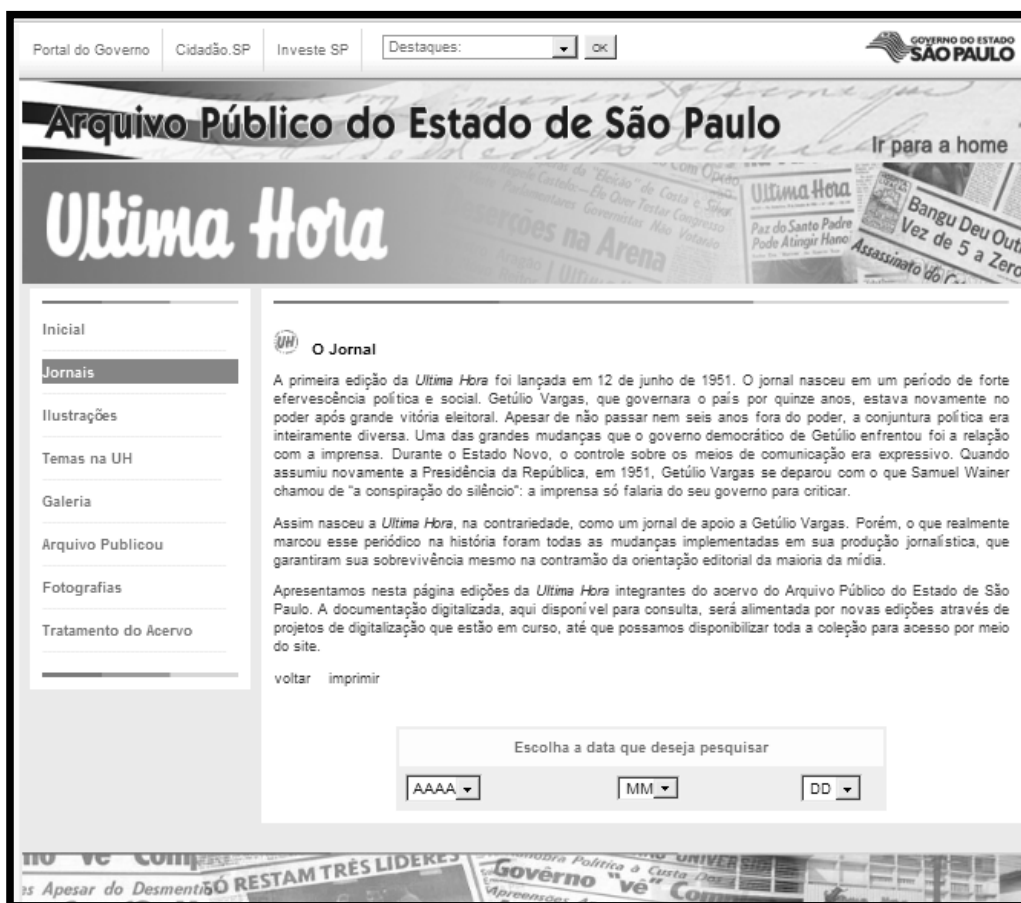


Figura 43: Secção de pesquisa

Nessa página, há uma breve contextualização do período em que UH foi lançado, destacando o apoio de UH a Getúlio Vargas, posicionando o jornal como “na contramão da orientação editorial da maioria da mídia” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011, p. 1). No rodapé, podemos ver a forma de busca por data, única maneira de recuperar os arquivos digitalizados. Aqui vemos que as datas significam, produzindo sentidos conforme a memória discursiva do sujeito-pesquisador.

O próximo site a ser estudado é o site Estadão.com.br, mais precisamente a seção “especiais”:



Figura 44: Página da secção “1968: Mordança no Estadão” do Portal Estadão

O jornal O Estado de S. Paulo não possui, até o momento, uma hemeroteca digital com todos (ou grande parte de) seus exemplares disponíveis na internet. Mas possui um pequeno acervo digitalizado cuja temática é a censura no jornal durante a ditadura militar brasileira. Este acervo faz parte da mostra “1968: mordança no Estadão”, um dos temas da exposição “1968 – 40 Anos Utópicos e Rebeldes – A Geração Que Disse Não”, que aconteceu no período entre 19 de junho e 06 de julho de 2008 na Cinemateca Brasileira, em São Paulo (ESTADÃO, 2008). O site, cujo nome é o mesmo da mostra, recupera 40 recortes de jornal – dentre manchetes, notícias, pequenas notas, entre outros – dos três volumes com quase mil páginas (ESTADÃO, op. cit.) referentes a matérias censuradas na época do regime militar. Nota-se que, das milhares de matérias censuradas, apenas 40 foram selecionadas para compor o site, sendo as demais silenciadas.

No topo da página, podemos ver os dizeres “Nas páginas do Estadão, a luta contra a censura”, apontando para sentidos de confronto de vozes e de resistência por parte do jornal à censura instaurada pela ditadura. O próprio título do acervo digitalizado também é rico em sentidos, já que a data “1968” remete ao endurecimento do regime militar por se tratar do ano do AI-5. Na sequência, o “mordança no Estadão” remete a sentidos de tortura, cerceamento da liberdade (sobretudo a de expressão), violência e brutalidade em relação ao jornal. A mordança também remete a sentidos de

resistência, já que só é amordaçado quem resiste ou se rebela a alguém ou a algo. Entretanto, podemos perceber que determinados dizeres silenciam outros, em que ao posicionar-se resistente à censura (e conseqüentemente ao regime que a implantou), o jornal silencia os anos em que apoiou o golpe e sua instauração. Corroborando isso, notamos que o ano de destaque é 1968 e não 1964, ano do golpe militar. Com isso, percebemos que 1968 não aponta apenas para os sentidos do recrudescimento da ditadura e da censura à imprensa, mas também marca a data em que o jornal rompe com o governo militar, pois este último rompeu o contrato tácito da política do liberalismo, ao implantar a censura nas redações de OESP. Abaixo da página, temos o seguinte anúncio:



Figura 45: Parte inferior da seção especial

O anúncio, referente ao Instituto Millenium, coloca em movimento os dizeres “Democracia”, “Liberdade”, “Estado de Direito” e “Economia de mercado”, ditos esses que dialogam com o discurso da página do acervo digitalizado, ao mesmo tempo em que põe em movimento dizeres cujos sentidos fazem referência a valores burgueses, remontando, mais uma vez, à memória discursiva do liberalismo.

Retornando ao acervo eletrônico, ao clicar em “entrar”, temos a seguinte página:



Figura 46: Página de entrada da pesquisa

A página possui, em sua parte superior à data do exemplar, uma nota explicativa sobre o que se censura, seguida por um campo que direciona para outros exemplares através de datas predeterminadas, em que o sujeito-leitor pode escolher um dia, dentre aqueles disponíveis, e visualizar a notícia ou manchete que foi censurada. Nessa página de abertura, atravessando o jornal, há a inscrição dos dizeres “Edição apreendida” em vermelho, indicando sentidos de alerta, perigo e subversão.

As três primeiras páginas, duas referentes ao dia 13 de dezembro de 1968 e uma de 14 de dezembro de 1968, apresentam apenas as edições que foram apreendidas, enquanto as demais páginas apresentam a versão censurada e a publicada. Tal forma de organização não somente aponta para sentidos de ordem cronológica, mas também para a gradação da censura, da maneira mais radical e custosa para o jornal – pois a apreensão do material já impresso implica no prejuízo dos custos da publicação como papel, tinta, entre outros, além da perda do tempo e trabalho de cada funcionário, desde jornalistas e editores até entregadores do jornal – até a menos dispendiosa, com uma parte de uma matéria censurada antes da impressão do jornal. Além disso, remontando a sentidos de semáforo de trânsito, os dizeres “Edição apreendida” e “Edição censurada” estão escritos em vermelho, indicando sentidos de interrupção, repressão e proibido, enquanto que os dizeres “Edição publicada” está em verde, apontando para sentidos de passagem livre, consentimento e permissão para passar.

Os dizeres na parte superior da página, que remetem ao discurso do jornal censurado, influenciam no modo de se ler o material silenciado, fornecendo a ilusão de uma “condensação” do dizer que não circulou. Na página do dia 30 de março de 1973, aparece o seguinte dizer na parte superior da página:

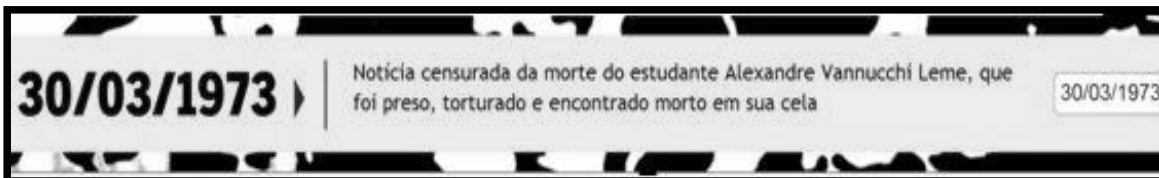


Figura 47: Cabeçalho introdutório de notícia

Tal dizer remete à violência e à covardia do regime, ao destacar a repressão contra um estudante, que ideologicamente é posicionado como jovem e indefeso. Notamos também a gradação da violência, em que o sujeito-estudante é preso, torturado e encontrado morto em sua cela, marcando que o jovem estava nas dependências do poder público, quando lhe fora tirada a vida. O dizer assim posto remete a sentidos de que o jornal assim dispunha o ocorrido, denunciando a morte do estudante pelas mãos dos militares. Entretanto, o dizer que se refere às circunstâncias da morte do estudante e que se encontra na matéria censurada é o seguinte:

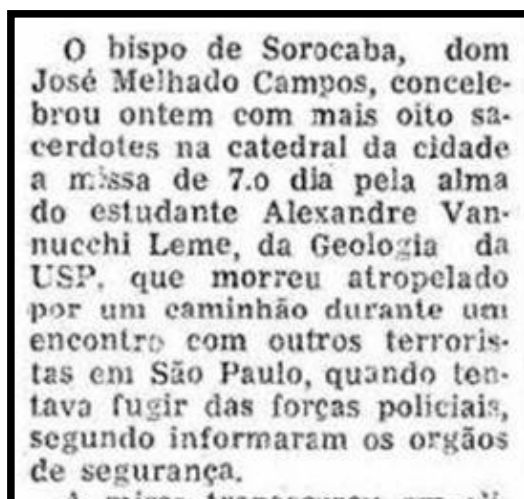


Figura48: Recorte de notícia censurada sobre a morte de Alexandre

Com isso, para um leitor que passa pelas páginas rapidamente, sem utilizar o recurso de aproximação e ler a matéria em sua íntegra no jornal, pode ter a ilusão de que o dito da parte superior da página corresponde ao que está escrito na matéria censurada, como se o sujeito-jornalista confrontasse a ditadura de maneira a denunciar a tortura e a

violência do regime. Entretanto, os dizeres da parte superior da página apagam os dizeres de que o jornalista descreveu a morte do estudante segundo a fonte oficial dos órgãos de segurança. Embora se privilegie a voz oficial na matéria, há também a presença da voz de resistência representada pela Igreja, mas em momento algum não se menciona a prisão, tortura e morte do estudante nas dependências da polícia (ANEXO K). O dizer do cabeçalho, contudo, embora indique sentidos de “resumir” a notícia, atua como um dizer que atualiza sentidos na memória discursiva, já que se encontra em um cronotopo e em um contexto diferente da época retratada pelo jornal. E é essa forma de atualização de sentidos que nos interessa, pois dessa forma temos acesso ao posicionamento do jornal hoje em relação à censura da ditadura militar e, em consequência, ao próprio regime. A posição que o site coloca o regime militar pode ser visto no cabeçalho da página do dia 17 de abril de 1973, em que temos:

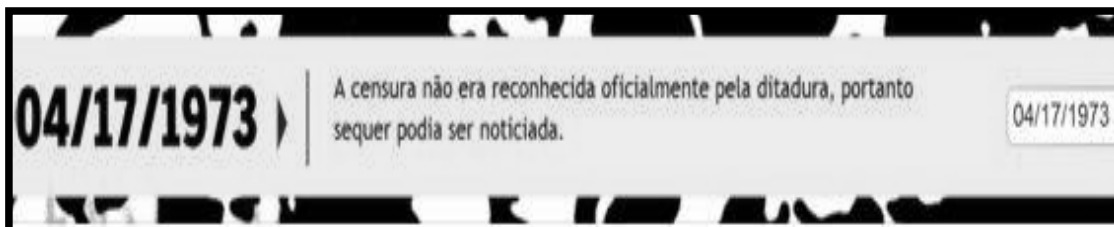


Figura49: Cabeçalho introdutório de notícia

Aqui, o governo militar é colocado na posição de ditadura, diferentemente da concepção tida pelo jornal na época do golpe, em que se posicionou favoravelmente à derrubada de Jango e à tomada do poder pelos militares. Já no cabeçalho do dia 10 de maio de 1973, os dizeres são:

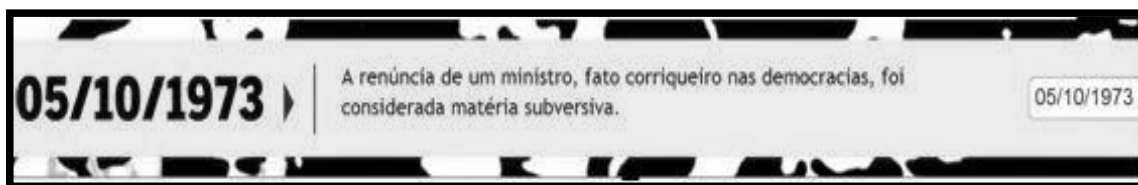


Figura 50: Cabeçalho introdutório de notícia

Observamos aqui que a concepção de democracia é tida como incompatível com a ditadura, o que na época não o era, considerando-se a cartilha liberalista. Notamos também a formação imaginária do que era censurado, como material subversivo,

apontando sentidos de insubordinação ao poder constituído (FERREIRA, 1993, p. 517), como se a matéria como um todo, relacionada à renúncia do ministro Cirne Lima, afrontasse diretamente o governo. Entretanto, a censura recaiu apenas ao título da matéria e não a toda a matéria, pois a primeira versão remetia a determinados sentidos indesejáveis ao regime. Nota-se que o corpo da notícia, em si, consta na edição publicada (ANEXO R e ANEXO S).

Nos seguintes cabeçalhos, podem ser encontradas marcas discursivas que indicam a formação imaginária do jornal quanto ao seu objeto, qual seja, a censura e, conseqüentemente, a ditadura que a empregava:

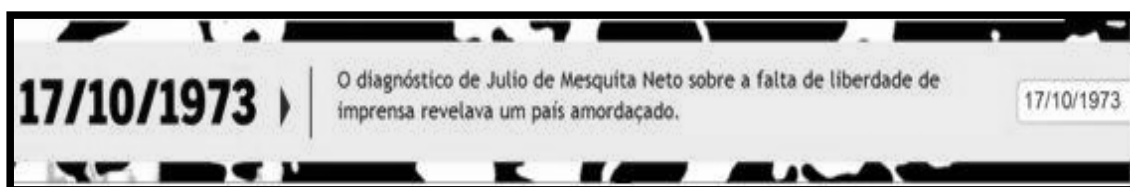


Figura 51: Cabeçalho introdutório de notícia

Aqui, os dizeres produzem sentidos de repressão e tortura, em que a censura do governo militar dominava o Brasil, já que o país estava amordaçado, sufocado, preso e acuado pela censura. A palavra “amordaçado” também recupera sentidos de ser calado contra a vontade, como uma imposição de um sujeito-dominador a um sujeito-dominado. No próximo trecho do seguinte cabeçalho, encontramos:

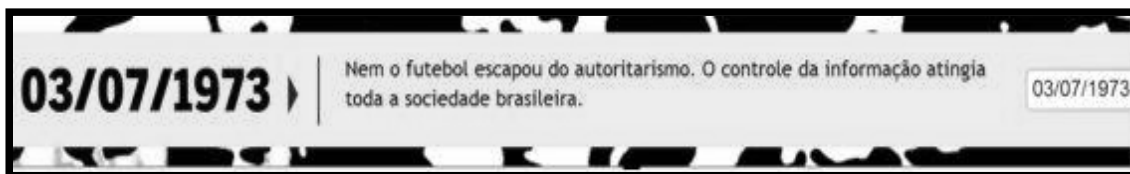


Figura 52: Cabeçalho introdutório de notícia

Nesse trecho, é possível identificar mais algumas pistas da formação imaginária do sujeito que escreveu o site em relação ao seu objeto. “Autoritarismo” e “controle da informação” indicam o caráter autoritário do regime e da censura que se impunha sobre a imprensa. Com isso, podemos perceber que a imagem que o sujeito constrói da ditadura militar é de um período obscuro, autoritário, ditatorial, em que a censura era a expressão do autoritarismo do governo militar. Ao focar a censura do período, o jornal acaba por criticar também o regime que a instaurava, posicionando-se contra a ditadura da época.

Observando a forma com que o sujeito observa e fala sobre seu objeto, é possível notar a imagem que o sujeito faz de seu interlocutor. Dessa maneira, ao posicionar o regime militar como ditadura, infere-se que o sujeito-leitor também tenha essa postura em relação ao governo militar, e os dizeres de sentidos negativos sobre a censura sejam também compartilhados por seu interlocutor.

Assim, a imagem do interlocutor é de um sujeito que sabe lidar com a informática, informado em relação aos conflitos presentes e passados dentro do país e ciente da história do Brasil, em especial a do período militar. Com isso, ao projetar a imagem do interlocutor como aquele que tem interesse sobre a censura na imprensa e se posiciona contrário a ela, o sujeito-redator/criador do site disponibiliza no canto superior esquerdo da tela uma pequena aba em que marca “Há 678 dias sob censura”, que instiga o sujeito-leitor a buscar as razões que levaram o jornal ao silenciamento, incentivando-o a clicar na aba:



Figura 53: Página inicial do Portal Estadão: destaque para a aba “Há 678 dias sob censura”

Observamos que tal dizer não se encontra em outras páginas do site, apenas no especial “1968 – Mordça no Estadão”, formando a imagem de que, se o sujeito-leitor se interessa por censura na ditadura militar, é provável que se interesse pela censura sofrida pelo jornal nos dias de hoje, antecipando, assim, a reação do interlocutor e instigando-o a saber mais. Essa aba, marcada em tamanho pequeno, quase imperceptível ao olhar menos atento do sujeito-leitor, faz falar sentidos de resistência do jornal à censura, relutância essa que é construída discursivamente pelo jornal como histórica, já que a página apresenta as marcas da censura na ditadura militar. A aba, que conta os dias sob censura como em um cronômetro, atualiza a memória discursiva da censura no jornal, marcando os dias que já foram e que estão sendo silenciados.

A concisão dos dizeres “Há 678 dias sob censura” marca um silêncio que provoca inquietação no sujeito-leitor, que ao clicar na aba, visualiza a seguinte página:



Figura 54: Página Especial de 1 ano sob censura

Nessa página, encontra-se toda uma reportagem sobre a censura impetrada contra o jornal, com *links* que remetem à explicação do caso que levou à censura com linha do tempo, como forma de fazer com que o sujeito-leitor tenha acesso, passo a passo, aos acontecimentos, fazendo falar a ilusão de transparência dos fatos. A censura ao jornal OESP e de seu site é devido à decisão do desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), que proibiu os referidos veículos de comunicação de publicar reportagens que contivessem informações da Operação Fator, mais conhecida como Boi Barrica (ESTADÃO, 2010). Notamos que no ícone “Repercussão” há 10 depoimentos de sujeitos ideologicamente autorizados a falar sobre o assunto, como advogados, sociólogos, jornalistas, filósofos, dentre outros, todos contra a censura do jornal, compondo um discurso aparentemente homogêneo a favor desse periódico.

A partir disso, podemos ter acesso à imagem que o jornal tenta construir de si mesmo, como um jornal historicamente marcado por conflito de vozes e silenciamento. Também podemos acessar a imagem que o jornal imagina que o interlocutor tem do periódico, como um jornal combativo, destemido, que não se intimida frente à imposição do silêncio, seja na época da ditadura militar, seja nos dias de hoje.

Com isso, podemos considerar que o site do APESP que abriga o fundo Última Hora recupera o posicionamento do jornal em relação à ditadura militar e corrobora o mesmo, marcando dizeres de rechaço em relação ao governo dos militares. Observamos que o acervo encontra-se em uma instituição pública, fazendo falar, assim, também o posicionamento dessa instituição.

Já o acervo digitalizado, sobre a censura no regime militar do jornal OESP, é abrigado pelo Portal Estadão, site da empresa privada OESP. O posicionamento do site é coerente com o posicionamento tomado pelo jornal a partir de 1968, entretanto, silencia sua posição em relação ao golpe militar e aos primeiros anos do regime, construindo, assim, uma imagem de um jornal combativo e democrático, porém (e o que fica silenciado) dentro dos limites do liberalismo.

Considerações finais



Fernando Botero. Série Abu Ghraib. 2005. Óleo sobre tela.

*“O que é regime de exceção? Depende:
na Espanha é a democracia.”*

Jaguar, humorista, no contexto da
Espanha do general Franco.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos até aqui a importância dos jornais na formação ou destituição de governos, bem como na influência que o discurso jornalístico tem sobre as massas. Também pudemos observar que o discurso do jornal não é neutro, imparcial, mas é tocado pela ideologia, seja de forma a influenciá-lo, como postula a teoria bakhtiniana, ou dominá-lo, conforme os preceitos pechetianos. Com isso, notamos que o discurso, em especial o jornalístico, é construído a partir de um ponto de vista (como diria Bakhtin), de um posicionamento (como diria Pêcheux) e é moldado conforme seu interlocutor.

Diante do material pesquisado, pudemos perceber como os jornais se posicionam, através da linguagem, diante do golpe e do governo militar, sendo o UH o único, dentre os jornais coletados, a manter sua posição de rechaço ao golpe, durante o período analisado. Já os jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil mostraram-se inicialmente complacentes ao golpe de Estado. Entretanto, ao focarmos o jornal O Estado de S. Paulo, notamos que, em dado momento, seu posicionamento em relação à ditadura muda, tornando-se gradativamente de oposição à mesma.

De oposição ao governo militar, o UH posicionava-se como aliado do trabalhador, denunciando a inflação e a crise econômica que afetavam o trabalhador, embora, em alguns casos, marcasse o imobilismo do mesmo. A ditadura, em si, como sistema de governo, não era incompatível com a formação discursiva do jornal, desde que esta ditadura fosse arraigada de princípios filosóficos e defendesse os interesses da classe trabalhadora. Como o governo militar reunia interesses das classes abastadas, o discurso do novo regime não compartilhava da mesma FD que o jornal, resultando num conflito de vozes.

Enquanto isso, a imprensa majoritária, salvo raras exceções, solidarizara-se ao golpe, já que compartilhava da mesma FD de favorecimento à elite. Entretanto, ao tornar-se mais centralizador e autoritário, ocupando dessa forma uma terceira FD, a imprensa, no caso OESP, antes aliada, paulatinamente torna-se opositora. Com isso, notamos que os posicionamentos não se encontram prontos e acabados, mas constroem-se em relação ao outro.

Esses conflitos de vozes ressoam hoje nas instituições que abrigam esses acervos, marcando ou direcionando sentidos sobre as posições ocupadas pelos jornais. Diferentemente dos jornais, que são atingidos apenas pelo contexto da época e dos acontecimentos passados, a hemeroteca é afetada também pelas reflexões sobre os acontecimentos subsequentes da publicação do jornal, sendo construídas visando a um dado objetivo e silenciando dizeres em favor de outros. Isso pode ser visto ao flagrarmos as “lacunas” presentes no acervo, em que edições de determinado dia não estão disponíveis, ficando em seu lugar um espaço em branco (como no caso do acervo do Jornal do Brasil) ou a supressão da data (como no fundo Última Hora). Esses “furos” no acervo viabilizam o espaço para significação, dado que o silêncio significa (ORLANDI, 2007). Sendo assim, essa ausência de algumas edições pode significar uma falha técnica, um material em más condições de digitalização, dentre outros. Mas também pode sinalizar a escolha do sujeito responsável pelo acervo que, tendo em vista o período de tempo disponível para digitalizar o material, preferiu colocar em rede uma determinada edição – com um discurso irônico, ousado – ao invés de uma que não apresenta tais características, formando assim um dado discurso sobre os jornais e os acontecimentos. Com isso, notamos que a hemeroteca é construída discursivamente e portadora de posicionamentos, diferentemente do que pregam algumas instituições (como a Folha de S. Paulo, por exemplo) que dizem reunir em seu acervo toda a história. Pela pesquisa aqui realizada, pudemos observar que a hemeroteca armazena uma parcela do recorte dos fatos, já que o jornalista faz um recorte do acontecimento para escrever a notícia, e a hemeroteca promove um novo recorte ao disponibilizar determinadas edições em detrimento de outras. Assim, notamos a importância das hemerotecas explicitarem seus objetivos e seu posicionamento aos sujeitos-leitores, como forma de romper com o efeito ideológico de que seu acervo abarca toda a história – mas sim uma parte dela.

Em vista disso, observando o material analisado, percebemos que o Portal do Estadão marca bem a questão da censura a que foi e continua sendo submetido, formando a imagem de uma mídia de resistência que denuncia a corrupção e o autoritarismo, seja em que sistema de governo for. Observamos que o discurso de OESP contra o autoritarismo da censura encontra-se mais ressaltado que no site da APESP, apesar de este último guardar um jornal que tinha uma postura bem mais combativa que o primeiro.

A memória discursiva de/sobre OESP, então, é atualizada e ressignificada, a fim de compor um discurso que seja coerente tanto com o postulado liberalista como com a FD do interlocutor contemporâneo, imaginariamente projetado como avesso ao autoritarismo e entusiasta da democracia e do direito de expressão. As marcas do posicionamento do jornal funcionam, dessa forma, como atrativos para o leitor que compartilha da mesma FD do jornal.

Com isso, enquanto o posicionamento do Arquivo Público do Estado de São Paulo em relação à posição de UH é marcado através de traços sutis, o de OESP dispõe em destaque, ao mesmo tempo em que silencia a época em que se solidariza ao regime. Mas seja de forma sutil ou bem marcada, os sites que abrigam os acervos digitalizados de jornais e revistas podem direcionar o olhar do leitor para seu acervo de maneira a privilegiar certos sentidos em detrimento de outros, influenciando o sujeito-leitor a realizar certos gestos de leitura e a ocupar determinadas regiões de sentido pré-sinalizados pelo site.

Assim, observamos que as hemerotecas e seus acervos possuem um dado posicionamento que pode influir no ponto de vista de leitores, como professores e alunos do Ensino Fundamental e Médio, que têm na hemeroteca a fonte para suas pesquisas. Ao marcar ideologicamente seu acervo como detentora da história, o posicionamento da hemeroteca pode afetar não somente o modo de conceber e interpretar os acontecimentos passados, mas também pode influenciar nas atitudes que os sujeitos-leitores terão no futuro, possibilitando que os erros do passado, porque silenciados, sejam novamente cometidos.

Referências bibliográficas



Fernando Botero. Série Abu Ghraib. 2005. Óleo sobre tela.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

AMARAL, M.F. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

AQUINO, M.A. de. **Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2011). Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/index.php>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

AUTHIER-REVUZ, J. Dialogismo e divulgação científica. In.: **Rua**: revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. N. 5, março de 1999. Campinas, SP.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In.: **Fala Múltipla** – Aspecto Retórico, Lógico, Enunciativo e Dialógico. Revue de Linguistique. Centre de Recherche de l'Université de Paris VIII. Paris, 1982.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro & João, 2010.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. São Paulo: HUCITEC, 2002.

BARTHES, R. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BERG, C. O. **Mecanismos do silêncio**: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984). São Carlos: EdUFSCar, 2002.

BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Unicamp, 1996.

BRANDÃO, H.H.N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 2006.

BRASIL. Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965. **Acervo da luta contra a ditadura**, Porto Alegre, RS, s.d. Disponível em: <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_3.htm>. Acesso em: 14 jun. 2011.

BRASIL. Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. **Acervo da luta contra a ditadura**, Porto Alegre, RS, s.d. Disponível em:
<http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_6.htm>. Acesso em: 14 jun. 2011.

BRASIL. Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. **Senado Federal**. Disponível em:
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo_norma=A IT&data=19681213&link=s>. Acesso em: 15 jun. 2011.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm>. Acesso em: 15 jun. 2011.

BUONOCORE, D. **Diccionario de bibliotecología**: términos relativos a la bibliología, bibliografía, bibliofilia, biblioteconomía, archivología, documentología, tipografía y materias afines. Buenos Aires: Marymar, 1976.

BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES. Comité de planification sur les normes de description. Les Règles pour la description des documents d'archives, Ottawa : Bureau Canadien des Archivistes, 1990.

BUSE, J. Hemeroteca sobre saques e invasões: do impresso ao digital. Amicus. 6ª Jornada sobre la biblioteca digital universitária JDBU. **Anais...** Disponível em:
<<http://www.amicus.udesu.edu.ar/documentos/6jornada/documentos/pdf/PONENCIA%20JULIANA.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

CEREJA, W. Significação e tema. In.: BRAIT, B. **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005

CLARK, K.; HOLQUIST, M. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CPDOC/FGV. Samuel Wainer. Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/samuel_wainer>. Acesso em: 14 jun. 2011.

DAS, S. Preservation of newspaper. **DESIDOC**: Journal of Library & Information Technology. V. 29, n. 1, jan. 2009, pp. 72-75. Disponível em:
<<http://publications.drdo.gov.in/ojs/index.php/djlit/article/download/234/143>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

DELAUNAY, E. Conservation et sauvegarde de la presse ancienne. **La presse et les périodiques em Lorraine XXXIII° - XX° Siecles**, Journées d'étude organisées par Médial, Université Nancy 2, Nov. 2006. Disponível em: <<http://www.univ-nancy2.fr/medial/pdf/textedelaunay.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

DOUGLAS, J. **Jornalismo**: a técnica do título. Rio de Janeiro: Agir, 1966.

DREIFUSS, R.A. **1964: A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUBOIS, J.; SUMPF, J. L'analyse Du discours. Langages, n. 13, mar. 1969.

ESTADÃO.com.br. A luta do 'Estado' contra a censura. Jun. 2008. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,,193707,0.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

ESTADÃO.com.br. Especial sob censura. Jul. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,especial-sob-censura,588346,0.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

FARACO, C. A. **Linguagem & Diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar, 2006.

FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FERREIRA, A.B.H. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FICO, C. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, C. **Como eles agiam**: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, L. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005.

FIORIN, J. L. **O regime de 1964**: discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988.

GADET, F. et al. Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In.: GADET, F., HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1993.

GRANJA, S.R. Heteroglossia, cronotopo, transgrediência e outras leituras bakhtinianas. **Rede de Letras**, 2006. Disponível em: <<http://www.estacio.br/rededeletas/numero18/mirante/texto2.asp>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

GRIGOLETTO, E. A noção de sujeito em Pêcheux: uma reflexão acerca do movimento de desidentificação. **Estudos da língua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 61-67, jun. 2005. Disponível em: <www.estudosdalinguagem.org/n1jun2005/artigos/grigoletto.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2011.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da "Análise automática do discurso" de Michel Pêcheux (1969). In.: GADET, F., HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1993.

- KINDERMANN, C.A. A reportagem jornalística no Jornal do Brasil: desvendando as variantes de gênero. **Dissertação de mestrado em Ciências da Linguagem**. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2003. Disponível em: <busca.unisul.br/pdf/69876_Conceicao.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2011.
- KING, E. Digitisation of newspaper at the British Library. **The Serials Librarian**, v. 49, n. ½, s.d. Disponível em: <<http://www.bl.uk/aboutus/acrossuk/worknat/full/newsplanarticle.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2011.
- LAMPOGLIA, F. Documentos da/sobre a ditadura militar brasileira: silenciamento e esquecimento de dizeres. Trabalho de conclusão de curso de Ciências da Informação e da Documentação. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP. Ribeirão Preto, 2009.
- LAMPOGLIA, F., MIOTELLO, V., ROMÃO, L.M.S. Sujeito e ideologia para Pêcheux e para Bakhtin: semelhanças e diferenças. **Versão Beta**, n. 60, ano IX, 2010.
- LAMPOGLIA, F., MIOTELLO, V., ROMÃO, L.M.S. As hemerotecas digitais discursivizadas na web: heterogeneidade discursiva e formação imaginária na rede. VIII Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e V Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online. **Anais...**, v. 1, n. 1, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.textolivre.org/viiiideosol/forum/107.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2011.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 2007.
- MACHADO, M.B.; JACKS, N. O discurso jornalístico. **Compós**: associação de programas de pós-graduação em comunicação. GT – Estudos de jornalismo, 2001. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2001/machado_jacks2001.rtf>. Acesso em: 14 jun. 2011.
- MALDIDIER, D. A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.
- MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MEDEIROS, C.M. de. O sujeito bakhtiniano: um ser de resposta. **Revista da Faculdade de Seridó**, v. 1, n. 0, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.faculdadedoserido.com.br/revista/v1_n0/artigo_celia_maria_de_medeiros.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2011.
- MIOTELLO, V. Ideologia. In.: BRAIT, B. **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

MIOTELLO, V. Compreendendo alguns conceitos bakhtinianos. **Versão Beta**, ano 1, V. 10, Nov. 2002.

NEGROPONTE, N. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

NOVO Manual da Redação – 1996. Folha Online, Círculo Folha. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_o.htm>. Acesso em: 14 jun. 2011.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 2007.

ORLANDI, E.P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, E.P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In.: ACHARD, P. et. al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2010.

PAVANI, C., JUNQUER, A., CORTEZ, E. **Jornal**: uma abertura para a educação. Campinas: Papyrus, 2007.

PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas (1983). In.: GADET, F., HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69) (1969). In.: GADET, F., HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In.: ORLANDI, E. (Org.) **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Unicamp, 1994.

PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In.: ZIZEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In. ACHARD, P. et. al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2010.

PETRILLI, S.; PONZIO, A. **Philosophy of Language, Art and Answerability in Mikhail Bakhtin**. Toronto: Legas, 2000.

PONZIO, A. **El juego del comunicar. Entre literatura y filosofía**. Valencia: Episteme, 1995.

PONZIO, A. Escritura de la novella y del cinema como crítica de La comunicación global. **Revista Signa**, n. 15, 2006. Disponível em:

<<http://descargas.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01361653177804209314802/030374.pdf?incr=1>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

PONZIO, A. **Procurando uma palavra outra**. São Carlos: Pedro & João, 2010.

PRATA, M. **Mas será o Benedito?**: dicionário de provérbios, expressões e ditos populares. São Paulo: Globo, 2003.

RIBEIRO, A. P. G. Há 50 anos, o Última Hora de Samuel Wainer revolucionava a imprensa. **Imprensa**, ano 14, n. 161, jun. 2001, pp. 52-55.

RODRIGUES, F. Folha põe na internet 90 anos de história em 1,8 milhão de páginas. 09 fev. 2011. In.: **Folha.com**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/877730-folha-poe-na-internet-90-anos-de-historia-em-18-milhao-de-paginas.shtml>>. Acesso em: 03 dez. 2011.

ROMÃO, L.M.S. O discurso jornalístico impresso e eletrônico. In: III ENANPOLL Encontro Nacional da Anpoll Produção do Conhecimento em Letras e Linguística: Identidade, Impacto e Visibilidade, 2008, Goiânia. Anais. Goiânia, 2008.

ROMÃO, L.M.S.; PACÍFICO, S. M. R. Da notícia ao discurso jornalístico: a tentativa de silenciar a heterogeneidade. **Verso e Inverso**: Revista da comunicação, ano XX, 2006, n. 44, Unisinos. Disponível em: <http://www.unisinos.br/_diversos/revistas/versoereverso/index.php?e=8&s=9&a=71>. Acesso em: 14 jun. 2011.

ROSADO, L. F. Uma proposta de interface entre dois domínios da análise de discurso: a linha francesa e a sua relação com a teoria crítica do discurso. **Ao pé da letra**, V. 5.2, jul./dez, 2003. Disponível em: <www.revistaaopepdalettra.net/volumes/vol%205.2/LUIS_R~1.PDF>. Acesso em: 16 de jun. 2010.

ROUSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANGEETA, K. Digitisation of newspaper: an easy Access to information. 4^o Convention Planner, 2006, Mizoram Univ., Aizawl, nov. 2006. Disponível em: <<http://shodhganga.inflibnet.ac.in/dxml/bitstream/handle/1944/1193/75-79.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

SANT'ANNA, A. R. de. **Paródia, paráfrase e cia**. São Paulo: Ática, 1991.

SAUSSURE, F. de. Curso de linguística geral. São Paulo: Cultrix, 2006.

SIKORSKI, F. O. Os atos institucionais como instrumentos de recrudescimento da ditadura militar brasileira entre 1964 e 1968. **Monografia**. Curitiba: UFPR, 2010. Disponível em: <http://www.historia.ufpr.br/monografias/2010/2_sem_2010/fernando_oliveira_sikorski.pdf>. Acesso em 01 jun. 2011.

SILVA, J. R. B. ; ROMÃO, L.M.S. Fotografias e legendas do jornal Brasil de Fato: discurso e ideologia. **Revista do GELNE** (UFC), v. 10, p. 33-44, 2008. Disponível em: <http://www.gelne.org.br/Site/Arquivos/RevistaGELNE/2008_Artigo3.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2011.

SMITH, A.-M. **Um acordo Forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOARES, G. A. D. A Censura durante o Regime Autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo**, v. 10, 1989. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm>. Acesso em 15 jun. 2011.

SOBRAL, A. Ato/atividade e evento. In.: BRAIT, B. **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

SOUZA, G.T. **Introdução à teoria do enunciado concreto**: do Círculo Bakhtin/Voloshinov/Medvedev. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

TRESCA, L. C. **Gênero informativo no jornalismo impresso**: o estado da arte no Brasil. V Congresso Nacional de História da Mídia, São Paulo, 31 de maio a 02 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0146-1.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2011.

ÚLTIMA Hora, p. 01, 01 abr. 1965, edição vespertina. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=1&mes=4&ano=1965&edio=10&secao=1>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

WAINER, S. **Minha razão de viver**: memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1988.

ZANDWAIS, A. **Perspectivas da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux na França**: uma retomada de percurso. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2009.

Referências de imagens:

Figura 1: Manifesto CEGT:

ÚLTIMA Hora, p.03, 01 abr. 1964, edição vespertina. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=1&mes=4&ano=1964&edio=10&secao=1>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

Figura 2: Manifesto em seu contexto:

ÚLTIMA Hora, p.03, 01 abr. 1964, edição vespertina. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=1&mes=4&ano=1964&edio=10&secao=1>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

Figura 3: Manifesto das Federações Nacionais dos Marítimos:

ÚLTIMA Hora, p.06, 01 abr. 1964, edição vespertina. Disponível em:
<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=1&mes=4&ano=1964&edicao=10&secao=1>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

Figura 4: Manifesto dos marítimos em seu contexto:

ÚLTIMA Hora, p.06, 01 abr. 1964, edição vespertina. Disponível em:
<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=1&mes=4&ano=1964&edicao=10&secao=1>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

Figura5: Manifesto da Ação Católica:

ÚLTIMA Hora, p.09, 01 abr. 1964, edição vespertina. Disponível em:
<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=1&mes=4&ano=1964&edicao=10&secao=1>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

Figura 6: Manifesto da Ação Católica em seu contexto:

ÚLTIMA Hora, p.09, 01 abr. 1964, edição vespertina. Disponível em:
<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=1&mes=4&ano=1964&edicao=10&secao=1>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

Figura 7: Manifesto da Ação Católica no contexto do Jornal do Brasil:

JORNAL do Brasil, 1º Cad., p. 05, 01 abr. 1964. Disponível em:
<<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640401&printsec=frontpage&hl=en>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 8: Manifesto da Marcha da Família com Deus pela Liberdade:

JORNAL do Brasil, 1º Cad., p. 12, 01 abr. 1964. Disponível em:
<<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640401&printsec=frontpage&hl=en>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 9: Manifesto em seu contexto:

JORNAL do Brasil, 1º Cad., p. 12, 01 abr. 1964. Disponível em:
<<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640401&printsec=frontpage&hl=en>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 10: Título de notícia:

ÚLTIMA Hora, p. 5, 09 abr. 1964, edição vespertina. Disponível em:
<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=9&mes=4&ano=1964&edicao=10&secao=1>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 11: Título de notícia:

ÚLTIMA Hora, p. 1, 19 ago.1964, edição matutina. Disponível em:
<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=19&mes=8&ano=1964&edicao=10&secao=1>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

Figura 12: Primeira página sobre o AI-1:

ÚLTIMA Hora, p. 01, 10 abr. 1964, edição matutina. Disponível em:
<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=10&mes=4&ano=1964&edicao=1&secao=1>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

Figura 13: Primeira página sobre o AI-2:

ÚLTIMA Hora, p.01, 28 out. 1965, edição matutina. Disponível em:
<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=28&mes=10&ano=1965&edicao=1&secao=1>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

Figura 14: Primeira página sobre o AI-3:

ÚLTIMA Hora, p. 01, 07 fev. 1966, edição matutina. Disponível em:
<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=7&mes=2&ano=1966&edicao=1&secao=1>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

Figura 15: Primeira página sobre o AI-3, edição da tarde:

ÚLTIMA Hora, p. 01, 07 fev. 1966, edição vespertina. Disponível em:
<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=7&mes=2&ano=1966&edicao=10&secao=1>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

Figura 16: Primeira página sobre o AI-4:

ÚLTIMA Hora, p. 01, 07 dez. 1966, edição matutina. Disponível em:
<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=7&mes=12&ano=1966&edicao=1&secao=1>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

Figura 17: Primeira página sobre o AI-4, edição da tarde:

ÚLTIMA Hora, p. 01, 07 dez. 1966, edição vespertina. Disponível em:
<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=7&mes=12&ano=1966&edicao=10&secao=1>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

Figura 18: Primeira página sobre o AI-5:

ÚLTIMA Hora, p. 01, 14 dez. 1968, edição vespertina. Disponível em:
<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=14&mes=12&ano=1968&edicao=10&secao=1>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

Figura 19: Primeira página sobre o aniversário de 2 anos do golpe de 1964:

ÚLTIMA Hora, p. 01, 01 abr. 1966, edição matutina. Disponível em:
<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=1&mes=4&ano=1966&edicao=1&secao=1>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

Figura 20: Recorte da primeira página do UH:

ÚLTIMA Hora, p. 01, 01 abr. 1965, edição matutina. Disponível em:
<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=1&mes=4&ano=1965&edicao=1&secao=1>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

Figura 21: Flagrante de aniversário:

ÚLTIMA Hora, p. 01, 01 abr. 1965, edição vespertina. Disponível em:
<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=1&mes=4&ano=1965&edicao=10&secao=1>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

Figura 22: Desfile no Eixo:

FOLHA de S. Paulo, p. 01, 01 abr. 1965. Disponível em:
<<http://acervo.folha.com.br/fsp/1965/4/1/2>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 23: Vladimir Herzog:

Morte de Vladimir Herzog. Disponível em:
<<http://blogln.ning.com/profiles/blogs/memorias-do-esquecimento-os>>. Acesso em: 14 mar. 2011.

Figura 24: Veículo depredado:

ÚLTIMA Hora, p. 3, 01 abr. 1964, edição vespertina. Disponível em:
<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=1&mes=4&ano=1964&edicao=10&secao=1>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

Figura 25: Edição censurada de OESP:

ESTADÃO.com.br, seção Especiais, página censurada do dia 30 mar. 1973.
Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contra-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 26: Edição publicada de OESP:

ESTADÃO.com.br, seção Especiais, página censurada do dia 30 mar. 1973.
Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contra-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 27: Edição censurada de OESP:

ESTADÃO.com.br, seção Especiais, página censurada do dia 04 abr. 1973. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contra-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 28: Edição publicada de OESP:

ESTADÃO.com.br, seção Especiais, página censurada do dia 04 abr. 1973. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contra-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 29: Edição censurada de OESP:

ESTADÃO.com.br, seção Especiais, página censurada do dia 10 mai. 1973. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contra-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 30: Edição publicada de OESP:

ESTADÃO.com.br, seção Especiais, página censurada do dia 10 mai. 1973. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contra-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 31: Edição censurada de OESP:

ESTADÃO.com.br, seção Especiais, página censurada do dia 19 jul. 1973. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contra-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 32: Edição publicada de OESP:

ESTADÃO.com.br, seção Especiais, página censurada do dia 19 jul. 1973. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contra-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 33: Edição censurada de OESP:

ESTADÃO.com.br, secção Especiais, página censurada do dia 26 jul. 1974. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contr-a-censura,20408.htm>> Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 34: Edição publicada de OESP:

ESTADÃO.com.br, secção Especiais, página censurada do dia 26 jul. 1974. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contr-a-censura,20408.htm>> Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 35: Edição censurada de OESP:

ESTADÃO.com.br, secção Especiais, página censurada do dia 09 jul. 1974. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contr-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 36: Edição publicada de OESP:

ESTADÃO.com.br, secção Especiais, página censurada do dia 09 jul. 1974. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contr-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 37: Página inicial do site do Arquivo Público do Estado de São Paulo:

ARQUIVO Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/index2.php>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 38: Página inicial do fundo Última Hora:

ARQUIVO Público do Estado de São Paulo. Fundo Última Hora, página inicial. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 39: Fotografias:

ARQUIVO Público do Estado de São Paulo. Fundo Última Hora, página inicial. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 40: Jornais:

ARQUIVO Público do Estado de São Paulo. Fundo Última Hora, página inicial. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 41: Ilustrações:

ARQUIVO Público do Estado de São Paulo. Fundo Última Hora, página inicial. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 42: Secção Jornais do acervo Última Hora:

ARQUIVO Público do Estado de São Paulo. Fundo Última Hora, secção Jornais. Disponível em: <<http://www.amigosdoarquivo.org.br/uh/historia.php>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 43: Secção de pesquisa:

ARQUIVO Público do Estado de São Paulo. Fundo Última Hora, seção Pesquisar edições. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pesquisa.php>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 44: Página da seção “1968: Mordaca no Estadão” do Portal Estadão:

ESTADÃO.com.br, seção Especiais. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contra-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 45: Parte inferior da seção especial:

ESTADÃO.com.br, seção Especiais. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contra-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 46: Página de entrada da pesquisa:

ESTADÃO.com.br, seção Especiais, página de entrada. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contra-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 47: Cabeçalho introdutório de notícia:

ESTADÃO.com.br, seção Especiais, página de 30 mar. 1973. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contra-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 48: Recorte de notícia censurada sobre a morte de Alexandre Vannuchi:

ESTADÃO.com.br, seção Especiais, p. 10 de 30 mar. 1973. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contra-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 49: Cabeçalho introdutório de notícia:

ESTADÃO.com.br, seção Especiais, página de 17 abr. 1973. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contra-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 50: Cabeçalho introdutório de notícia:

ESTADÃO.com.br, seção Especiais, página de 10 mai. 1973. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contra-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 51: Cabeçalho introdutório de notícia:

ESTADÃO.com.br, seção Especiais, página de 17 out. 1973. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contra-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 52: Cabeçalho introdutório de notícia:

ESTADÃO.com.br, seção Especiais, página de 03 jul. 1973. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contra-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 53: Página inicial do Portal Estadão: destaque para a aba “Há 678 dias sob censura”:

ESTADÃO.com.br, seção Especiais. Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br/especiais/nas-paginas-do-estadao-a-luta-contra-a-censura,20408.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Figura 54: Página Especial de 1 ano sob censura:

ESTADÃO.com.br, seção Especiais, 1 ano sob censura. Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br/pages/especiais/sobcensura/>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Referência das capas de capítulo:

Introdução

BOTERO, F. Série Abu Ghraib. 2005. Óleo sobre tela. Disponível em:
<<http://ionarts.blogspot.com/2007/11/fernando-botero-abu-ghraib.html>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

Ideologia e ditadura militar

BOTERO, F. Série Abu Ghraib. 2005. Óleo sobre tela. Disponível em:
<<http://ionarts.blogspot.com/2007/11/fernando-botero-abu-ghraib.html>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

As muitas vozes do discurso jornalístico sob o olhar de Pêcheux e Bakhtin

BOTERO, F. Série Abu Ghraib. 2005. Óleo sobre tela. Disponível em:
<<http://ladyfresh.tumblr.com/post/533753018/i12bent-fernando-botero-b-april-19-1932>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

As faces do silêncio

BOTERO, F. Série Abu Ghraib. 2005. Óleo sobre tela. Disponível em:
<<http://www.marlboroughgallery.com/exhibitions/fernando-botero-abu-ghraib>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

A hemeroteca e o discurso

BOTERO, F. Série Abu Ghraib. 2005. Óleo sobre tela. Disponível em:
<<http://archive.dailycal.org/mediabox.php?id=373&type=slideshow>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

Considerações finais

BOTERO, F. Série Abu Ghraib. 2005. Óleo sobre tela. Disponível em:
<<http://clas.berkeley.edu/>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

Referências bibliográficas

BOTERO, F. Série Abu Ghraib. 2005. Óleo sobre tela. Disponível em:
<<http://lynnwright00.wordpress.com/2011/03/11/fernando-boteros-abu-ghraib/>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

Anexos

BOTERO, F. Série Abu Ghraib. 2005. Óleo sobre tela. Disponível em:
<http://www.dhnet.org.br/dados/banco_imagens/botero_index.htm>. Acesso em: 05 mar. 2012.

Referência das epígrafes:**Capítulo 1:**

BRASIL. Ato Institucional número 1, de 09 de abril de 1964. **Acervo da luta contra a ditadura**. Disponível em: <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_2.htm>. Acesso em: 06 mar. 2012.

Capítulo 2:

PARABÓLICA do Blum. 64 frases ‘duplipensadas’ do regime militar. Disponível em: <<http://parabolicadoblum.blogspot.com/2008/12/64-frases-duplipensadas-do-regime.html>> Acesso em: 06 mar. 2012.

Capítulo 3:

ÚLTIMA Hora, p. 1, 09 fev. 1966, edição vespertina. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=9&mes=2&ano=1966&edicao=10&secao=1>>. Acesso em: 06 mar. 2012.

Capítulo 4:

PARABÓLICA do Blum. 64 frases ‘duplipensadas’ do regime militar. Disponível em: <<http://parabolicadoblum.blogspot.com/2008/12/64-frases-duplipensadas-do-regime.html>> Acesso em: 06 mar. 2012.

Capítulo 5:

ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 47.

Capítulo 6:

PARABÓLICA do Blum. 64 frases ‘duplipensadas’ do regime militar. Disponível em: <<http://parabolicadoblum.blogspot.com/2008/12/64-frases-duplipensadas-do-regime.html>> Acesso em: 06 mar. 2012.

Anexos



Fernando Botero. Série Abu Ghraib. 2005. Óleo sobre tela.

8 ANEXOS

ANEXO A

RES: Autorização

De: **Pesquisa Folhapress** (pesquisa@folhapress.com.br)

Enviada: sábado, 28 de maio de 2011 23:24:55

Para: Francis Lampoglia (francidusp@hotmail.com)

Olá, Francis,

como é um trabalho acadêmico, e, obviamente, sem nenhum fim lucrativo, você pode utilizar os trechos do jornal em sua dissertação.

Abs,

Regis Samperi

Folhapress - Agência de Notícias do Grupo Folha

Tel: 0800 55 24 99

Tel: +55 (11) 3224-3123

Fax: +55 (11) 3224-4788

<http://www.folhapress.com.br>

Sobre o Grupo Folha: <http://www.folha.com.br/sobre>

De: Francis Lampoglia [francidusp@hotmail.com]

Enviado: sábado, 28 de maio de 2011 15:53

Para: Pesquisa Folhapress

Assunto: Autorização

Saudações,

Por gentileza, quais os procedimentos para obter autorização da Folhapress para a utilização de trechos dos jornais da Folha de S. Paulo disponíveis online (Acervo Folha)? Sou mestranda do programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos e minha dissertação discorre sobre hemerotecas digitais, sendo que alguns trechos deste jornal enriqueceriam a dissertação de mestrado, que não tem fins lucrativos.

Agradeço antecipadamente,

Francis Lampoglia

Bacharel em Ciências da Informação e da Documentação pela FFCLRP/USP

Mestranda em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela UFSCar

AVISO: A informação contida neste email, bem como em qualquer de seus anexos, é CONFIDENCIAL e destinada ao uso exclusivo do(s) destinatário(s) acima referido(s), podendo conter informações sigilosas e/ou legalmente protegidas. Caso você não seja o destinatário desta mensagem, informamos que qualquer divulgação, distribuição ou cópia deste email e/ou de qualquer de seus anexos é absolutamente proibida. Solicitamos que o remetente seja comunicado imediatamente, respondendo esta mensagem, e que o original desta mensagem e de seus anexos, bem como toda e qualquer cópia e/ou impressão realizada a partir destes, sejam permanentemente apagados e/ou destruídos. Informações adicionais sobre nossa empresa podem ser obtidas no site <http://www.folha.uol.com.br/folha/conheca/>.

NOTICE: The information contained in this email and any attachments thereto is CONFIDENTIAL and is intended only for use

by the recipient named herein and may contain legally privileged and/or secret information. If you are not the email's intended recipient, you are hereby notified that any dissemination, distribution or copy of this email, and/or any attachments thereto, is strictly prohibited. Please immediately notify the sender replying to the above mentioned email address, and permanently delete and/or destroy the original and any copy of this email and/or its attachments, as well as any printout thereof. Additional information about our company may be obtained through the site <http://www1.folha.uol.com.br/foha/conheca/index-en.shtml> .

ANEXO B

POR determinação do Comandô Geral dos Trabalhadores foi deflagrada a greve geral em todo o País, a partir das 17h30m de ontem.

O movimento, já decretado anteriormente, efetivou-se em virtude da invasão da sede da Federação Nacional dos Estivadores, por um choque armado da Polícia de Vigilância do Estado da Guanabara, comandada por um inspetor da DOPS. A senha da greve, já convencionada e expedida pelas emissoras de rádio, dizia respeito à prisão de líderes sindicais.

A primeira categoria profissional a paralisar as atividades foi a dos ferroviários da Leopoldina, minutos após a transmissão da senha. Vinte mil operários cruzaram os braços e o movimento abrange quatro Estados: Guanabara, Estado do Rio, Espírito Santo e Minas.

Segundo informações prestadas por líderes dos ferroviários, o movimento é progressivo e constante, devendo atingir todo o território nacional, com a paralisação de toda a Rede Ferroviária Federal.

Pôrto Parado

Instantes após o início da greve, pelos ferroviários, o pôrto do Rio de Janeiro ficou também paralisado. Todas as demais atividades serão progressivamente paralisadas no decorrer do dia de hoje, de acordo com as determinações do Comandô Geral dos Trabalhadores.

O Estado-Maior do CGT permanece em reunião permanentemente, em local mantido em absoluto sigilo.

Invasão

A invasão da Federação Nacional dos Estivadores, que deu motivo à eclosão da greve, ocorreu às 16.45h, por um choque da Polícia de Vigilância e vinte policiais da DOPS, armados de metralhadoras e bombas de gás lacrimogêneo. No local estavam os líderes do CGT Osvaldo Pacheco e Hércules Corrêa, acompanhados de 300 estivadores. Bombas de gás foram lançadas da rua para dentro do prédio. Sem saber ao certo em que andar estava localizada a Federação (7.º andar), os policiais invadiram diversas salas, espancando trabalhadores e rasgando processos. Seis pessoas ficaram feridas e outras dez foram detidas e enviadas à DOPS.

Presos

De acordo com as informações prestadas a UJ pelo Deputado Hércules Corrêa, foram presos, entre outros, os dirigentes sindicais Antônio Pereira Filho, Otton Canedo Lopes e Rubens Teixeira.

Estudantes Aderem

Estudantes de todo o País estão em greve geral desde às 21 horas de ontem. A nota oficial divulgada pela União Nacional dos Estudantes esclarece que a classe estará paralisada até que as forças golpistas tenham sido inteiramente dizimadas.

Têxteis

O Sindicato dos Têxteis divulgou às 21 horas de ontem o seguinte comunicado: "Greve Geral! Hércules está preso! A diretoria do Sindicato determina a paralisação geral do trabalho, cumprindo determinação do Comandô Geral dos Trabalhadores, em defesa do mandato do Presidente da República, contra o golpe gerado pelos governadores Magalhães Pinto, Ademar de Barros, Carlos Lacerda e Ildo Meneghetti".

Bancários

A Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC), convocou os bancários e securitários de todo o País a cerrar fileiras "contra os reacloários e golpistas que procuram impedir a realização democrática das reformas de base", pedindo ainda a mobilização geral, de acordo com a palavra de ordem do CGT.

UBES

Denunciando "as manobras golpistas das forças reacionárias dos traidores do povo brasileiro — Governadores Carlos Lacerda, Ademar de Barros, Ildo Meneghetti, Plínio Coelho e Magalhães Pinto — a União Brasileira dos Estudantes secundários conclamou ontem os estudantes a se manterem alertas para uma greve nacional.

Sindicatos Paulistas

Os sindicatos de S. Paulo distribuíram manifesto ao povo paulista, denunciando a manobra golpista do Sr. Ademar de Barros, "que pregou abertamente a divisão de nosso País em duas partes", e reafirmando o integral apoio ao Presidente da República.

CACO

Também o CACO distribuiu manifesto dos estudantes da Faculdade Nacional de Direito, apoiando o Presidente da República e afirmando que não aceitarão "que os homens mais corruptos do País nos imponham o regime de exceção, a qualquer pretexto". O CACO marcou assembleia para hoje, "contra o golpe e pelas liberdades democráticas".

Liga

A Liga Feminina conclamou suas associadas a permanecerem vigilantes e unidas em defesa da democracia, condição essencial para a luta das reformas de base. A Liga está solidária com o Presidente da República e com o novo Ministro da Mulheria.

ANEXO C

GUANABARA DIA A DIA

Marinus Castro

TRÊS HORAS DE TENSÃO E PÂNICO NO PALÁCIO

O Palácio Guanabara passou, esta madrugada, por 3 horas de tensão e pânico. Tudo começou quando o General Costa e Silva fez, pelo rádio, comunicado direto ao Sr. Carlos Lacerda, dando conta de que 3 mil homens do Batalhão Riachuelo, do Corpo de Fuzileiros Navais, saíram, simultaneamente da Ilha do Governador e da Ilha das Cobras para tomar o Palácio. Todos os homens armados foram postados defronte ao Palácio.

● A uma comissão de Generais do Clube Militar que o visitou esta manhã, o Sr.

Carlos Lacerda exortou: "todos devem participar da operação 'limpeza'—cujo principal objetivo é conseguir aquilo que não foi atingido em 1945 e em 1954.

● Elementos do Grupo de Ação Patriótica também estiveram com o Sr. Lacerda, que enverga elegante blusão preto e se apresenta em franca campanha revolucionária.

● Esta manhã, o Sr. Lacerda concedeu audiência ao Brig. Eduardo Gomes.

METRALHADORA

No piso entre as escadarias externas do Palácio da Guanabara, que conduzem ao salão nobre, há uma metralhadora pesada, de carga alta e de grande alcance: foi mandada instalar pelo General Salvador Mandim e está coberta por sacos de areia numa trincheira de cerca de um metro e quarenta centímetros de comprimento com abertura de 1,20m de altura, para a saída do cano, pronta para disparar e guardada por dois soldados.

BRUCUTU

No centro da área esquerda do Jardim do Palácio Guanabara, em direção ao portão de saída está o "Brucutu", ou "Lacerdão", como é conhecido o carrochoque: nele foram instaladas metralhadoras de longo alcance. Na parte externa do palácio há oito bocas de alto-falantes. As 16.30 horas chegavam três guarnições da Polícia de Vigilância com vinte homens cada.

LACERDA

As dez horas da manhã de ontem o Governador Carlos Lacerda se reuniu com seus secretários de Estado, mas nada transpirou do encontro: a reunião encerrou-se às 13 horas. O único ausente foi o Sr. Gustavo Borges, que, entretanto, se manteve em contato permanente com o Palácio Guanabara através do sistema de rádio, tendo falado diversas vezes com o Governador Carlos Lacerda, ora para informar, ora para receber instruções.

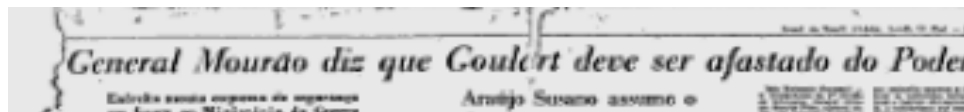
ANEXO D

Tiremos o Chapéu

hoje, o General Jair Dan-
tas Ribeiro, que, mesmo
convalescente, reassumiu
de seu leito no hospital o
comando do Exército, de-
monstrando, mais uma vez,
seu espírito indomável de
soldado e fanático.



ANEXO E



**Exército monta esquema de segurança
em frente ao Ministério da Guerra**

**Tropas deixam a Vila para
ocupar locais estratégicos**

**Jair reassume e afirma a comandos que
ordem será mantida a qualquer preço**

**Araújo Susano assume o
Estado-Maior da Armada**

ANEXO F

Natércia solidária com Sandra

A Sr.^a Natércia Silveira enviou mensagem à Secretária de Serviços Sociais, Srt.^a Sandra Cavalcanti, manifestando solidariedade, no episódio da agressão de que esta foi vítima, há alguns dias, na Igreja dos Santos Anjos, em Ipanema, quando tentava falar aos favelados da Praia do Pinto.

Diz Dona Natércia que "quando as sociedades atingem o grau de saturação maligna a que assistimos, guardando no seu seio séres capazes de apedrejar alguém que trabalhe e produza o bem coletivo, sobretudo quando esse alguém é uma mulher que cumpre serenamente o seu dever, não é possível a qualquer cidadão manter a indiferença dos covardes e dos comodistas".

ANEXO G

1- O Comando Supremo Revolucionário, constituído pelos três ministros militares, promulgou, ontem, solenemente, o Ato Institucional, alterando em itens fundamentais a Constituição Federal.

2- Estabelece o Ato, no seu artigo 7.º, a suspensão por seis meses das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade, autorizando a dispensa ou demissão mediante investigação sumária.

3- "No Interesse da paz e da honra nacional", estipula o artigo 10.º, "sem as limitações previstas da Constituição", os Comandantes-em-Chefe "poderão suspender direitos políticos pelo prazo de 10 anos".

4- Ainda no mesmo artigo, fica estabelecida a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, "excluída a apreciação judicial desses atos", tanto pelo Comando militar quanto pelo Presidente da República, desde que mediante indicação do Conselho de Segurança Nacional e dentro de 60 dias após sua posse.

5- Na justificativa do Ato Institucional, os Ministros afirmam que a revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte, que "se manifesta pela eleição popular ou pela revolução".

6- No Congresso, ao abrir a sessão noturna, "sob a proteção de Deus", o Deputado Afonso Celso comunicou à Casa ter ouvido a notícia da decretação do Ato pelo rádio, nada mais lhe restando fazer senão suspender a sessão. (Lêta noticiário na página 2)

ANEXO H

1 O Ministro Juraci Magalhães declarou ontem que o decreto do estado de sítio já está pronto e será baixado tão logo se faça necessário. Prometeu também que os poderes atribuídos ao Executivo no Ato n.º 2, não serão usados discricionariamente.

2 O Congresso Nacional não se reuniu, a tarde, por já terem sido promulgadas as medidas sobre as quais legislaria. O PSD — que o Ato extinguiu, bem como os demais partidos — liberou nota de sua bancada qualificando de discricionária a medida governamental. O PTB manifestou de forma mais direta seu "protesto e inconformidade".

3 O povo brasileiro recebeu com tranquilidade a notícia do Ato. O Supremo Tribunal Federal, reunido, apreciou o assunto, mas os ministros nada declararam de público. Os Governadores Magalhães Pinto e Ademar de Barros figuraram entre os primeiros a acatar o Ato: em Minas Gerais, a Polícia Militar confraternizou com o Exército, durante uma feijoada.

(Leia noticiário nas páginas 2, 3 e 4)

ANEXO I

ÊRRO OU MALÍCIA?

DANTON JOBIM

O que está sucedendo a este País não tem paralelo em sua história e viola a sua melhor tradição política. Mesmo a que se fez nos tempos do Estado Novo não pode ser comparado ao que se está fazendo em matéria constitucional.

A ditadura instaurada em 1937 obedeceu a uma filosofia e a um sistema, correspondendo, por outro lado, à ressurreição, na Europa, dos regimes autoritários. Hoje, porém, não se violentam as instituições em nome de nenhuma razão histórica ou de nenhum princípio respeitável; "editam-se" atos de força, em nome de uma revolução democrática, exatamente para impedir que o povo escolha os seus representantes em eleições autênticas, que são da própria essência da democracia.

A vida partidária foi propositadamente desarticulada. Os partidos substituídos por duas siglas destinadas a permitir a comédia de um pleito em que o Governo joga, não com algumas, mas com todas as cartas marcadas. O voto direto, que dá legitimidade à fórmula presidencialista, substituído, para os cargos do Executivo federal e estadual, pelo voto do Congresso e das Assembléias.

E que Congresso, que Assembléias! Os deputados cassados não elegem ninguém, mas os "cassáveis", estes se atropelam no vestibulo da Arca e elegem quem o Governo quiser.

Depois da vitória de abril de 64, acendeu-se um raio de esperança com o ascensão à Presidência de um General de formação democrática e espírito civil, de prestígio consolidado nas classes militares. Largos setores da opinião pública, mesmo entre os não simpáticos ao movimento triunfante, viam nêle uma garantia da promessa básica da revolução — a redemocratização do País. E pareceu que êle aceitava a liderança democrática que lhe caíra nas mãos quando impôs, quase sozinho, a eleição direta dos Governadores em onze Estados de acôrdo com o calendário eleitoral.

Com a mesma tranquilidade com que mandara, o ano passado, o seu Ministro da Justiça anunciar ao Congresso eleições limpas e diretas, o Marechal Castelo Branco proclama agora êste Ato n.º 3, prescrevendo eleições indiretas e pouco limpas. Eleições piores que aquelas que se faziam a bico de pena na República Velha, pois, ao menos, nestas se respeitava a forma e consultavam-se as forças políticas.

O novo Ato é um tremendo êrro, fruto da mais completa incompetência política. Não serve a ninguém; nem ao povo, que êle expulsa da eleição dos governantes; nem aos políticos que apóiam o Governo, porque lhes reduz a "chance" de influir nas decisões; nem ao Governo, porque o debilita, obrigando seu chefe a aceitar o prata feito de uma candidatura militar, que, visivelmente não é a de seus sonhos.

Finalmente o n.º 3 nem sequer aproveita o próprio General Costa e Silva, cuja candidatura já estava semi-articulada politicamente, com notória receptividade, dadas as circunstâncias atuais. Poderia obter, sem dúvida, a sanção partidária e a do voto popular, alcançando o máximo de legitimidade a que o Ministro da Guerra poderia aspirar. Comete agora o Governo o êrro dos êrros, privando o futuro Presidente dessa legitimidade. Ou estaremos diante de um êrro intencional?

Mas no Ato de anteontem — não esqueçamos e não esqueça o General Costa e Silva — há um alçapão: o prazo de 90 dias em que êle terá de esperar a pé, sentado nos pelegos, até o dia 3 de outubro.

Noventa dias em política valem uma eternidade... Ao menos isto o Marechal deve ter aprendido em matéria de estratégia política.

ANEXO J

Grupos exaltados atacam jornal "Última Hora" aos gritos de "Viva Lacerda"

Aos gritos de "Viva Lacerda", dezenas de pessoas, empunhando a Bandeira Nacional e acenando lenços brancos, invadiram ontem, ao anoitecer, a garagem e a redação do jornal *Última Hora*, incendiando e destruindo camionetas e quebrando máquinas de escrever, cadeiras, mesas e arquivos.

Os manifestantes conduziam vários automóveis particulares e só realizaram a invasão às dependências do jornal depois de constatarem, através da ausência de reação às suas pedradas, que ninguém trabalhava na garagem e redação. Antes da depredação, no entanto, cuidaram de roubar as baterias dos veículos atacados.

O ATAQUE

O ataque à *Última Hora* começou às 17h 30m. A concentração da Rua Sotero dos Reis (Praça da Bandeira) era coordenada por rapazes aos gritos de "Vitória" e "Viva Lacerda". A invasão da garagem ocorreu depois de violentado o portão, logo se retirando os veículos jeeps e kombis —, que, dirigidos pelos manifestantes, eram atirados contra as árvores e muros e, em seguida, incendiados. Também duas lambretas

e uma velha bicicleta foram destruídas.

Em meio ao quebra-quebra, alguém gritou que a Polícia estava chegando, mas um dos líderes da invasão retrucou:

— Só uma Polícia pode aparecer a do Estado —, e esta é nossa aliada.

Passando à redação, os manifestantes depredaram o que havia à sua frente, só se retirando com a chegada dos bombeiros chamados para apagar o incêndio nos carros do jornal.

ANEXO K



Foto do correspondente em Sorocaba

O bispo e mais oito sacerdotes oficiaram a missa

Sorocaba reza pelo estudante

Dos correspondentes em Sorocaba e Florianópolis e do Serviço Local

O bispo de Sorocaba, dom José Melhado Campos, concelebrou ontem com mais oito sacerdotes na catedral da cidade a missa de 7.º dia pela alma do estudante Alexandre Vannucchi Leme, da Geologia da USP, que morreu atropelado por um esminhão durante um encontro com outros terroristas em São Paulo, quando tentava fugir das forças policiais, segundo informaram os órgãos de segurança.

A missa transcorreu em clima de profunda emoção, com a presença de algumas centenas de pessoas e de toda a família do estudante. Nenhuma autoridade local compareceu. Em seu sermão, o bispo dom José Melhado lembrou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, e cujos preceitos a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil decidiu defender em sua última assembleia.

Entre esses direitos, lembrou o bispo, estão o direito à liberdade, à verdade, à segurança pessoal; e, principalmente, o direito de ser considerado inocente até prova em contrário. "E' nesse sentido, afirmou, no cumprimento da obrigação de levar às bases evangélicas esse conhecimento que se está realizando esta cerimônia".

INFORMAÇÃO

Outro preceito lembrado por dom José Melhado foi o direito à informação. Lamentou por isso que "a nota do Conselho dos Presbíteros, lida domingo em todas as Igrejas de Sorocaba, não pôde receber a mesma divulgação da notícia distribuída pela Polícia à grande imprensa".

O bispo salientou que deixou claro em sua nota o fato de que a Igreja não tem a pretensão de julgar a culpa de Alexandre

nucchi, segundo informações divulgadas pelos presidentes de centros acadêmicos. Na mesma reunião, foi aprovado um pedido de informações às autoridades, a respeito da morte do estudante.

PASSARINHO COMENTA

O ministro da Educação, Jarbas Passarinho, disse ontem em Florianópolis que Alexandre Vannucchi Leme "foi vítima da luta armada entre grupos terroristas e uma equipe de segurança nas ruas da capital paulista". Essa informação, segundo o ministro, lhe foi prestada pelo secretário da Segurança de São Paulo. Passarinho não considera que as relações do governo com a área estudantil tenham sido prejudicadas pela morte do estudante, "pois ele não foi vitimado como estudante de Geologia, já que sua atividade como terrorista não tinha nenhuma relação com seu curso".

Afinal, Estácio tem monumento no Rio

Da Sucursal de BRASÍLIA

As fragatas brasileiras serão equipadas pelo Ministério da Marinha, ainda este ano, com os mísseis superfície-superfície "Exocet", fa-

condições, a cabeça de combate detona ao aproximar-se do alvo ou após a passagem por uma esquadra de proximidade. O míssil possui um diâmetro de 1,1 pé e envergadura de 3,3 pés. Seu peso é de 1.600 libras por ocasião do lançamento.

MÓVI

EMPRESA DE CAP

AVISO

Comunicamos aos Senhores 29.02.73, autorizou aumento de seguinte maneira:

DISCRIMINAÇÃO	09
CAPITAL ANTERIOR	10
BONIFICAÇÃO	1
EM DINHEIRO	2
TOTAIS	13

Serão emitidas e entregues

— 5

PRAZO DE PREFERÊNCIA:

PREÇO: — Pelo seu valor

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

à vista, sendo facultado a

res Acionistas, fazer um

Ordinária, nas seguintes

1) Ações componentes e

ordinárias, numeradas

ciais Classe "A", ou

O objetivo foi apenas "divulgar a versão que ela conhece".

Em vários trechos de seu sermão, dom José Melhado frisou que o que se lamentava era "o desaparecimento e não a morte de Alexandre". "Não temos certeza de que ele esteja morto", acrescentou. "Se estiver, sirvam as nossas preces para sufrágio de sua grande alma. Não cabe a nós julgar a realidade dos crimes que não sabemos se cometeu ou não. Mas, ao manifestar a nossa reprovção e ao pedir pela sua alma, se é que ele realmente está morto, queremos confortar os corações esmagados, as almas trépidas de um pai e de uma mãe que não tiveram a dolorosa sensação de ver o corpo frio do filho morto".

EM SÃO PAULO

Hoje, às 18 horas, na Catedral da Sé, em São Paulo, o cardeal dom Paulo Evaristo Arns e o bispo dom José Melhado concelebrarão uma missa pela alma de Alexandre Vannucchi Leme.

Na Universidade de São Paulo, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços, CEPE, aprovou em sua última reunião um voto de pesar pelo falecimento de Alexandre Van-

No Brasil, não há liberdade de imprensa

MONTEGO BAI — O jornalista Julio de Mesquita Neto, diretor do "O Estado de S. Paulo" e "Jornal da Tarde", apresentou ontem, na reunião da AII, o seguinte quadro da situação da imprensa no Brasil:

A situação da imprensa no Brasil é exatamente a mesma que descrevi em outubro do ano passado, na Assembleia de Santiago do Chile. A nossa reunião serviu, aliás, entre muitas outras coisas, para produzir uma confirmação indireta, mas oficial, de que dizia no meu informe sobre a inexistência de liberdade de imprensa no Brasil. Por determinação expressa do Ministério da Justiça, a censura proibiu os jornais de publicarem o texto do Relatório que apresentei à Comissão de Liberdade de Imprensa. O detalhe ilumina bem um panorama que não se alterou. A palavra sombria continua senda adequada para o definir. E seria ilusório acreditar que algo mudará no Brasil, no tocante à imprensa, nos próximos meses.

As oscilações da política oficial relativamente à Imprensa cederam lugar a uma linha de rigidez. Ocorreu aquilo a que poderíamos chamar uma insti-

Barbosa, o grande tribuna liberal brasileiro, foram também censurados.

Não vos será difícil imaginar as condições precárias em que, num tal contexto, se processa o trabalho de jornalistas responsáveis. As pressões exercidas sobre o "Estado" caracterizam-se por altos e baixos, independentemente da rotina da censura prévia. No dia 11 de dezembro, o temor de que o jornal publicasse o nome do presidente do Supremo Tribunal Federal levou o chefe da Censura Federal a comparecer em nossas oficinas, com o inevitável aparato policial e o tinar de armas. No dia 18 de janeiro, verificou-se uma situação ainda mais constrangedora. O censor de turno mutilou de tal maneira a edição que o "Estado" publicou apenas uma nota médica em sua página de editoriais. Não foi autorizada a publicação de um editorial em que elogiávamos o candidato à Presidência

tar, em São Paulo, para depor em Inquerito Policial Militar instaurado pelo Comando Militar do Planalto, em Brasília. Foi interrogado por um coronel e dois majores que me fizeram numerosas perguntas sobre o funcionamento do "Estado", o fluxo das informações e a responsabilidade de cada departamento ou seção. O que estava em causa, concretamente, era a responsabilidade pela divulgação da notícia de 12 de dezembro. Respondei que em situações normais sou responsável, como diretor de "O Estado", por toda matéria informativa e editorial por ele publicada. Ficou claro que o diretor da sucursal de Brasília, ou qualquer outro membro do corpo redatorial, em hipótese alguma poderia ser responsabilizado pela divulgação de matéria publicada. Mas sublinhei também, enfaticamente, que na situação existente desde agosto de 1972 — isto é, a partir da instauração da censura prévia — o primeiro responsável por tudo o que o "Estado" publica é o ministro da Justiça, prof. Alfredo Buzaid. Como os censores recebem instruções diretas da Polícia Federal, que se acha subordinada ao Ministério da Justiça, a responsabilidade pe-

o visto da Censura, todos nós, jornalistas, do reporter ao diretor, estamos sempre expostos a ser processados sob as acusações mais fantásticas.

TUDO PODE ACONTECER

Pessoalmente não imagino que rumo tomará o inquerito em que me envolveram. Tudo pode acontecer, pois a mais elementar lógica está ausente na política adotada pelas autoridades do meu país em face dos jornais que desejam cumprir com dignidade o seu papel.

No campo das violências que atingem jornalistas, não se registraram desde janeiro novas prisões. Todos os profissionais que se achavam presos à data da reunião do Panamá, sob a acusação de desenvolverem atividades subversivas, foram libertados dias depois. O caso do jornalista Venelouk Xavier Pereira — espancado por autoridades policiais — diretor de um diário de Fortaleza, Ceará, continua na Justiça.

As perspectivas não são animadoras. E não cremos que a situação se modifique de modo sensível nos próximos meses. A institucionalização do controle da imprensa é uma realidade e

podermos chamar uma institucionalização do controle da opinião pública. As leis fundamentais são as mesmas, mas, a partir delas e de um complexo, contraditório e absurdo sistema de portarias, regulamentos e instruções, a Censura deixou de ser uma ameaça para se transformar em dura realidade. Ela não afeta, entretanto, a totalidade da imprensa. Há jornais e revistas que realizam a autocensura de modo a merecer até elogios das autoridades. Outros, por inspirarem menos confiança, recebem instruções da Censura pelo telefone. Numa terceira categoria acham-se os órgãos de imprensa submetidos à censura previa. No momento enfrentam essa situação: "O Estado de S. Paulo" e o "Jornal da Tarde", em São Paulo; e no Rio de Janeiro, o diário "Tribuna da Imprensa" e os semanários "Pasquim", "Politika" e "Opinião".

Recebi informações segundo as quais o último desses semanários tem sido vítima de arbitrariedades constantes, mul-

timos o candidato à Presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil por ter exaltado a importância do instituto de *habeas corpus* e reivindicado seu restabelecimento; e, do mesmo modo, foi proibido o editorial de abertura, no qual criticávamos severamente uma espécie de decálogo sobre os "deveres" do bom jornalista promulgado pelo Partido Comunista da Checoslováquia. Até hoje não entendi o motivo da solidariedade do censor brasileiro aos burocratas do Partido do sr. Husak...

Cabe também mencionar que os jornais que dirijo não recebem com frequência noticiário de fontes oficiais distribuído a todos os demais órgãos da imprensa. Tendo conhecimento, através de outras fontes, de fatos constantes desse noticiário, tentamos, quando isso ocorreu pela primeira vez, levar a informação ao público. A censura não o permitiu. Nosso protesto, endereçado ao ministro da Justiça, não obteve resposta.

Outro aspecto muito grave da atual conjuntura é a insistência

em ameaçar jornalistas, em todos os escalões. Já abordei em informes anteriores o caso do "Jornal da Bahia" cujo diretor e redator-chefe continuam sofrendo a implacável perseguição do governador daquele Estado brasileiro.

PRESSÕES ILEGAIS

No que diz respeito ao "Estado de S. Paulo", disponho de elementos que me conferem autoridade para denunciar desta tribuna as inqualificáveis pressões exercidas por altas personalidades militares e civis — até governadores estaduais — sobre diretores das sucursais de "O Estado", simples redatores ou correspondentes, em algumas das principais cidades do País. "Convidados" a prestar depoimento sob os pretextos mais extravagantes, esses jornalistas de cuja conduta me orgulho, têm recebido ameaças, censuras pelo envio de notícias, e apelos para que se mostrem mais "compreensivos". Em certos casos, escutam também as perguntas mais disparatadas formuladas em atmosfera de romance policial. Foi o que ocorreu com um correspondente a quem pretenderam extrair um *estranho segredo*, digno do

Justiça, a responsabilidade pela divulgação da discutida notícia de 12 de dezembro, aprovada por esses mesmos censores, cabia, dentro da lógica e da lei, ao prof. Alfredo Buzaid.

A Censura proibiu que o "Estado" publicasse, no dia seguinte, uma notícia esclarecedora sobre o meu depoimento. Mas — e cito o caso para dar a medida do ciclo do absurdo — a imprensa do Rio de Janeiro divulgou a minha resposta, responsabilizando o ministro da Justiça.

Na realidade, o problema que enfrentamos transcende as leis liberticidas, as arbitrariedades, as ameaças, a diversidade de critérios, o humor dos censores. Mesmo quando notícias ou editoriais são publicados com

na imprensa e uma realidade e nada indica que os mecanismos da censura prévia sejam alterados. Os jornalistas que no Brasil se batem pela liberdade de imprensa estão preparados espiritualmente para continuar enfrentando arbitrariedades, ameaças e pressões de toda sorte.

Como estamos no final de um governo que, desde o seu início, em 1963, se mostrou sempre incompatível com uma imprensa livre, acredito que nenhuma modificação significativa virá a alterar o quadro até março de 1974, data em que, segundo a Constituição vigente, tomará posse o futuro presidente da República. Sem ilusões quanto ao presente, os jornalistas brasileiros que não se submetem aguardam com esperanças o próximo ano".

Oprimidos os jornais da AL

MONTEGO BAY, Jamaica — Salvo raras exceções, a imprensa em todo o Continente está sofrendo pressões, distorções ou claras, por parte de governos que temem a verdade, sendo que a pior situação ocorre em Cuba, onde não há jornais independentes e dezenas de jornalistas continuam internados em campos de concentração. É o que se deduz dos relatórios apresentados à atual reunião da Associação Interamericana de Imprensa — AII.

O relatório mais otimista foi apresentado por Tom Sherman, que investigou a situação da imprensa na Guiana, Antigua, Trinidad-Tobago, Barbados, Bahamas, Honduras Britânica e Ilhas Francesas das Antilhas.

A situação da imprensa em outros países da América Latina é a seguinte, segundo os relatórios que serão examinados pela AII:

Chile — Herman Cubillos, de *El Mercurio*, declarou que a imprensa chilena goza de certa liberdade, mas os jornais têm que enfrentar certas restrições, como a obrigatoriedade de publicar anúncios do governo e o atraso das autorizações para importar papel.

Peru — Não existe censura oficial, mas os jornais que desagradarem o governo podem ser punidos de diversas formas. Com o pretexto de resolver conflitos trabalhistas artificiais, o governo interveio em alguns jornais. As autoridades insistem, por seus porta-vozes, que pretendem garantir a liberdade de imprensa, desde que ela não ameace o regime militar que governa o país desde 1963.

Argentina — Há relativa liberdade de imprensa, mas os jornais não podem publicar matérias relacionadas com atividades subversivas e o semanário *Primera Plena* continua fechado.

No caso específico de "O Estado" e o "Jornal da Tarde", suas edições são diariamente lidas por censores designados pela Polícia Federal e investidos de autoridade bastante para vetar a publicação de qualquer notícia, editorial, reportagem, até de um simples anúncio. Pessoalmente, confesso haver renunciado a todo esforço de pressão sobre o comportamento da censura. De um lado, as instruções mudam com uma frequência desconcertante. O que é proibido hoje é autorizado amanhã e vice-versa. De outro lado, as reações dos censores dependem de mil e um fatores, desde o nível cultural ao estado de espírito de cada um.

O permanente, e humilhante para nós, jornalistas, é a atmosfera de pressões e ameaças que oprime as redações dos jornais que não abdicam de sua missão informativa e formativa. Uma sessão de trabalhos inteira seria insuficiente para levar ao conhecimento da Comissão de Liberdade de Imprensa uma pequena parte dos abusos e violências decorrentes em meu país do funcionamento da censura previa. Poucas vezes, de resto, os pretensos objetivos pu-

censura previa. Poucas vezes, de resto, os pretensos objetivos publicos visados são atingidos, pois diariamente aparecem nas colunas de outros jornais do Rio e de São Paulo notícias cuja publicação é proibida no "Estado" e no "Jornal da Tarde". Essa disparidade de criterios coloca os órgãos que estão sob censura previa numa situação delicada não apenas perante seus leitores, mas também diante de altas personalidades cujas palavras e nomes são suprimidos pelos censores. Ultimamente, mais de uma vez, noticiário emanado de órgãos oficiais de segurança e amplamente divulgado pela imprensa, foi vetado pelos censores no "Estado" e no "Jornal da Tarde". Em defesa do renome profissional e do prestígio dos jornais, eu me senti na obrigação de comunicar o fato a alta autoridade militar responsável pelo noticiário vetado.

CRITERIO ABSURDO

Não foi essa, de resto, uma situação excepcional. Em poucas semanas vi-me na contingencia de enviar telegramas a ministros, senadores e deputados para esclarecer que discursos

te a quem pretenderam extrair um estranho segredo, digno do heroi imortal de Cervantes: os motivos que impediriam um cardeal brasileiro de succeder a Paulo VI no trono de São Pedro!

De todos esses episodios, o mais grave, pelos seus desdobramentos, ocorreu em Brasília e envolveu, inicialmente, o diretor na capital do País da Sucursal de "O Estado", Carlos Chagas. Tudo começou em consequencia de "O Estado" ter publicado, a 12 de dezembro de 1972, uma pequena noticia, proveniente de Brasília, sobre o sequestro e posterior espancamento de um médico. Como os pormenores seriam causativos, eu me limitei a informar a Comissão de que o jornalista Carlos Chagas foi indiciado num Inquerito Policial Militar com base no art. 16 da Lei de Segurança Nacional, sob a alegação de que lhe cabe a responsabilidade pela divulgação da referida noticia que poderia "indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituidas". A pena prevista pelo art. 16 é de seis meses a dois anos de prisão. O mesmo artigo esclarece, entretanto, que para que o crime se configure a no-

para esclarecer que discursos seus haviam sido censurados. O cotidiano tornou-se, assim, fértil em episódios absurdos, para não dizer grotescos. Um censor cortou um trecho de uma declaração do Ministro das Relações Exteriores, outro vetou um discurso pronunciado no Senado pelo líder do Governo naquela Casa do Congresso; um terceiro não permitiu que se publicasse uma notícia sobre o último livro do Superior do Jesuítas, Padre Arrupe. Ocorrem coisas inimagináveis. Durante meses, nenhum jornal pôde publicar o nome — por expressa determinação do Ministério da Justiça — do Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Aliomar Baleeiro, ora aposentado. No rol das proibições figurou durante largo tempo o debate sobre o abastecimento de carne, abrangendo as pessoas de ministros de Estado que tinham a respeito opiniões divergentes; outros assuntos vetados: aspectos da política econômica e da repressão e informações e comentários sobre a sucessão presidencial. Vários discursos pronunciados no Congresso por ocasião do cinquentenário da morte de Ruy

que o crime se configure a notícia terá de ser "falsa, tendenciosa" ou o fato "truncado, deturpado", se fôr verdadeiro. Sem comentar a lei — sobre a qual a AII conhece a minha opinião — cumpro-me salientar que até hoje, decorridos quatro meses, ninguém demonstrou a falsidade da notícia publicada no "Estado" e menos ainda a existência de má fé da nossa parte.

O jornalista Carlos Chagas, em seus vários depoimentos, deixou bem claro que a responsabilidade pela divulgação não lhe podia ser atribuída, pois sua função é a de coordenar o material jornalístico produzido em Brasília, orientá-lo e determinar a sua transmissão a São Paulo. Essa evidência não impediu que o IPM fosse levado adiante com todos os prejuízos que isso representa para Carlos Chagas.

SO' O COMEÇO

Era, porém, apenas um começo. Principiavam pelo diretor da sucursal para atingir a direção do jornal. Conforme German Ornes informou na reunião do Panamá, fui intimado a comparecer, no dia 12 de janeiro na sede da 2.ª Região Mili-

ANEXO M

*Dos Leitores**Já é hora de dar mais atenção às flores*

Sr. Redator:

Antigo assinante desse conceituado órgão da imprensa brasileira, pela primeira vez me atrevo a dirigir-lhe a palavra, certo de que terei a acolhida fidalga com que o "Estado" sempre distingue seus leitores. E não o faço para encaminhar qualquer reclamação, mas para oferecer sugestões que reputo oportunas nesta quadra de tão gloriosas conquistas do nosso querido Brasil em todos os setores da atividade humana.

Em primeiro lugar, senhor Redator, estou convencido de que o nosso País finalmente encontrou o seu grande destino. Graças ao labor incessante dos homens que nos governam, o Brasil desponta para o mundo como a grande potência há longos anos sonhada por todos os brasileiros.

Sr. Redator, estou escrevendo esta carta no dia 31 de março, e não sei quando ela será publicada; não sei, nem mesmo, se o será. Contudo, parece-me inadiável que o faça; trata-se, para mim, de um imperativo de consciência, como que a me obrigar, num impulso cívico, a exteriorizar todo o sentimento de gratidão que se

"1. — Versa o litigio sobre os varios lotes relacionados na inicial e na decisão de primeiro grau, os quais fazem parte integrante do denominado **PARQUE BANCARIO**, loteamento levado a efeito por volta do ano de 1924 e inscrito sob n.º 112 em 13 de dezembro de 1939, no Registro de Imoveis da Sexta Circunscrição, de acordo com o decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, sem qualquer impugnação. 2. — Tais lotes foram adquiridos pelo autor da presente ação de reintegração de posse por transcrições imobiliarias escorelhas de viciadas oriundas de escrituras publicas... Segundo a noticia dos autos, com base naquela escritura, o **JARDIM DONA SINHA** e os herdeiros de **ANTONIO SORRENTINO**, que jamais tiveram posse comprovada no "SITIO GRANDE", aquele que foi dividido sem a participação, dizendo-se autorizados por um mandado expedido nos autos de inventario de Antonio Sorrentino e Elvira Cardenutto e **POR UIALVARA CONDICIONAL DO MUNICÍPIO DE SAO PAULO**, atos puramente administrativos, sem a minima força executoria contra os legítimos possuidores do loteame

apossou de minh'alma — como, creio, da de todos os brasileiros.

Entretanto, acho que não devemos dormir sobre os louros da vitória. Não basta que as finanças publicas estejam saneadas; não basta que a moralidade na condução da coisa publica esteja implantada; não basta que os nossos indices de crescimento economico assombrem o mundo, a ponto de serem chamados de milagre; não basta que a inflação tenha sido controlada; não basta que a alfabetização seja agora um bem atingivel por todos os brasileiros; não basta que a ordem interna tenha sido implantada; não basta que o perigo comunista tenha sido exemplarmente liquidado; não basta que os niveis de renda da população tenham sido elevados, como o demonstram as estatísticas oficiais; não basta que a industria prospere e o consumo aumente; não bastam, finalmente, as delicias da vida material, substanciadas em hábitos condenáveis até mesmo em nações há mais tempo desenvolvidas. Nada de excessos!

O que sugiro, e aqui retomo a linha inicial da minha missiva, é que as nossas dignas autoridades desenvolvam esfor-

to PARQUE BANCARIO, imitiram-se na posse de todo o antigo quinhão de CARLOS F. PENNA e procederam a um novo loteamento, que passaram a vender, afoitamente, **EMBORA NAO INSCRITO**, num total desrespeito á posse dos sucessores daquele aquinhoador. — Esse tipico esbulho, não descaracterizado pela via habilmente escolhida, deu causa a diversas ações contra o JARDIM DONA SINHA e já mereceu a repulsa da JUSTIÇA, conforme se vê de decisão contraria a ora recorrente trasladada para os presentes autos (fls. 172). De outra parte, a legitimidade da posse do autor sobre alguns dos lotes em questão já foi duas vezes proclamada pelo JUDICIARIO contra outros esbulhadores, conforme se vê das respeitaveis decisões de fls. 24, 1.º volume, esta do eminente Desembargador Dr. OTTO DE SOUZA LIMA, ao tempo em que julgava na primeira instancia, e de fls. 340, 2.º volume, do insigne JUIZ Dr. JAIRO ORLANDI, confirmada pela Egrégia Sexta Camara do Tribunal de Alcada Civil (fls. 367). 6. — A má fé da recorrente está mais que evidenciada, não havendo, pois, como reconhecer em seu beneficio o direito a indenização

tortuosos desenvolvam esforços no sentido de inculcar na mentalidade do povo brasileiro hábitos peculiares a povos desenvolvidos.

Amante da natureza, aprendi desde menino — e já se vão tantos anos! — a admirar a vida vegetal, tão prodiga e bela em seus milhões de variedades nestas plagas tropicais. Admito que, por uma serie de circunstancias, nem todos os meus compatriotas puderam, nas ultimas decadas, dedicar ao cultivo das plantas o tempo que tal atividade, por absorvente, exige. Antigamente, o brasileiro medio só se preocupava em "ganhar a vida", sem saber que a estava perdendo, na medida em que não a ocupava com tão importante atividade; refiro-me à jardinagem.

Sr. Redator, creio que é chegada a hora de divulgar a jardinagem. Nos países desenvolvidos há mais tempo que o nosso, como os Estados Unidos, por exemplo, a jardinagem é praticada por quase toda a população. É de se ver, aos domingos, no verde das praças e nos canteiros dos jardins das residencias, a azafama sadia de familias inteiras revolvendo a terra e irrigando as folhagens!

Nós brasileiros, que já con-

por benfetenrias. A BOA FE' E' INCOMPATIVEL COM O ES-BULHO".

Cumpra ainda esclarecer, conforme reconhecido nesse venerando acordão, que a maior responsável pela pratica desse criminoso esbulho, é a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, que agindo contra todos os principios comecinhos de direito, e contra todas as normas legais, pelo PROCESSO ADMINISTRATIVO sob n.o 37.338/65, aprovou o loteamento denominado JARDIM DONA SINHA, precisamente sobre o anterior, legitimo e inserido loteamento denominado PARQUE BANCARIO. Há varias acusações contra essa irresponsavel aprovação, inclusive pronunciamentos do proprio PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL (Diário Oficial do Estado, de 7 de dezembro de 1967 página 75 e 13 de dezembro de 1967, página 74. Finalmente, depois de diversas providências, resultaram na cassação do ALVARA' sob n.o 2.401/65, expedido ao Espolio de Antonio Sorrentino, para proceder ao arnuamento e loteamento em área localizada no bairro de Sapopemba. Mas quando esse alvará foi CASSADO, já haviam sido danificadas as anti-

Nós brasileiros, que já conquistamos quase tudo que um povo pode ambicionar, devemos agora passar a cultivar novos hábitos, que não me parecem nenhum luxo. E, o da jardinagem me parece um deles — sendo o mais salutar.

Essa necessidade ecológica me parece ainda mais evidente numa cidade como São Paulo, onde o cinza do concreto avança sobre os espaços que deveriam ser reservados ao verde dos gramados. Assim, sugiro que parta de São Paulo o início da nova era, por um Brasil mais florido. Sugiro a fundação de quantos clubes de jardinagem forem possíveis, como forma de criar nas novas gerações a mentalidade sã dos mais altos princípios de saúde, urbanidade, lazer e paz social. — José Renato Fernandes — Capital.

O drama de 700 famílias

"Senhor Redator:

Com a presente venho solicitar de V. S., a publicação dos seguintes esclarecimentos sobre o que foi publicado por esse conceituado jornal, edição

viam sido danificadas as antigas ruas do PARQUE BANCÁRIO, já oficializadas, portanto de domínio público e inalienáveis. Esse ato de CASSAÇÃO, a que se refere o PROCESSO ADMINISTRATIVO sob n.º 79.144'66, foi devidamente publicado no "Diário OFICIAL DO MUNICÍPIO", de 14 de dezembro de 1967, página 2. Aprovado o loteamento JARDIM DONA SINHA', imediatamente esses esbulhadores e invasores procederam a novo traçado, procurando desaparecer as características do antigo e legítimo loteamento PARQUE BANCÁRIO. Mas com a CASSAÇÃO do ALVARÁ' criminosamente concedido, primeiro deveria ter sido responsabilizado, civil e criminalmente, os invasores que danificaram as ruas oficiais, providência que jamais foi tomada. Relegando ao esquecimento tão importantes medidas legais e moralizadoras, tornaram-se, os PODERES PÚBLICOS coniventes com os invasores, auxiliando-os por ação ou omissão, num verdadeiro inrequerimento ilícito, que hoje procuram cobrir com uma capa de um pseudo e ineficaz SEQUESTRO. Em seguida, deveria a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, como principal entidade que é nela

ANEXO N

Vandré está de volta

Da Sucursal do
RIO

O cantor e compositor Geraldo Vandré acaba de regressar ao Brasil e está hospedado na casa de um amigo, no Rio, depois de passar pelas autoridades policiais. Há quem afirme que ele foi visto desembarcando sábado no aeroporto do Galeão, o que desmente a informação de que só chegou na noite de terça-feira. Vivendo no exterior desde dezembro de 1968, Vandré passou tempos na França, na Alemanha, na Itália, no Peru e no Chile, onde estava residindo.

Ela, que apareceu no cenário da música popular brasileira com "Porta-Estandarte", repartiu com Chico Buarque de Holanda o primeiro lugar no festival da Record de 1966: sua canção "Disparada" empatou em votos com "A Banda". E de sua autoria é trilha sonora do filme "A hora e a vez de Augusto Matraga", de Roberto Santos.

No Festival Internacional da Canção, em 1968, "Sabiá", de Chico Buarque de Holanda e "Pra não dizer que não falei de flores", de Vandré, disputaram o primeiro prêmio. Quando se anunciou a vitória de "Sabiá", a torcida de Vandré valou fortemente o júri. Pouco depois de receber o segundo prêmio do FIC, "Pra não dizer que não falei de flores" foi proibida pela censura.

ANEXO O

A epidemia do silêncio

CLOVIS ROSSI

O surto de meningite que matou mais de 200 pessoas em São Paulo só neste mês de julho não é lamentável apenas por suas consequências ou por revelar dramaticamente a precariedade do sistema de Saúde Pública do Estado que se orgulha de ser o mais rico da Federação. Talvez ainda pior do que tudo isso seja o fato de que, com ele, atingiu o seu ponto mais alto também a epidemia de desinformação e ocultamento de fatos que as administrações públicas, a todos os níveis, resolveram desencadear faz já algum tempo.

Desde que, há dois anos aproximadamente, começaram a aumentar em ritmo alarmante os casos de meningite em São Paulo, as autoridades cuidaram de ocultar fatos, negar informações, reduzir os números referentes à doença a proporções incompatíveis com a realidade — ou seja, levando, deli-

estruar um dos lagos da usina ali localizada, enquanto insistiu em afirmar que nada estava acontecendo. Três dias depois, entretanto, saiu a nota oficial na qual a empresa explicava que, de fato, nada de grave estava ocorrendo, mas havia motivos para o esvaziamento do lago (uma abrasão na parede de concreto da represa). Se a nota tivesse sido divulgada pelo menos um dia antes — e não três dias depois — o sobressalto de toda a população teria sido evitado, porque, simplesmente, os boatos não preencheriam os vazios deixados por falta de fatos oficialmente divulgados.

O clima de segredo é generalizado: guardas armados vigiam os acompanhamentos dos operários que constroem trechos da Rodovia dos Imigrantes, o acesso ao canteiro de obras da Ponte Rio-Niterói, durante a época de sua construção, era terminantemente proibido, o já folclórico "elevador privativo" do Palácio do Planalto transporta autoridades que, após despachar com o presidente, sazem

pessoas morreram de meningite em São Paulo neste ano? — essas perguntas raramente são respondidas. E, até hoje, a opinião pública ignora quanto custou exatamente cada quilometro da Rodovia Transamazônica, quantos operários morreram na construção da Ponte Rio-Niterói, porque não se chegou ainda a uma definição sobre a Linha Leste do metrô paulistano, embora a Prefeitura dependa dela para a elaboração de seu orçamento — entre muitas outras questões mais ou menos importantes.

Talvez por isso, cresça, entre o público, a desconfiança em relação a toda e qualquer informação. Um exemplo claro é o incêndio do Antraus: não conheço uma só pessoa em São Paulo que acredite que apenas 16 pessoas morreram no prédio da avenida São João, embora, nesse caso, haja algumas razões para supor que esse número esteja no mínimo bastante próximo da verdade, se não corresponder totalmente a ela.

de — ou seja, levando, deliberadamente, a desinformação à população e abrindo caminho para que boatos ocupassem rapidamente o lugar que deveria ser preenchido por fatos. Fatos que as autoridades tinham a obrigação, por todos os títulos de esclarecer ampla e totalmente.

Nos primeiros dias deste mês, quando a meningite passou à fase que alguns médicos consideram epidêmica, a Secretaria da Saúde manteve-se trancada no seu eterno mutismo, até que, atropelado pelos fatos, o próprio governador se viu obrigado a lançar nota oficial, dando a situação como "sob controle", uma afirmação que pode ser chamada tranquilamente de cínica, no mínimo, quando os cartórios registram a média diária de nove óbitos em consequência da meningite. Antes disso, qualquer repórter que tentasse obter informações no Hospital "Emílio Ribas" era obrigado a voltar à Secretaria da Saúde, porque informações só podiam ser dadas após autorização expressa do secretário. Esse absurdo patente não é, entretanto, um caso isolado. Ele pode ser o mais grave de todos, porque informações sobre o surto de meningite

com o presidente, parecem ter medo de que segredos de Estado sejam desvendados numa simples e rápida entrevista pelos repórteres que cobrem as atividades oficiais. No Palácio dos Bandeirantes, então, a falta de informações que não sejam as divulgadas pelo Serviço de Imprensa do Governo do Estado é tão grande que nenhum jornal mantém um repórter ali (o único que ainda permanece pertence a uma rádio), ao contrário do que acontece (ou acontecia) nos demais setores vitais do Estado. Não que todos os jornais tenham antipatias invencíveis pela triste figura do governador de São Paulo; é que, simplesmente, não há o que fazer ali, não há informações a recolher, não há quem se disponha a dá-las.

Paradoxalmente, cresceram e se sofisticaram terrivelmente os serviços de imprensa, inclusive na área da empresa privada. Mas esses serviços não se prestam para o que deveria ser sua função primordial: fornecer informações. Limitam-se a divulgar realizações impressionantes (nem sempre realizadas), planos mirabolantes (nem sempre executados) e louvações deslumbradas (nem sempre deslumbradas)

O repórter hoje, no Brasil, é tratado, invariavelmente, por qualquer autoridade — e mesmo por qualquer pessoa que pretenda ser autoridade, mesmo quando não o é — como um inimigo a ser evitado, um perigoso subversivo (como o prefeito de São José dos Campos, por exemplo, chegou a publicar, em anúncio no jornal local no qual procurava negar a existência de casos de meningite em sua cidade, no início deste ano), ou talvez espião russo ou americano, pronto a desvendar as mais recentes conquistas da técnica rodoviária que devem estar sendo empregadas na Rodovia dos Imigrantes, para justificar as cercas, cancelas e guardas armados.

Que a imprensa comete exageros, ninguém nega. Todos os cometem. Mas, para cobdi-los, está em vigor uma legislação das mais rigorosas, capaz de evitar não apenas os exageros. Fazer segredo, ocultar informações ou divulgá-las pela metade, entretanto, não faz parte dos dispositivos da Lei. Nem por isso, deixam de ser usados indiscriminadamente, como se a opinião pública não merecesse aos menos uma satisfação dos atos tomados pelos que dirigem os destinos do País.

gite interessam a toda uma população de seis milhões de habitantes e devia ser obrigação das autoridades divulgá-las sem "autorizações", segredos, meias-verdades.

Em muitas outras situações, esse clima de ocultação de fatos é uma constante. Recentemente, a CESP permitiu que boatos alarmantes circulassem em toda a região adjacente a Ilha Solteira, depois de ter sido obrigada a

Claro que jornais e jornalistas não são tão angelicais a ponto de suporem que os serviços oficiais de imprensa divulgariam críticas aos órgãos ou pessoas a que servem. Mas, em circunstâncias normais, deveriam esperar que respondessem a questões específicas, o que quase nunca acontece. Quanto custou determinada obra? Por que foi escolhido o plano X, entre três outras opções? Quantas

arrigem os destinos do Estado ou do País.

O mais triste de tudo isso é que esse clima de desinformação intensificou-se justamente quando se prometia jogar o "jogo da verdade". Hoje, o que se pode ter é apenas um lado da verdade: o lado oficial, asséptico, geralmente otimista, ufanista o mais das vezes. Quem não aceita só esse lado, que lê poesias.

ANEXO P

Deus deixou de ser brasileiro?

Uma bande colorida, do navio-escola "Custódio Melo", lidera as comemorações de 25 mil brasileiros que interrompem por horas o trânsito na Madison Square, ao longo da Setima Avenida, em Nova York. Ninguém trabalha e há carnaval no Brasil. Richard Nixon telegrafia, ressaltando o "tributo à mestria individual e coletiva do brasileiro" e o presidente Médici vê na vitória a "prevalência dos princípios que devem ser firmados na própria luta em favor do desenvolvimento nacional". O Brasil ganhou a Taça Jules Rimet, em 1970.

A Seleção Brasileira empata as duas primeiras e classifica-se em pessima partida contra o Zaire. Passa pela Alemanha Oriental, Argentina e perde para a Holanda. E nem mesmo o terceiro lugar ela consegue.

A corrente pra frente trinca e começa a cair, levando consigo a mudança do estilo, o ufanismo, identificação nacional da raça do melhor futebol do mundo. Procura-se o bode expiatorio nas figuras de Zagalo, Jairzinho, Paulo César e na Comissão

cigarro Continental. Pelé, além dos contratos no exterior, recebe mensalmente 60 mil cruzelros para vender o TV Colorado.

É talvez por este motivo que o sociólogo Paulo Carneiro Vieira, professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, autor do trabalho sobre o "Atual Patrocinador Prático" (Revista Administração Empresas), vê, no futebol, "um mecanismo fértil para a criação, transformação, destruição e multiplicação de significados, que pode ser analisado como instrumento eficaz de fixação da crença e significados de extrema relevância dentro da lógica do subdesenvolvimento. Isto porque, a essência desse tipo de instrumento é uma característica central da situação subdesenvolvida".

Para Paulo Carneiro Vieira, "o futebol no Brasil preenche um vazio cultural, é algo à que a população se apega para firmar uma identificação de nacionalidade; uma instituição importante e acima de tudo necessária". "É uma válvula de escape — observa — para a

sões controladas, sublimadas e estabilizadas por meio do futebol". "Mas o futebol — observa — dificilmente pode ser manipulado, em virtude de fatores que fogem do controle humano, como a imprevisibilidade do jogo.

Carneiro Vieira admite, entretanto, que o futebol permite "uma associação a determinados elementos, de forma simplificada e até grosseira, permitindo mudanças relativas rápidas de significados, com o objetivo de incluir na ideologia do brasileiro comum". Para ele o futebol permite "aqueles fanáticos torcedores, viver um ti-

portância que a habilidade técnica, a inteligência e a capacidade coletiva além da estabilidade emocional".

"Os processos econômicos, culturais políticos e sociais — afirma o sociólogo — obedecem a mecanismos básicos muito semelhantes ao do jogo de futebol, que permite a representação concentrada, codificada e simplificada dessas situações. Essa propriedade faz do futebol um poderoso instrumento de simulação da vida real e é, provavelmente, uma das razões do magnetismo exercido pelo futebol sobre as massas".

"O futebol prossegue ampliando seu alcance social, conquistando novos grupos e classes sociais, quer como torcedores, quer como praticantes. Aparece como esporte democrático por excelência, pois supera todas as barreiras, tornando-se o esporte das multidões, que se desenvolve sem distinção de classe, cor ou nacionalidade", afirma José Paulo Carneiro Vieira.

"Meu maior problema é não ter conseguido me relacionar bem durante o tempo em que era jogador de futebol e fa-

democracia racial", afirma o sociólogo Paulo Vieira. No início, o futebol já servia para fins políticos: a integração dos estrangeiros com a burguesia nacional. Depois, popularizou-se.

"Muitos não suportavam. E procuravam disfarçar o nariz achatado, a cor do cabelo", diz o professor. Mas o ano de 1923 foi decisivo, com a vitória do Vasco da Gama, constituído por grande número de negros. Em 33 veio a profissionalização e os filhos das boas famílias não encontraram bom ambiente.

Em 1950, quando surgiu o **colorado**, o futebol começou a evidenciar sua importância como instrumento de fixação da identidade cultural. "Mas, diz o sociólogo Paulo Vieira, numa fração de segundo, crenças e idéias que vêm se firmando gradativamente no consenso geral, são definitivamente sedimentadas ou destruídas, até o próximo jogo ou Copa, em que estiver em choque a alma da nação".

"Se, em 1930 e 1954, fomos uma sub-raça, em 58, 62 e 70 nos tornamos um povo cheio de virtudes e, agora em 74 tal-

Técnicos.
E, nesse cenário confuso, o Brasil começou a perder "o melhor futebol do mundo"; o "jeitinho" da super-raça de 1970 desaparece gradualmente enquanto surge a visão de "sub-raça", que marcou a campanha de 1950.

A INSTITUIÇÃO

Aceito como uma das mais típicas e fortes instituições do Brasil, o futebol age diretamente sobre os fatores socio-econômicos e políticos do país. Não foi por outro motivo que, em 70, Paulo Salim Maluf, então prefeito de São Paulo, deu 25 autômos para os tricampeões, no valor de 300 mil cruzeiros.

A vitória de 70 também serviu para os trabalhos políticos do deputado Padre Nobre, segundo o qual "a vitória dos brasileiros, transcendendo a natureza desportiva, teve sentido de exaltação de nacionalidade, e hegemonia da raça"; enquanto Petrólio Portela declarava: "A vitória representa a formação de uma super-raça, oposta a elevar-se perante o mundo".

Agora, o pragmatismo político brasileiro provavelmente estará instaurando uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar as causas do malogro na campanha de 74. E certamente não serão raros pronunciamentos exaltando a infiltração de elementos estranhos à "super-raça" do melhor futebol do mundo.

No plano econômico, a influência do futebol não deixa de ser marcante: a indústria automobilística nacional — que paralisou totalmente suas atividades durante os jogos do Brasil — deixou de faturar 3 milhões e 800 mil cruzeiros; 350 mil operários da construção civil — sócio no Estado de São Paulo — deixaram de trabalhar durante as partidas enquanto 56 outros grandes construtores de São Paulo alegam um prejuízo ordem de 1 milhão e 200 mil cruzeiros.

A publicidade, enquanto o Brasil ganhava ou empatava as primeiras partidas, conseguiu arrecadar, somente da Souza Cruz, 10 milhões de cruzeiros. A venda da imagem do

escapa — observa — para a neutralização ou adiantamento de ataques e críticas de todo tipo. O futebol, dessa forma, vem se constituindo cada vez mais em poderoso fator de estabilidade social".

Essa não é, entretanto, a opinião do diretor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Para ele, todo ser humano dispõe atualmente de vários instrumentos da sociedade para descarregar sua agressividade: "A televisão, o cinema, uma corrida de Fórmula 1, constituem elementos receptores da agressividade humana, assim como o futebol. E, se considerarmos o futebol como instrumento para a neutralização e adiamento de conflitos, o País estaria correndo sucessivos riscos após cada partida do Corinthians".

O futebol, para o sociólogo Gilberto Freyre, "tornou-se o meio de expressão de energia psíquica e de impulsos irracionais, que, sem o seu desenvolvimento — ou de algum equivalente —, na verdadeira instituição que é hoje entre nós, teriam provavelmente assumido formas de expressão violentamente contrárias à moralidade dominante". Mas o diretor do Instituto de Psicologia da USP refuta essa afirmação, citando notícias, segundo as quais, após as vitórias da Seleção Brasileira na Alemanha

"jovens ficaram nus na rua durante vários casos de agressão foram registrados nos distritos policiais".

Esses impulsos irracionais podem aparecer, para o sociólogo José Paulo Carneiro Vieira, "como uma das origens das ten-

ticos torcedores, viver um tipo de experiência da qual nunca desfrutariam em termos concretos, mas que está se alcançando de todos, no mundo da fantasia: "As escolas de samba, buzinas e enormes bandeiras verdes amarelas são provas disso".

A VIDA

"Como esporte de equipe, o futebol limita a vida, ao simular sistematicamente a reconciliação do individualismo e a luta pela sobrevivência, com a solidariedade do grupo (Seleção) e o trabalho em conjunto", afirma o professor José Paulo. Para ele, "a legitimação do esforço e da agressividade, tendo em vista fins que não podem ser comemorados por todos — o supercrucife, o gol, a vitória — torna a competição uma limitação da vida".

Na relação futebol-vida assegura o professor — a imitação se verifica ao estabelecer um conjunto de meios, legitimados ou não, orientados para a consecução de um objetivo central: a solidariedade em grupo, para realizar o princípio de sobrevivência. O dia-dia coincide com inúmeros recursos empregados pelo futebol. E a combinação desses recursos que vai distinguir os mais aptos dos menos aptos, acarretando o sucesso ou o fracasso, a ascensão ou o declínio, a estagnação ou o progresso. Dessa forma, a violência física, o esforço sem limites, a maldade e a dramaturgia, o poder do dinheiro, a capacidade de influenciar a política esportiva chegam a assumir a mesma im-

era-jogador de futebol e famoso. Por timidez e cautela — um negro é difícil fazer relacionamento com um branco importante — nunca consegui conversar e fazer amizade com ídolos e dirigentes de futebol".

bol" (Joel Camargo, 29 anos, tricampeão mundial de futebol).

"Um negro, abraçado a uma branca, passando pelas ruas ou na direção de um carro último tipo, e ocupando posição social de destaque, é motivo para comentários, porque são poucos os negros que conseguiram uma posição financeira privilegiada. As pessoas se habituaram com a imagem do negro pobre, vivendo em favelas e barracos, sempre em atitudes servis. Acredito que quando o negro é famoso ou

rico, como Jair Rodrigues, eu não sofria as mesmas restrições que os demais. Muita gente não aceita o fato de eu ser famoso e rico; isso pode ser uma forma de preconceito racial, mas acredito que seja mais inveja" (Pelé).

"Deixei de ser crioulo quando joguei ao lado de Pelé. Já tive problemas raciais, mas não procuro falar com ninguém, nem mesmo com Pelé que, pela sua fama e dinheiro não deve ter os problemas de um jogador negro" (Ezequiel, jogador de Santos, EC).

O futebol, no seu início no Brasil, estava relacionado com a penetração das camadas sociais "o que serviu para que os interessados passassem a defender a idéia um pouco vaga e confusa de que somos uma

de virtudes e, agora em 74 talvez voltemos à condição de sub-raça".

O sociólogo afirma: "Da crença da integração nacional em torno da identidade cultural sugerida pelo futebol, deriva a imagem de uma sociedade aberta e sem barreiras, para a ascensão social do pobre, do humilde ou do preto. Os grupos marginais são integrados socialmente quando passam a acreditar na possibilidade de repetir a façanha do supercrucife, que venceu do nada".

Com essas pretensões, Paulo Moreira, 16 anos, é um dos melhores jogadores do "11 Meninos da Barra Funda", time constituído em sua maioria por catadores do papel da favela "Ordem e Progresso". Paulo Moreira, ponta direita, quer ser, um dia, como Jairzinho: "Não tanto pelo futebol, mas pela grana que o negro ganha com o futebol".

Nesse cenário, Paulo Carneiro Vieira conclui que, "como instituição social, o futebol opera como processo de fixação de três níveis distintos, embora diretamente relacionados: a) o nível de identidade cultural (o que somos); b) o nível de percepção das oportunidades concretas (o que podemos vir a ser); e c) o nível

de integração social e da experiência da participação (todos somos)". "Assim — afirma o sociólogo — temos: a) a crença na civilização tropical (sub-raça ou super raça); b) crença na sociedade aberta e sem fronteiras para a ascensão social do pobre e c) crença na democracia racial e social".

Considerando-se que a superstitio existe para controlar e vencer o destino — por causa disso já se afirmou que "se mecumba desse resultado o campeonato basano terminava empalado" — comenta o professor Paulo Carneiro Vieira: A sorte atua em níveis nacionais. Isto ocorre, explica, à medida que a Sorte Nacional consiste numa espécie subdesenvolvida, quando o Destino é nacionalizado: "Deus é brasileiro".

ANEXO Q

O Fundo *Última Hora*, parte do acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, é composto por 166 mil fotografias, 600 mil negativos, 2.223 ilustrações e uma coleção de edições da *Última Hora*¹ do Rio de Janeiro entre os anos de 1951 e 1970, em papel ou microfilme. A documentação foi acumulada ao longo da trajetória da edição carioca do jornal. O valor desse fundo é inestimável, pois as peculiaridades e riquezas da UH permitem que seja fonte para diversos tipos de estudo, tanto técnicos sobre design, jornalismo, ciências políticas e história.

Este site temático busca abarcar a diversidade tipológica do Fundo *Última Hora*, trazendo a público a coleção da edição carioca digitalizada, as ilustrações originais que compõem o Fundo e parte das reproduções fotográficas – neste momento, representadas pela coleção de negativos.

A disponibilização de novas imagens acompanhará a evolução do trabalho de tratamento do acervo, respeitando assim a dinâmica proposta para este e os demais sites temáticos do Arquivo Público do Estado.

Nota

As imagens podem ser utilizadas livremente para finalidades educativas, desde que não atendam a interesses comerciais. Solicitamos a menção ao Arquivo Público do Estado como detentor do acervo e o crédito ao autor. Caso haja interesse em aquisição dos direitos autorais, o interessado deverá entrar em contato com o autor ou seus herdeiros.

ANEXO R

Na carta, as duras críticas à política econômica

É a seguinte a íntegra da carta-renúncia entregue pelo ex-ministro Clóvis Lima a um funcionário da Presidência da República, no Palácio do Planalto:

"Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Já no pronunciamento de acolhida, caracterizou vossa excelência a ênfase que desejava para o setor agrícola brasileiro e são por todas lembradas as expressões do seu discurso de posse, dirigidas ao homem do campo, aquele que vive exclusivamente na terra e da terra.

Creemos que os três primeiros anos de governo de Vossa Excelência foram bem a consecução deste objetivo, colocando a Agricultura, os interesses e o bem-estar do homem rural em uma posição incomparável em nossa história republicana.

Todas as medidas do governo de Vossa Excelência, como um todo, caracterizavam esta prioridade e a mim coube o privilégio de ser, nele, responsável pelo setor agrícola.

A superior e humana determinação de Vossa Excelência de reduzir ainda mais o ritmo inflacionário que solapa a vida do País fez, no entanto, ao nosso ver, que se inchassem distorções no sistema e nos métodos governamentais, fazendo com que não se distribuissem igualmente, entre todos os setores da economia, as responsabilidades e os onus desta tarefa, caindo sobre a Agricultura, que nunca desejou nem foi beneficiária da inflação, uma carga incomparavelmente mais pesada.

Como é sabido, a situação mundial dos preços dos produtos agrícolas aflige populações e governos de todas as nações, desde as mais desenvolvidas e ricas até aquelas em que a fome e a miséria são endêmicas.

A entrada da União Soviética como compradora de alimentos no Ocidente e a possibilidade de que a China Continental venha a fazer o mesmo tornam o mundo de hoje singularmente desafiador, porém, para o Brasil, mais como possibilidades do que como dificuldades.

Pela primeira vez, desde vinte anos, os preços dos produtos agrícolas estão em ascensão nos mercados internacionais e diante da já dita e sábia decisão de Vossa Excelência de dar prioridade ao consumidor brasileiro, caberia ao Brasil, como cabe, uma ampla área de atuação como exportador de alimentos e fibras, que bem amparadas poderia levar até o homem do interior, o produtor rural, genuinamente brasileiro, oportunidades de renda como há muitos anos não se verificava. Ademais, Vossa Excelência bem o sabe, mesmo os países mais industrializados ainda têm nos produtos agrícolas a sua maior receita de exportação.

Infelizmente, os mecanismos governamentais visando ao abastecimento interno, sem atingirem a estabilidade desejada pelo consumidor urbano,

mais têm favorecido o setor industrial e comercial de exportação, crescentemente estrangeiro, e tornando cada vez menos brasileiros os resultados da prosperidade do País.

O Brasil cresce economicamente a níveis admiráveis nos últimos anos, mas como vossa excelência reiteradamente tem afirmado, não é o crescimento econômico um fim em si, mas sim um instrumento de justiça social. As condições de pleno desenvolvimento, atingidas na proporção em que diminuem a fome, a miséria, a pobreza e a doença, continuam sendo a preocupação de vossa excelência e de todos os brasileiros.

A base da eficiência e da produtividade, certamente necessários, tem esmagado, de outra parte, os interesses do médio produtor, do pequeno ou médio industrial ou comerciante, estes, brasileiros, em benefício daquelas corporações multinacionais, indispensáveis também, ao desenvolvimento disciplinadas, como em qualquer país, em prol do interesse da coletividade.

Dentro da fixação das necessidades e prioridades nacionais, acreditamos que o fator Capital está recebendo uma proteção que torna incompatível a conciliação dos objetivos nacionais. A remuneração deste capital, também cada vez menos brasileiro, faz com que o endividamento, externo, a balança de pagamentos, e, internamente, o custo do dinheiro, tornem quase impossível as reduções inflacionárias desejadas, a não ser com desproporcional custo a ser pago por outro setor, no caso, o agrícola.

Os métodos que vêm sendo utilizados para a redução do índice de inflação do País não podem, pois, contar com nossa concordância.

Desde janeiro que os preços dos produtos agrícolas estão, como em todo o mundo, na pauta das atenções públicas brasileiras e a ênfase e os métodos utilizados, repito, exigiriam de nós, para concordância, complacência e concessões incompatíveis com a nossa formação. Não discuto ins-

trumentos de ação governamental, mas sim os métodos e os princípios de sua aplicação.

Creio, permita vossa excelência que o diga, que o maior problema advém da debilidade de nossas instituições, desproporcional ao crescimento dentro do País e estas estão praticamente vinculadas ao arbítrio de alguns administradores. E as clássicas correções da política econômico-financeira que são utilizadas em tantos outros países, entre nós quase sempre, da forma como são usadas, deservem o interesse público.

Reiterou-me mais de uma vez, um colega, também ministro de vossa excelência, que "o governo é um ente essencialmente ético" e como tal são válidos todos os meios para atingir os fins desejados.

Senhor presidente. Há en-

tre essa afirmativa e minhas convicções um grande abismo. Não posso atravessá-lo. Sempre acreditei que a verdade é melhor que a falsidade, e a coragem melhor que a covardia. Hoje, confronto-me com meus próprios princípios.

Fique com vossa excelência, senhor presidente, um profundo sentimento de fé e esperança naqueles homens que, sob a responsabilidade de um organismo a mim subordinado, colonizam a Amazônia. Leve a eles a minha palavra de res-

peito e amor, pois não creio que haja brasileiros mais importantes na atualidade nacional. No Nordeste fica ainda em seu início aquilo que considero o mais válido esforço de distribuição de terras já feito no Brasil. Finalmente,

as centrais de abastecimento, muitas já em funcionamento e outras por serem inauguradas, obra de vossa excelência, das mais duradouras e válidas para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

Trazido do anônimo do

meu Estado natal para as funções de ministro de Estado, esteja certo vossa excelência, que procurei, sempre, honrar a vossa confiança e o cargo a que, por este instrumento, renuncio. É hora de sair para devolver a meu pai

e, em breve, passar a meus filhos, um nome a cujas tradições procurei estar à altura em dignidade, independência, fidelidade e honra.

Receba os meus protestos da mais elevada estima e consideração".

ANEXO S

Cirne Lima explica os motivos de sua renúncia

É a seguinte a íntegra da carta-renúncia entregue pelo ex-ministro Cirne Lima e um funcionário da Presidência da República, no Palácio do Planalto:

"Excelentíssimo senhor presidente da República.

Já no pronunciamento de aceitação, caracterizou vossa excelência a ênfase que desejava para o setor agrícola brasileiro e não por todos lembrados as expressões do seu discurso de posse, dirigidas ao homem do campo, aquele que vive exclusivamente na terra e da terra.

Creemos que os três primeiros anos de governo de Vossa Excelência foram bem a consecução deste objetivo, colocando a Agricultura, os interesses e o bem-estar do homem rural em uma posição incomparável em nossa história republicana.

Todas as medidas do governo de Vossa Excelência, como um todo, caracterizavam esta prioridade e a mim coube o privilégio de ser, nele, responsável pelo setor agrícola.

A superior e humana determinação de Vossa Excelência de reduzir ainda mais o ritmo inflacionário que solapa a vida do País fez, no entanto, ao nosso ver, que se iniciassem distorções no sistema e nos métodos governamentais, fazendo com que não se distribuíssem igualmente, entre todos os setores da economia, as responsabilidades e os onus desta tarefa, caindo sobre a Agricultura, que nunca desejou nem foi beneficiária da inflação, uma carga incomparavelmente mais pesada.

Como é sabido, a situação mundial dos preços dos produtos agrícolas aflige populações e governos de todas as nações, desde as mais desenvolvidas e ricas até aquelas em que a fome e a miséria são endêmicas. A entrada da União Soviética

venha a fazer o mesmo tornou o mundo de hoje singularmente desafiador, porém, para o Brasil, mais como possibilidades do que como dificuldades.

Pela primeira vez, desde vinte anos, os preços dos produtos agrícolas estão em ascensão nos mercados internacionais e diante da sadia e sábia decisão de Vossa Excelência de dar prioridade ao consumidor brasileiro, caberia ao Brasil, como cabe, uma ampla área de situação como exportador de alimentos e fibras, que bem amparadas poderia levar até o homem do interior, o produtor rural, genuinamente brasileiro, oportunidades de renda como há muitos anos não se verificava. Ademais, Vossa Excelência bem o sabe, mesmo os países mais industrializados ainda têm nos produtos agrícolas a sua maior receita de exportação.

Infelizmente, os mecanismos governamentais visando ao abastecimento interno, sem atingirem a estabilidade desejada pelo consumidor urbano,

mal tem favorecido o setor industrial e comercial de exportação, crescentemente estrangeiro, e tornando cada vez menos brasileiros os resultados da prosperidade do País.

O Brasil cresceu economicamente a níveis admiráveis nos últimos anos, mas como vossa excelência reiteradamente tem afirmado, não é o crescimento econômico um fim em si, mas sim um instrumento de justiça social. As condições de pleno desenvolvimento, atingidas na proporção em que diminuem a fome, a miséria, a pobreza e a doença, continuam sendo a preocupação de vossa excelência e de todos os brasileiros.

A busca da eficiência e da produtividade, certamente necessários, tem esmagado, de outra parte, os interesses do médio produtor, do pequeno ou médio industrial ou comerciante, estes, brasileiros, em benefício daquelas corporações multinacionais, indispensáveis

também, se adequadamente disciplinadas, como em qualquer país, em prol do interesse da coletividade.

Dentro da fixação das necessidades e prioridades nacionais, acreditamos que o fator Capital está recebendo uma proteção que torna incompatível a conciliação dos objetivos nacionais. A remuneração deste capital, também cada vez menos brasileiro, faz com que o endividamento externo, a balança de pagamentos, e, internamente, o custo do dinheiro, tornem quase impossível as reduções inflacionárias desejadas, a não ser com desproporcional custo a ser pago por outro setor, no caso, o agrícola.

Os métodos que vêm sendo utilizados para a redução do índice de inflação do País não podem, pois, contar com nossa concordância.

Desde janeiro que os preços dos produtos agrícolas estão,

brasileiras e a ênfase e os métodos utilizados, repito, exigiriam de nós, para concordância, complacência e concessões incompatíveis com a nossa formação. Não discuto instrumentos de ação governamental, mas sim os métodos e os princípios de sua aplicação.

Creio, permita vossa excelência que o diga, que o maior problema advém da debilidade de nossas instituições, desproporcional ao crescimento de alguns poucos interesses dentro do País e estes estão praticamente vinculados ao arbítrio de alguns administradores. E as clássicas correções da política econômico-financeira que são utilizadas em tantos outros países, entre nós quase sempre, da forma como são usadas, deservem o interesse público.

Reitero-me mais de uma vez, um colega, também ministro de vossa excelência, que "o governo é um ente essencialmente ético" e como tal são válidas todos os meios para atingir os fins desejados. Senhor presidente. Há en-

tre essa afirmativa e minhas convicções um grande abismo. Não posso atravessá-lo. Sempre acreditei que a verdade é melhor que a falsidade, e a coragem melhor que a covardia. Hoje, confronto-me com meus próprios princípios.

peito e amor, pois não creio que haja brasileiros mais importantes na atualidade nacional. No Nordeste fica ainda em seu início aquilo que considero o mais válido esforço de distribuição de terra já feito no Brasil. Finalmente,

meu Estado natal para as funções de ministro de Estado, esteja certo vossa excelência, que procurei, sempre, hourar a vossa confiança e o cargo a que, por este instrumento, renuncio. É hora de sair para devolver a meu pai

Fique com vossa excelência, senhor presidente, um profundo sentimento de fé e esperança naqueles homens que, sob a responsabilidade de um organismo a mim subordinado, colonizam a Amazônia. Levo a eles a minha palavra de res-

as centrais de abastecimento, muitas já em funcionamento e outras por serem inauguradas, obra de vossa excelência, das mais duradouras e válidas para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro. Trazido do anonimato do

e, em breve, passar a meus filhos, um nome a cujas tradições procurei estar à altura em dignidade, independência, fidelidade e honra.

Reciba os meus protestos da mais elevada estima e consideração".